



MESTRADO EM HISTÓRIA DO DIREITO,
DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRICO-JURÍDICAS

DIREITO E RELIGIÃO NA ANTIGUIDADE TARDIA IBÉRICA

JOÃO MARCOS DE CASTELLO BRANCO FANTINATO

LISBOA

2017



JOÃO MARCOS DE CASTELLO BRANCO FANTINATO

DIREITO E RELIGIÃO NA ANTIGUIDADE TARDIA IBÉRICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Direito do Departamento de Histórico-Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Professor José Artur Anes Duarte Nogueira

LISBOA

2017



JOÃO MARCOS DE CASTELLO BRANCO FANTINATO

Direito e Religião na Antiguidade Tardia Ibérica

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História do Direito do Departamento de Histórico-Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. José Artur Anes Duarte Nogueira

Orientador

Departamento de Histórico-Jurídicas,
Universidade de Lisboa

Lisboa, ____ de _____ de 2017.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - A ANTIGUIDADE TARDIA	15
2.1 - A SITUAÇÃO GERAL NO BAIXO-IMPÉRIO	15
2.2 - A PENÍNSULA IBÉRICA NO BAIXO-IMPÉRIO	22
2.3 - A IRRUPÇÃO DOS BÁRBAROS NA PENÍNSULA IBÉRICA	26
2.3.1 - Origem das invasões	26
2.3.2 - A invasão goda no Danúbio	28
2.3.3 - A invasão do Reno	34
2.3.4 - Assentamento dos bárbaros na Península	39
2.3.5 - A deterioração do poder imperial na Península	42
2.3.6 - A Hispânia sob o reino de Tolosa	52
2.3.7 - Vouillé	57
2.4 - MAPAS E FOTOS	60
3 - A IGREJA E O CRISTIANISMO	65
3.1 - AS HERESIAS DA SANTÍSSIMA TRINDADE: O ARIANISMO	65
3.1.1 - Origens	65
3.1.2 - Ário	68
3.1.3 - O Concílio de Nicéia	72
3.1.4 - A revanche ariana	76
3.1.5 - Subdivisões do arianismo	79
3.1.6 - O interregno de Juliano e seus sucessores	81
3.1.7 - Teodósio e a vitória do catolicismo	83
3.2 - A INTRODUÇÃO DO CRISTIANISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA	85
3.3 - PRISCILIANO	90
3.4 - O ARIANISMO ENTRE OS POVOS GERMÂNICOS	95
3.5 - O ARIANISMO ENTRE OS GODOS	99
3.5.1 - Ulfila	99
3.5.2 - Alarico	103

3.5.3 - O arianismo no reino de Tolosa	106
3.5.4 - Período ravenaico	110
3.5.5 - Leovegildo e o reino de Toledo.....	113
3.5.6 - A conversão ao catolicismo.....	116
3.5.7 - O Concílio de Toledo III	118
3.5.8 - Isidoro de Sevilha	121
3.5.9 - Os concílios visigóticos.....	123
3.6 - A IGREJA NO REINO CATÓLICO DE TOLEDO	127
3.6.1 – A estrutura da Igreja.....	127
3.6.2 – A composição do clero	131
3.6.3 – Os escravos da Igreja.....	138
3.7 - O ARIANISMO ENTRE OS SUEVOS	140
3.7.1 - Origens	140
3.7.2 - O reino suevo da Galécia	144
3.7.3 - Martinho de Dume e a conversão dos suevos.....	147
3.8 - MAPAS & FOTOS.....	152
4 - O DIREITO VISIGÓTICO.....	162
4.1 - O DIREITO ROMANO VULGAR	162
4.1.1- A concentração das fontes do direito.....	162
4.1.2 – A vulgarização do direito.....	167
4.1.3 – Fontes do direito vulgar	169
4.2 - A VULGARIZAÇÃO DO DIREITO ROMANO NA PENÍNSULA IBÉRICA	176
4.2.1 – Organização provincial e fiscal	176
4.2.2 – Direito de família.....	184
4.2.3 – Direitos reais	191
4.2.4 – Direito das obrigações.....	194
4.3 - CONSTITUIÇÃO E ASSENTAMENTO DOS REINOS GERMÂNICOS.....	198
4.4 – A SOCIEDADE DOS POVOS GERMÂNICOS.....	201
4.5 - O DIREITO GERMÂNICO PRIMITIVO	205
4.6 – A LEGISLAÇÃO VISIGÓTICA	218

4.6.1 – A duplicidade de direitos.....	218
4.6.2 – Sistemas da territorialidade e personalidade do direito.....	221
4.6.3 – Fontes e conteúdo do direito visigótico.....	231
4.6.4 - O Código de Eurico.....	235
4.6.5 – O Breviário de Alarico.....	238
4.6.6 – A Lei de Teudis e o <i>Codex Revisus</i>	242
4.6.7 – O Código de Rescesvindo	244
4.7 - A ORGANIZAÇÃO DA MONARQUIA VISIGÓTICA.....	250
5 - CONCLUSÃO	258
REFERÊNCIAS.....	265
REIS VISIGODOS.....	272
REIS SUEVOS.....	274

PREFÁCIO

O presente trabalho se destina à conclusão do curso de mestrado em História do Direito da Universidade de Lisboa. Ao escrever, procura-se ter em mente um destinatário, como se escrevêssemos para alguém específico. No caso, estaria, em princípio, escrevendo para meu orientador. Mas tal objetivo não ajuda a elaborar um bom trabalho, caso eu pretenda que outras pessoas que não sejam necessariamente da área leiam o meu texto, pois, dado o conhecimento enciclopédico do meu professor sobre História Antiga e Medieval, meias palavras bastariam para passar a mensagem. Mas isso, definitivamente, não resulta num bom texto. Veio, então, à minha mente escrever para meus compatriotas brasileiros, os quais, à semelhança dos outros povos da América, normalmente demonstram menos interesse pela História Antiga. Isso se deve ao fato de os países da América terem cerca de 200 anos de independência e serem zelosos do corte epistemológico feito relativamente às suas metrópoles europeias. Mas esse sentimento se revela pouco profícuo, pois a Europa está na genealogia de nossas nações americanas, sejamos descendentes de europeus, africanos, índios ou até de japoneses, tendo em vista que falamos uma língua latina e nossos Estados se formaram numa sucessão direta a partir dos reinos ibéricos.

Nesse sentido, a história da Península Ibérica no final do Império Romano e início da Idade Média, a Antiguidade Tardia, pertence à nossa cultura tanto quanto à de um português ou de um espanhol. Aliás, poucos são os brasileiros que não têm, pelo menos, uma mínima gota de sangue ibérico, independentemente de seu grau de miscigenação. E, afinal, o mundo não começou em 1500, quando Pedro Álvares Cabral aportou na Bahia, ou em 1492, quando Cristóvão Colombo chegou às Antilhas. Nosso mundo resulta indissociavelmente da experiência histórica ibérica e, nesse sentido, do reino visigodo, considerando que os reinos cristãos de Portugal e Espanha são seus sucessores. Sem menosprezar o esplendor da influência árabe na cultura ibérica, os países da América latina devem muito à epopeia histórica dos visigodos, que trouxeram a civilização e o direito romanos da Antiguidade para a Idade Média adentro.

A ideia, portanto, é traçar um panorama dessa época tão importante para a Humanidade, com foco especial na Península Ibérica, onde se fixaram os visigodos no final do Império Romano. Trata-se, na verdade, de uma navegação

de cabotagem por esse período; uma exposição *à vol d'oiseau* dos principais fatores que o marcaram: os fatos políticos, que explicam o final do Império na Península; a história do Cristianismo e da Igreja, a verdadeira porta-voz da civilização antiga perante os bárbaros invasores, e a adaptação do direito romano aos novos tempos e aos novos protagonistas germânicos. Não ousou tentar resolver as controvérsias que desde muito dividem os historiadores sobre o direito visigótico, notadamente sobre a territorialidade e a personalidade de sua legislação. Apenas procuro exhibir as principais correntes de pensamento sobre esse ponto, sem a pretensão de aprofundar-me demasiadamente. Aproveito também para me desculpar se faço referências que possam parecer óbvias para alguns, como a de traduzir os nomes antigos de rios ou cidades da Península. Minha ideia principal não é ser original, mas o mais didático possível.

1 - INTRODUÇÃO

A Península Ibérica merece especial atenção no curso da História da Europa na Antiguidade Tardia. Apesar de representar uma província relativamente periférica durante o Império Romano, no seu final, tornou-se palco de acontecimentos que a trouxeram para o centro do motor da história, com sérias repercussões em todo o continente. Não me refiro ao fato de a Península ter legado ao Império vários dos grandes imperadores, como Trajano, Adriano e Teodósio¹. Refiro-me ao período logo após a derrocada do mundo romano, em que se instalou na Península o povo germânico que se transformará num grande protagonista dessa nova era.

Com efeito, os visigodos serão os principais atores do cenário que se desenrola após a queda de Roma. São o primeiro povo bárbaro a entrar nas fronteiras do Império como federados, quando, em 376, o imperador Valente os autoriza a atravessar o Danúbio e a se fixarem na Mésia², fugindo da pressão hunha nas estepes euro-asiáticas. De fato, após andanças na Ilíria e na Itália, esse povo irá se instalar na Aquitânia³ e se expandirá gradualmente em direção à Península Ibérica para, finalmente, ocupá-la por inteiro. O reino que aí se forma constituirá uma unidade política relativamente estável durante quase trezentos anos, numa época de extrema convulsão política no continente europeu. Note-se também que, mesmo após a invasão árabe ter assolado a Península a partir de 711, o reino visigodo ainda assim ressuscita e reconquista inteiramente a Península de novo, resultando nos atuais Estados de Espanha e Portugal.

¹ Trajano (53-117) e Adriano (76-138) nasceram em Itálica na Bética e Teodósio (347-395) nasceu em Cauca, Galécia.

² Mésia é uma província romana na margem direita do baixo Danúbio, na atual Bulgária.

³ Aquitânia é uma província do Império no sudoeste da Gália, com capital em Tolosa, atual Toulouse.

Outro aspecto importante dos godos é que foram também o primeiro povo germânico a se converter ao cristianismo. Seus contatos com os romanos de primeira hora junto ao *limes* lhes renderam uma aculturação pioneira entre os povos bárbaros. Consequência natural disso foi sua conversão ao cristianismo, o que lhes permitiu aderir a uma religião representativa de uma cultura mais desenvolvida do que a sua. Independentemente do etnocentrismo dessa afirmação, a religião dos povos germânicos, embora contivesse algumas saudáveis normas de cunho moral, ainda adorava divindades das forças da natureza, como as florestas, as árvores, os rios etc. Não apresentava grande complexidade espiritual nem teológica. O cristianismo, por sua vez, trazia em sua bagagem toda a evolução cultural dos povos da bacia mediterrânea, e a adesão dos godos os permitiu assim compartilhar desse conhecimento mais abrangente. Outra vantagem é que os ensinamentos do cristianismo estavam escritos em livros, e para compartilhar desta religião se fazia necessário ser alfabetizado. O responsável pela alfabetização dos godos foi o mesmo responsável pela sua catequização, Ulfila, quem disseminará os Evangelhos entre seus conterrâneos, traduzindo-os para sua língua. Isso retirará os godos da barbárie e os incluirá entre os protagonistas desse período.

O problema é que os godos foram catequisados por Ulfila numa época em que o Império estava contaminado com a heresia ariana. De fato, esta heresia entendia que o Filho, de certa forma, tinha sido criado pelo Pai e, portanto, lhe era subordinado, em contraposição à ortodoxia que defendia que ambos eram iguais e ligados por uma relação de consubstancialidade. Tal questão teológica havia dividido o Império e obrigado a Igreja a definir um dos principais dogmas de fé da nova religião oficial: o mistério da Santíssima Trindade. Para tanto, o imperador Constantino promoveu o primeiro dos concílios ecumênicos da cristandade, o Concílio de Nicéia, em que a querela foi aparentemente dirimida. Dita crença, contudo, tinha caído na simpatia dos seus sucessores e foi justamente nessa época que Ulfila converteu os godos ao cristianismo. Assim, mesmo após o

arianismo ter sido extirpado do Império, os godos mantiveram tal crença no seu reino hispânico ainda por alguns séculos, pelo menos até a conversão de seu rei Recaredo, em 589. De início, essa distinção de crenças religiosas conferia aos godos certa identidade nacional vis-à-vis a Igreja de Roma, mas foi aumentando as dissensões entre o povo invasor e a população hispano-romana dominada. Quando, porém, os godos se converteram ao catolicismo niceno, iniciou-se a fusão dos dois grandes povos da Península. Unificou-se em seguida o direito, que até então se dividia em dois: um para os godos e outro para os romanos, de acordo com o princípio da personalidade.

De fato, ainda mais importante do que o legado político dos visigodos foi o jurídico. Não só foram o primeiro povo a adentrar no Império, a aderir ao cristianismo, mas, sobretudo, o primeiro povo germânico a legislar, tanto para os seus quanto para a população subjugada após a queda do Império do Ocidente. Deslumbrados com o direito romano, os chefes godos o reproduziram para seus guerreiros, inserindo traços de sua própria cultura. O resultado foi a criação de um corpo de leis que conferiu ao povo invasor uma estrutura política suficiente para montar um Estado à semelhança do Império moribundo. Estamos falando do Código de Eurico, promulgado por este rei instalado em Tolosa no apagar das luzes do Império do Ocidente. Seu exemplo foi imitado por vários outros povos germânicos que se instalaram na Europa, como os burgúndios, os francos, os lombardos, os bávaros e outros, os quais procuravam também formar seu Estado à romana nas antigas províncias do Império.

Por sinal, profundas alterações havia conhecido o direito romano desde sua época clássica. A própria sociedade do Baixo-império já não se assemelhava àquela da República senatorial da época áurea, e o governo imperial tinha se tornado uma verdadeira teocracia autoritária, o Dominato⁴. O direito acompanhou tais mudanças e foi esse direito com que os povos germânicos tiveram contato e

⁴ A título de ilustração, costuma-se denominar as diversas formas de governo que conheceu Roma de monarquia, república, principado e dominato.

imitaram. Com efeito, findo o Império, os novos reinos germânicos tiveram de administrar uma enorme população de origem romana com cultura muito superior à sua. A solução foi deixá-la viver sob suas próprias leis e, para tanto, tiveram de resgatar a legislação a que estava habituada desde muito. Insere-se nesse contexto a edição do Breviário de Alarico, compilando as últimas codificações imperiais e a doutrina dos pretores das últimas gerações de Roma. Essa medida muito contribuiu para a legitimação desses reinos junto à população dominada e para a perpetuação do direito romano ao longo da Idade Média.

Aliás, esse mérito é dos visigodos: trazer o direito romano para a era subsequente e perpetuá-lo, adaptando-o às novas condições. Geralmente se atribui ao *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano a compilação de toda a sabedoria do direito romano e sua popularização nas mentes medievais até hoje. Mas o *Corpus Iuris Civilis* é posterior ao Breviário de Alarico e teve vigência no Oriente, quando o Império já não controlava a Europa. Essa tarefa, entretanto, coube melhor ao direito visigótico, que garantiu a transição do direito da Antiguidade até a nova era, a de uma Europa descentralizada, sem a hegemonia imperial a lhe ditar as regras. O reino visigodo acaba abandonando o arianismo e adota finalmente o catolicismo, momento em que, enfim, unifica o direito num código aplicável tanto a godos quanto a romanos. Essa legislação irá sobreviver bem mais de cinco séculos: o *Liber Iudiciorum*, também denominado *Fuero Juzgo*, vigorou entre os reinos da Reconquista até que novos ventos trouxeram de novo a influência do direito justinianeu, provindo, sobretudo, das universidades da Itália, notadamente Bolonha⁵.

A grande dificuldade de escrever sobre essa época é a escassez das fontes. Nosso relato começa no século IV, quando ainda há muitos escritores a descrever os acontecimentos na bacia Mediterrânea. Quanto à Península, destaca-se

⁵ A partir do século XI, inicia-se um movimento intelectual de estudo do *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano, sob a batuta de Irnério, Pepono e outros. O epicentro desse movimento, a Escolástica, é a universidade de Bolonha e de lá se espalha pela Europa, inclusive para a Península Ibérica.

Prudêncio, na descrição da vida dos mártires das últimas perseguições⁶, com seu estilo apologético. A partir do século V, entretanto, o mundo romano desaba e com ele o número de pessoas letradas, sobretudo nas províncias mais periféricas, como a Península Ibérica. Hidácio, bispo de Chaves desponta como fonte necessária desse período, pelo menos até 468, data em que encerra seu *Cronicon*. A ele se soma Orósio, que descreve a autação dos priscilianistas na Península, em sua *Historiae adversus paganos*. E, a partir de fora, revela-se importante o testemunho de Santo Agostinho, São Jerônimo, Olimpíodoro e vários outros. No século VI, as fontes se escasseiam ainda mais, sem prejuízos de nomes importantes como São Marinho de Dume e Gregório de Tours. Ressurgem, porém, mais ativamente no século VII com Santo Isidoro de Sevilha, João de Biclaro, São Julião de Toledo, São Bráulio de Saragoça e outros.

Na verdade, nosso conhecimento sobre essa época deriva muito da onda nacionalista romântica que surgiu na Alemanha do século XIX, na esteira da unificação daquele país. De fato, importantes nomes da história do direito se debruçaram sobre antigos textos e pergaminhos e começaram a escrever sobre o legado jurídico dos povos germânicos, tais como Zeumer, Mommsen, Brunner, Mitteis, Amira e vários outros; alguns acentuando o traço germânico no direito visigótico e outros salientando o legado romano. Essa onda de interesse pelo direito na Antiguidade Tardia se propagou pela Península, revelando expoentes como Rafael Ureña, Hinojosa, Teófilo Braga, Merêa e vários outros, sem se esquecer do acréscimo trazido por ingleses como P. D. King, E. A. Thompson, além de italianos como Patteta, Calasso etc. Torna-se tedioso citar todos que contribuíram para desvendar e interpretar o direito dessa época tão esquecida e, por isso, evito citar os vivos. Mas parece que tal curiosidade chegou a um ponto de exaustão, até que se descubra algum novo documento, quiçá um palimpsesto escondido num porão de algum mosteiro, que venha a desfazer todas as conclusões tidas até aqui.

⁶ Trata-se da obra *Liber Peristephanon*, do final do século IV.

Longe dessas discussões na Europa, nosso maior desafio é incentivar alguma curiosidade sobre essa época no Brasil (de onde venho). As Américas são tão voltadas para o futuro e tão pouco para o passado, embora se verifique, em sua produção cinematográfica, alguma curiosidade sobre a chamada Idade das Trevas⁷, no meio a tantas versões fantasiosas. A realidade dessa época, a rigor, excede em muito a fantasia dos roteiristas modernos, em todos os aspectos. Nesse objetivo de estimular o apreço pela Antiguidade Tardia, procuramos dividir nosso trabalho em três capítulos centrais. O primeiro relata os acontecimentos políticos do início do Baixo-Império, com a reforma de Diocleciano, com especial concentração na Península Ibérica. No segundo, tratamos da história da Igreja desde sua oficialização com Constantino, a questão das heresias e seu desenvolvimento na Península em torno dos concílios eclesiásticos. Por fim, enfocaremos na vulgarização do direito romano e a influência dos povos germânicos no cenário do Mediterrâneo. Carro chefe de nosso estudo, tentaremos resumir essa epopeia levada a cabo pelos visigodos, com a estreita participação da Igreja, em trazer a experiência jurídica do mundo antigo para os novos tempos que começam a surgir. Tempos apocalípticos, é certo, mas também estruturantes, na fusão de dois mundos, o clássico greco-romano com o elemento bárbaro-germânico, dentro da moldura dada pelo direito canônico.

⁷ Não empregaremos esse termo Idade das Trevas em nosso trabalho, pois um de seus objetivos é justamente salientar as luzes desse período. Preferimos, pois, Antiguidade Tardia, período que se inicia com Diocleciano-Constantino, no Baixo-Império, e termina com a invasão árabe de 711, no caso da Península Ibérica. Na Itália, terminaria com a invasão lombarda, em 568, e no Império Romano do Oriente, com Heráclio, em 610. Mas tal terminologia não é consensual.

2 - A ANTIGUIDADE TARDIA

2.1 - A SITUAÇÃO GERAL NO BAIXO-IMPÉRIO

Uma fase importante do Império Romano se inicia com a dinastia dos Severos. Não se trata exatamente do início da decadência, frequentemente atribuída à subida de Cômodo, em 160 DC, nem do início do Baixo-império, que teria começado com as reformas de Diocleciano, a partir de 285 DC. Mas no reinado de Sétimo Severo (196-211) são conquistadas cidades importantes do moribundo Império Parta arsácida, na Mesopotâmia, como Babilônia, Selêucia, Ctesifonte e outras. O africano Sétimo Severo, ademais, casa-se com a síria Julia Domna, filha de um sacerdote de Baal⁸. Abre-se então para o Império Romano uma forte influência da cultura oriental, à semelhança do que havia já ocorrido anteriormente, quando Roma incorporara civilizações marcantes, como a Grécia e o Egito; e o que já havia também ocorrido com o Império de Alexandre o Grande, quando absorveu o Império Persa aquemênida.

Durante o principado de Heliogábalo (218-222), sobrinho de Julia Domna, cresceu muito a influência das religiões orientais, diante do apoio pessoal do imperador, ele mesmo adepto de práticas sincréticas extravagantes⁹. O cristianismo acabou se beneficiando dessa moda orientalista, período que coincide com o surgimento dos primeiros grandes filósofos da cristandade. São, pois, dessa época, Clemente de Alexandria, um dos primeiros a fazer a ponte entre helenismo

⁸ Baal, ou Moloch Baal, era um deus fenício com corpo humano e cabeça de touro, cuja adoração se difundira na bacia Mediterrânea, inclusive na Etrúria e em Roma, a partir de Cartago. Seu culto incluía sacrifícios de crianças.

⁹ Heliogábalo subiu ao trono com 14 anos e foi assassinado aos 18 anos. Suas práticas extravagantes não se restringiam ao seu comportamento sexual pervertido, mas à adoração do deus El-Gabal, do qual era sacerdote em Emesa, o que inspirou o seu nome.

e cristianismo, Orígenes, filósofo e pensador cristão também alexandrino, que explorou as ideias de Platão sobre a dicotomia entre espírito e matéria, além de Tertuliano e Cipriano em Cartago.

Mas não foi só o cristianismo que se desenvolveu nesse período. Surgiram também o maniqueísmo e dezenas de outras seitas gnósticas, trazendo uma fusão da religião persa com o cristianismo, com elementos helenizantes, judaicos, egípcios e todo tipo de orientalismo que a imaginação da época poderia contemplar. De fato, torna-se corrente no século III o culto a Mitra, a Isis, a Osiris, ao Sol Invicto¹⁰ e a várias outras divindades, até entre pessoas nascidas bem longe de onde tais crenças teriam se originado. As religiões nacionais perdiam, pois, importância para outras, trazidas de todas as partes do Império. Esse fenômeno de sincretismo religioso decorre muito da intensificação das relações comerciais e culturais dentro das fronteiras do Império, muito fomentada pela rede de estradas e vias de navegação.

As atividades militares também contribuíram para essa fusão cultural e religiosa, pois o exército recrutava soldados em todas as províncias do Império, para atuar onde quer que fosse necessário. Após cumprir o serviço militar, o legionário geralmente se fixava no local onde havia servido. Nesse sentido, aportava sua cultura e sua religião para outros cantos do Império e, lá se casando, os seus filhos herdavam suas crenças, mesclando-a com as de sua mãe, frequentemente uma habitante local. Esse fenômeno ocorreu notadamente no *limes* do Reno, Danúbio, Britânia, Hispânia¹¹, Mauritânia, Mesopotâmia etc.

¹⁰ O imperador Constantino era adorador do Sol Invicto, cunhando até moedas com sua esfígie, já que só foi batizado no seu leito de morte.

¹¹ Muitos autores enxergam a existência de um *limes* no norte da Hispânia, nos séculos IV e V, ao longo da cordilheira cantábrica, isolando astures, cantábricos e bascos. A *legio VII Gemina* instalada em León se justificaria para o controle da tal ameaça. Outros, entretanto, entendem que a linha de fortes e castros ao sul da cordilheira cantábrica representaria uma retaguarda fortificada para enfretar eventuais desembarques na costa norte da Península. Javier ARCE, em *El último siglo de la España romana, 284-409*, Alianza Editorial, Madrid, 2009, apêndice I, ressalta a falta de notícia de qualquer rebelião na região durante os citados dois últimos séculos do Império do Ocidente. Segundo o autor, tal linha de fortes serviria mais para proteger o transporte da *annona* pelas estradas até os cofres imperiais.

De outro lado, a religião oficial de Roma tinha perdido muito de sua popularidade. Isso ocorria mesmo na *urbs*, onde, apesar de tudo, a ordem senatorial ainda a cultuava, mais por patriotismo e saudosismo das glórias passadas do que por convicções religiosas. De fato, aquele panteão de deuses, com muitos vícios humanos e poucas virtudes divinas, vinha perdendo terreno para as religiões orientais, que apresentavam grande poder de sedução, com suas propostas mirabolantes de salvação do mundo. A prática da religião oficial, por sua vez, restringia-se a rituais que não provocavam qualquer comoção nas pessoas. Enfatizava mais o culto à pessoa do imperador (considerado um dos deuses do panteão) do que propriamente a redenção da humanidade ou qualquer outra proposta salvífica. O paganismo greco-romano clássico, apesar de ainda encontrar alguns adeptos ilustres no final do Império, como a matemática Hipácia¹² em Alexandria, vinha sobrevivendo mais entre os camponeses distantes dos centros urbanos¹³.

Outro fato histórico que repercutiu na história das religiões no Baixo-império foi a grande irrupção bárbara, em meados do século III. Com efeito, aproveitando-se da anarquia militar que se seguiu à dinastia dos Severos, povos germânicos (godos¹⁴, alamanos, francos e outros) atravessaram as fronteiras do Império, tanto no Reno quanto no Danúbio, e devastaram províncias tão interiores quanto a Lusitânia¹⁵, a Anatólia, Grécia etc. Levaram consigo milhares de cativos. Suas várias incursões, por terra e por mar, deixaram um legado de destruição e insegurança, o que levou muita gente a crer no fim dos tempos. Diante dessa situação de desespero, as pessoas passaram a se apegar a religiões que

¹² Filósofa e matemática pagã de Alexandria. Foi morta barbaramente em 415, por uma multidão de populares, insuflados pelo patriarca cristão Cirilo.

¹³ No Baixo-império, o termo “pagão” veio designar aqueles que habitavam o meio rural, o *pagus*, sendo seus habitantes os *pagi*, em contraposição aos cristãos predominantes nas cidades.

¹⁴ Os godos atravessaram o Danúbio, em 263 DC, e chegaram a saquear Bizâncio, em 267 (antes da fundação de Constantinopla), até serem derrotados por Galieno em Naissus, em 269 DC. Deles falaremos detidamente no capítulo 3 adiante.

¹⁵ Nessa época, Conímbriga teve de erguer muralhas, as quais lhe foram úteis posteriormente para se proteger dos suevos.

propusessem a salvação da humanidade, eis que as previsões do Apocalipse de São João se revelaram bem eminentes. Cite-se também que, com a decadência dos serviços públicos imperiais enfrentados nessa época, estes foram substituídos pela rede assistencial montada pelos cristãos, os quais, movidos pelo sentimento de caridade, angariaram grande popularidade entre os necessitados.

A paz no Império, entretanto, foi restabelecida com a dinastia ilírica, sobretudo graças às profundas reformas militares, administrativas e tributárias, empreendidas por Diocleciano¹⁶. Este imperador se deparou com o significativo crescimento do cristianismo, o que certamente contribuiu para a sua decisão de tentar extirpá-lo, empreendendo as perseguições de 303-311¹⁷. Dessa forma, quando Constantino chegou à púrpura, encontrou a Igreja em ebulição. Muitos cristãos sobreviventes das perseguições ainda estavam vivos, e vários deles presentes no Concílio de Nicéia, em 325. Fora isso, o maniqueísmo, que havia sido proscrito por Diocleciano, em 279, estava igualmente vivo e saudável, assim como outras seitas gnósticas. O cristianismo, porém, se havia cindido. Na África, aqueles que, durante as perseguições, apostataram para salvar sua vida, os *lapsi*, com o cristianismo legalizado, vieram a ser duramente perseguidos pela seita liderada por Donato¹⁸. Note-se que Roma também já havia conhecido um cisma, em torno da disputa do papado por Novaciano¹⁹, no séc. III.

¹⁶ Com Diocleciano (284-305) nasce o Baixo-império, que é dividido numa Tetrarquia, entre dois augustos (Diocleciano e Maximiano) e dois césares (Galério e Constâncio Cloro). Empreende reformas significativas, separando a administração civil da militar. No exército, cria legiões móveis (comitatenses) e de fronteira (*limitanei*). O “Principado” cede lugar ao “Dominato”, com um imperador teocrático do tipo oriental.

¹⁷ A Península Ibérica foi alvo de sistemáticas perseguições, chefiadas por Daciano, tendo martirizado cristãos como Eulália, Vicente, Felix, Narciso, Severo, Engrácia, Brissos, Veríssimo, Máxima, Júlia e vários outros. Sua estória é narrada pelo escritor contemporâneo Prudêncio de Saragoça, em sua obra *Liber Peristephanon*.

¹⁸ O donatismo nasceu da disputa em torno da sede episcopal de Cartago, entre Donato e Ceciliano, no início do século IV. Ceciliano era acusado pelos donatistas de ter apostatado na época das grandes perseguições de Diocleciano. Tal heresia pregava a expulsão de todos os ditos traidores, e durou três séculos, embora restrita à África.

¹⁹ Novaciano, o antipapa, defendia que aqueles que tivessem apostatado nas perseguições de Décio (250) só poderiam ser readmitidos no seio da Igreja com novo batismo. Cipriano de Cartago, por outro lado, opunha-se a essa visão, dando ênfase ao arrependimento.

Mas foi em Alexandria, epicentro das seitas gnósticas, que o caldeirão transbordou, surgindo uma heresia que contaminou a cristandade por mais de três séculos. Ao divagar sobre a Santíssima Trindade, Ário²⁰ concluiu que o Filho fora criado pelo Pai e, portanto, lhe era inferior. O que parecia uma questão meramente filosófica, trouxe séria ameaça a toda uma concepção de mundo, defendida por um cristianismo recém-alçado à legalidade e em vias de se tornar majoritário no Império. Ora, se o Filho é inferior ao Pai, a religião cristã perde seu principal diferencial, que é a divindade de seu fundador. Além disso, a Igreja criada por Pedro, por ordem de Cristo, perde igualmente seu prestígio. Por sinal, o imperador, ungido pela Igreja, também o perdia, não lhe interessando uma cisão dentro daquilo que se tinha convertido numa importante fonte de sua legitimidade.

Os sucessores de Constantino no Oriente, no entanto, abraçaram o arianismo, notadamente Constâncio e Valente. Talvez, a virtual dessacralização da Igreja, resultante da redução da divindade de Cristo, a tornasse mais controlável pelo imperador. Durante o reinado desses imperadores, o arianismo chegou a ser ratificado por concílios pretensamente ecumênicos, como o de Sárdica e de Rimini²¹.

À heresia ariana sucederam-se ainda outras, notadamente o monofisismo²² e o nestorianismo²³, trazendo ideias igualmente perigosas sobre as naturezas humana e divina de Cristo. O Império do Oriente foi o mais afetado. Roma, no entanto, ficou a salvo dessa maré de heresias, em parte porque os latinos são

²⁰ Trataremos de Ário no capítulo 3.1.2 adiante.

²¹ Vide capítulo 3.1.4 adiante.

²² O monofisismo era a heresia defendida por Eutiques (378-456), arquiandrita em Constantinopla, que entendia que havia uma só natureza encarnada em Jesus. Tal tese foi repelida pelo Concílio de Constantinopla de 448, que reconheceu as duas naturezas de Cristo após sua encarnação, a humana e a divina.

²³ O nestorianismo era a heresia defendida por Nestório (386-451), bispo de Constantinopla, que negava que Nossa Senhora tivesse portado Deus em seu útero, não sendo pois *theotokos*. A ele se opôs firmemente Cirilo, patriarca de Alexandria, que promoveu sua condenação no Concílio de Éfeso em 431 e no de Calcedônia de 451. Os nestorianos foram banidos do Império e se espalharam Ásia adentro, tendo até sido encontrados mil anos depois na Índia pelos navegadores portugueses, que os denominaram “cristãos de São Tomás”, em referência ao seu patriarca Tomás de Mossul.

menos dados a especulações filosóficas do que os gregos. A questão das heresias sobre a Santíssima Trindade, contudo, se mostra vital para compreendermos os séculos IV, V e VI. Isso, não somente pela questão teológica em si (o cristianismo, afinal, está na base da cultura ocidental), mas também para compreender as divisões de poder que surgiram na época. Lembre-se de que, com o cristianismo, o poder imperial ganhou nova legitimidade, arvorando-se na missão de construir o reino de Deus na Terra, tendência essa que se acentuou com Teodósio. Nesses tempos, o cristianismo ganhou o *status* de religião oficial do Império, e ser cristão passava a ser uma exigência para a ascensão a cargos públicos²⁴. Os assuntos internos da Igreja, assim como a orientação teológica adotada, assumiram a natureza de questão de Estado. E o Concílio de Constantinopla, convocado por Teodósio, em 381, finalmente impôs a fórmula de fé nicena como lei expressa, no sentido de que o Filho é consubstancial ao Pai.

Com efeito, a questão das heresias provocou graves cisões dentro da Igreja e, conseqüentemente, no seio do Império. Internamente, o Concílio de Constantinopla logrou resolver a questão ariana, assim como os Concílios de Éfeso e de Calcedônia tentaram por fim às controvérsias do nestorianismo e do monofisismo. Mas, durante o período em que o arianismo inflamava a corte dos filhos de Constantino, os godos vieram a ser catequisados no rito ariano pelo bispo Ulfila²⁵. Essa nação foi a primeira dentre os bárbaros a se tornar cristã e a se fixar dentro das fronteiras do Império. Inicialmente, na condição de federados, os godos acabaram por saquear Roma e, em seguida, se instalaram na Aquitânia, formando um reino próspero, que perdurou na Península Ibérica até o século VIII. Conferiram assim uma sobrevida à heresia ariana, até se tornarem católicos no reinado de Recaredo, em 589. A vantagem do arianismo para os germânicos é que os permitia, ao se tornarem cristãos, abraçar a civilização romana, sem criar

²⁴ Nessa esteira, o Código de Teodosio, em 429, passou a vedar expressamente aos judeus exercerem cargos públicos civis e militares. Tal restrição continuou em vigor em toda a legislação visigótica que se seguiu.

²⁵ Ulfila será devidamente abordado no capítulo 3.5.1.

vínculos de subordinação com a Igreja de Roma e com o imperador. Nas províncias por eles dominadas, o arianismo assumia assim um símbolo da identidade nacional.

As heresias tiveram influência no declínio do Império? É difícil afirmar. A época em que se alastraram coincide com a lenta decadência de Roma; mas foram muito mais inflamadas no Império Romano do Oriente, o qual sobreviveu ainda por mil anos. O certo é que só ganharam força quando o Império se tornou cristão. E, por sinal, no Império Bizantino, em que Igreja e Estado continuaram, durante séculos, mantendo uma relação semelhante àquela que vigorava no Baixo-império, as heresias só prosperaram, como foi o caso do monotelismo²⁶, da iconoclastia²⁷ etc. Pode-se, contudo, afirmar que o cristianismo e a Igreja acabaram saindo fortalecidos dessa prova de fogo. O surgimento de interpretações heterodoxas sobre os mistérios da fé foram obrigaram as cabeças pensantes da Igreja de então a melhor definir sua religião, por exclusão. Nesse sentido, contribuíram muito para a consolidação de sua teologia, contra desvios que poderiam comprometer sua energia, para a grande expansão que viria a empreender nos séculos seguintes.

²⁶ O monotelismo, de certa forma, deriva do monofisismo. Entende que, apesar das duas naturezas de Cristo, haveria uma só vontade, pois sua vontade humana seria tão perfeita que se identificaria com a divina. Seu defensor foi o patriarca Sérgio de Constantinopla, mas acabou sendo condenada pelo terceiro Concílio de Constantinopla em 681.

²⁷ A excessiva adoração de imagens e relíquias no século VIII acabou gerando forte reação do imperador Leão III, o Isáurio, que, em 730, mandou destruir os ícones e as estátuas das igrejas de Constantinopla. A essa heresia se deu o nome de “iconoclastia”, revelando forte influência do islamismo, que proibia a reprodução da imagem de Deus. A questão foi resolvida no segundo Concílio de Nicéia, de 787; mas de forma definitiva somente no quarto Concílio de Constantinopla de 869.

2.2 - A PENÍNSULA IBÉRICA NO BAIXO-IMPÉRIO

Roma conquistou a Península Ibérica em decorrência da 2ª Guerra Púnica. Cartago detinha o sul da Península, notadamente a Bética e a Costa Mediterrânea. Daí partiu o exército de Aníbal para atravessar os Alpes e invadir a Itália, com seus elefantes e um grande contingente de soldados íberos. Quando finalmente foi derrotado, Roma passou, então, a dominar diretamente as regiões antes ocupadas pelo Império Cartaginês. A romanização do Sul da Península, portanto, começou cedo, já no século III AC, mas o resto ainda era habitado por povos compostos por diversos níveis de miscigenação entre íberos e celtas, os celtíberos, à exceção dos países bascos, com sua população pré-indoeuropeia²⁸.

O Norte demorou mais para ser conquistado. A Lusitânia só o foi em 139 AC, com a morte de Viriato, após anos de resistência. Em 133 AC, cai Numância, bastião de resistência celtíbera na Hispânia, e as tropas romanas avançam até a Galécia, a qual só será conquistada com Pompeu, mas nunca totalmente romanizada. Os romanos constroem um cinturão de legiões isolando as montanhas do Norte, tendo como principal centro a cidade de Legio VII²⁹ (León). O resto da Península se abre assim à romanização, a qual foi mais profunda na Bética, onde se encontram importantes cidades como Itálica³⁰, Córdova e Hispalis (Sevilha). Mas, também, na Tarraconense, com Cesaraugusta (Saragoça), e, na Lusitânia, com Emerita Augusta (Mérida), Scalabis (Santarém) e Pax Julia (Beja). Na Galécia, a principal atividade econômica se baseia na mineração, mas algumas cidades igualmente florescem, como Bracara Augusta (Braga), Asturica Augusta

²⁸ A origem dos bascos é desconhecida; muitos enxergam sua semelhança com os iberos e até com os georgianos. MENENDEZ Pelayo, Marcelino, em *Historia de los Heterodoxos Españoles*, vol. I, Biblioteca de los Autores Cristianos, identifica o povo euskal como sendo de raça turânica, da Ásia.

²⁹ León deve suas origens à fixação da legião *Legio VII Septima Gemina Felix*, criada por Galba em 69 DC.

³⁰ Itálica se situa um pouco ao norte de Sevilha, e é a cidade onde nasceu o imperador Trajano em 53 DC.

(Astorga), Lucus Augusti (Lugo) etc. No final do império, aliás, a Galécia tinha se tornado importante centro mineiro³¹.

Acrescente-se a isso a abertura de estradas³², as quais serviram de via de penetração da romanização, além de via de mobilização do exército. Destaca-se a que vinha de Bordéus, passando por Cesaraugusta até Emerita Augusta; a que seguia pela Costa Mediterrânica desde a Gália; a que vinha de Hispalis, passando por Emerita Augusta até Asturica Augusta (Via da Prata), a que partia de Olisipo (Lisboa), por Conímbriga indo além de Bracara Augusta etc.

No Baixo-império, entretanto, a Península Ibérica não ficou a salvo do processo de empobrecimento e ruralização por que passou toda a Europa. Tal processo foi, ao mesmo tempo, causa e consequência das reformas empreendidas por Diocleciano, haja vista a crescente pressão que os bárbaros exerciam nas fronteiras do Império. A Península foi dividida em cinco províncias³³: a Bética ao sul, a Lusitânia a oeste, a Galécia a noroeste, a Tarraconense ao longo do Ebro até o Mediterrâneo e a Cartaginense no centro da Península. A diocese da Hispânia, que também incluía a Tingitânia³⁴ no norte da África³⁵, tinha capital em Emerita Augusta e era dependente da Prefeitura das Gálias, com capital em Treveris. O exército passou a ocupar um espaço importante tanto na administração pública quanto na sociedade. Já havia muito que a sociedade romana sofrera profundas alterações da sua época clássica. O poder vinha se concentrando nas mãos do imperador em detrimento da classe senatorial. O senado, aliás, vinha se

³¹ Até hoje podem ser vistas as ruínas da atividade mineira aurífera em las Médulas, nas montanhas do Bierzo.

³² Vide mapa de estradas romanas no Baixo-império na página 60.

³³ Vide mapa das províncias ibéricas no Baixo-império na pág. 61.

³⁴ Na reforma de Diocleciano, a *Mauretania Tingitania* foi destacada da província da África para ser integrada à diocese da Hispânia. Suas instalações militares serviam de linha de frente para impedir uma invasão moura pelo estreito.

³⁵ As ilhas Baleares não chegavam a constituir uma província autônoma, sendo provavelmente vinculadas à Cartaginense. Nesse sentido, Javier ARCE, em *El último siglo de la España romana, 284-409*, ALianza Ed. pag. 65, lembra que, no século VII, os habitantes das ilhas dependiam do metropolitano de Cartagena.

restringindo a um papel simbólico se comparado à época da República. As magistraturas eleitas, que tinham feito a glória da civilização latina, perderam espaço para um funcionalismo público que orbitava em torno do imperador e da casa imperial.

Com efeito, a ordem senatorial vinha perdendo poder para a ordem equestre, em razão da ascensão desta última a começar pelo exército. Desde o reinado de Galieno (253-268), a ordem senatorial se viu vedada a participar do exército, talvez pelo fato de o imperador temer que seus integrantes ganhassem prestígio com as armas e viessem a pleitear a púrpura.

Eis que, nessa fase do Império, frequentemente eram as legiões que aclamavam o imperador. Aliás, dada a crescente pressão nas fronteiras, o contingente militar foi substancialmente aumentado por Diocleciano, de 350 mil a 400-500 mil. Com isso, os gastos do erário ³⁶ também cresceram exponencialmente. Uma nova máquina administrativa, de extraordinárias proporções, foi montada, com a finalidade de arrecadar tributos e fiscalizar sua aplicação. Nessa esteira, a ordem equestre ocupou esse espaço e ascendeu ao poder. Para fazer frente às despesas com as forças armadas, fez-se necessário incrementar um sistema tributário que exigia um funcionalismo público fiel e servil. Assim, uma característica inexorável do Baixo-império foi a ascensão da ordem equestre via exército ou via administração pública. Aliás, já não se dividia a alta sociedade em ordens senatorial e equestre, mas em *honestiores* e *humiliores*, seguindo outros critérios que não o antigo *cursus honorum* ou o censitário. As antigas magistraturas da República, eleitas pelos cidadãos, deram lugar a novas, nomeadas diretamente pelo imperador, como os *comes*, *dux*, *magister militum* etc.

³⁶ O termo erário (*aerarium*), na Roma imperial clássica, significava o dinheiro pago pela população para o sustento do exército. Distingua-se do fisco (*fiscus*), que se destinava aos cofres imperiais. No Baixo-império, contudo, com o agigantamento do poder imperial, inclusive se ocupando cada vez mais das despesas públicas, o *fiscus* foi absorvendo o erário.

Em decorrência desse processo, o peso do Estado exigiu uma pesada tributação³⁷ e isso influenciou diretamente na demografia do Império. Os habitantes das cidades fugiram para o campo, a fim de evitar os altos impostos, mais facilmente cobráveis nas cidades. Nos campos, somente os grandes proprietários logravam suportar a carga tributária; os pequenos agricultores acabavam falindo e arrendando sua força de trabalho para os grandes senhores de terra. As cidades se esvaziaram³⁸, e o campo assistia a uma concentração de terras nas mãos de latifundiários, os *potentiores*. Os senadores, afastados da carreira militar, concentravam-se assim nas vilas rurais, em torno das quais se aglomerava cada vez mais uma população de protegidos no intuito de se refugiar do pesado fisco. Tal população encontrava emprego no exército particular do latifundiário, ressaltando que a segurança da população se tornou igualmente mais precária durante o Baixo-império, não só pelas incursões dos bárbaros, como também das revoltas de camponeses oprimidos (*bagaudas*³⁹) ou das guerras civis entre militares ambiciosos.

Esse processo geral de ruralização do Baixo-império também ocorreu na Península, com suas características inexoráveis de concentração de renda e ascensão de uma classe de títeres mais ligados à pessoa do imperador. A maioria das cidades da Península estava situada no Sul, e geralmente se associa a urbanização à romanização. Mas se isso é verdade durante o Alto-império, não o foi forçosamente nos séculos IV e V. As grandes cidades ainda se mantiveram de pé, mas o latifúndio progrediu ao Norte, sobretudo na Galécia e Cantábria. Nessas regiões, a romanização chegou depois da Bética e da Tarraconense, e se apoiou na grande propriedade rural e na exploração das minas de ouro. Suas elites

³⁷ A respeito, vide a obra de Silvio Augusto BASTOS MEIRA, *Direito Tributário Romano*, Ed.UFPA, Belém 2013.

³⁸ Esse processo de esvaziamento das cidades se verificou mais na Europa do que no Oriente, em que, no Baixo-império, floresceram grandes aglomerações urbanas, como Alexandria, Antioquia e Constantinopla.

³⁹ Os *bagaudas* representaram vários focos de revolta camponesa no século V, tanto na Tarraconense como no vale do Loire. Tais revoltas tinham origem na pesada carga tributária sobre os *humiliores*. Deles falaremos mais adiante.

latifundiárias forneceram quadros importantes para o Império Tardio. Exemplo disso é Teodósio, natural de Cauca (Coca), na Meseta setentrional. Durante seu reinado, cercou-se de compatriotas latifundiários e de familiares que lhe garantiam fidelidade. Outro exemplo é o usurpador Máximo, natural da Tarraconense, província que ele favoreceu durante seu *imperium* na Gália. O campo, que outrora era visto como local de lazer, passou a concentrar a atividade econômica do Baixo-império. E a classe dos *potentiores*, por sua vez, acabou assumindo um papel preponderante entre as que circundavam o imperador. Tornaram-se os principais protagonistas dos eventos ocorridos no Baixo-império, tanto na casa imperial, quanto no exército e no clero.

2.3 - A IRRUPÇÃO DOS BÁRBAROS NA PENÍNSULA IBÉRICA

2.3.1 - Origem das invasões

A irrupção bárbara no Império Romano⁴⁰ constitui certamente um dos episódios mais interessantes na história da humanidade. Marca o fim da Antiguidade e a passagem para a Idade Média. As imagens de hordas famintas e sanguinárias invadindo a região mais desenvolvida e sofisticada do planeta, saqueando, destruindo, chacinando e violentando se fazem presentes na mente de todos⁴¹. As notícias sobre o saque de Roma por Alarico e, posteriormente, pelos

⁴⁰ Vide mapa das invasões bárbaras na Península Ibérica, de 409 a 429 DC, na pág. 62.

⁴¹ Vale citar aqui a passagem mais conhecida do Cronicon de Hidácio: “40 – *Fames dira crassatur adeo ut humanae genere ui famis fuerint devoratae; matres quique vel coctis per se natorum suorum sint paste corporibus; bestie, occisorum gladio fame pestilentia cadaveribus adsuetate, quosque hominum fortiores interimunt eorumque carnibus paste passim in humani*

vândalos só pioram esse pesadelo, o qual é invocado toda a vez que uma nação civilizada é atacada por povos menos desenvolvidos.

Imagina-se também que antes da invasão, na região abrangida, tudo era esplendoroso e, após, tudo se tornou trevas. Na verdade, entretanto, esse processo foi mais gradual do que se imagina. Levou mais de um século desde que o imperador Valente, por volta de 375, autorizou a instalação de visigodos na margem direita do Danúbio, até a deposição de Rômulo Augusto, em 476. A rigor, os bárbaros germânicos tinham profunda admiração pelo Império Romano quando entraram nas suas fronteiras, e boa parte deles já era cristão, apesar de ariano. E esses invasores, mesmo após terem invadido o Império, poderiam perfeitamente ter sido assentados e integrados, se não tivessem sido sucedidos por outras invasões posteriores. Essa assimilação quase ocorreu com os godos instalados na Aquitânia, os francos no norte da Gália ou mesmo com os suevos na Galécia. Mas sobrevieram novas perturbações para o Império que enfraqueceram mais ainda o poder central, como foi o caso da horda hunna de Átila, impossibilitando a incorporação daqueles povos que, bem ou mal, já estavam pacificados dentro das fronteiras. Seja como for, a invasão bárbara deu o golpe de misericórdia no Império do Ocidente, e levou irreversivelmente a Europa a uma outra fase de sua história.

Houve invasões anteriores à do final do século IV. No século III, o Império, dividido por guerras civis, conhece uma grande irrupção de germanos e outros povos d'além Danúbio, que devastaram sistematicamente a Grécia e a Anatólia e chegaram até a Lusitânia, levando as cidades locais ao expediente de

generis efferantur interitum. Et ita quantuor plagis ferri famis pestilentie bestiarum ubique in totó orbe sevientibus, predice a domino per prophetas suos adnuntiationes implentur". ("Uma fome atroz se estende por toda parte, até o ponto de homens famintos comerem carne de homens; incluindo as mães que comem os corpos de seus filhos os quais haviam matado e cozinhado. As bestas selvagens, acostumadas aos cadáveres das vítimas da espada, da fome ou da peste, acabam com os homens mais fortes e saciadas com sua carne se lançam por todo lado na destruição do gênero humano. E assim, com as quatro pragas, a espada, a fome, a peste e as feras, que se apropriam do mundo inteiro, cumprem-se as predições do Senhor anunciadas por seus profetas.")

terem de erguer muralhas (vide Conímbriga e Egitânia⁴²), inclusive a própria *urbs* ergueu as suas⁴³. Essa irrupção do século III, finalmente, foi rechaçada, mas teve consequências marcantes, inclusive dando origem a uma fase de concentração de poder sem precedentes nas mãos do imperador, a qual se traduziu na autocracia/teocracia do Baixo-império, o chamado Dominato. Com essa nova organização política e administrativa, o Império experimentou então uma fase de relativa estabilidade e segurança militar durante mais de um século, se considerarmos a subida à púrpura da dinastia ilírica até o fim do reinado da casa de Teodósio.

Para fins de nosso trabalho, cumpre destacar as duas primeiras grandes invasões que acabaram por repercutir na história da Península Ibérica. Trata-se da invasão goda que teve início no Danúbio, na segunda metade do século IV, e da invasão do Reno, em 406, por um conglomerado de povos vindos de várias partes da Germânia e das estepes citas. Contudo, vale elucidar a origem dos godos, o mais vigoroso dos germanos, e o povo com que se identifica o próprio fim da Antiguidade.

2.3.2 - A invasão goda no Danúbio

As primeiras observações escritas sobre os godos provêm de Tácito, em sua obra do século II, *Germania*, que os situa entre o médio Oder e o Vistula. Designou-os de *gutones*, e aponta já para uma formação política mais centralizada

⁴² Vide foto atual das muralhas de Egitânia (Idanha-a-velha) na pág. 63.

⁴³ As muralhas que ainda hoje são vistas em Roma datam do principado de Aureliano (270-275), e foram construídas após os distúrbios do século III. As anteriores que lá existiam datavam do reinado de Sêrvio Túlio, século VI A.C. Roma ficou assim sem necessidade de defesas durante mais de oitocentos anos.

em torno de estirpes aristocráticas⁴⁴. Mais tarde, no século VI, Jordanes descreve a saga de seu povo, do que se extrai, escoimando os elementos apologéticos, que se teria dirigido das margens do Báltico para as do Mar Negro, conduzidos por seu chefe Berig, num prazo de algumas gerações. Note-se que para tal epopeia, aos godos originários se uniram em seu curso outros povos, como hérulos, vândalos, jutos e outros. Quando derrotavam seus inimigos, eram eliminados os respectivos chefes e a aristocracia, sendo que o povo passava em bloco para a clientela (*Gefolge*) do chefe germano vencedor. Essa etnogênese na formação da população goda foi característica dos povos bárbaros de então, ganhando o nome de *Stammesbildung*, sem a qual não se explicaria a formação de tamanhos contingentes populacionais surgindo nas fronteiras romanas.

Na região do Mar Negro e nas estepes euroasiáticas, entraram em contato com povos nômades de raça iraniana, produzindo o que G. Vernadsky⁴⁵ chamou de sarmatização dos godos, que lhes fez desenvolver novas tecnologias militares, especialmente baseadas na cavalaria ligeira⁴⁶. Entraram também em contato com as cidades helenizadas da Costa Pontina, cuja influência veio a ser ainda mais decisiva. Chegaram então a formar um poderoso reino unificado no século III, estendendo-se do Danúbio até o Don⁴⁷. A partir de 238, aproveitando-se de litígios intestinos no poder romano, empreenderam incursões aterrorizadoras na região do Egeu, inclusive Anatólia adentro. Foram os principais protagonistas das irrupções bárbaras do século III, que causaram profundas feridas no Império, até serem finalmente vencidos por Cláudio, o Gótico, e Aureliano, pelos idos de

⁴⁴ Vale transcrever suas palavras: “LVIII – *Au delà des Lygiens habitent les gotons, soumis à des rois qui leur tiennent la bride un peu plus haute déjà que chez les autres nations germaniques, sans que la liberté cependant soit encore opprimée*”.

⁴⁵ VERNADSKY, George, *A History of Russia*, Yale Press, 1943-69.

⁴⁶ GARCIA Moreno também relata essa sarmatização dos godos nas estepes euroasiáticas, quando tiveram contato com sármatas e alanos. Tal fator foi determinante não só nas suas técnicas militares, mas também na composição étnica de seu povo (GARCIA Moreno, Luis A., *Historia de España Visigoda*, 2008, pág. 31).

⁴⁷ Marcas desse estabelecimento godo do século IV, são encontradas a noroeste do Mar Negro, entre os rios Dniester e Dniepr, no sítio arqueológico de Cherniakhov, que parecem confirmar a saga contada por Jordanes, em sua crônica *Gética*.

260/270. A derrota frente aos romanos causou uma divisão interna nos godos. As tribos que se situavam a leste do Dniester, os greutungos ou ostrogodos, foram menos afetadas e permaneceram com uma estrutura monárquica unificada, encabeçada posteriormente pelo clã dos Amalos. Já aqueles que habitavam a oeste do Dniester até o Danúbio, os tervíngios, vésios ou visigodos, receberam maiores influxos de outros povos em sua etnogênesis, o que determinou uma estrutura mais descentralizada de poder, em torno de chefes de clã. Rechaçavam a forma monárquica e elegiam seus chefes militares, sobretudo dentre a estirpe, ou *Sippe*, dos Baltos. Ao longo do século IV, por conseguinte, os visigodos se expuseram a uma influência cultural romana muito mais intensa, adotando inclusive a religião cristã, na época contaminada pelo credo ariano.

Essa situação de relativo equilíbrio seria abalada, em 375, com a derrota dos ostrogodos frente a um povo asiático até então desconhecido do mundo antigo, os hunos, batalha essa em que é morto seu rei Hermanarico. Boa parte da aristocracia ostrogoda foi eliminada, mas um grande contingente de seu povo acatou a suserania huna, preservando inclusive certa identidade, sob a direção da estirpe dos Amalos, de que falamos. Os hunos prosseguiram então em direção a Oeste, pressionando também os visigodos, aos quais se haviam juntado refugiados ostrogodos e alanos. Em 376, o imperador Valente concede aos fugitivos, capitaneados pelos chefes tervíngios Fritigerno⁴⁸ e Alavivo, permissão para se instalarem do lado direito do Danúbio, na Mésia. Em pouco tempo, todavia, as relações com as autoridades romanas se inflamaram, e os visigodos se revoltaram, liderados por Atanarico e acrescidos por outros congêneres d'além Danúbio.

Valente decide então enfrentá-los em Adrianopla⁴⁹, antes mesmo da chegada dos reforços vindos do Ocidente, junto com seu imperador Graciano. Foi

⁴⁸ Voltaremos a falar de Fritigerno mais adiante no capítulo referente à conversão dos godos.

⁴⁹ Adrianopla é hoje a cidade de Edirne, na parte europeia da Turquia. As muralhas romanas ainda se encontram lá, e a cidade se orgulha atualmente da bela mesquita do célebre arquiteto Mimar Sinan, o Michelangelo otomano, construída sob a encomenda de Solimão, o Magnífico, no século XVI.

um desastre! A derrota sofrida pelas tropas imperiais se mostrou traumática, lembrando aquela sofrida por Varo na floresta de Teutoburgo, no ano de 9 DC. O próprio Valente morreu em batalha. A cavalaria ligeira chefiada por Alateo e Safrac, composta por ostrogodos e alanos treinados nas estepes, revelou-se decisiva para o desfecho da luta.

Graciano, contudo, logrou finalmente derrotar os godos. Em 380, impôs-lhes um tratado pelo qual se punham a serviço militar do Império como federados e os instalou na Panônia. Essa política de aproveitamento militar dos godos foi prosseguida por Teodósio, que inclusive criou unidades comitatenses⁵⁰ exclusivas de vésios, comandados por chefes de sua própria raça, o que consolidou ainda mais a sua coesão. Ciente do risco que isso representava, no entanto, Teodósio se esforçou também em explorar as dissidências internas dos germanos, sobretudo entre Atanarico e Fritigerno⁵¹, impedindo que elegessem um rei único dentro das fronteiras do Império. Nesse intuito, empregava-os em frentes de batalha distantes do seu local de aquartelamento, devendo aqui ser lembrada sua importante participação na batalha do rio Frígido⁵², contra Arbogasto, em 394, feito que unificou o Império pela última vez.

Os visigodos, entretanto, nunca abandonaram a aspiração de formar um reino autônomo dentro das protegidas províncias do Império e, nesse contexto, elegeram Alarico, do clã dos Baltos, como *rex Gothorum*, haja vista o seu destaque em campanhas militares recentes. Episódio que testemunha o funcionamento do mecanismo de *Heerköningtung*, pelo qual o chefe era eleito em

⁵⁰ Em geral, os mercenários bárbaros eram recrutados como simples auxiliares. Já as unidades comitatenses compunham o corpo de elite do Baixo-império. Tratava-se de um exército móvel estabelecido atrás das linhas, nas quais, em contrapartida, ficavam as unidades *limitanei*. Sua composição e sua distribuição no Império nos são reveladas pela *Notitia Dignitatum*, um catálogo dos cargos civis e militares do final do Império (início do século V).

⁵¹ Fritigerno era cristão e apoiava um acordo como os romanos. Já Atanarico era apegado à religião ancestral germânica, promovendo uma verdadeira perseguição aos convertidos.

⁵² Na batalha do rio Frígido, as legiões de Estílico, engrossadas pelos visigodos de Alarico, derrotam Eugênio e seu *magister militum* ostrogodo Arbogasto. Eugênio tinha liderado uma revolta senatorial em Roma para restaurar o paganismo no Império e foi morto na luta. A partir de então o cristianismo passa a reinar soberano no Império, unificado por Teodósio.

razão das suas habilidades militares, característico das monarquias militares germânicas da época, cercando-se de um séquito de estrutura clientelar (*Gefolgeshaft*). O peculiar é que essa unidade goda coesa passou a existir dentro das fronteiras do Império, apesar de, teoricamente, ao seu serviço. Aliás, após a morte de Estílico⁵³, Alarico veio inclusive a substituí-lo na função de *magister militum*, incorporando ao seu exército um séquito de 30 mil germanos que estavam a serviço daquele general⁵⁴.

Não demorou muito para estourar uma revolta, provocada pela falta de pagamento da *annona*⁵⁵ devida aos godos por seus serviços. Em decorrência, Alarico cerca e saqueia a “Cidade Eterna”, em 410, a qual não era tomada desde 390 AC, quando Breno e seus gauleses cercaram o Capitólio⁵⁶. Trata-se, sem dúvida, de um marco simbólico, mesmo que o saque dos visigodos tenha sido tímido se comparado àquele que os vândalos fariam depois, em 455⁵⁷. Enquanto isso, o imperador Honório, filho de Teodósio, permaneceu na segurança de Ravena, cidade que havia se tornado a última capital do Império do Ocidente e ficava protegida por pântanos. Mas sua irmã, Gala Placídia⁵⁸, que estava em

⁵³ Estílico, ou Estilício, foi o maior general de Teodósio. Era filho de um federado vândalo e uma patrícia romana. Derrotou diversas vezes Alarico, e, enquanto viveu, impediu o predomínio visigodo. Foi finalmente assassinado, em 408, por ordem do imperador Honório, invejoso de sua glória.

⁵⁴ Luiz A. Garcia MORENO (op. cit., p. 35) narra que, com a morte do *magister militum*, uniram-se a Alarico 30 mil bárbaros outrora sob as águias romanas, inclusive 12 mil ostrogodos que Estílico havia escolhido entre as tropas de elite de Radagásio, derrotado na batalha do Rio Frígido. Com esse contingente, as hostes de Alarico reuniram 100 mil homens, daí a inevitabilidade de nomeá-lo *magister militum* em substituição.

⁵⁵ *Annona*, originariamente, era a deusa itálica do abastecimento, simbolizada por uma espiga. Com Sétimo Severo, foi instituída a *annona militaris* para suprir as exigências alimentares do exército, consistindo numa prestação *in natura*. De início era excepcional, depois virou permanente e cobrada sobre a propriedade fundiária. Já com Diocleciano, a *annona* passou a ser recolhida em dinheiro.

⁵⁶ Em 390 AC, hordas gaulesas lideradas por Breno cercaram e sitiaram o Capitólio durante meses sem conseguir tomá-lo. Tentaram inclusive uma incursão noturna, mas foram denunciados por gansos que lá eram criados, num proverbial episódio. A paz foi finalmente comprada a peso de ouro, e, quando os romanos derrotados reclamaram da cobiça gaulesa, Breno lhes lembrou: *Vae victis!* (Ai dos vencidos!)

⁵⁷ Alarico, já cristão, chega até a reprimir os estupradores, em violação ao direito dos soldados ao butim de guerra, comum na época.

⁵⁸ Vide foto do mausoléu de Gala Placídia em Ravena na pág. 64.

Roma à altura, foi levada como refém pelos visigodos. Alarico falece pouco após o saque de Roma, sem resolver o problema histórico fundamental dos godos: a criação de uma pátria num território seguro dentro das fronteiras do Império⁵⁹. É sucedido por seu cunhado Ataulfo, integrante do partido pró-romano, em oposição ao dos nacionalistas, que refutavam qualquer acordo com o Império. Tratava-se de um admirador da cultura romana, e acabou se casando, em 414, com a refém Gala Placídia, em Narbona, no intuito de unir a casa imperial de Teodósio ao clã dos Baltos. Muito se especulou sobre essa união dinástica entre as duas estirpes coroadas, romana e goda, que representaria a fusão da civilização clássica com o mais poderoso dos povos germânicos. Mas logo faleceu o filho então gerado, coincidentemente de nome Teodósio. E o próprio Ataulfo é assassinado em seguida, sendo finalmente sucedido por Valia⁶⁰.

Os visigodos são então sistematicamente perseguidos por Constâncio, o novo *magister militum* de Honório e se deslocam do Sul da Gália para a Hispânia, fixando-se provisoriamente em Barcino (Barcelona), sempre na intenção de se dirigir ao Norte da África, a fim de erguer o tão sonhado reino autônomo. Contudo, não lograram êxito, dada sua falta de experiência marítima, e, em 416, com sérios problemas de abastecimento de seu povo, Valia fecha um acordo com os romanos, comprometendo-se a fornecer ao Império 15 mil homens em armas, com a árdua tarefa de combater a horda bárbara de vândalos, alanos e suevos que tinha então invadido a Península Ibérica em 409. Esse tratado praticamente fez os godos voltarem à situação anterior a Alarico, isto é, a de mercenários. O Império, de sua parte, não lhes concedeu inicialmente nenhuma região com autonomia, nem investiu o seu chefe com nenhuma magistratura militar, mas tão somente se comprometeu a pagar uma *annona* aos soldados durante a campanha militar. Além do mais, famílias nobres godas cederiam reféns em garantia. Note-se que

⁵⁹ Alarico falece em Cosenza. Diirigia-se à Sicília, na esperança de atravessar para a África e lá fundar um reino estável naquela província que era o celeiro do Baixo-império do Ocidente (o celeiro do Oriente era o delta do Nilo).

⁶⁰ A rigor, Ataulfo é sucedido por Sigerido, integrante do partido anti-Balto. Mas este foi logo sucedido por Valia.

nessa negociação foi devolvida Gala Placídia, detida desde 410, a qual se casaria com Constâncio⁶¹ e exerceria um papel crucial na política de Ravena nas décadas seguintes.

Os visigodos, entretanto, são bem-sucedidos na sua investida contra os vândalos silingos e os alanos, quase os exterminando (os remanescentes seriam incorporados aos vândalos asdingos instalados na Galécia). Diante disso, Honório finalmente lhes concede um *foedus* na Aquitânia e, em 418, os godos se sedentizam. Apesar de os visigodos terem encontrado um local seguro para se fixar, todavia, o tratado certamente representava uma vitória política para o Império, pois agora poderiam ser facilmente integrado à romanidade. A rigor, tornam-se a polícia do Império, sobretudo na Península Ibérica, haja vista a incursão bárbara de 409. Mas atuam também a serviço de Roma contra as revoltas bagáudicas do vale do Loire em meados do século. Os visigodos representam assim o primeiro povo germânico a se fixar dentro das fronteiras do Império de forma consensual, prática essa que iria se repetir com outros, dentro do instituto jurídico da *hospitalitas*. Configura também uma tentativa de assimilação que poderia ter tido êxito, no sentido de sua total romanização, não fosse o agravamento do cenário de invasões.

2.3.3 - A invasão do Reno

Tratamos até agora da invasão dos visigodos do Danúbio, a principal de todas as invasões, que corresponde, por assim dizer, ao início do fim do Império do Ocidente. Outra invasão, contudo, sucedeu-a na fronteira do médio Reno, a

⁶¹ Desse casamento, nasceria Valentiniano III, último imperador da casa de Teodósio, que ascendeu ao trono em 425, com seis anos de idade, e reinou até 455, sob forte influência de sua mãe.

qual contribuirá também para a derrocada do mundo romano e terá consequências marcantes na Península Ibérica. Suas causas remotas, à semelhança da incursão goda, também se encontram na *Volkwanderung* dos hunos em direção ao Ocidente nos séculos IV e V. A mesma pressão que os hunos exerceram sobre os godos no Danúbio, teve repercussões também nos povos da Europa central, empurrando-os em direção a oeste no Reno. São Jerônimo, contemporâneo do fato, nos relata que, no dia 31 de dezembro de 406, uma grande horda composta de vândalos asdingos e silingos, sármatas, alanos, gépidos, hérulos, saxões, burgúndios, alamanos e panônios rebeldes aproveitaram o fato de o rio estar congelado, e adentraram o Império às centenas de milhares, com homens, mulheres e crianças⁶². De fato, para compreender a união de tantos povos díspares, é necessário levar em conta os acontecimentos mais a Leste, provocados pela pressão da onda huna, a qual continuou a avançar após derrotar os ostrogodos. Os vândalos asdingos, talvez o mais poderoso contingente envolvido nessa travessia do Reno, que estavam assentados no Vale do Teiss, receberam refugiados ostrogodos e alanos refugiados

⁶² HIERONIMUS, Ep. 123, 15: “*Innumerabiles et ferocissimae nationes universas Gallias occuparunt. Quicquid inter Alpes et Pyrenaeum est, quod Oceano Rhenoque concluditur, Quadus, Vandalus, Sarmata, Halani, Gepides, Heruli, Saxones, Burgundiones, Alemanni et, o lugenda res publica! hostes Pannonii vastarunt. ‘Etenim Assur venit cum illis’. Moguntiacus, nobilis quondam civitas, capta atque subversa est, et in ecclesia multa hominum milia trucidata, Vangiones longa obsidione finiti. Remorum urbs praepotens, Ambiani, Atrabatae, ‘extremique hominum Morini’, Tornacus, Nemetae, Argenteratus, translatae in Germaniam, Aquitaniae, Novemque populorum, Lugdunensis, et Narbonensis provinciae, praeter paucas urbes cuncta populata sunt. Quas et ipsas foris gladius, intus vastat fames. Non possum absque lacrimis Tolosae facere mentionem, quae ut hucusque non rueret, sancti episcopi Exsuperii merita praestiterunt. Ipsae Hispaniae iam iamque periturae, quotidie contremescunt, recordantes inruptionis Cymbricae, et quicquid alii semel passi sunt, illae semper timore patiuntur*”. (“Inúmeras gentes e ferocíssimas nações ocuparam as Gálias. Tudo o que há entre os Alpes e Pirineus, todo o compreendido entre o Oceano e o Reno, foi devastado pelos quados, os vândalos, os sármatas, os alanos, gépidos, hérulos, saxões, burgúndios, alamanos e, ó infeliz república! Os inimigos panônios. ‘Assur veio com eles’. Mogúncia, outrora cidade ilustre, foi capturada e destruída; na igreja, muitos milhares de pessoas foram degoladas. Worms foi arrasada após um longo assédio; a muy poderosa cidade de Reims, Amiens, Arrás, ‘os morrinos, últimos dos homens’, Tournai, Nemetas, Estrasburgo, integradas na Germânia; as províncias da Aquitânia, da Novempopulânia, a Lugdunense e a Narbonense, com exceção de algumas cidades, estão todas assoladas; as mesmas cidades, rodeadas pela guerra, e o interior estão despovoados pela fome. Não posso conter minhas lágrimas ao mencionar Tolosa, que deve ter escapado da ruína por mérito de seu santo bispo Exupério. A própria Hispânia, onde o perigo é eminente, treme a cada dia ao se recordar da invasão dos Címrios, e, tudo o que os outros padeceram, padece ela pelo temor.”)

do domínio huno e se puseram em movimento em direção a Oeste, invadindo, sucessivamente, o território dos quados, dos vândalos silingos (ramo menor dos vândalos) e dos marcomanos. Esses grupos, dentro do processo de incorporação clientelar típico dos germanos da época (*Stammesbildung*), puseram-se sob as ordens do rei vândalo Godegiselo e do rei alano Respendial, os quais teriam planejado essa invasão do Império. Note-se que, no verão do mesmo ano de 406, um grande contingente ostrogodo refugio da pressão huna, invadiu a Itália sob a chefia de Radagásio, e só foi derrotado às duras penas em Fiésole. É provável que a notícia dessa derrota ostrogoda na Toscana tenha levado a grande horda a evitar a mais bem defendida Itália e tentado entrar no Império pelo médio Reno, contornando o território alamanos e incorporando ainda mais populações de estirpe burgúndia e sueva⁶³.

Essa enorme horda poliétnica compareceu assim em frente a Mogúncia e a Estrasburgo, no fim do ano de 406⁶⁴. Os vândalos asdingos e os alanos devem ter adquirido a predominância no grupo. Já o contingente suevo deveria formar a parte menos uniforme da horda. Na verdade, a estirpe sueva abrangia várias nações germânicas ocidentais, como os marcomanos, alamanos, quados e outros. Orósio chega a relacionar 54 nacionalidades sob a designação de suevos⁶⁵. A rigor, a adoção da denominação “sueva” por essas populações invocava o seu prestígio passado, quando seu rei Ariovisto comandou uma perigosa invasão da

⁶³ Esse “efeito dominó” nos povos da Europa central é descrito por vários contemporâneos, valendo aqui transcrever ORÓSIO, em *Historiarum adversus paganos, libri septi* (L. 1, 2.53): *Ab oriente Alania est, in medio Dacia ubi Gothia, deinde Germania est ubi plurinam parte Suebi tenet, quorum omnium sunt gentes LIIII.*

⁶⁴ OROSIO, Paulo, *Historiarum adversus paganos*, Livro VII, 40.3-10: “*Interea ante biennium Romanae inruptionis excitatae per Stiliconem gentes Alanorum ut dixi, Sueborum Vandalorum multaeque cum his aliae Francos proterunt, Rhenum transeunte Gallias invadunt directoque impetu Pyrenaeum usque perveniunt; cuius obice ad tempus repulsae, per circumiacentes provincias refunduntur*”. (“Incitadas por Estílico, como já dissemos, os povos dos alanos, suevos, vândalos, e muitos outros a eles misturados, derrotam aos francos, passam o Reno, invadem as Gálias e numa investida direta chegam até os Pireneus; graças a esse obstáculo foram temporariamente rechaçados e se espalham pelas províncias vizinhas”).

⁶⁵ OROSIO, Paulo, *op. cit.*, I, 2.53.

Gália na época de Júlio César⁶⁶. A evocação de seu nome tinha assim um poder de sedução entre os germanos, e ser “suevo” se revelava motivo de orgulho. Mas a coesão dessa identidade nacional sueva não chegava a ponto de gerar uma força centrípeta capaz de construir uma monarquia própria.

O *limes* do médio Reno estava relativamente desguarnecido, pois as legiões que o vigiavam haviam sido deslocadas por Estílico para combater as razias de Alarico no Norte da Itália, em 401/402 (ainda não se trata da de 410!) e de Radagásio, em 405/406⁶⁷. A defesa do Reno coube aos francos confederados lá instalados pelo Império. Mogúncia finalmente caiu e a horda seguiu seu curso para Metz, Reims e Gália adentro. Do lado dos invasores, a investida inicial à fronteira coube aos vândalos asdingos, que ali deixaram mortos 20 mil homens, incluindo o seu chefe Godegiselo.

Nessa mesma época, diante do esvaziamento de tropas na Gália, um militar de nome Constantino se insurgiu e se investiu na púrpura da Prefeitura das Gálias, sob o nome de Constantino III⁶⁸. Atravessou, então, o canal da Mancha com as legiões da Bretanha e ocupou o eixo Treveris, Lião e Arles, encurralando assim a horda invasora no Sudoeste daquela província. Como a Hispânia não aderiu à sua revolta, enviou seu filho Constante através dos Pirineus, vencendo, na Lusitânia⁶⁹, a resistência de Didimo e Veriniano, primos do imperador Honório. Lá deixou, então, o *comes* Gerônimo com base em Cesaraugusta, vigiando os

⁶⁶ CAIO, Julio César. *De Bello Gallico*, 1º Livro. Editora Gallimard, 1981, pp. 30-54.

⁶⁷ Após a batalha do rio Frígido, Alarico e seus visigodos perambulam ao longo da costa ilírica até que invadem a Itália em 401. São derrotados por Estílico em 403 em Pollentia, o que os leva a se assentar provisoriamente na Ilíria. Pouco após, em 405, o chefe ostrogodo Radagásio invade a Itália com um conglomerado de vândalos asdingos, quados e outros, e só são derrotados por Estílico em Fiesole. O refugio dessas derrotas deve ter contribuído para engrossar o “efeito dominó” da massa humana na fronteira do Reno, no final de 406.

⁶⁸ Javier ARCE, em *Bárbaros y Romanos en Hispania*, 400-507, Marcial Pons Ed pag. 34, relata que Constantino III era um soldado raso (*ex ínfima militia*), muito popular entre as legiões da Britânia. Ele se aproveitou do vácuo deixado pela horda bárbara que havia invadido a Gália em 406 e sonhou ser imperador de um *Imperium Galliarum*, à semelhança do outro Constantino, o Grande.

⁶⁹ SOZOMENO (*Historia Ecclesiastica*, IX, 11.4) escrevendo em meados do século V, situa essa batalha na Lusitânia, onde os referidos parentes de Honório tinham latifúndios. Já ORÓSIO (*Historiarum adversus paganos*, VII, 40.3-10) a situa no pé dos Pirineus.

passos pirenaicos e saqueando sistematicamente as planícies palentinas. Constantino III, porém, acabou acordando uma paz provisória com o governo de Ravena, que reconheceu sua legitimidade nas Gálias. Isso fez cair em desgraça Gerônimo, ainda às voltas com a resistência de familiares de Honório na Hispânia. Constantino III enviou então seu filho Constante de novo à Hispânia, com o *comes* Justo, para substituir Gerônimo. Este, porém, rebelou-se contra o governo de Arles⁷⁰ e se aliou a Máximo, um cliente hispânico seu, o qual nomeou seu Augusto. Para enfrentar assim a contraofensiva de Constantino III, Máximo e Gerônimo apelaram para a ajuda militar da horda bárbara invasora que, àquela altura, estava fixada na Aquitânia. Estes cruzaram os Pirineus em 409⁷¹, com a promessa de se pagarem com o saque da população do Norte da Península. Na verdade, essa mesma forma de aprovisionamento era igualmente empregada pelas tropas do *comes* Justo, enviado por Arles para combater a revolta. As agruras dessa invasão à Península são bem retratadas pelo bispo de Chaves, Hidácio, seu contemporâneo. Trata-se, pois, de uma guerra civil acrescentada por uma invasão bárbara.

Esse pacto com os bárbaros logrou funcionar para repelir a contraofensiva de Constantino III e Constante; mas, às tantas, Honório rompe de novo com Constantino III e Gerônimo, tentando tirar proveito, ataca a Gália, deixando os bárbaros por sua conta na Península Ibérica. No final, o *magister militum* de Honório, Constâncio, impõe-se tanto a Constantino III quanto a Gerônimo, devidamente executando ambos. Ravena finalmente recupera o controle da Gália e do resto que sobrou de dominação romana na Península, restrita ao antigo território dominado por Gerônimo e Máximo: a Tarraconense, parte da

⁷⁰ Apesar de a capital da prefeitura das Gálias, após a reforma de Diocleciano, ser Treveris, Constantino III fixa a sua em Arles, na Provença, o que evidencia a sua intenção de invadir a Itália em seguida.

⁷¹ Javier ARCE, *op. cit.* pág. 49, narra que a defesa dos passos pirenaicos, tradicionalmente a cargo de milícias locais, foi substituída por Gerônimo por tropas leais ao seu comando (os *honoriaci*), sem as quais essa travessia teria sido bem dificultada.

Cartaginense e da Bética. O resto da Península, contudo, estava perdido para sempre nas mãos dos invasores.

2.3.4 – Assentamento dos bárbaros na Península

Segundo nos relata Hidácio, em 411, os bárbaros tiraram a sorte para efetuar a divisão das regiões da Península Ibérica⁷². De fato, após a derrota de Gerônimo e Máximo, os bárbaros, que vieram numa missão específica, decidiram se fixar. Aos vândalos asdingos, coube a parte interior da província da Galécia, correspondendo à Terra de Campos da bacia do Douro. Aos suevos coube a parte litorânea da Galécia, incluindo Porto, Braga e Tui; aos vândalos silingos, a Bética; e aos alanos, a Lusitânia e boa parte da Cartaginense. A informação de que tiraram a sorte é ratificada por Orósio⁷³ e é de se indagar a razão porque os alanos ficaram com a maior área, pois os asdingos constituíam o grupo mais forte⁷⁴. Provavelmente, os alanos tenham adquirido uma tutela sobre os vândalos em função do socorro que lhe prestaram nos combates contra os francos na travessia do Reno⁷⁵. Ao Império, ou melhor, ao usurpador Máximo, que ainda sobreviveu

⁷² HIDÁCIO, *Cronicon*, XVII: “... sorte ad inhabitantum sibi provinciarum dividunt regiones”.

⁷³ Paulo ORÓSIO se trata de um dos nomes mais importantes da patrística ibérica e do Baixo-império, fonte necessária de muitos acontecimentos do século V. Empreendeu viagens ao Norte da África, onde esteve com S. Agostinho, e a Jerusalém, onde encontrou São Jerônimo. Sua obra mais importante é *Historiarum Adversus Paganos Libri Septem*, escrita entre 416/417, combatendo a heresia priscilianista.

⁷⁴ Os vândalos já tinham contato com os romanos há muito tempo, atuando como federados na fronteira do médio Danúbio. Já deveriam ser bastante romanizados e compartiam as técnicas militares empregadas pelas legiões romanas. Basta lembrar que o próprio Estílico era filho de um vândalo a serviço de Roma. Aliás, a *Notitia Dignitatum* menciona a existência de uma *ala octava Vandalorum* no final do século IV.

⁷⁵ ARCE, Javier, *op. cit.* pág. 108, lembra que os asdingos foram salvos pelos alanos, após quase terem sido exterminados pelos francos, atuando como tropas federadas *limitanei*, numa batalha em que perderam 20 mil homens e seu rei Godegiselo.

por algum tempo, diante da dificuldade de Ravena levar a cabo uma expedição à Península, restou a Tarraconense.

A rigor, os bárbaros não obtiveram um tratado expresso com o Império (quicá com Máximo!), nos moldes do *foedus* que Honório haveria de firmar com Valia, em 416 ou em 418⁷⁶. Eles simplesmente dividiram zonas as quais sequer possuíam, mas tão somente reconheciam entre si a prerrogativa de se abastecerem nessas terras. O mais provável é que esse abastecimento, numa primeira fase, consistisse no saque das populações envolvidas, e, com o seu assentamento, passaram a cobrar os tributos que os romanos antes cobravam da população. A rigor, as regiões em que se assentaram os bárbaros não estavam submissas. Hidácio, em seu “*Cronicon*”, nos relata a resistência dos hispano-romanos em suas cidades muradas, lembrando que os invasores careciam de capacidade militar de cerco. Luís A. Garcia Moreno, em sua “*História de España Visigoda*”, calcula que somavam um total de 200 mil os invasores que atravessaram os Pirineus, dos quais 56 mil eram combatentes. Talvez fosse ainda superior o número que cruzou o Reno três anos antes, pois muitos deles, como os Burgúndios, permaneceram na Gália. De qualquer forma, considerando que a população da Península atingia 6-7⁷⁷ milhões, o percentual de invasores não chegaria nunca a 5 % do total, número este que poderia, em poucas gerações, ser perfeitamente assimilado à romanidade. E isso talvez tivesse ocorrido, mas o Império ganhou fôlego e decidiu contratacar.

⁷⁶ A menção de Hidácio à palavra “*ad inhabitantum*” (vide nota 28) levou vários autores a crer na assinatura de um tratado para lastrear tal assentamento dos bárbaros, seja com os usurpadores Constantino III e Gerônimo, ou mesmo com Ravena, como o defende W. Reinhart. Já E.A. Thompson (*Los Godos em España*, Alianza Editorial) afirma que não houve nenhum pacto, e que dita expressão não tem um sentido estrito jurídico. Pablo C. Díaz, por sua vez, em seu *El reino suevo*, acrescenta a hipótese mais provável de os bárbaros terem chegado a algum tipo de armistício, embora não escrito, com a população hispano-romana das regiões envolvidas.

⁷⁷ Aqui estão as opiniões trazidas a respeito por Nuno J. Espinosa Gomes da Silva (*História do Direito Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pág. 74): Para Garia Gallo, Olivier Asin, Sánchez Albornoz e J. Orlandis, seriam de 200 a 250 mil godos e de 30 a 35 mil suevos; para Trend, seriam 100 mil; e para Reinhart, não mais do que 70 a 80 mil. Garcia Gallo estima a população da Península em 12 milhões, e Gisela Rispoli e Isabel Velásquez a calculam entre 7 e 12 milhões. Como se vê, os números não são nada pacíficos.

Em consequência do *foedus*, firmado com Ravena em 416, os visigodos partem de Barcino, onde estavam estacionados, para reduzir a atividade dos invasores. A intervenção goda se dirigiu às províncias mais ricas e estratégicas da Costa Mediterrânea e do Sul, onde se haviam fixado os alanos e os vândalos silingos, respectivamente. Valia, nesse sentido, os derrotou perto do estreito de Gibraltar, eliminando seu chefe Adax⁷⁸. Curiosamente, os visigodos foram chamados de volta em seguida a essa vitória, quiçá por receio dos romanos de que os vencedores incorporassem ao seu exército os soldados derrotados, pelo mecanismo da *Stammesbildung*, o que os tornaria uma ameaça significativa para o Império. Os suevos e os vândalos asdingos no Noroeste ficaram assim a salvo da intervenção imperial na Península, e os últimos incorporaram o grosso dos refugiados do Sul, submetendo-se à clientela do rei Gunderico⁷⁹, que se torna assim a maior força militar na Hispânia.

Diante da utilidade demonstrada pelos visigodos na Hispânia, Ravena firma um novo *foedus*, em 418. Desta vez, no lugar da *annona*, seria-lhes permitido assentar-se definitivamente na Aquitânia, com substancial autonomia. Ao seu rei não chegaria a ser concedida nenhuma magistratura romana, e a administração imperial na região ainda seria mantida, tal e qual anteriormente⁸⁰. Obtiveram, no entanto, dois terços de várias grandes propriedades rurais, sobretudo em torno de Tolosa e no Vale do Garonne, onde se instalaram. Essa divisão já tinha antecedente na *hospitalitas*, instituto legal pelo qual a população civil romana se obrigava a hospedar as tropas em trânsito no seu território. Trata-se da *sors gothorum* e da *tertia romanorum* de que falam os historiadores, divisão essa que, segundo E.A. Thompson (2014), em seu “*Los godos en España*”, não compreendeu todas as propriedades rurais, mas principalmente algumas das grandes, pertencentes a famílias senatoriais e ao imperador. Não significava

⁷⁸ HIDÁCIO, op. cit. 60, PLRE, II, s.v.

⁷⁹ Gunderico adquire assim o título de *rex Vandalorum et Alanorum*.

⁸⁰ O título de *rex Gothorum*, todavia, Valia já o ostentava, assim como seus antecessores desde Alarico I.

forçosamente a expropriação da terra, mas apenas a divisão dos seus rendimentos. A rigor, para a aristocracia local, essa divisão valia a pena, pois, para quem tinha testemunhado as incursões bárbaras e as revoltas camponesas dos bagaudas, os godos traziam certa segurança. Além do mais, essa proximidade com a população romana facilitava a romanização dos godos. Por outro lado, a sociedade romana teve de aprender a tolerar a existência de um Estado dentro do Estado. Situação que progressivamente resultou, com a subsequente desintegração do poder imperial, na soberania completa do reino godo, transformando-se no poderoso reino de Tolosa.

2.3.5 - A deterioração do poder imperial na Península

O Império do Ocidente tinha sofrido duas invasões bárbaras que abalaram sua solidez. No entanto, aos poucos, a situação foi se equacionando, e teria até sido possível a assimilação ou a eliminação dos invasores. Na Península Ibérica, o emprego dos visigodos para aplacar os invasores tinha dado certo, assim como o seu emprego contra revoltas de camponeses bagaudas no Vale do Loire, na Gália, e no do Ebro. Ravena decidiu então restaurar as unidades comitatenses na região, conforme informação constante da *Notitia dignitatum*⁸¹ do início do século V. Instalou unidades de *auxilia palatina*⁸² nos Pirineus e criou o cargo de *comes* da

⁸¹ A *Notitia dignitatum* é um documento datado do início do século V que contém a descrição da administração pública romana, civil e militar, no Ocidente e Oriente, descendo ao nível das províncias. Conforme inscrição no seu texto: “*Notitia dignitatum omnium tam civilium quam militarium utriusque imperii occidentis orientisque. Hoc documentum ratione reddit de structura et administratione imperii Romani aetate Theodosiana. Ultima redactio notitiae dignitatum a primis decenniis saeculi quinti provenit.*” Muito se discute, porém, se as legiões indicadas realmente estariam nos lugares mencionados, como, por ex. se haveria de fato uma legião comitatense na Península Ibérica por ocasião das invasões bárbaras.

⁸² *Auxilia palatina* era uma unidade de infantaria de elite do Baixo-império criada por Constantino em 325. Era composta por 600 a 700 homens. Na *Notitia dignitatum* vêm especificadas 64

Hispania, com assento na Tarraconense, que havia permanecido sob a égide romana.

Nessa mesma época, por volta de 419-420, os suevos são cercados pelos vândalos asdingos nos Montes Nerbásios, perto de Astorga⁸³. Temendo que a eminente vitória vândala acrescesse seus exércitos com os soldados suevos derrotados, pelo mecanismo de *Stammesbildung*, o Império envia, em seu auxílio Astério, o *comes* da Hispania, junto com confederados visigodos. Obteve grande vitória. Os asdingos derrotados, chefiados por seu rei Gunderico, recolhem-se para a Bética, deixando os suevos a sós na Galécia. O Império organiza então uma expedição ainda maior, a fim de eliminar de vez os invasores na Península. Encarrega-a ao seu novo *magister militum* Castino, com seus confederados visigodos. Note-se que Honório e a dinastia de Teodósio eram hispânicos, e essa expedição atendia assim aos interesses da classe senatorial local, sobretudo da sua mais rica província, a Bética. Mas, depois de um êxito inicial, a expedição é desfeita por Gunderico e seus vândalos. Suspeita-se que Gala Placídia, invejosa do êxito de Castino, tenha convencido os godos a se retirarem prematuramente da campanha (ela tinha muita ascendência sobre os mesmos, pois havia vivido vários anos entre eles). Gunderico, assim vitorioso, toma posse daquela província, inclusive de suas cidades, como Hispalis, Córdoba, Málaga, e, notadamente, de Cartagena, onde se apropria de significativa frota. O Império nunca mais reporia as unidades perdidas por Castino na Hispania, e, a partir de então, teve de contar exclusivamente com seus federados godos para qualquer intervenção na Península.

delas, várias das quais integradas por contingentes germânicos. Foi criada em substituição à guarda pretoriana, extinta em razão dos seus antecedentes de assassinar imperadores. Mas, apesar dessa função estacionária, era também empregada com êxito em campo de batalha.

⁸³ Muito se discute sobre o local exato dos Montes Nerbásios (ou Erbasis). As menções a essa batalha por parte de Hidácio, Orósio e Isidoro de Sevilha não esclarecem sua localização. O mais provável é que se situasse na fronteira entre os povos conflitantes, o que faz do Bierzo o local mais provável. Sobre a polêmica vide Xoán Bernárdez Vilar, *El início de nuestra Edad Média, La Gallaecia que se emancipó de Roma*, Ed. Toxosoutos.

Os vândalos, de sua parte, constroem um poderio naval considerável, que passaria a dominar o Mediterrâneo ocidental durante um século. Apropriam-se das Baleares e atravessam o estreito em 429, já com seu novo rei Genserico⁸⁴ e 80 mil homens, formando um poderoso reino no Norte da África, antigo sonho de Alarico para os seus godos. Tal ocupação da África contou com a ajuda da traição do *comes* local, Bonifácio. Segundo nos conta o historiador bizantino Procópio⁸⁵, Bonifácio necessitava dos vândalos como eventuais aliados contra seus adversários na corte de Ravena, os *magister militum* Aécio e Félix. Entretanto, a progressão dos vândalos na África foge ao controle e, em 439, tomam Cartago. A província da África tinha se tornado o celeiro do Império do Ocidente a partir do século III e sua perda trazia sérias consequências, sobretudo na Itália. Essa situação nos é relatada em tom apocalíptico por Santo Agostinho, que falece em 430, durante o cerco de Hipona, sua diocese.

Na Península Ibérica, os suevos aproveitam o vácuo deixado pelos vândalos e pelas forças imperiais e empreendem uma notável expansão, ocupando em poucos anos a sua metade ocidental. As forças imperiais haviam praticamente desaparecido da parte ocidental da Península, restando apenas alguns contingentes na Tarraconense. Passaram a contar com os visigodos para qualquer tarefa de defesa. A população hispano-romana, de sua parte, teve de se defender como pode, protegida pelas muralhas de suas cidades, pois os suevos careciam de armas de cerco. O assentamento dos suevos se restringia mais a Noroeste, na Costa da Galécia, sobretudo entre Portus Calem (Porto) e Tui, com capital em Bracara Augusta (Braga). No interior, deveria haver algumas guarnições suevas nas cidades importantes, como Lugo e Astorga, mas os hispano-romanos ainda sobreviviam em ilhas de terra, com total autonomia. Hidácio, bispo de Chaves desde 427, descreve essa época, em que seus conterrâneos tiveram constantemente

⁸⁴ Hidácio conta que os vândalos eram católicos até que seu rei Genserico, em 428, se converteu ao arianismo, junto com todo seu povo. Seu antecessor e irmão, Gunderico, entretanto, possivelmente já era ariano, pois, pouco antes, havia profanado uma igreja em Sevilha (ARCE, Javier, op. cit. pag. 121).

⁸⁵ PROCÓPIO, BV, I, 3, 22-26 e 30-1(apud ARCE, Javier, op. cit.).

de fazer frente aos suevos, sem contar com as forças imperiais. Ele chegou a ir até a Gália solicitar ajuda ao *magister militum* Aécio⁸⁶, o último dos romanos, o qual nada pôde fazer, pois estava envolvido nos problemas locais, como o fortalecimento dos visigodos liderados por Teodorico I, além das revoltas burgúndias e de camponeses bagaudas. Hidácio, além do mais, se defrontava com a heresia prisciliana⁸⁷.

Os suevos, contudo, apesar de fortalecidos com o vácuo militar que se formou em sua área, não superavam 30 mil almas (25 mil, na opinião de E.A. Thompson), o que corresponderia quicá a 6 mil combatentes. Mesmo assim chegaram a erguer uma monarquia unificada em torno de seu rei Hermerico. Morto este em 433, o reinado de seu filho Réquila representou a máxima expansão de seu povo. Tomam a Lusitânia e fixam sua capital em Emerita Augusta. Em seguida, derrotam as forças enviadas pelos hispano-romanos locais, chefiadas por Andevoto, e tomam a parte ocidental da Bética, entrando em Sevilha. Essa expansão sueva só se tornou possível na década de 430-440 pelas dificuldades que o Império enfrentava no Mediterrâneo com a frota vândala. O reino que Genserico havia construído no Norte da África se tinha transformado numa potência naval, e havia conquistado as Baleares, a Sardenha, a Córseica, ameaçando inclusive a Sicília.

A deterioração da presença militar do Império na Península permitiu que os oprimidos camponeses levantassem armas contra a aristocracia fundiária que os explorava há séculos. A Hispânia se caracterizava por ter uma sociedade dominada por grandes senhores donos de propriedades rurais, maiores que muitas províncias do Império. A pesada carga fiscal que foi imposta para custear o exército só fez crescer no Baixo-império, aumentando ainda mais a discrepância social entre as classes senatoriais dos *potentiores* e os camponeses, os *humiliores*. Com as invasões bárbaras, os camponeses aproveitaram para escapar da situação

⁸⁶ HIDÁCIO, *Cronicon*, VII.

⁸⁷ Vide cap. 3.3 sobre Prisciliano.

servil em que se encontravam e se agruparam em bandos marginais, vagando pelo interior numa onda de saques e pilhagens. Esses bandos permitiram o renascimento de formas de organização social de cunho pré-romano e celta, mais coesa culturalmente, passando a se denominar “bagaudas”. O fenômeno já havia ocorrido em 440, na Gália, na área entre o Sena e a Loira, e explodiu de novo, em 441, no alto Ebro, ameaçando Cesaraugusta. Note-se que a Tarraconense era a última província ibérica ainda em mãos exclusivas de Ravena, o que exigiu uma forte intervenção. A ameaça aos interesses das poderosas famílias senatoriais de proprietários rurais, alvos principais da revolta bagauda, pressionava o governo de Ravena por meio dos laços de parentesco que tinham com a casa de Teodósio no poder. A repressão foi então levada a efeito pelos generalíssimos Astúrio e Merobaudes, tendo o problema sido resolvido, mas o que não evitou a sua repetida reincidência, inclusive durante o reino visigodo que sucedeu o Império. É que o movimento bagauda não só arregimentava os camponeses fugitivos dos campos, mas também as populações bascas das montanhas, as quais nunca se submeteram, nem à romanidade nem aos godos.

Atenuado o problema bagauda na Gália e na Tarraconense, em 446, o Império decide finalmente atacar os suevos na Bética, enviando o general Vito, junto com uma força confederada visigoda. É o último exército enviado à Península comandado por um romano. A expedição, todavia, é derrotada pelos suevos de Réquila. A rigor, as pesadas requisições do exército de Vito, junto à população hispano-romana, começaram a lhe gerar dúvidas quanto à conveniência de permanecer fiel a um Império que só a explorava e sequer a protegia. Em 448, morreu Réquila, que foi sucedido por seu filho, Requiário⁸⁸, de credo católico niceno. Essa situação ajudava a aceitação dos suevos pela população romana, mas o rei não gozava de unanimidade junto aos seus pares. A supremacia sueva na

⁸⁸ Requiário representa o primeiro rei católico de um reino germânico surgido após as invasões do século V. Cunhou moedas de prata, as silícuas, segundo o modelo romano, mas com sua própria esfígie, ao lado da de Honório.

Península se revelou completa, tendo eles inclusive tentado razias na Tarraconense. Para tanto, conquistaram a neutralidade visigoda mediante o casamento de Requiário com a filha do rei Teodorico I. Da parte dos godos, esse casamento garantia a paz na Hispânia, num momento em que Átila começava a pressionar a Gália.

Em 451, na batalha dos Campos Catalaúnicos, um conglomerado de povos liderados por Átila é derrotado por uma força conjunta dos romanos de Aécio, os visigodos de Teodorico I (que morreu em batalha) e vários outros germanos federados. Depois de um breve conflito dinástico, o reino de Tolosa é assumido por Teodorico II, que empreende novas campanhas contra os bagaudas. Desta vez, por si só, sem a chefia de nenhum militar romano. Fato importante nesse momento é o assassinato de Aécio, em 454, a mando do invejoso imperador Valentiniano III, filho de Gala Placídia. O imperador, em seu turno, acabou sendo também assassinado por bucelários⁸⁹ fiéis a Aécio, extinguindo de vez a dinastia hispânica de Teodósio. Roma perdia assim a última dinastia que, com sua rede de relações clientelares, sobretudo junto à classe senatorial ibérica, tinha sido capaz de manter a autoridade imperial na *Pars Occidentis*. E, com a morte de Aécio, perdia também seu último grande general, depois de Estílico e Constâncio.

Átila, no entanto, morre pouco após a batalha, e seu Império poliétnico se esfacela, provendo para o Império Romano um novo fôlego para intervir na Península. Envia antes uma embaixada, no intuito de negociar com os suevos, para que cessassem suas incursões na Tarraconense. O fato de tal missão ser encabeçada pelo *comes* romano Mansueto indica que o Império ainda mantinha alguma estrutura administrativa na Península. Em 456, todavia, com a morte de Valentiniano III e Aécio, os suevos aproveitam para fazer incursões na

⁸⁹ Os bucelários formavam uma guarda privada dos grandes senhores no Baixo-império e no reino visigodo. Com a decadência do poder central, os senhores de terra passaram a contar com seus exércitos privados de bucelários leais para proteção pessoal e de suas terras. Sua relação se baseava num pacto de lealdade, introduzindo um tipo de relação social que se desenvolveria mais adiante na Idade Média entre cavaleiros e vassalos. Sobre o tema vide a obra de SARDINHA, Carlos. *Alta-traição e Lesa Majestade*. Universidade Católica Editora, 2011.

Cartaginense atrás de butim. Desta vez, o novo imperador em Ravena, o senador gálico Avito, enviou uma força de godos federados, comandada por um rei godo, Teodorico II, sem romanos. Atuavam *in nomine imperii*. Os suevos são, então, totalmente derrotados no rio Órbigo, em 456, em Astorga, na fronteira oriental de seu reino. Os visigodos perseguem e matam o rei Requiário, saqueando Braga e Porto. Hidácio lamenta esse saque de romanos por parte daqueles ao serviço do Império⁹⁰.

Os godos, de fato, estavam cada vez mais livres para agir por conta própria. Teodorico II investe um cliente seu, que era varno, na coroa sueva, Agiulfo, no intuito de, posteriormente, incorporar esse povo à sua estirpe pelo mecanismo da *Stammesbildung*. Depois da campanha contra os suevos, Teodorico II ocupa a importante cidade de Mérida, e seus generais saqueiam as planícies da Meseta Setentrional. À chegada da notícia da morte de Avito, Teodorico II deixa guarnições em lugares estratégicos da Península, no intuito de consolidar para si, e não para o Império, as posições ocupadas. A situação na Itália se tornara confusa, pois Majoriano havia sido investido na púrpura, mas quem mandava era seu *magister militum* Ricímero, de sangue nobre visigodo e suevo, o qual pôs e depôs vários imperadores nessas últimas décadas do Império. O certo é que o Império já pouco podia fazer para obstar os planos de expansão visigodos pelo sul da Gália e Península Ibérica. Nesse sentido, em 459, os generais godos Cyrila e Sunierico consolidam posições na Bética e ocupam Sevilha, no vácuo da derrocada sueva, e com certo apoio da aristocracia local, que rejeitava os suevos.

Com a derrota do rio Órbigo, a situação do Noroeste peninsular ficou incerta. O plano de impor um rei cliente dos visigodos (Agiulfo) fracassara, à semelhança da integração entre os suevos e a nobreza hispano-romana. Agiulfo tentara, sem êxito, formar uma clientela sua, independente da dos godos. O vazio político deixado só fez liberar a agitação social camponesa. Entre os suevos,

⁹⁰ Hidácio, XXXI, II, relata que, em Braga, os godos levaram muitos romanos cativos, destruindo basílicas e altares e deixando nus os clérigos. As “virgens de Deus” são raptadas, mas não violadas, o que chega a revelar alguma humanidade para os padrões daqueles tempos.

porém, alguns chefes logravam aglutinar adeptos: Maldras, Framtan e Requimundo. Note-se que os grupos suevos em torno de cada chefe estavam longe de formar uma estrutura administrativa de cunho estatal; mais se assemelhavam a bandos móveis em busca de butins na pilhagem dos territórios em sua órbita. A pilhagem, aliás, era seu próprio modo de subsistência, na falta da mesma não haveria como o rei pagar seus soldados e recompensar seus seguidores. Aos suevos se opunha a população hispano-romana local, em suas cidades muradas, a qual, depois dos saques feitos pelos visigodos de Teodorico II, em seguida à sua vitória no rio Órbigo, já não contava com as forças imperais e tampouco confiava nos godos. Quanto ao governo de Ravena, de sua parte, estava entretido em combater o poder naval vândalo. Seu rei Genserico acabara de promover, em 455, um saque de Roma muito mais devastador do que aquele de Alarico, em 410. Em 459, era renovado o *foedus* entre o Império (leia-se Ricímero) e os visigodos de Teodorico II, e estes eram lançados de novo contra os suevos que vinham se recuperando. Hidácio nos conta que nessa época disputavam o poder suevo Requimundo e Frumário⁹¹, sendo que soldados deste último o prenderam, por alegado apoio ao primeiro. Os godos, liderados então pelo *comes* Nepociano e Sunierico, em 460, reduzem a recuperação militar sueva e tomam Scallabis (Santarém).

Em 461, morre Majoriano, o último imperador a tentar impor alguma autoridade na Europa ocidental, e seu generalíssimo passa a priorizar o que lhe restou do Império na Itália, até sua própria morte em 472. A partir de então, as forças centrífugas, que já atuavam nos domínios romanos, passam a predominar totalmente, e a população romana das províncias não pode mais contar com nenhuma ajuda imperial. Sua potente aristocracia senatorial se volta, então, aos novos poderes germânicos em busca de colaboração. Nasce assim o pacto político que será o embrião dos reinos romano-germânicos da Idade Média. Nessa época, os visigodos, apesar de federados, incorporam a Narbonense ao seu reino de

⁹¹ HIDÁCIO, 310ª Olimpíada, IV.

Tolosa e atingem o Mediterrâneo, cortando as comunicações terrestres entre a Itália e a província ainda romana da Tarraconense. Lembre-se de que o predomínio da frota vândala na região dificultava qualquer contato pela via marítima⁹². Em 464, o rei suevo Remismundo se casava com uma princesa goda e selava uma união entre os dois povos, no sentido de uma clientela sueva em relação a Tolosa. No ano seguinte, Teodorico II envia à Galécia um missionário ariano gaulês, Ajax, a fim de difundir a heresia subordinacionista na região. Teodorico substitui o generalíssimo Nepociano por um senador galaico-romano, Arbório, na função de conde das Espanhas, o que, mesmo que com o beneplácito de Ricímero, indica sua influência preponderante na condução da política imperial na Hispânia. A essa altura, as guarnições comitatenses fixadas na Hispânia ao longo da linha de defesa Cantábrica, conforme relatado na *Notitia Dignitatum*, já tinham sido substituídas por tropas visigodas, mesmo que teoricamente ainda a serviço do Império.

Em 466, Teodorico II é assassinado por seu irmão, Eurico, que assume o trono de Tolosa e dá um novo rumo ao reino visigodo. No seu governo, os visigodos rompem o *foedus* com Ravena, fato que acarreta o desaparecimento da autoridade imperial na Europa ocidental, à exceção da Itália, o que irá ocorrer finalmente em 476⁹³. O reino de Tolosa ocupa toda a Gália, ao Sul da Loira, e a Espanha oriental. Na verdade, a essa altura, a ruptura do *foedus* significava mais propriamente uma intervenção visigoda nas questões imperiais do que uma libertação do jugo romano, pois este já havia desaparecido de fato, desde a morte de Valentiniano III. Isso, entretanto, não significava que os visigodos não tivessem que negociar com a poderosa aristocracia romana da Gália e da Hispânia.

⁹² Em 468, a fim de se vingar do saque a Roma de 455, o imperador Leão do Oriente e Antêmio do Ocidente lançam juntos uma formidável frota contra o reino vândalo, a última operação militar conjunta das duas partes do Império. A frota, entretanto, é destruída no Cabo Bon, ao largo de Cartago, pois os vândalos lhe remetem barcos incendiários carregados com petróleo, incendiando a frota romana quase que inteira.

⁹³ Ressalve-se, contudo, que um enclave romano no norte da Gália, chefiado por Siágrio, se recusou a reconhecer a autoridade de Odoacro na Itália e formou o reino autônomo de Soissons. Resiste assim até ser derrotado por Clóvis, em 486.

Alguns representantes dessa aristocracia chegaram mesmo a opor forte resistência armada aos godos, como Sidônio Apolinário em Clermont-Ferrand (na Avêrnia). No vácuo do Império, contudo, a população local passou a se entender com os bárbaros.

Os suevos de Remismundo, de seu lado, buscavam na aristocracia hispano-romana um apoio contra a tutela visigoda. E foi com o suporte daquela que lograram ocupar Lisboa, em 468 (no ano anterior haviam saqueado Conímbriga). No final de sua obra, Hidácio (que a encerra em 469) nos relata os vários acordos que a aristocracia hispano-romana vinha entabulando com os suevos, na gradual ausência da tutela imperial. Com esses entendimentos, o clero católico conseguiu gradualmente se impor frente a um reino suevo debilitado após a derrota do Órbigo. Marco disso é a embaixada⁹⁴ enviada por Remismundo a Ravena, em 468, encabeçada por um lusitano. De fato, os suevos concluíram que mais valia aliar-se à população romana local, para fazer frente às pretensões expansionistas do reino de Tolosa. Com efeito, após a tomada de Lisboa pelos suevos, os visigodos logo enviam uma expedição punitiva à Lusitânia para fustigar a população local, e retomam Lisboa no ano seguinte. Encapsulam assim as fronteiras do reino suevo a Norte do Tejo, mantendo Scallabis como sua praça forte. A fronteira então fixada passava ao Norte de Lisboa e Scallabis e incluía Egitânia (atual Idanha-a-velha) no território suevo, numa linha até Astorga, mantendo-se intacta até o fim do reino suevo, cem anos depois. Dessa forma, para a defesa de sua fronteira, os visigodos aproveitavam a estrada romana que ia de Lisboa a Scallabis, e depois a Mérida, e desta cidade seguia a Via da Prata até Salamanca e Legio (Astorga permanecia sob o domínio suevo). Mérida se tornava, assim, o ponto forte da presença visigoda no sudoeste da península,

⁹⁴ A capacidade negociadora dos suevos é certamente um dos motivos da longa sobrevivência de seu reino, haja vista que não ultrapassavam a população de 25-30 mil. Hidácio registra quarenta e duas embaixadas enviadas pelos suevos, o que traduz, parafraseando Javier ARCE (op. cit. pag. 134), certo refinamento, apesar das críticas do bispo galego quanto à sua rapacidade.

cidade onde Eurico entabulou negociações com a elite local e realizou obras de reparo nas muralhas e na ponte sobre o Anas (Guadiana).

Na parte oriental da Península, o domínio romano havia permanecido intacto até 472/473. Quando falece Ricímero, os visigodos ocupam a Provença e incorporam também a Tarraconense, sem resistência, pois as tropas do *dux* local, Vivêncio, a eles se uniram. Em 475, num tratado entre Eurico e o imperador de então, Júlio Nepote, o Império reconhecia a soberania visigoda, na Tarraconense e na Avêrnia, em troca da devolução da Provença. Mas a deposição de Júlio Nepote logo em seguida serviu de pretexto para que Eurico ocupasse de novo a Provença. E quando Odoacro destituiu Rômulo Augusto e pôs um fim formal ao Império, os hérulos não podiam deixar de reconhecer o Reino de Tolosa como senhor de toda a Gália ao Sul da Loira e a Península Ibérica até o Guadiana na Lusitânia.

2.3.6 - A Hispânia sob o reino de Tolosa

Caído o Império do Ocidente, o reino de Tolosa se tornou a principal potência na Europa ocidental, sobretudo com Eurico (466/484) e seu filho Alarico II (484/507). Tal hegemonia se desenvolveu até a derrota de Vouillé frente aos francos, em 507, que culmina com a morte de Alarico II e a perda da Gália, com exceção da franja costeira mediterrânea da Narbonense. A partir de então, a Península passou a representar uma área de retaguarda do reino visigodo, como uma reserva para futura expansão territorial, pois sua prioridade era a Gália. Vale aqui ressaltar que as fontes sobre a Península se calam a partir de finais do século V⁹⁵. Ao contrário do século IV e V, em que testemunhas como Hidácio, Orósio,

⁹⁵ Exceção seria a *Cronica Cesaraugustana*, atribuída ao bispo Máximo, que faz anotações sobre os fatos na Tarraconense de 450 a 568. O relato é fragmentário e começa com a batalha de

Prudêncio e outros nos trazem os fatos da época, a partir de meados do século V, até Isidoro de Sevilha no século VII, há um profundo silêncio entre as fontes peninsulares.

No reinado de Eurico, entretanto, foi publicado um código de leis para os visigodos. Isidoro de Sevilha, em sua obra *História dos godos*, nos conta que, até então, estes não tinham leis escritas, mas essa afirmação é hoje contestada pelos historiadores⁹⁶. Seu filho Alarico II, contudo, empreendeu obra jurídica mais importante, a chamada *Lex Romana Visigothorum*⁹⁷. Na ideia de construir um estado unitário que integrasse a população romana dominada, Alarico II se cercou de representantes da aristocracia gálica, notadamente a hierarquia episcopal, e elaborou um código de leis resgatando a legislação do Baixo-império, na época em que este acabara de desaparecer. Assim, a população romana poderia, no reino visigodo, continuar a viver à sua maneira, segundo suas leis civilizadas. Em fevereiro de 506, uma comissão de bispos católicos e membros da nobreza galo-romana, sob a supervisão de Goiarico, elaborou um corpo de leis procedentes do Código Teodosiano, da jurisprudência de Gaio, das sentenças de Paulo, dos códigos Gregoriano e Hermogeniano e de interpretações das escolas jurídicas gálicas do século V. Luis A. Garcia Moreno⁹⁸ bem observa que o direito romano tardio teve de sofrer adaptações para vigorar no reino de Tolosa, sobretudo no que diz respeito ao vocabulário administrativo. Seu famoso *commonitorium* (introdução ditada pelo rei) impõe sua aplicação geral. Alarico II percebeu que a adoção de leis à romana constituía elemento essencial para a criação de um estado, à moda imperial. Não é à toa que seu exemplo foi copiado por outros povos germânicos que fundaram reinos dentro das antigas fronteiras do Império,

Campos Catalaúnicos. É de se crer que Isidoro de Sevilha teve acesso à mesma para escrever sua *História dos Godos*. Theodor MOMMSEN publicou suas anotações, que incluem acréscimos feitos pelo bispo Vitor de Tunnuna e João de Biclano.

⁹⁶ Rafael UREÑA é veemente ao apontar o testemunho de Sidônio Apolinário referindo-se a leis anteriores a Eurico, as quais o professor espanhol identifica como leis de Teodorico II (vide sua obra *Legislación gótico-hispana: Estudio crítico*). Disso trataremos mais detidamente adiante.

⁹⁷ O assunto será tratado mais detidamente no capítulo 4 adiante.

⁹⁸ GARCIA MORENO, Luis A., *op. cit.*, 2008, pág. 75.

como os burgúndios, alamanos, francos, bávaros, lombardos e outros. A reprivatização da legislação romana elevaria a população romana dominada à condição, embora não de cidadãos plenos, mas de *Staatsvolk* desses novos reinos.

Outro problema enfrentado por Alarico II foi sua relação com a hierarquia da Igreja católica gálica. A publicação do código tinha também o objetivo de pacificar essa difícil relação, lembrando que os visigodos eram arianos e a população gálica era católica nicena. Alguns conflitos dos godos com os galo-romanos restaram notórios, como a resistência de Sidônio Apolinário em Clermont-Ferrand, em 474/475. Cite-se ainda que, no reinado de Alarico II, nove dos trinta e três bispados permaneceram vacantes. Essa situação, entretanto, é melhor explicada por divergências pessoais do rei com os bispos envolvidos, mais leais a Ravena, do que por perseguição religiosa aos católicos. Devem aqui também ser citadas as investidas diplomáticas dos francos junto à população católica do reino de Tolosa, eis que aquele povo se havia tornado católico e insuflava a população católica sob o domínio visigodo. Mas esses exemplos não representam os melhores indicadores dos conflitos entre os visigodos e a população romana católica; tanto é que muitos galo-romanos católicos lutaram e morreram ao lado dos visigodos contra os francos em Vouillé. Na verdade, foi a partir do reinado de Alarico II que a organização eclesiástica começou a se identificar plenamente identificando-se com a monarquia. O próprio Breviário de Alarico (nome dado à *Lex Romana Visigothorum*) manteve os privilégios que a Igreja gozava no Baixo-império, sob a égide do Código de Teodósio. Citem-se, dentre tais privilégios, a preservação do caráter corporativo do clero, sua capacidade de herdar, a jurisdição exclusiva para os clérigos e voluntária para os leigos, a capacidade do bispo de conceder a manumissão e o direito de asilo. É verdade também que o rei assumiu certas prerrogativas, como a de intervir em

assuntos eclesiásticos, de convocar sínodos, além de, na prática (não em teoria), nomear os bispos⁹⁹.

Essa relação entre a Igreja e o Estado visigodo iria só se desenvolver, sobretudo um século mais tarde, quando este povo finalmente se converterá ao catolicismo. Aliás, para sacramentar o Breviário de Alarico é convocado um concílio regional¹⁰⁰, em 506, em Agde, no qual comparecem representantes de 34 dioceses, inclusive da Tarraconense. O concílio foi dirigido por Cesário de Arles, bispo da então principal sede metropolitana no reino. Além de ratificar o Breviário, o concílio aproveitou para regulamentar a vida eclesiástica do reino. Com efeito, dentre outras matérias, dispôs sobre a disciplina do clero, indisponibilidade dos bens da Igreja, uniformização da liturgia, primazia episcopal sobre as igrejas locais etc.

É possível que tal conciliação de Alarico II com a Igreja, à véspera da batalha de Vouillé, decorra da pressão que os francos vinham exercendo na fronteira Norte do reino. De fato, os francos de Clóvis se haviam fortalecido após derrotar Siágrio em Soissons (486), general que governava um último enclave romano na Gália. Em seguida, tentaram influir militarmente na sucessão do reino burgúndio no Ródano. E empreenderam várias razias dentro do território de Tolosa, chegando a ocupar momentaneamente Bordéus, em 498. Em 502, Alarico e Clóvis firmam um tratado de paz em Amboise, tentando manter o *status quo* entre os dois reinos na linha da Loira.

À medida que, na última década do século V, a pressão franca se fazia sentir na Gália, os visigodos iam se expandindo na Península Ibérica. Tais relatos

⁹⁹ E.A.THOMPSON (*op. cit.*, pág. 50) pondera que, no reinado de Alarico II, também foram abolidos alguns privilégios da Igreja, como, por ex., a proibição de os clérigos se dedicarem ao comércio e à usura, e a extinção de sua jurisdição para julgar casos civis entre laicos.

¹⁰⁰ O Concílio de Agde inaugura uma política de colaboração entre o clero e a monarquia visigoda, a qual irá se desenvolver muito mais posteriormente, quando o reino terá como capital Toledo e se tornará católico. Trataremos disso mais adiante.

constam da chamada *Chronica Cesaraugustana*¹⁰¹ da qual só nos chegaram fragmentos. O escritor catalão Ramon d'Abadal¹⁰² identifica duas migrações visigóticas na Península. Uma seria de cunho popular, dos finais do século V e início do VI, composta por camponeses que se agruparam compactamente em aldeias, sobretudo na região de Burgos, Soria, Palencia, Valladolid, Toledo, enfim os chamados campos góticos. A outra seria de cunho aristocrático militar, dispersa em cidades específicas de interesse estratégico. As necrópoles encontradas nas mencionadas zonas corroboram essa afirmação. Na verdade, o assentamento tanto camponês rural quanto aristocrático militar aproveitaram a rede viária romana preexistente, e pretendiam, com isso, guardar as vias de comunicação. Nesse sentido, revela-se preferível a versão de Luis A. Garcia Moreno¹⁰³, que manifesta certo ceticismo quanto à possibilidade de uma migração maciça camponesa goda na virada do século V para o VI, aventando mais a hipótese de um assentamento militar, com seu contingente clientelar agregado. Esse assentamento militar, à semelhança do ocorrido perto de Astorga após a batalha do rio Órbigo, em 468, ou a ocupação de Mérida, em 483, visava principalmente a objetivos estratégicos ao longo das calçadas romanas. Como, em 497, houve um levantamento chefiado por Burdunelo¹⁰⁴ no médio Ebro contra o reino de Tolosa, a subsequente redução da revolta exigiu a fixação de guarnições militares, que acabaram lá permanecendo. Seja como for, trata-se do início da fixação dos visigodos na Península. Outra questão advém da condição jurídica desse assentamento godo na Península. Certamente, diferiu daquele ocorrido na Aquitânia em decorrência do *foedus* de

¹⁰¹ A denominada *Crônica Cesaraugustana*, na verdade, não é uma crônica, mas anotações marginais acrescentadas à crônica do bispo Vítor de Tunnuna, e, em alguns casos, à do bispo João de Bicláro, relatando os acontecimentos na Península de 450 a 568. Foi publicada pelo historiador alemão T. Mommsen, que a relacionava a uma obra perdida de Máximo de Saragoça, à qual Isidoro de Sevilha faz menção.

¹⁰² VINYALS, Ramon d'Abadal I de. *Dels Visigots als Catalans*, I, Barcelona, 1969.

¹⁰³ GARCIA Moreno, Luis A., op. cit., pág. 78-80.

¹⁰⁴ Burdunelo capitalizou o descontentamento dos hispanoromanos com a ocupação visigoda na Tarraconense, e promoveu uma revolta contra Tolosa em 496, tornando-se o “tirano da Hispania”. A *Crônica Cesaraugustana* informa que ele foi finalmente preso e cozido vivo dentro de um touro de bronze. A respeito, cite-se o artigo de Juan Antonio JIMENEZ Sanchez, *El recurso a la tiranía como recurso contro la dominación visigoda en la Tarraconenese* (Hispania, Revista Española de Historia, 2012, vol. LXXII, num. 24, pp. 347-366).

418, pois as condições jurídicas deste foram impostas ou negociadas pelo Império, que então deixou de existir. Especula-se que os godos ocuparam as terras vacantes abandonadas por seus antigos proprietários hispano-romanos (a *bona vacantia* e *caduca* da legislação tardo-imperial) ou se distribuíram aos seus nobres as antigas terras imperiais que haviam passado legalmente à titularidade do reino de Tolosa. Talvez, tenham ocorrido ambas as hipóteses.

2.3.7 - Vouillé

É bem possível que as revoltas na Tarraconense, na virada do século IV para o V, tanto de natureza bagáudica quanto as movidas pela aristocracia local, como a de Burdunelo, tenham sido estimuladas por Clóvis. Este só vinha consolidando sua força política. Como já lembramos, em 486, derrotou Siágrio em Soissons. Em 500, empreendeu uma incursão no reino burgúndio para combater Gundebaldo, campanha que, conforme bem opina Max Gallo¹⁰⁵, embora não tenha expandido o reino franco, mostrou sua superioridade militar. Em 506, derrotou também os alamanos na batalha de Tolbiac¹⁰⁶, numa vitória retumbante, após ter sido quase desbaratado. Em 507, os francos adentram o território visigodo no mesmo momento em que seus aliados burgúndios de Gundebaldo (que então rompera sua aliança entre arianos com Alarico II) invadiam a Provença. Alarico enfrentou assim o exército franco após uma sucessão de campanhas vitoriosas deste último. O embate se deu em Vouillé, perto de Poitiers, e os visigodos foram massacrados. Alarico perde inclusive sua vida em batalha. Os francos tomam

¹⁰⁵ GALLO, Max. *Clovis. Roi des francs*. Éditions Garnier, Paris, 2012.

¹⁰⁶ Gregório de Tours atribui à vitória nessa batalha a conversão à fé católica de Clovis e seus soldados. Na verdade, Clovis já era casado com a católica Clotilde e vinha sendo influenciado pelo bispo de Reims, Remi, a adotar a fé nicena, o que traria a adesão da população galoromana à suas campanhas contra os vizinhos arianos.

Bordéus e Tolosa, apropriando-se de boa parte do tesouro real¹⁰⁷ visigodo. Por outro lado, os burgúndios atacam a Provença e Gesaleico, filho bastardo de Alarico, que consegue salvar parte do tesouro real e opõe feroz resistência nas praças de Arles e Carcassona, as únicas ainda sob o domínio visigodo na Gália.

Somente no ano seguinte é que Teodorico, o Amalo, rei ostrogodo da Itália, envia uma força de salvação e impede que os visigodos sejam completamente expulsos da Gália. Teodorico, dito também “o Grande”, desde que expulsou os hérulos da Itália em nome do Império do Oriente em 490, tinha então se tornado o monarca mais poderoso da Europa. Vinha entabulando uma política de alianças matrimoniais inter cruzadas com os reinos germânicos que sucederam o Império do Ocidente, como os visigodos, francos, burgúndios e alamanos. Era, portanto, unido por laços de parentesco com todos os reis envolvidos na guerra¹⁰⁸. Em vão, Teodorico vinha tentando evitar o conflito entre Clóvis e Alarico, pois temia que a vitória franca alterasse o xadrez diplomático. É de se duvidar que a intervenção salvadora de Teodorico tenha sido motivada por solidariedade racial goda. Naquela altura, o sentido de nação entre os godos era muito incipiente, eis que uma geração antes, eles ainda viviam sob uma estrutura tribal e nômade. Tal situação não se alterou logo que se estabeleceram como reino independente dentro do Império¹⁰⁹. Cite-se, ainda, que os citados laços de parentesco entre os beligerantes tornavam a guerra uma questão de família. O receio de Teodorico era

¹⁰⁷ O tesouro real era especialmente emblemático para os visigodos. Representava bem mais do que seu valor financeiro propriamente dito. Onde ele se encontrava poderia ser considerada a capital do reino. Acumulava riquezas obtidas desde o saque de Roma por Alarico I, em 410. Após Vouillé, boa parte dele foi salva e levada para Arles, cidade que restou em mãos dos ostrogodos, inclusive com o tesouro. Amalarico (526-531), neto de Teodorico, o Grande, finalmente o recupera em um tratado com os ostrogodos, e, algum tempo depois, o mesmo é levado para Toledo, então *urbs regia*. A respeito, vide Javier ARCE, *Esperando a los árabes, Los visigodos en Hispania (507-711)*, capítulo III, Marcial Pons, 2011.

¹⁰⁸ De fato, as alianças entre os povos germânicos quase sempre eram consolidadas por casamentos reais. Clóvis, rei dos francos, casa-se com Clotilde, filha de Godegiselo, irmão de Gundebaldo, rei dos burgúndios (a quem este matou para usurpar o trono); Segismundo, filho de Gundebaldo, casa-se com Ostrogoto, filha de Teodorico o Grande; este último casa-se com Audoflede, irmã de Clóvis e Teodogoto, outra filha de Teodorico, casa-se com Alarico II.

¹⁰⁹ Somente com o estabelecimento de Teodorico na Itália, na última década do século V, os ostrogodos formaram um reino. Já os visigodos chegaram a esse nível de organização pelo menos um século antes, com Alarico I.

o crescimento do poderio franco sobre sua fronteira provençal. Assim, a intervenção militar de Teodorico possibilitou a salvaguarda da Gália Narbonense para os visigodos. Esta região, também denominada Septimânia, permaneceu assim sob o domínio dos visigodos até a chegada dos árabes dois séculos depois¹¹⁰.

Os motivos da campanha franca não podem ser creditados à questão religiosa entre católicos e arianos, como o pretendeu Gregório de Tours ufanisticamente alguns anos depois¹¹¹. O objetivo principal de Clóvis era simplesmente glória e riquezas, amealhando um rico butim em bens e escravos. Por sinal, a aristocracia católica galo-romana e a correspondente classe episcopal haviam chegado a uma certa conciliação com os arianos, na promulgação da *Lex Romana Visigothorum*, em Agde. As relações não deveriam ser assim tão conflituosas, pois vários galo-romanos lutaram e morreram em Vouillé junto com as fileiras visigóticas. Entre eles se encontrava Apolinário, filho daquele Sidônio Apolinário, que havia se revoltado contra Eurico, uma geração antes. A partir daqui, o reino visigodo, salvo por seus irmãos ostrogodos, sobreviveria sob a tutela do clã dos Amalos.

¹¹⁰ Ilustre-se que, da Gália Narbonense, saíram protagonistas importantes da história do reino visigodo, como a família de Leovegildo.

¹¹¹ Gregório de Tours certamente exagerou nos propósitos religiosos de Clóvis na sua campanha da Aquitânia. Apesar de se comemorar sua conversão na batalha de Tolbiac, em 506, possivelmente, em Voullié (507), Clóvis ainda era pagão. E os visigodos arianos, de outro lado, já haviam chegado a um acordo com a Igreja católica, como se verifica nos privilégios que lhe foram garantidos no Concílio de Agde.

PROVÍNCIAS DO BAIXO-IMPÉRIO

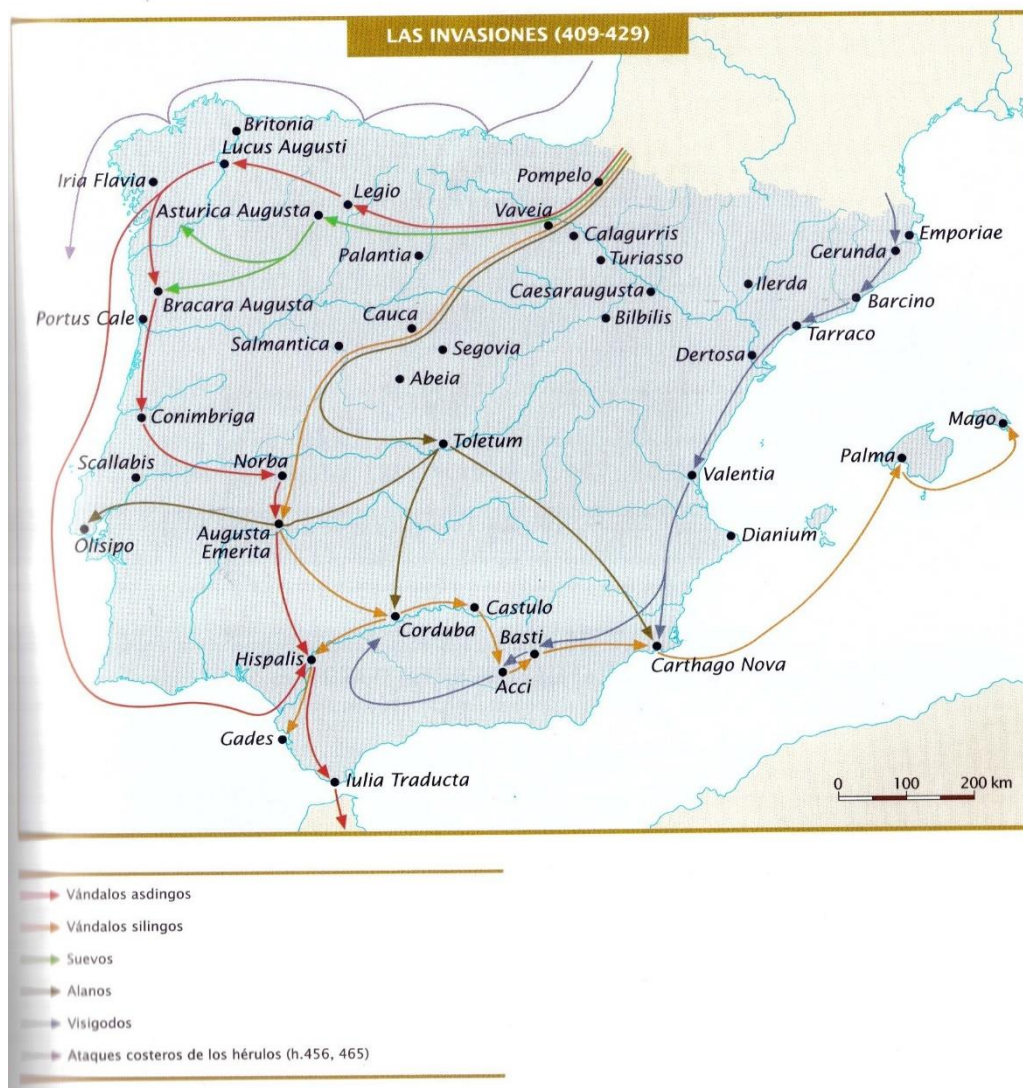
Fernando García de Cortázar



Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

INVASÕES BÁRBARAS

Los godos



Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

MURALHAS DA EGITÂNIA (IDANHA-A-VELHA)



Foto do autor

MAUSOLÉU DE GALA PLACÍDIA, RAVENA



Foto do autor

3 - A IGREJA E O CRISTIANISMO

3.1 - AS HERESIAS DA SANTÍSSIMA TRINDADE: O ARIANISMO

3.1.1 – Origens

A história do século IV teve como um dos principais panos de fundo a questão teológica em torno do arianismo. A controvérsia começou no principado de Constantino, em 318, pouco após o Édito de Milão de 313. E só foi pacificada pelo Concílio de Constantinopla de 381, já no reinado de Teodósio I. Essa pacificação, contudo, não vingou, pois a heresia ariana foi adotada pelos godos que posteriormente invadiram o Império em seguida e, dessarte, teve ainda alguns séculos de sobrevida. Mas aí, nessa fase, o embate teológico cedeu lugar a uma controvérsia de cunho mais política e racial, uma vez que se tornara a religião nacional dos bárbaros, em contraposição ao catolicismo dos povos romanos dominados.

A controvérsia ariana girava em torno da divindade de Jesus Cristo e suas implicações nos princípios da transcendência e unidade divinas. Como conciliar o monoteísmo cristão com a distinção entre o Pai e o Filho e a consequente encarnação de Cristo? Desde os gnósticos¹¹² e, sobretudo, Orígenes¹¹³, nos

¹¹² Segundo nos relata GIBBON, Edward, (*The decline and fall of the roman empire*, The Modern Library, pag. 393), as escolas gnósticas são características dos primeiros séculos da cristandade, e são formadas, em sua grande maioria, por cristãos de origem não judaica, fundindo elementos teológicos de várias matrizes. Eram divididas em mais de 50 seitas, tais como basilianos, valentinianos, marcionitas, carpocracianos, maniqueus etc. Na sua maioria, surgiram no século II DC, floresceram no século III e foram suprimidas nos séculos IV e V,

séculos II e III, discutia-se a dimensão do mistério da Santíssima Trindade. Orígenes, pensador da escola neoplatônica de Alexandria, valeu-se do método alegórico de interpretação das Escrituras para distinguir no Deus único três *hipostasis* ou pessoas. Ário¹¹⁴, em seu turno, concebeu que o Filho, embora com duração mais longa do que os tempos e do que tudo que foi criado, teria sido, Ele também, criado pelo Pai¹¹⁵, e que assim teria um fim. Essa teoria subordinacionista não foi admitida pela ortodoxia, e nasceram daí sérios debates dentro da Igreja, debates esses que se agigantaram em razão de disputas por prestígio entre os ocupantes de dioceses rivais¹¹⁶. Essa rivalidade entre patriarcas provocou a intervenção do poder imperial, com Constantino, que convocou um concílio ecumênico para pacificar a disputa, reunido em Nicéia, em 325. Nesse concílio ecumênico, o primeiro da cristandade, fixou-se a fórmula pela qual o Filho seria “consustancial” ao Pai (*homoousios*, em grego) e o arianismo foi proscrito.

Inaugurava-se, em consequência, uma era de intervenção imperial nas questões religiosas e eclesiásticas (os bispos que se mantiveram fiéis ao arianismo perderam suas sedes e foram banidos). A necessidade de unidade política do Império o determinou, pois certamente uma das razões da conversão de

com a prevalência de controvérsias mais relevantes, que foram as heresias da Santíssima Trindade.

¹¹³ Orígenes de Alexandria foi um dos grandes pensadores da Igreja, e viveu entre 185-253 DC. Aplicou os instrumentos da filosofia platônica ao cristianismo. Seu pensamento enfatizava a distinção entre a alma/corpo e espírito/matéria, aplicando-a para explicar a encarnação do Logos, segundo a Santíssima Trindade.

¹¹⁴ Ário era um presbítero originário da Cirenaica que vivia em Alexandria, tendo nascido por volta de 250 DC. Era discípulo de Luciano de Antioquia, de quem tinha extraído as bases de seu pensamento para formular sua heresia. Sobre o tema, recomenda-se a leitura de WILLIAMS, Rowan, *Arrio*, Ediciones Sigueme, Salamanca, 2010.

¹¹⁵ Um ponto polêmico nas Escrituras sobre essa questão está no Provérbio 8, 22, *Elogio à Sabedoria*, que diz que “O Senhor me criou, como primícia de suas obras, antes do começo da terra”.

¹¹⁶ Em resumo, a escola de Antioquia adotava um critério mais literal na interpretação das Escrituras, notadamente o Prov. 8, 22, denominando-se neoaristotelismo, ao passo que a escola de Alexandria permitia uma interpretação mais alegórica, de matriz neoplatônica.

Constantino¹¹⁷ decorre da legitimidade que o monoteísmo cristão trazia à nova concepção de império, governado por um monarca com poderes absolutos. Mas, nesse ponto, o arianismo, com seu monoteísmo mais radical, apresentava maior vantagem legitimadora para o poder imperial do que a complicada consubstancialidade firmada em Nicéia. E os sucessores de Constantino, sobretudo Constâncio II e Valente, restabeleceram os bispos arianos em suas dioceses¹¹⁸, com a correspondente defecção dos nicenos. Os bispos, que uma geração antes fugiam das perseguições¹¹⁹, tornaram-se agora figuras palacianas, gravitando em torno de favores imperais. E sua ascendência política variava menos em função da sua correta concepção teológica do que da importância econômica das suas dioceses.

Em 380, sobe à purpura Teodósio I¹²⁰, e o credo niceno é restabelecido com toda a força. Os arianos são novamente banidos, e a heresia se torna crime, tendo sua tipicidade definida no Édito de Salônica¹²¹. A controvérsia ariana havia se espalhado por todo o Império e virou combustível para a disputa entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente. A oriental invocava sua precedência, mas Roma advogava sua primazia teológica, por abrigar o túmulo dos dois maiores apóstolos da cristandade, S. Pedro e S. Paulo. Essa fratura entre as partes do Império dá início ao cisma que iria se consolidar gradativamente até o final do primeiro milênio. Do ponto de vista teológico, contudo, a controvérsia ariana acabou por

¹¹⁷ As causas da conversão de Constantino não teriam sido meramente políticas, próprias de estadista pragmático, mas corresponderiam a uma indagação filosófica sincera de sua parte. Quanto a esse tema tão explorado, vale ler a obra de VEYNE, Paul, *Quando nosso mundo se tornou cristão*, Ed. Civilização Brasileira.

¹¹⁸ Ário foi reabilitado por Constantino em 335, pouco antes deste falecer, o que revela a indecisão do imperador quanto à questão.

¹¹⁹ As perseguições aqui referidas são aquelas realizadas durante o reinado de Diocleciano, em 303 e 305, de longe as maiores.

¹²⁰ Teodósio I (347-395 DC) nasceu em Cauca, na Hispânia, e representou o último dos grandes imperadores do Império unificado. No seu governo, pode-se afirmar que o cristianismo se tornou a religião de Estado, eis que Constantino havia apenas legalizado a crença, conferindo-lhe isenção fiscal nos moldes usufruídos pela religião oficial.

¹²¹ O edito de Salônica de 380 foi promulgado por Teodósio, logo que foi elevado à púrpura, e antes de chegar à sua capital Constantinopla. Nele afirma que o Filho é consubstancial ao Pai e que as opiniões em sentido diverso são heresias e constituem crime. Trata-se de extenso diploma legal positivando a questão da Santíssima Trindade.

ajudar a definir a questão complicadíssima da Santíssima Trindade. A solução finalmente encontrada concebe Deus como uma única *ousia* e três *hipostasis*, como o Oriente melhor a sintetiza; ou uma única *substantia* e três *personae*, como querem os latinos. Vale ressaltar que os latinos tinham maior senso prático e não viam tanto problema nos pormenores semânticos da discussão teológica; já os gregos possuíam um idioma mais detalhado para os conceitos abstratos e teológicos e se debatiam em torno de sutilezas consideradas vãs pelos romanos¹²².

3.1.2 - Ário

Ário provinha da Cirenaica¹²³, mas era presbítero em Alexandria, onde, em 318, tinha entrado em contato com a filosofia neoplatônica de Orígenes relativamente às três pessoas da Santíssima Trindade. O pensamento de Orígenes era, na verdade, passível de ser interpretado como sendo subordinacionista, visto que “*aunque concebía el proceso de derivación del Hijo del Padre como generación eterna y continúa, al aplicar el esquema platónico de la generación a partir de un principio, distinguía un antes y un después, con el consiguiente cambio*”(PAÑO, 2003, p.420)¹²⁴. Ário também tinha recebido influências subordinacionistas do pensamento de Luciano de Antioquia¹²⁵, o qual teve ainda como discípulos Eusébio de Cesaréia e Eusébio de Nicomédia¹²⁶.

¹²² GIBBON, Edward, *op. cit.*, pág. 659, afirma que, na época de Constantino, a Igreja católica era administrada por 1.800 bispos, dos quais 1.000 nas províncias de fala grega e 800 nas de fala latina.

¹²³ Tal informação nos é dada por Filostórgio, historiador ariano da época, que menciona também a existência de outros bispos aliados seus na região líbia, Segundo e Teonas (*apud WILLIAMS, Rowan, op. cit.*, pag. 43).

¹²⁴ ESCRIBANO Paño, Maria Victoria. *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo, El cristianismo marginado*, Editorial Trotta, Universidade de Granada, 2003, pág. 420.

¹²⁵ A rigor, aqueles que comungavam as ideias de Ário, na época, não eram chamados de arianos, como hoje os designamos, mas de lucianistas, dada a precedência de Luciano de Antioquia em

De sua obra escrita, podem ser citadas as cartas a Eusébio de Nicomédia, figura posteriormente importante no arianismo; a Alexandre, bispo de Alexandria e seu rival na questão; e ao imperador Constantino. Escreveu também pequenas canções dirigidas ao povo de Alexandria, no intuito de popularizar suas convicções cristológicas, como se fossem os *jingles* de hoje. Essas informações nos são fornecidas por Eusébio de Cesaréia, na sua “*Vida de Constantino*”, por Epifânio, no seu “*Panarion*”, e também por Rufino, Sócrates, Sozomeno¹²⁷, Teodorete, Filostorgio, e principalmente Atanásio, em sua “*Apologia contra os arianos*”.

Sua obra mais importante, entretanto, é a “*Thalia*”, da qual não nos chegou sequer um exemplar, mas apenas as críticas que lhe são feitas por Alexandre e Atanásio, o que nos permite formar uma idéia fragmentária de seu conteúdo. Foi escrita após sua excomunhão e expulsão de Alexandria, quiçá em 320, quando se refugiou na Palestina e teve contato mais intenso com círculos lucianistas. Nela apresenta a defesa teológica das idéias que geraram a controvérsia. Pondere-se, entretanto, como bem aventou Rowan Williams¹²⁸, a *Thalia* nunca formou parte do “dossier” que se manejava sobre o arianismo. Sua relevância provém mais dos esforços dos inimigos do arianismo em apontá-la como o início de toda a série de idéias heréticas que estavam então atacando. É, de fato, lamentável que conheçamos as idéias de Ário a partir dos relatos de seus inimigos e hoje se indaga se sua real intenção era tão revolucionária como se imagina.

A doutrina contida na “*Thalia*” deriva das escolas neoplatônicas alexandrinas. Entendia que o Pai era único e indivisível, princípio não gerado de

elaborar teorias subordinacionistas para o Filho. É o que transparece de uma correspondência de Ário a Eusébio de Nicomédia, ao empregar o termo *sylloukianista*.

¹²⁶ Eusébio (280-341), bispo de Beirute, tornou-se em seguida Eusébio bispo de Nicomédia e depois bispo de Constantinopla. É mais conhecido como de Nicomédia, e assim será designado neste trabalho. Trata-se de um dos maiores campeões do arianismo e não deve ser confundido com seu contemporâneo Eusébio de Cesaréia, autor de notória *História Eclesiástica*.

¹²⁷ Sozomeno foi um escritor cristão da Palestina no século V e vem mencionado diversas vezes neste trabalho. Escreveu uma *História Eclesiástica* de IX livros, começando com Constantino e terminando com Valentiniano III, último imperador da família de Teodósio.

¹²⁸ WILLIAMS, Rowan, *op. cit.*, pág. 82.

todas as coisas (*agenetos arché*), pelo que não poderia compartilhar sua essência (*ousia*) como o Filho. O *Logos*, portanto, não poderia ser consubstancial (*homoousion*) ao Pai. Fora gerado do nada, finito e distinto Daquele, embora com duração maior do que a dos tempos¹²⁹. Negava ou reduzia, portanto, a divindade do Filho. Acreditava também que o Filho é quem havia gerado o Espírito Santo¹³⁰. As três *hypostasis* se tornam assim distintas e não possuem a mesma essência.

Vale aqui transcrever o resumo das idéias de Ario, conforme nos apresenta Rowan Williams¹³¹, em sua obra sobre o presbítero:

- a) Só Deus é ingênito (*agennetos*); é imaterial, de modo que carece de qualquer tipo de pluralidade ou composição; não está submetido a nenhum processo natural, nem a qualquer emanação ou difusão de sua substância.
- b) Deus é totalmente livre, racional e tem um designo.
- c) Inicia o processo creativo ao fazer com que exista o Filho, como um indivíduo subsistente verdadeiramente (*alethos*) distinto dele; isso o faz “antes de todos os séculos”, embora em certo sentido o Pai exista antes do Filho, posto que este não é eterno, ou seja, não é eternamente ingênito.
- d) Mercê da vontade divina, o Filho é estável e imutavelmente o que é, uma criatura perfeita, não meramente “um mais entre os outros”; é o “herdeiro” de todos os dons e bênçãos que Deus pôde lhe outorgar, mas, dado que ele é o resultado da vontade soberana de Deus, a glória e a dignidade do Pai de modo algum se veem diminuídas por tal dom.

¹²⁹ Vide ESCRIBANO Paño, Maria Victoria, *op. cit.*, pp. 421-422.

¹³⁰ A concepção, segundo a qual o Espírito Santo teria sido gerado pelo Filho, foi objeto da heresia macedoniana, encabeçada por Macedônio, patriarca de Constantinopla em meados do século IV. Sua versão do credo de Nicéia resulta a seguinte: “*Creio no Espírito Santo, Senhor e fonte de vida, que procede do Pai (e do Filho); e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele falou pelos profetas*”. Na Santíssima Trindade, segundo essa crença, haveria uma subordinação piramidal.

¹³¹ WILLIAMS, Rowan, obra citada, pag. 118.

- e) Embora não se detalhe o papel do Espírito Santo, a fé católica se define como uma fé em três subsistentes divindades (*hypostaseis*).

Ao se deparar com essas idéias, em 318¹³², Alexandre, bispo de Alexandria, chamou Ário à sua presença para convencê-lo a se retratar. Ário, entretanto, se recusou a fazê-lo e, insubordinando-se contra a hierarquia clerical, buscou apoio junto a outros discípulos de Luciano como ele, representados por Eusébio de Cesaréia e Eusébio de Beirute, que se havia então consagrado bispo de Nicomédia. Alexandre convocou então um sínodo da Igreja de Alexandria em 320, com o comparecimento de 100 bispos egípcios e líbios, como nos relata São Jerônimo. Ário foi instado a corrigir suas convicções e, como mais uma vez não o fez, foi excomungado e expulso da cidade, juntamente com seus seguidores.

Fora de Alexandria, porém, Ário encontrou vários adeptos, em grande parte pela simpatia que suas ideias despertaram em Eusébio de Cesaréia e Eusébio de Nicomédia, a quem recorreu, até por ter este último fácil acesso aos círculos imperiais. Em decorrência, foram realizados três concílios regionais sucessivos em torno da questão: um na Bitínia, outro na Palestina e o terceiro em Antioquia¹³³. Os dois primeiros endossaram as teorias de Ário, e o terceiro as considerou heréticas e excomungou todos os que as apoiavam, inclusive Eusébio de Cesaréia, conforme nos conta Sozomeno. Note-se que acabara de ser nomeado para a sede de Antioquia um aliado de Alexandre de Alexandria.

Em pouco tempo, a controvérsia ariana criou uma profunda divisão política dentro da Igreja do Oriente. Eusébio de Nicomédia passou a se empenhar em recolocar Ário na sua antiga função na igreja de Alexandria, desrespeitando com isso a decisão hierárquica eclesiástica que o havia banido. Note-se que até o reconhecimento oficial do cristianismo, a Igreja ainda convivia com certo grau de desordem na sua organização. Apresentava uma espécie de sistema hierárquico dual, em que, ao lado de pregadores cuja autoridade era construída por seu

¹³² O ano de 318 é a data que podemos considerar como o início da controvérsia ariana.

¹³³ WILLIAMS, Rowan, *op. cit.*, pág. 64, que data tais sínodos no ano de 324.

carisma e sua santidade, até mesmo com certa liberdade especulativa, ia-se também formando uma estrutura mais hierarquizada, com os bispos procurando impor certa disciplina entre os fiéis, necessidade imperativa para o seu firme estabelecimento. Ário, quiçá, ainda era um remanescente daquela época anterior, um *theodidaktos*, pugnando por uma liberdade acadêmica que gradualmente ia se demonstrando inadequada para o crescimento e a unidade da instituição. O que assistiremos a partir da heresia ariana é a consolidação de uma política religiosa mais coercitiva¹³⁴.

3.1.3 - O Concílio de Nicéia

Logo após a sua “suposta” conversão ao Cristianismo¹³⁵ e a vitória sobre Maxêncio, na Ponte Mílvia, em 312, Constantino venceu também Licínio, em 324, e reuniu mais uma vez o Império sob o seu comando único. No Oriente, entretanto, encontrou a Igreja dividida entre arianos e católicos¹³⁶. Sabia que a unidade do Império não se consolidaria sem a unidade da Igreja. A rigor, tratando-se basicamente de um estadista e um militar, não compreendia bem as razões teológicas da desunião. Enviou, então, a Alexandria seu conselheiro mais próximo

¹³⁴ Sobre a questão dos primórdios da hierarquização na Igreja leia WILLIAMS, Rowan, op. cit., cap. 3.

¹³⁵ A conversão real de Constantino é tema de profundas controvérsias. Só foi batizado no seu leito de morte e costumava adorar o Sol Invicto como divindade. Praticou os atos rituais da religião oficial de Roma até os 40 anos e cometeu diversas crueldades na sua vida pessoal, até com seus familiares. Não obstante seu sincretismo, Paul VEYNE, em “*Quando o nosso mundo se tornou cristão*”, Ed. José Olympio Ltda., aponta também para a sinceridade de sua fé, desprezando qualquer pressão dos cristãos a adotar sua religião, na medida em que eram uma minoria àquela altura.

¹³⁶ A rigor, o termo católico só pode ser empregado a partir do édito de Salônica em 380, mas aqui o utilizamos para distinguir dos arianos. Hoje, o termo se restringe à Igreja de Roma.

para assuntos religiosos, Ósio¹³⁷, bispo de Córdoba, a fim de dirimir a disputa entre Alexandre e Ário. Apesar de Ósio se opor às teorias de Ário, procurou estabelecer um consenso, num sínodo local convocado para tanto. Mas de nada adiantou, pois Ário se furtou ao encontro e se manteve na sua crença.

Constantino decidiu, assim, convocar um grande concílio abrangendo toda a Igreja. A concórdia sobre essas questões teológicas prescindia do consenso entre os bispos, tal qual ele já havia conseguido em 314, em Arles, relativamente à heresia donatista¹³⁸. A reunião ocorreu em 325, em Nicéia¹³⁹, reunindo mais de duzentos e cinquenta bispos¹⁴⁰, se levamos em conta a lista de subscritores da correspondente ata. Dito documento era encabeçado pela assinatura de Ósio, razão para se crer que terá presidido o concílio, até porque se tratava do homem de confiança do imperador para tais assuntos.

A maioria dos representantes provinha das dioceses do Oriente, sendo que, do Ocidente, compareceram dois legados do papa Silvestre (o qual não pôde comparecer por sua avançada idade) e mais alguns da Itália, de Cartago e da Ilíria, fora Ósio de Córdoba. Até bispos do Cáucaso, do Ponto, da Pérsia e da *Gothia*¹⁴¹ se fizeram presentes. Quanto à Igreja egípcia, afluíram vários, tanto bispos, quanto presbíteros e monges. Cumpre destacar a presença do diácono Atanásio, quem posteriormente sucederia Alexandre na sede de Alexandria. Era o primeiro concílio ecumênico da história da cristandade, exemplo que seria repetido várias vezes.

¹³⁷ Ósio (257-359), bispo de Córdoba, era conselheiro de Constantino, e foi, até a sua morte, um dos maiores defensores do credo niceno, juntamente com Atanásio e Hilário de Poitiers.

¹³⁸ A heresia donatista incandesceu o norte da África no século IV, mas não se refere à Santíssima Trindade. Donato e seus seguidores não admitiam na Igreja aqueles bispos que haviam apostatado durante as perseguições de Diocleciano, os *lapsi*, mesmo que para salvar suas vidas.

¹³⁹ Nicéia estava localizada na Bitínia, perto da margem asiática do Bósforo, em frente ao local onde cinco anos depois seria fundada Constantinopla. Foi sede também de outro concílio em 787 DC, que condenou a heresia iconoclasta.

¹⁴⁰ Eusébio de Cesaréia menciona 250 bispos presentes, em sua *História Eclesiástica*.

¹⁴¹ *Gothia* se refere à terra que os godos então ocupavam e se estendia da Dácia (ex-romana) a oriente. O bispo godo que compareceu ao Concílio de Nicéia é Teófilo, possivelmente pastor dos cristãos cativos em poder dos godos, desde sua incursão no Império do século III.

As posições de Ário foram defendidas tanto por ele mesmo, quanto por Eusébio de Nicomédia e Eusébio de Cesaréia¹⁴²; as contrárias, por Ósio, Alexandre (de Alexandria), Macário de Jerusalém, Eustáquio de Antioquia e Marcelo de Ancira. Verifica-se logo que as dioceses desses últimos (sobretudo Alexandria e Antioquia) eram bem mais importantes¹⁴³ do que as dos arianos.

Constantino inaugurou os debates conclamando os presentes a chegarem a um consenso para o bem da cristandade (e também do Império), mas as posições antagônicas eram estanques. Muito se especula sobre a efetiva influência do imperador nos debates teológicos, mas, como não falava grego e a maioria dos presentes era do mundo helênico, tal participação não pode ser superestimada.

A ordem do dia tratou não só da questão ariana, mas também da elaboração de uma profissão de fé e da elaboração de um código de conduta para a Igreja. A maioria votou contrariamente às ideias arianas e estabeleceu uma confissão de fé (provavelmente redigida por Ósio) que definisse a posição da Igreja quanto à relação entre Pai e Filho. Trata-se, pois, do credo de Nicéia¹⁴⁴, fundamento dogmático da ortodoxia cristã, rezado até hoje nas igrejas católicas do mundo. Nele se reconhece a consubstancialidade entre Pai e Filho, Este não sendo criado, mas gerado por emanção, sem qualquer hierarquia entre ambos, eis que da mesma *ousia*. Vencida restou, portanto, a tese subordinacionista dos

¹⁴² Filostórgio cita 22 bispos favoráveis a Ário no concílio. Sozomeno menciona 17 (WILLIAMS, Rowan, *op. cit.*, pág. 85).

¹⁴³ Na época de Constantino, estima-se que Alexandria contasse com um milhão de habitantes, e Antioquia talvez ultrapassasse os 500 mil. Constantinopla possivelmente atingiu a população de 1 milhão na época de Justiniano.

¹⁴⁴ Eis o credo de Nicéia: *“Creio num só Deus, Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E num só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, engendrado pelo Pai, unigênito, ou seja, da substância do Pai, Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, engendrado, não criado, consubstancial (homooúsios) ao Pai, por quem tudo foi feito, no céu e na terra, que por nós os homens e por nossa salvação baixou e se encarnou, se fez homem, padeceu e ressuscitou no terceiro dia, subiu aos céus e voltará para julgar os vivos e os mortos. E no Espírito Santo. E aos que dizem que houve um tempo em que não existiu, que não existiu antes de nascer e que começou a existir do nada, e a todos que afirmam que o Filho de Deus é de uma hypostasis ou ousia diferente, ou que está sujeito a alteração e mudança, a estes a igreja católica e apostólica os anatemiza.”*

lucianistas, apesar de Eusébio de Nicomédia apontar para a omissão das Escrituras quanto ao termo empregado, *homoousios*¹⁴⁵. A relutância de alguns bispos em endossar a profissão de fé de Nicéia provocou a intervenção do imperador, que os ameaçou com o exílio. Diante disso, até Eusébio de Nicomédia ratificou o credo niceno; mas Ário não, e foi expulso da comunidade eclesiástica, junto com alguns seguidores mais fiéis. Eusébio também foi punido com o exílio para a Gália, mas não por razões teológicas e sim porque antes havia apoiado Licínio, rival de Constantino.

O concílio dispôs ainda sobre algumas questões de natureza eclesiástica. Excluiu do clero os *lapsi*¹⁴⁶ que haviam sido ordenados, assim como os fiéis que haviam apostatado. Adotou-se, ainda, a organização provincial do Império para a Igreja, de forma que as fronteiras das dioceses passaram a corresponder, grosso modo, aos conventos e províncias do Império em que se encontravam, conforme as reformas administrativas de Diocleciano¹⁴⁷ e Constantino. Fixaram-se sedes metropolitanas, com ascendência sobre as dioceses¹⁴⁸ episcopais de sua região. Estabeleceu-se ainda o mínimo de três bispos para aprovar a consagração de um colega (que era eleito pelos fiéis¹⁴⁹), e se criou uma carreira própria, intransponível, para ascender no clero. A data da Páscoa também foi definida

¹⁴⁵ WILLIAMS, Rowan, *op. cit.*, pág. 186, ressalta que Hilário de Poitiers e Atanásio, dois notáveis defensores do credo niceno, invocavam uma tradição de que o termo *homoousios* teria sido primeiro empregado por Paulo de Samosata para descrever a unidade do Pai e Filho.

¹⁴⁶ Os *lapsi* são aqueles bispos que haviam apostatado, ou seja, denegado sua fé cristã durante as perseguições de Diocleciano. Trata-se da origem dos problemas ocorridos com os Donatistas na África e os melicianos em Alexandria.

¹⁴⁷ Diocleciano restabeleceu a paz, no final do século III, e inaugurou o Baixo-império romano. Empreendeu várias reformas, tanto militares, quanto tributárias e administrativas. Dividiu o Império numa Tetrarquia (dois Césares e dois Augustos) e redesenhou as fronteiras das províncias. Com suas reformas, a administração militar gradualmente se separou da civil.

¹⁴⁸ As dioceses, sede de um bispado, não coincidiam exatamente com as dioceses administrativas do Império, segundo sua divisão na reforma administrativa de Diocleciano. A diocese civil da Hispânia, com capital em Mérida e encabeçada por um *vicarium*, abrangia as províncias da Tarracoenense, Galécia, Bética, Lusitania (também com capital em Mérida), Cartaginense, Baleares e Tingitânia. Tal região abrangia várias dioceses episcopais.

¹⁴⁹ Vale transcrever aqui as belas palavras de GIBBON, Edward, (*op. cit.* pág. 659/660) sobre a questão: “*The freedom of election subsisted long after the legal establishment of Christianity, and the subjects of Rome enjoyed in the church the privilege they had lost in the republic, of choosing the magistrates whom they were bound to obey*”.

nessa ocasião, como sendo o primeiro domingo após a primeira lua cheia depois do equinócio da primavera¹⁵⁰.

O concílio foi finalmente encerrado com um grande e faustoso banquete oferecido pelo imperador, que aproveitou a ocasião para celebrar a *vicennalia*, ou seja, seus vinte anos de reinado¹⁵¹.

3.1.4 - A revanche ariana

A vitória dos opositores do arianismo, todavia, durou pouco. A profissão de fé de Nicéia, na verdade, gerava pouco consenso, sobretudo na Síria e na Palestina. Constantino, então, abrandou sua intransigência e acabou por permitir a volta do exílio de Ário e Eusébio de Nicomédia¹⁵², este já em 328. Os arianos aproveitaram o vacilo do imperador para contra-atacar, levantando acusações doutrinárias, disciplinares e morais contra os nicenos. Nessa esteira, os Eusébios (de Nicomédia e de Cesaréia) manobram e lograram destituir de suas sedes Eustáquio de Antioquia, Marcelo de Ancira¹⁵³ e Atanásio, o qual sucedera Alexandre na importante diocese de Alexandria, em 328, e iria se converter no grande símbolo da resistência ao arianismo. Tal episódio ocorreu no Concílio de

¹⁵⁰ A data da Páscoa passou a ser definida pelo bispo de Alexandria e comunicada a Roma. Alexandria foi contemplada com tal função em razão de sua precedência no cristianismo, mas também por sua reputação como centro de conhecimento astronômico e científico.

¹⁵¹ Constantino I, o Grande, ainda comemorou uma tricenalia, tendo seu reinado durado de 306 a 337. Entretanto, GIBBON, Edward, *op. cit.* pág. 636, afirma que até a idade de 40 anos ele ainda praticava a religião oficial de Roma.

¹⁵² A rigor, Eusébio de Nicomédia, junto com Teognis e Maris, estava disposto a firmar o termo *homoiousios* (que traduz semelhança em vez de igualdade) em vez de *homoousios*, na ata do concílio de Nicéia (WILLIAMS, Rowan, *op. cit.* pág. 89).

¹⁵³ Marcelo de Ancira, apesar do apoio de Atanásio, era mais exatamente um sabeliano, crença que considerava a segunda e terceira pessoas da Santíssima Trindade como aspectos, ou modos, do Pai, com forte influência docetista.

Tiro, em 335¹⁵⁴, convocado para julgar as supostas irregularidades de Atanásio, conforme acusações orquestradas pelos Eusébios, com o auxílio dos bispos Valente de Mursa (Osijek) e Ursácio de Singidunum (Belgrado). Atanásio retirou-se assim para Treveris (Trier), permanecendo sob a custódia de Constantino II, o Menor (filho).

Ário morreu em 335¹⁵⁵ e Constantino em 337, sendo este sucedido por seus filhos Constantino II, Constante e Constâncio. Mas Constantino II logo faleceu, e o Império restou dividido entre Constante, no Ocidente, simpático aos nicenos, e Constâncio, no Oriente, favorável aos arianos, o que acirrou ainda mais as diferenças entre as Igrejas ocidental e oriental. Atanásio havia regressado de Treveris e tentou recuperar sua sede, a qual fora ocupada por Gregório de Capadócia, que se negava a abandoná-la, com o devido apoio de Eusébio de Nicomédia. Argumentava este último que um bispo deposto por um concílio só poderia retornar à sua sede por força de outro concílio. Atanásio foi então de novo expulso, em 339, e fugiu para Roma, no meio a violentos tumultos em Alexandria¹⁵⁶.

Em Roma, o papa¹⁵⁷ Júlio acolheu os bispos nicenos depostos no Oriente e se arvorou em juiz da causa, em grau de apelação. Invocava a primazia de Roma em questões eclesiásticas, eis que dito patriarcado era túmulo dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo. Contestava a decisão do Concílio de Tiro que depusera Atanásio, pois a deposição de um bispo exigiria a concordância de Roma. Eusébio de Nicomédia, contudo, opunha-se a essa primazia papal, até porque já estava

¹⁵⁴ A deposição de Eustáquio se deveu mais a críticas que este fez à mãe do imperador, Santa Helena, por ocasião de sua visita a Jerusalém. Seus adversários aproveitaram a oportunidade (WILLIAMS, Rowan, *op. cit.* pág. 93).

¹⁵⁵ Ário foi formalmente reabilitado no sínodo de Jerusalém; entretanto, no dia marcado para seu triunfo em Constantinopla, ele faleceu. Tal fato nos é trazido por Atanásio, quem enxergou aí a ajuda celestial à Igreja para se livrar de seus inimigos (GIBBON, Edward, *op. cit.* pág. 694).

¹⁵⁶ Em Alexandria, os arianos contavam com a aliança dos melicianos, cismáticos do início do século IV, que levantavam bandeiras em torno de questões regionais.

¹⁵⁷ A rigor, os termos “Papa” e “papado” são melhor empregados para a época em que, após a queda do Império do Ocidente, Roma reuniu sob sua órbita os novos reinos germânicos da Europa. Às vezes, porém, o patriarca de Alexandria era referido como o papa da Igreja oriental.

ocupando a sede de Constantinopla, fundada um pouco antes, e que vocacionava tornar-se a nova Roma. Aliás, o Oriente invocava a anterioridade da sua Igreja com relação à da Europa. Independentemente, em 341, reuniu-se em Roma um concílio com os bispos ocidentais e os refugiados (inclusive Atanásio), o qual revogou o Concílio de Tiro (o que acarretava invalidar a investidura de Gregório em Alexandria) e acusou a Igreja oriental de arianismo, lembrando que, do ponto de vista doutrinário, o credo de Nicéia ainda era a lei em vigor.

Em contrapartida, no mesmo ano de 341, a Igreja oriental convocou um concílio em Antioquia e fixou a sua própria profissão de fé, embora sem contradizer expressamente o credo niceno¹⁵⁸, nem mencionar o *homoousios*. Os orientais assim apelaram para Constante, imperador do Ocidente, no intuito de uniformizar a questão em torno do seu credo; os ocidentais, da mesma forma, instaram Constante a pressionar Constâncio, imperador do Oriente, no sentido de impor a sua própria crença. Em 343, os imperadores decidiram reunir novo concílio ecumênico em Sérдика (Sofia), cidade limítrofe às duas partes do Império. O papa Júlio se fez representar por Ósio, que liderou a bancada ocidental; na parte oriental, estava Eusébio de Nicomédia, agora bispo de Constantinopla. A questão teológica se revelou inconciliável, mas quanto à parte eclesiástica, os orientais admitiram revisar as deposições de todos os bispos exilados, menos de Atanásio, a quem não queriam sequer ver sentado no concílio. Não aceitavam tampouco a ingerência de Roma sobre as questões eclesiásticas orientais. Ambas as partes se excomungaram reciprocamente, e a reunião de nada serviu. Os imperadores, contudo, contemporizaram a situação entre os bispos, e Constante conseguiu convencer Constâncio a repor Atanásio na sede de Alexandria, aproveitando que havia falecido Gregório, seu ocupante. A Igreja se

¹⁵⁸ O prefácio da profissão de fé acordada no sínodo de Antioquia de 341 começava afirmando que os signatários não eram seguidores de Ário. A rigor, consideravam-se “católicos”, mas Atanásio foi firme em acusá-los de “arianos”, como um grupo compacto, em sua crítica ao referido sínodo, em “*De synodis*” (WILLIAMS, Rowan, *op.cit.* pág. 101/102).

revelava cada vez mais submissa aos interesses do imperador, prenunciando o que viria a se denominar “cesaropapismo”.

3.1.5 - Subdivisões do arianismo

No Ocidente, porém, o trono de Constante, simpático aos nicenos, foi usurpado por Magnêncio, mas este foi finalmente derrotado por Constâncio II, unificando mais uma vez o Império em 353¹⁵⁹. Constâncio, como já aventamos, era simpático ao subordinacionismo ariano¹⁶⁰.

Não bastasse isso, as próprias ideias arianas acabaram se dividindo em várias correntes. Havia os arianos extremados, ou “anomeus”, segundo os quais a essência do Pai não pode ter sido extraída para gerar o *Logos*. Essa vertente reduzia ainda mais o Filho a simples criatura. A esse grupo se filiavam Aécio¹⁶¹ e Eunômio. De outra parte, contestavam os arianos moderados. Segundo estes, o Filho era de substância parecida com a do Pai (*homoiousios*), sendo, portanto, igualmente divino. Denominavam-se “homeusianos”, incluindo-se entre eles Basílio de Ancira e Jorge de Laodicea. Além do mais, entre esses dois extremos, os arianos seguidores de Eusébio de Nicomédia ainda mantinham suas posições

¹⁵⁹ Constâncio II era um dos filhos de Constantino, o Grande, que herdou a parte oriental do Império. Já seu irmão Constantino II ficou com a prefeitura das Gálias; seu outro irmão Constante com a Itália e a África, e Dalmácio, neto daquele imperador, com a Gécia e os Balcãs. Dalmácio e Constantino II logo morreram, e a prefeitura das Gálias, por sua vez, foi usurpada por Magnêncio. Finalmente, em 353, Constâncio o derrota e unifica o Império. Seu reinado durou de 337 a 361.

¹⁶⁰ GIBBON, Edward, *op. cit.* pág. 695, nos conta que Valente, bispo ariano de Mursa, na Panônia, cenário da batalha decisiva para a unificação do Império contra Magnêncio, influenciou decisivamente Constâncio a aderir ao credo ariano. Aproveitou-se de um momento em que o imperador se abrigou na sua igreja, esperando, nervoso, pelo desfecho oscilante das armas.

¹⁶¹ Aécio de início ganhou a simpatia dos arianos por sua eloquência retórica, a qual, porém, era temperada por seu discípulo Eunômio, mais versado nas escrituras e na filosofia de Aristóteles. Os arianos acabaram retirando-lhe o seu apoio e até passaram a persegui-lo (GIBBON, Edward, *op. cit.* pág. 689).

nas suas dioceses, denominando-se “homeus”. Constâncio simpatizava com esta última crença (homeus), e, incendiado pelos bispos orientais, promoveu a realização de uma série de concílios regionais no Ocidente, a fim de depor os bispos nicenos (Sirmium, 351; Arles, 353; Milão, 355; e Béziers, 356)¹⁶². Os que não aquiesceram com as crenças do imperador foram exilados: Paulino de Treveris, Dionísio de Milão, LúCIFER de Cagliari, Eusébio de Vercelli, Hilário de Poitiers e o papa Libério de Roma. Atanásio (o campeão da fé nicena) conseguiu fugir de Alexandria para o deserto, onde foi abrigado por monges. Seu ascetismo notório o transformara numa figura carismática no Egito, segundo se conclui de sua obra “*História dos arianos*”.

O Ocidente havia assim se submetido aos éditos imperiais, e aqueles que os contestaram pagaram caro. Urgia redigir uma nova profissão de fé em substituição à nicena. Para tanto, reuniu-se novo concílio em Sirmium, em 357, fixando a hierarquia ariana na Santíssima Trindade e repudiando tanto o *homooousios* niceno quanto o *homoiousios* homeusiano (que acreditava que o Filho era de substância semelhante à do Pai). Costuma-se afirmar que Ósio de Córdoba, já centenário, teria subscrito essa fórmula de Sirmium. É, porém, difícil de crer nisso, vindo daquele que provavelmente fora o redator do credo de Nicéia e que combatera o arianismo durante sua vida toda. Mais provável é atribuir essa informação aos seus detratores de sempre. Aliás, diz-se que tanto Hilário de Poitiers, quanto Libério de Roma, também a subscreveram, em troca da sua recondução às respectivas sedes episcopais.

A aceitação da fórmula de Sirmium, todavia, tampouco gerou unanimidade. Constâncio decidiu então reunir dois concílios: um no Oriente e outro no Ocidente, a fim de ratificar a fórmula. No ano de 359, reuniram-se em Selêucia na Isáuria e Rimini¹⁶³ no Adriático, respectivamente. O imperador

¹⁶² ESCRIBANO, Maria Victoria Paño. *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo, El cristianismo marginado*, Editorial Trotta, Universidade de Granada, 2003, pp. 434-439.

¹⁶³ Em suas epístolas sobre os concílios de Selêucia e Rimini, Atanásio enumera 18 credos trinitários de inspiração ariana (GIBBON, Edward, *op. cit.* pág. 688).

controlou atentamente os trabalhos, que consistiam em aprovar uma fórmula pré-constituída dos “homeus”, pela qual “o Filho é semelhante ao Pai em todas as coisas, como dizem e ensinam as Sagradas Escrituras”. Em Rimini, houve alguma resistência dos nicenos ocidentais, mas acabaram sendo devidamente pressionados a subscrever a ata ¹⁶⁴. No Oriente, a dissidência era entre “homeus” e “homeusianos” e não houve consenso. Constâncio promoveu, então, outro sínodo no ano seguinte, em 360, em Constantinopla, aprovando sua fórmula, sempre sob a devida pressão. Nesse concílio estava presente Ulfila ¹⁶⁵, futuro bispo dos godos, que levaria a fórmula dos “homeus” para seu povo, o qual perpetuou a heresia ariana ainda por alguns séculos. O arianismo na sua versão “homéia”, por conseguinte, parecia ter vencido, e os bispos dissidentes foram sendo destronados um a um por Constâncio.

3.1.6 - O interregno de Juliano e seus sucessores

No ano de 361, todavia, subia à purpura o último imperador da família de Constantino, Juliano, o Apóstata, de formação helenística e simpatizante de um “neopanteísmo” pagão ¹⁶⁶. Para enfraquecer o cristianismo, anistiou todos os que haviam sido exilados pelos arianos, o que acabou facilitando as coisas para o clero niceno, sobretudo no Ocidente. No Oriente, Atanásio pôde assim voltar do

¹⁶⁴ Rimini reuniu 400 bispos, mais até do que Nicéia. São Jerônimo nos relata a pressão que os bispos Ursácio e Valente exerceram sobre os presentes, que ficaram detidos até adotarem os termos propostos na respectiva ata (GIBBON, Edward, *op. cit.* pag. 691).

¹⁶⁵ Ulfila é o responsável pela conversão dos godos no século IV e será tratado mais adiante.

¹⁶⁶ A educação religiosa de Juliano quando jovem foi confiada ao ariano Eusébio de Nicomédia e ele se manteve cristão até, pelo menos, a idade de 20 anos. Contudo, maior influência na sua educação teve seu preceptor, o eunuco Mardônio, que o ensinou o gosto pela genialidade e a religião de Homero. De qualquer forma, seu testemunho das desavenças entre arianos e nicenos, certamente, contribuiu pelo seu desprezo pelo cristianismo (passim GIBBON, Edward, *op. cit.* pp. 757/758).

deserto, onde tinha se refugiado, e retomar a diocese de Alexandria. Propôs aos arianos o seu apoio, desde que renunciassem ao seu credo, mas logo teve novamente de fugir da cidade em decorrência de um édito imperial. Juliano, porém, faleceu em 363, numa campanha contra os persas, e o trono foi ocupado pelo cristão Joviano. Todas as fações teológicas correram para ele atrás de apoio, e Atanásio mais uma vez voltou a Alexandria. Joviano acabou dando seu apoio a um nicenismo moderado, num concílio realizado em Antioquia naquele mesmo ano. Entretanto, as rivalidades entre Atanásio e Melécio de Antioquia, em torno do prestígio de suas dioceses, não deixaram a paz se restabelecer.

Joviano foi sucedido no Oriente por Valente, ariano “homeu”, o que acarretou nova troca de bispos nas dioceses. Em Antioquia, o niceno Melécio¹⁶⁷ foi deposto, pelo simples fato de ter sido agraciado com a anistia de Juliano. Já no Ocidente, o tolerante imperador Valentiniano I não enfrentou grandes problemas, pois aí o arianismo não tinha raízes profundas.

Mesmo com Valente, todavia, a ortodoxia nicena sobreviveu, promovida por novos campeões como Basílio, bispo de Cesaréia. Diante da pouca simpatia imperial, Basílio buscou apoio em Damásio, que viera a sentar-se na cadeira de São Pedro em Roma. Vale citar sua obra em latim, o “*Tomus Damasi*”, em que definia a ortodoxia com relação à Santíssima Trindade e condenava todos os desvios doutrinários da época, como os arianos, eunomianos, sabelianos, focianos, polinarianos e macedonianos. Estes últimos negavam a divindade do Espírito Santo, e a obra de Damásio, por sua vez, precisamente, estendia à terceira pessoa da Trindade a igualdade hierárquica entre Pai e Filho. No lugar de *ousia*, Damásio empregava *essentia* e *substantia* e, para *hypostasis*, se referia a *personnae*. Tentava superar a menor aptidão da língua latina para abstrações teológicas, motivo de eterna crítica da parte dos helênicos. O “*Tomus Damasi*”, contudo,

¹⁶⁷ Não confundir Melécio de Antioquia, bispo niceno atuante no concílio de Selêucia de 359, anistiado por Juliano, com Melécio de Licópolis, que ocupou a sede de Alexandria que havia ficado vacante com as perseguições de Diocleciano, em 305, dando incício ao cisma meleciano no Egito.

reafirmava a primazia universal de Roma, como instância de apelação de toda a Igreja para questões teológicas e eclesiásticas. Não obstante esse ponto, Ocidente e Oriente começavam a se reaproximar.

3.1.7 - Teodósio e a vitória do catolicismo

Em 378, Valente veio a morrer na batalha de Adrianopla, em que as tropas romanas sofreram humilhante derrota frente aos godos a poucas milhas de Constantinopla. Após o curto reinado de Graciano, o Império do Oriente passou, em 380, para as mãos do hispânico Teodósio, um niceno convicto. Herdou um Império dividido por questões teológicas e eclesiásticas. Antes de entrar em Constantinopla, cidade ariana¹⁶⁸ à exceção de Gregório de Nazianzeno¹⁶⁹, que resistia isolado em sua igreja, Teodósio publicou em Salônica¹⁷⁰ um édito conferindo contornos jurídicos claros à questão. Segundo nos informa Sozomeno, no que toca à Santíssima Trindade, o édito expressava o desejo do imperador de que todos seguissem a religião de São Pedro, conforme defendida em Roma por Damásio e em Alexandria por Pedro (sucessor de Atanásio, falecido em 373).

¹⁶⁸ GIBBON, Edward, *op. cit.* Livro II, pág. 9, transcreve o ridículo da situação em que a questão teológica se tinha transformado em Constantinopla: “*This city is full of mechanics and slaves, who are all of them profound theologians, and preach in the shops and in the streets. If you desire a man to change a piece of silver, he informs you wherein the Son differs from the Father; if you ask the price of a loaf, you are told, by the way of reply, that the Son is inferior to the Father; and if you inquire whether the bath is ready, the answer is, that the Son was made out of nothing.*”

¹⁶⁹ Gregório de Nazianzeno, doutor da Igreja, representa um dos campeões do credo niceno da segunda geração. Seu episcopado em Constantinopla sofreu perseguições tanto do imperador Juliano quanto da maioria ariana existente naquela cidade, tendo até sido ferido num ataque à sua igreja.

¹⁷⁰ Teodósio passou por Salônica a caminho de assumir sua nova capital, Constantinopla. Naquela cidade, logo antes de publicar o édito de Salônica, recebeu o batismo do bispo niceno Ascólio, tornando-se o primeiro imperador romano a ser batizado na ortodoxia. Esclareça-se aqui que o próprio Constantino I tinha recebido tal sacramento da parte do ariano Eusébio de Nicomédia (GIBBON, Edward, *op. cit.* Livro II, pág. 7).

Seus seguidores passariam assim a se chamar de “católicos” (primeira vez que o termo é empregado num texto legal), e os que professassem crença diversa eram ameaçados com a “infâmia”, isto é, perda de suas funções públicas e suas igrejas. De plano, investiu Gregório de Nazianzeno na sede episcopal de Constantinopla. Sua firme adesão à fé nicena, dessarte, o distinguia claramente de Valente, a cujo arianismo se atribuía a derrota de Adrianopla.

No ano seguinte, em 381, Teodósio foi mais adiante. Publicou uma constituição definindo como heréticos os focinianos, arianos e eunomianos. Proibia ainda os mesmos de se reunirem, além de confiscar suas igrejas, transferindo-as aos nicenos, e de expulsar quem permanecesse na heresia. Dita lei, aliás, definia como “herético” quem não seguisse o credo niceno. A concepção nicena da Santíssima Trindade, por conseguinte, se firmava como lei, o Filho tornando-se legalmente consubstancial ao Pai.

Teodósio convocou, então, um novo concílio ecumênico (o segundo da cristandade) para sacramentar universalmente a situação, o que teve lugar em Constantinopla, em 381. Trata-se da afirmação de unidade da Igreja em torno do credo niceno; o que antes era um debate teológico, agora virou cânone ecumênico. A consubstancialidade das três pessoas da Santíssima Trindade assumia *status* jurídico. O Espírito Santo também foi expressamente contemplado, condenando-se igualmente como heréticos os macedonianos, ou seja, aqueles que negavam a natureza divina da terceira pessoa da Santíssima Trindade¹⁷¹.

Quanto à questão da hierarquia eclesiástica, estabeleceu-se que nenhum bispo podia interferir em assuntos internos de outra diocese. Esclareça-se que a

¹⁷¹ Vale transcrever aqui a Oração 31 de Gregório de Nazianzeno, em defesa da divindade do Espírito Santo: “*Vejam esses fatos: Cristo nasce, o Espírito Santo é seu precursor. Cristo é batizado, o Espírito Santo testemunha... Cristo realiza milagres, o Espírito Santo os acompanha. Cristo ascende, o Espírito Santo toma Seu lugar. Que grandes coisas existem na ideia de Deus que não estão em Seu poder? Que títulos pertinentes a Deus não se aplicam também a Ele, exceto por “Não-criado” e “Criado”? Eu tremo quando penso em tal abundância de títulos, e quantos nomes eles blasfemam, estes que se revoltam contra o Espírito!*”

distribuição geográfica das dioceses passou a observar as próprias fronteiras das províncias do Império, o que dá clara noção da relação de simbiose entre ambas as instituições. Foram enumeradas nominalmente as dioceses do Egito, Oriente, Ásia, Ponto e Trácia. Fixou-se também a primazia de Roma, seguida por Constantinopla, esta última destronando Alexandria. As autoridades civis ficaram autorizadas a perseguir os heréticos. O Império passava, portanto, a ter uma única religião oficial: o catolicismo, isto é, o cristianismo segundo o credo de Nicéia. As legiões imperiais logo se prontificaram a extinguir os últimos redutos arianos. Daí em diante, ser romano passou a significar ser cristão, e Estado e Igreja passaram a caminhar lado a lado. O arianismo, de fato, caiu gradativamente em desuso no Império, mas a crença, entretanto, iria ainda sobreviver durante alguns séculos entre os germanos, catequisados que foram por Ulfila.

3.2 - A INTRODUÇÃO DO CRISTIANISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA

O cristianismo logo aportou na Península. Discute-se sua origem exata, se data de tempos apostólicos, pois São Paulo chega a aventar, em sua “*Epístola aos romanos*”¹⁷², sua intenção de vir aí pregar. Mas, como foi preso em Roma no ano de 58 DC, é pouco provável que nela tenha estado, apesar de São Clemente afirmá-lo. A passagem de São Thiago¹⁷³, o maior, também deixa dúvidas, embora

¹⁷² São Paulo afirma: “*Quando me puser a caminho para Espanha, espero que de passagem vos verei e que por vós serei lá encaminhado*”, sendo que mais adiante repete: “*Irei para a Espanha passando por onde estais*”.

¹⁷³ Reza a lenda transcrita em missal moçárabe que São Thiago teria tido a visão da Virgem sobre uma coluna na beira do Ebro. No local, ergueu então uma igreja, onde hoje se encontra a Catedral de Nossa Senhora do Pilar, em Saragoça. Regressando posteriormente à Judéia, o apóstolo é martirizado, e seu corpo, finalmente, teria sido trazido por seus sete discípulos à costa galega.

invocada por São Jerônimo e Santo Isidoro de Sevilha, fontes essas que não chegam a ser propriamente científicas.

No final do século II, Santo Irineu já apontava para a existência de cristãos na Península, em condições de combater hereges¹⁷⁴. E, no século III, São Cipriano, bispo de Cartago, chegou a ser consultado pelos bispos de Asturica, Legio VII e Emerita Augusta acerca da deposição de Basílides e Marçal, acusados de apostasia nas perseguições de Décio (249-251). O fato de Basílides e Marçal terem interposto apelação ao papa em Roma já anuncia a ideia de primazia de Roma em questões teológicas e eclesiásticas, pelo menos no Ocidente. Note-se que, nesse caso, diante das alegações falsas que os bispos depostos lhe expuseram, o papa Santo Estevão os reconduziu às suas respectivas dioceses (Astorga e Mérida, respectivamente)¹⁷⁵. Note-se que, apesar da hierarquia eclesiástica já estar assim em formação, os bispos ainda eram eleitos pelos fiéis de sua diocese, costume que foi praticado durante séculos.

No ano de 300 DC, reúne-se em Elvira¹⁷⁶ um concílio da Igreja da Península para tratar de assuntos de interesse do clero local. Estiveram presentes 19 bispos, 36 presbíteros, muitos diáconos, além de leigos cristãos. Dos bispos, três eram da Lusitânia: Vicente de Ossónoba, Libério de Emerita Augusta e Quinciano de Évora. Foram acordados 81 cânones sobre matéria disciplinar¹⁷⁷. De seu texto se conclui que a Igreja ibérica já era dividida em bispos, presbíteros, diáconos e sub-diáconos, evidenciando uma existência de uma estrutura bastante abrangente. As questões dogmáticas e teológicas ainda não preocupavam os

¹⁷⁴ Santo Irineu, *Adversus Haereses apud* ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. 1926. Epístolas de São Paulo. Carta aos Romanos 15:4.

¹⁷⁵ Para fugir das perseguições, Basílides de Astorga e Marçal de Mérida requereram à autoridade civil um “libelo” a seu favor, que era uma certificação oficial de que observavam a religião imperial. Diante disso, foram depostos pela comunidade cristã local, o que os levou a apelar ao papa Estevão, em Roma. Este, mal informado, anulou as deposições, por considerá-las não canônicas. Os bispos investidos nas suas dioceses em substituição, Sabino e Felix, recorreram a Cipriano de Cartago. Este, após consultar 36 bispos da África, passou a defender a legitimidade das deposições, escrevendo epístola nesse sentido ao papa em Roma. Melhor informado, o papa teria assim revisto sua posição originária.

¹⁷⁶ Elvira é a antiga Iliberis, perto da atual cidade de Granada.

¹⁷⁷ ALMEIDA, Fortunato de, 1926, pp. 10-11.

bispos ibéricos, mais interessados em impor uma dura disciplina a seus clérigos e aos cristãos ameaçados pelas perseguições e tentados pela apostasia¹⁷⁸.

Quando se iniciaram as grandes perseguições de Diocleciano em 301-305, a população cristã ibérica já era expressiva. O imperador nomeou o prefeito Daciano para a empreitada, o qual desempenhou implacavelmente sua função, dela resultando diversos martírios. Percorreu Barcelona, Valência, Saragoça, Ávila, Mérida, Lisboa, Évora e muitas outras cidades. Deixou mártires como Eulália, Vicente, Felix, Narciso, Engrácia, Severo e outros. No caso de Lisboa, três irmãos foram mortos e jogados no Tejo: Veríssimo, Máxima e Júlia, tendo os respectivos corpos vindo à tona na orla de Santos, onde hoje se ergue uma igreja em sua homenagem. Mas a lista não se encerra aí: foram igualmente martirizados Lucíolo, Fortunato, Martinho, Eusébio, Vítor, Susana, Silvestre e outros mais. O nome dos mártires nos foi transmitido em época logo posterior por Prudêncio, em sua “*Acta martyrum*”, o qual nos traz também a ideia da importância do culto que lhes dedicou o povo quando o Império em seguida se tornou cristão.

As perseguições, de fato, representaram um duro golpe para o cristianismo ainda nascente. Entretanto, de nada adiantou para impedir sua disseminação, pois, quando Constantino promulgou o édito de Milão, em 313, a Igreja surgiu profundamente enraizada na sociedade ibérica, sobretudo nos centros urbanos¹⁷⁹. O Édito de Milão permitiu aos cristãos a liberdade de culto, ao lado da antiga religião oficial de Roma. Foram restituídas as igrejas e os bens confiscados durante as perseguições. Aos templos cristãos foi concedida isenção fiscal, à semelhança de que gozavam os bens do próprio imperador. Ao clero também foi estendida a isenção fiscal usufruída pelos sacerdotes pagãos da religião oficial. Deu-se à Igreja a capacidade jurídica para receber heranças e legados, o que engrandeceu em muito o seu patrimônio. Outras medidas de ordem moral, por

¹⁷⁸ Encontramos já no Concílio de Elvira um cânone proibindo casamentos de cristãos com gentis, hereges e judeus, norma essa que será repetida em várias legislações posteriores, como o Código de Teodósio ou o Breviário de Alarico.

¹⁷⁹ Vide mapa da organização da Igreja ibérica nos finais do século IV na pág. 152.

outro lado, também se impuseram, como incriminação daqueles que matassem deliberadamente seus escravos. Proibiu-se, ainda, a aplicação de penalidades cruéis, como a marcação de ferro em brasa e o suplício na cruz, em homenagem à morte de Cristo.

No que diz respeito à Península Ibérica, cumpre destacar a atuação de Ósio, bispo de Córdoba (257-359). Estava presente no Concílio de Elvira e sobreviveu às grandes perseguições de 301-305. Atuou como secretário pessoal do imperador Constantino para assuntos ligados à religião. Presidiu o Concílio de Nicéia¹⁸⁰ e redigiu a correspondente profissão de fé, a qual é rezada até hoje nas igrejas. Foi, posteriormente, junto com Atanásio, um dos grandes campeões da fé nicena, quando o arianismo recuperou o poder com os sucessores de Constantino. Nesse sentido, defendeu a consubstancialidade no infrutífero Concílio de Sárdica de 347¹⁸¹. E morreu aos 101 anos de idade (256-357), não sem sofrer maus tratos físicos da parte dos arianos no conturbado Concílio de Sirmium de 353¹⁸².

Ósio não se trata, entretanto, do único grande nome da patrística ibérica, pois vale ainda ressaltar Orósio de Bracara Augusta (385-420), historiador e teólogo. Empreendeu viagens à África e ao Oriente próximo, em peregrinação a Jerusalém. Teve intenso contato com Santo Agostinho, a quem teria auxiliado na elaboração da obra “*Civitas Dei*”. Em Jerusalém, encontrou-se com São Jerônimo. Escreveu obras como “*Historiae adversus paganus*”, “*Liber apologeticus*”, “*Commonitorium*” e outras, as quais influenciaram toda a intelectualidade da Idade Média que se seguiu.

¹⁸⁰ Conclui-se que Ósio presidiu o Concílio de Nicéia por se tratar da pessoa de confiança do imperador e por ter assinado em primeiro a lista dos bispos presentes (vide MENENDEZ Pelayo, Marcelino, *Historia de los Heterodoxos Españoles*, Ed. Biblioteca de Autores Cristianos, pág. 105).

¹⁸¹ Ósio presidiu também o concílio de Sárdica (Sardis), em que se reuniram 300 bispos de língua grega e 76 latinos. Nele, Atanásio foi restaurado na sede de Alexandria e o arianismo mais uma vez condenado (MENENDEZ Pelayo, Marcelino, *op. cit.* pág. 106).

¹⁸² Os detratores de Ósio acusam-no de ter firmado a profissão de fé ariana em Sirmium e de ter comungado com os bispos hereges Ursácio e Valente. A primeira dessas acusações é inverossímil, mas a segunda é relatada por Atanásio, acrescentando que ele muito se arrependeu em seguida (MENENDEZ Pelayo, Marcelino, *op. cit.* pág. 108).

Cite-se também Hidácio, bispo de Aquae Flaviae (Chaves) e seu “*Cronicon*”, no qual relata, ano a ano, os eventos ocorridos na Península do reinado de Teodósio até meados do século V, com a subsequente invasão dos bárbaros na Península. Transmite um quadro apocalíptico desses tempos¹⁸³, descrevendo a resistência da população hispano-romana aos suevos e seu combate contra o priscilianismo, que infestava a sua Galécia natal. Não obstante o seu estilo parcial de descrever os acontecimentos de sua época, trata-se de fonte de leitura imprescindível para o tema aqui tratado.

Outros nomes também se projetaram no paleo-cristianismo ibérico, como Prudêncio, que escreveu sobre os mártires hispânicos. E Juvenco, autor de uma História evangélica e outros poemas. O paganismo, porém, ainda sobrevivia, principalmente no meio rural¹⁸⁴ do Noroeste peninsular. Às vezes, as práticas pagãs, inclusive pré-romanas, se mesclavam a um cristianismo ainda superficialmente introduzido na mente dos habitantes. Esse sincretismo explica a ocorrência de determinados desvios da ortodoxia cristã, o que veio a se denominar heresia. De fato, apesar de a Europa ter sido menos afetada do que o Oriente pelas heresias dos séculos IV e V, na Península Ibérica se verificaram desde cedo desvios da ortodoxia cristã.

Com efeito, em meados do século IV chega à Península um egípcio de nome Marcos, um gnóstico com tintas maniqueias, que começou a derramar seus ensinamentos. Uma nobre matrona de nome Agapê¹⁸⁵ o levou a sério e juntos fundaram uma seita de nome “agapetas”, cujos costumes suscitaram críticas dos cristãos. Mas o desvio mais importante na Península durante a Antiguidade Tardia veio da pregação de Prisciliano, nobre galego que inflamou a Hispânia e a Aquitânia nos finais do século IV, com seguidores até bem mais tarde.

¹⁸³ Vide o capítulo 2.3 acima sobre a “*A irrupção dos bárbaros na Península Ibérica*”.

¹⁸⁴ No Baixo-império, *pagani* era o termo que designava os habitantes das aldeias (*pagi*) e sua prática religiosa era chamada de paganismo.

¹⁸⁵ MENENDEZ Pelayo, Marcelino, op. cit. pag. 132, destaca o papel das mulheres nas seitas gnósticas: Helena de Simão o Mago, Philomena de Apeles, Marcellina dos carpocracianos, Flora de Ptolomeu e, saindo do gnosticismo, Lucilla dos donatistas e Priscilla de Montano.

3.3 – PRISCILIANO

A principal fonte de sua vida é Sulpício Severo, um simpatizante. Prisciliano havia sido discípulo de Agapê e Elpídio, podendo assim ser classificado como um gnóstico. Os gnósticos abrangiam várias seitas religiosas que tumultuaram os séculos II, III e IV, mesclando elementos cristãos com judaicos e, sobretudo, persas e egípcios. Havia várias escolas nesse sentido, sobretudo em Alexandria; mas também em Antioquia e na Palestina. Seu perigo advinha do fato de agregarem elementos tipicamente cristãos, o que confundia os fiéis. De modo geral, eram dualistas, acreditando que o bem e o mal eram dois princípios que se digladiavam e que o livre arbítrio pouca influência tinha na conduta humana. Egressos da escola neoplatônica, faziam bem a distinção entre uma alma espiritual e um corpo material, sendo este último a prisão daquela. Pregavam uma vida ascética, mas algumas seitas praticavam uma moral sexual nada abnegada, como o caso dos carpocracianos¹⁸⁶.

A principal seita gnóstica certamente foi a dos maniqueus, fundada pelo persa Manes em meados do século III. Eram dualistas e ascéticos, mas também docetistas, doutrina que acreditava que o *Logos* não havia encarnado e que a humanidade de Jesus era mera aparência. Os maniqueus foram proscritos por um édito de Diocleciano, que os via como fortemente influenciados pela cultura persa e, portanto, como virtuais aliados do Império Sassânida, grande rival de Roma durante o Baixo-império. Os maniqueus chegaram a formar um clero numeroso e estruturado. Santo Agostinho de Hipona foi maniqueu durante nove anos, até ser convertido por Santo Ambrósio, quando se encontraram em Milão.

¹⁸⁶ MENENDEZ Pelayo, Marcelino, *op.cit.* pág. 130, traz uma definição bem mordaz dos carpocracianos: “*proclamaron absoluta comunidad de bienes y de mujeres, y dieron renda suelta a todos los apetitos de la carne*”.

A crença de Prisciliano, todavia, apesar de inegáveis influências gnósticas, transparecia um traço nitidamente ibérico, com elementos celtas, próprio da sua Galécia natal. Pregava a leitura dos Evangelhos apócrifos, para que deles se tirasse o ensinamento devido. Valia-se da magia, provável herança druídica em seu culto¹⁸⁷. Realizava cultos noturnos em lugares ermos, com ativa participação de mulheres, entre as quais tinha grande popularidade. Rezava descalço e, durante a eucaristia, levava a hóstia para fora da igreja, a fim de consumi-la em casa, o que era considerado demasiado heterodoxo. Enfim, era bastante rico e vinha ganhando muitos adeptos, primeiro na Galécia, depois na Lusitânia e na Bética.

Não é à toa que suas práticas despertaram críticas. Higino, bispo de Córdova e sucessor de Ósio, queixou-se de suas condutas ao bispo de Emerita Augusta, Hidácio¹⁸⁸, metropolitano da Lusitânia, imputando-o a prática de magia, leitura de apócrifos e maniqueísmo. Hidácio, então, convocou um concílio regional em Cesaraugusta, no ano de 380, com o comparecimento de 12 bispos, sendo que dois da Aquitânia¹⁸⁹; mas com a ausência de dois bispos priscilianistas, Instância e Salviano, além do próprio Prisciliano¹⁹⁰. O bispo de Astorga, Simpósio, de sua parte, abandona o concílio, por discordar da forma de sua condução.

O concílio concluiu que o priscilianismo constituía uma heresia e destituiu de suas sedes os bispos Instância e Salviano, além de excomungá-los, o que o fez também com os leigos Prisciliano e Helpídio. Fixou oito cânones relativamente a matérias diretamente ligadas ao priscilianismo, como, por ex., a vedação de mulheres ministrarem cultos religiosos, a proibição de se realizar reuniões obscuras em cavernas ou montanhas, de rezar descalço, além de outros atos, os

¹⁸⁷ São Jerônimo, em sua obra "*Ctesiphontem adversus Pelagium*" se refere a ele como *Zoroastris magi studiosissimum*.

¹⁸⁸ Convém distinguir Hidácio, bispo de Mérida e opositor de Prisciliano, de Hidácio, bispo de Chaves e autor do *Cronicon*, em que também combate o Priscilianismo.

¹⁸⁹ Firmaram a ata do Concílio de Saragoça Fitadio, Delfino, Eutiquio, Ampelio, Augencio, Lucio, Itacio, Splendonio, Valerio, Carterio e Hidácio.

¹⁹⁰ Segundo Sulpício Severo, a essa altura, Prisciliano ainda não era bispo, tendo sido eleito em seguida para a sede de Ávila, após tentar se eleger para a de Mérida, sem êxito.

quais só podem ser compreendidos como uma reação à bizarrice dos costumes dos priscilianistas. Note-se que, posteriormente, o mesmo Higino de Córdoba passou para o lado de Prisciliano, quiçá por sua convincente eloquência. De qualquer forma, mesmo após sua excomunhão, Prisciliano conseguiu ser eleito bispo de Ávila. Isso fez com que Hidácio apresentasse, então, reclamação aos juízes imperiais e ao próprio imperador do Ocidente, Graciano, o qual publicou decreto destituindo os priscilianistas de suas dioceses.

Ao tomar conhecimento de sua deposição, Prisciliano e seus adeptos partem da Espanha para tentar revertê-la em Roma. Param antes em Bordéus, onde se prolongaram como hóspedes de Eucrécia e sua filha Prócula, as quais se tornaram suas seguidoras. Prócula, aliás, engravidou de seu pregador, de tão entusiasmada que ficou com suas ideias. De lá, seguiram para Roma, mas não sem um séquito de mulheres, “*con las cuales es fama que mantenían los priscilianistas relaciones no del todo platónicas ni edificantes*”¹⁹¹, como narra Menendez Pelayo. O papa Damásio, hispânico também, entretanto, recusou-se a recebê-los, assim como o bispo de Milão, Santo Ambrósio. Prisciliano recorreu, então, ao suborno de Macedônio, o *magister officiorum* de Graciano, expediente pelo qual ele e os seus conseguiram sua recondução às respectivas sedes episcopais. Mais um exemplo da nefasta intromissão imperial nos assuntos eclesiásticos. O ouro de Prisciliano subornou também Volvêncio, procônsul da Lusitânia e os priscilianistas, em seu turno, voltaram-se contra seus perseguidores de outrora. Itácio fugiu assim para a Gália e por pouco não foi preso por ordem de Macedônio.

A situação, contudo, mudou drasticamente quando o hispânico Clemente Máximo, vindo da Bretanha à frente de 130 mil soldados, usurpou de Graciano o Império do Ocidente, eliminando-o em Lyon. Adentrou Treveris, no ano de 384, e Teodósio, que estava no Oriente, teve de reconhecê-lo como soberano da Gália, Bretanha e Espanha. Máximo tomou partido da ortodoxia e “*colocou sua espada*

¹⁹¹ SEVERO, Sulpício *apud* MENENDEZ Pelayo, *op. cit.* pág. 137.

na *balança teológica*”¹⁹². Foi reunido um sínodo em Bordéus para examinar o caso, o qual condenou mais uma vez Prisciliano e Instâncio. Prisciliano apelou então para o imperador Máximo, em Treveris, que o convocou à cidade e relegou a causa a um juiz. A sentença do magistrado Evódio condenou Prisciliano e seus adeptos nas penas do crime de *maleficium*¹⁹³ entre outras obscenidades. De nada adiantou um último recurso, nem as gestões de Martinho de Tours por clemência, pois foram decapitados Prisciliano, Eucrócia, além de outros cinco dos seus. Instâncio foi exilado, pena imposta pelo sínodo de Bordéus, decisão contra a qual ele não havia recorrido a Treveris. Talvez fosse esse o destino de Prisciliano se não tivesse interposto tal recurso a Treveris. Era a primeira vez que se aplicava uma pena de morte por heresia.

O priscilianismo, no entanto, deixou muitos seguidores na Península. Os restos mortais dos degolados foram trazidos e venerados como mártires. Os priscilianistas continuaram a realizar seus cultos noturnos, só que na clandestinidade, e, nessa condição, sobreviveram durante muito tempo, chegando a dominar a Igreja da Galécia¹⁹⁴. O concílio reunido em Toledo (o primeiro, em 397-400) tentou extirpar o priscilianismo da Península¹⁹⁵, mas não logrou êxito, o tanto que, ao longo do século seguinte, Hidácio de Chaves ainda lamentava a disseminação da heresia na Galécia. A chegada dos suevos e a confusão gerada lhe deu guarida, pois reduziu o poder de repressão da Igreja católica, órfã da proteção imperial. No século VI, ainda há denúncias de sua prática no Concílio de

¹⁹² MENENDEZ Pelayo, *op. cit.* pág. 138.

¹⁹³ BARAHONA, Margarida, em *Prisciliano e as tensões religiosas do século IV* (pp. 193-194), enfatiza que o termo *maleficium* tem a conotação de rebeldia e não propriamente de heresia. Lembra que a acusação de maniqueísmo foi agravada com o recurso que se dirigia, sem o nomear, a Valentiniano II (imperador na Itália), não reconhecendo, assim, a legitimidade do usurpador Máximo, que, em consequência, o considerou rebelde.

¹⁹⁴ A adoração dos restos mortais dos “mártires” de Treveris fez nascer uma verdadeira sociedade secreta na Igreja da Galécia. Alguns priscilianistas ocuparam sedes importantes, como Sinfósio em Orense, Dictínio em Astorga e Paterno em Braga (MENENDEZ Pelayo, *op. cit.* pág. 141).

¹⁹⁵ Desde Milão, Santo Ambrósio, que estava presente no martírio de Treveris, pediu clemência, clamando para que os bispos hispânicos comungassem com os priscilianistas que renegassem sua crença. Sua condição era que os bispos nomeados irregularmente abdicassem de suas sedes. Mas estes, como Sinfósio, prosseguiram secretamente com suas práticas e de nada adiantou.

Braga I de 561. Quiçá Prisciliano sequer foi herege, mas apenas exótico, numa época em que a Igreja estava afirmando sua unidade e sua hierarquia clerical. Seus seguidores, entretanto, parecem tê-lo sido, na medida em que adotaram uma série de práticas rituais de origem celta e pagã.

3.4 - O ARIANISMO ENTRE OS POVOS GERMÂNICOS

O cristianismo era missionário por essência. Sua proposta de salvação da humanidade por meio da redenção dos homens alimentava seu proselitismo. Até o seu surgimento, as religiões eram basicamente nacionais, cada povo tinha os seus deuses, em contrapartida com os deuses do povo vizinho. A religião dos judeus não era exceção, apesar do seu monoteísmo, que, aliás, tinha antecedentes no Egito. Mas era revolucionário o surgimento de uma religião que se propunha a abranger todos aqueles que se convertessem. O cristianismo, dessa forma, herdou a ideia de povo eleito dos judeus, mas a estendeu a toda a humanidade. A salvação assim não estava ao alcance apenas de um povo, mas de toda a humanidade, desde que se convertesse. E todos eram bem-vindos: era essa a “boa nova” propagada pelos Evangelhos.

Quando o Império Romano se tornou cristão, o próprio Estado assumiu essa função prosélita. Tornou-se imperativo converter os cidadãos do Império. De início, Constantino apenas conferiu isenção fiscal ao cristianismo, colocando-o em pé de igualdade com a antiga religião oficial romana, a qual sobreviveu ainda por algum tempo¹⁹⁶. Já com Teodósio, o cristianismo ganhou *status* de religião oficial do Estado romano. Tornou-se assim política do Império instalar o reino de Deus na Terra, e ser cristão era ser parte do Império Romano; ser romano e ser cristão se tornaram sinônimos.

É certo que ainda havia populações não cristãs. Na própria elite senatorial de Roma, o paganismo perdurou algum tempo, menos por convicção religiosa do

¹⁹⁶ Constantino e seus sucessores até Graciano ainda ostentavam o título de *pontifex maximus*, sumo sacerdote da religião oficial, apesar de pouco passarem pela cidade de Roma e já não contribuírem para o custeio da manutenção dos templos (vide a respeito FERRI, Giorgi, *L'ultima danza dei Salii, L'élite pagana di Roma e gli imperatori cristiani nel IV secolo, Procedimenti giuridici e sanzione religiosa nel mondo greco e romano*, Université de Toulouse – Jean Jaurès).

que por apego às glórias do passado¹⁹⁷. Aliás, Roma no século IV, por incrível que pareça, era capital do paganismo. Até a cristã Alexandria continha ainda pagãos neoplatônicos na elite intelectual¹⁹⁸. No campo, também, o paganismo sobreviveu; na Itália, e, sobretudo, nos rincões distantes do Império. E havia também os judeus, que, mesmo expatriados de seu território de origem, mantinham sua religião como um fator de férrea sobrevivência.

Essa cristianização do Império exigiu grandes esforços da Igreja. De um lado, a mensagem salvífica cristã é simples, eis que prega a caridade e o amor. Jesus resumiu todos os mandamentos na seguinte “boa nova”: “amai-vos uns aos outros como Eu vos amo”¹⁹⁹. Por outro lado, contudo, sua teologia prescinde de certo raciocínio abstrato, sobretudo no que toca ao mistério da Santíssima Trindade. A maior parte da população não alcançava a compreensão plena da mensagem cristã. Há ainda a necessidade de material humano para propagar a fé. Como bem apontou Pablo C. Diaz²⁰⁰: “*el catecumato era lento, exigia la explicación de una serie de principios teológicos que, elaborados esencialmente en griego, no siempre encontraban una traducción fácil a lenguas que eran poco aptas para los desarrollos litúrgicos que los rituales cristianos necesitaban*”.

De fato, o processo de conversão era mais fácil para aqueles povos que cultuavam religiões com um nível mais sofisticado de abstração ou já contendo algum conceito de salvação, como era o caso do Mediterrâneo oriental, que foi a região onde o cristianismo primeiro se propagou. E, às vezes, essa compreensão dos meandros da religião cristã sequer era alcançada por aqueles que se

¹⁹⁷ Episódio emblemático gira em torno da remoção do Altar da Vitória em Roma. A estátua da Deusa da Vitória foi retirada da Cúria do Senado por Graciano. O senador pagão Símaco, prefeito da *Urbs* e pontífice, solicitou então ao imperador Valentiniano II sua reposição, no que encontrou forte resistência de Santo Ambrósio bispo de Milão (*Relatio Synmachi Urbis Praefecti*, 3 e *Amb. Epist.* 17,18, 57).

¹⁹⁸ Exemplo notório é Hipácia, filósofa e matemática neoplatônica de Alexandria, a qual acabou sendo morta em 415 por uma turba de monges insuflados pelo bispo local Cirilo, em razão de seu paganismo.

¹⁹⁹ Evangelho de São João, 15, 12.

²⁰⁰ DIAZ, C. Pablo. *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo. El Cristianismo y los pueblos germánicos*, Editorial Trotta, Universidad de Granada, 2011, pág. 688.

propunham a realizar essa obra missionária. A Igreja não dispunha de quadros suficientes para um rebanho tão numeroso. Para tanto, teve de contar com pastores, que foram, recentemente, convertidos e que, portanto, não tinham condições de seguir fielmente a ortodoxia. Cite-se ainda que, frequentemente, esses pastores provinham do povo que estavam catequisando, fator que eventualmente imprimia certo sincretismo na interpretação das Escrituras.

A rigor, o processo de conversão da população do Império Romano, depois que o cristianismo virou uma religião de Estado, não acarretou conversões individuais espontâneas²⁰¹. Era mais um processo de cima para baixo, segundo o qual os líderes se convertiam e arregimentavam seus subordinados. Afinal, tornar-se cristão no Baixo-império era uma condição indispensável para promoção social e nas carreiras públicas²⁰². O cristianismo estava inseparavelmente unido ao prestígio cultural e político do Império Romano, e a conversão atraía mais em função desse prestígio do que da mensagem religiosa em si. A conversão dos povos germânicos, dessarte, apresentava essa característica, sendo de se salientar que a mesma ocorreu, na grande maioria dos casos, após sua entrada no Império.

Por outro lado, contudo, havia o risco de perda da individualidade tribal com a cristianização dos povos germânicos, se atentarmos para o fascínio que exercia a cultura romana. Essa também foi uma das causas de o arianismo ser adotado quase que unanimemente pelos germânicos após seu ingresso no Império. Se, por um lado, o cristianismo civilizava, por outro, o arianismo garantia uma independência frente ao Império e à Igreja católica. Dessa forma, com essa autonomia, as características inerentes à sociedade germânica puderam sobreviver, como é o caso de sua estrutura guerreira e seu espírito coletivista²⁰³.

²⁰¹ Como escrevia Constantino a seus súditos orientais após sua vitória sobre Licínio, em 324, unificando o Império: “*Uma coisa é ir voluntariamente à luta por sua salvação eterna, outra é ir constrangido sob sanção penal*” (Eusébio de Cesaréia, *Vita Constantini*, II, 160).

²⁰² VEYNE, Paul, em “*Quando nosso mundo se tornou cristão*”, Ed. Civilização Brasileira, pág. 150, estima o número de cristãos na época de Constantino em 10% da população.

²⁰³ Adolf von Harnack, em sua obra *Lehrbuch des Dogmengeschichte* (apud WILLIAMS, Rowan, *op. cit.* pág. 20), ao enfatizar o aspecto humano de Jesus no arianismo, como alguém que se

No mais das vezes, a conversão significava meramente a inclusão de Cristo e dos santos no seu panteão nacional, como uma divindade a mais. É claro que existem exemplos de conversões individuais sinceras, inclusive de líderes representativos, que arrastavam consigo todo o seu povo (por ex.: Clóvis, rei dos francos). Afinal, o chefe bárbaro tinha ascendência para isso, o que explica certas conversões em massa, assim como a mudança em bloco da religião de todo um povo, do arianismo para o catolicismo, ou vice-versa, como a ocorrida com os suevos e visigodos no século VI.

Aliás, o arianismo se moldou às condições necessárias para servir como a nova religião étnica dos germanos. Sua independência frente ao Império garantia ao rei bárbaro manter a liderança sobre o povo. E, uma vez assumida a fé ariana, com sua percepção característica da Trindade, renunciá-la significava uma traição.

Os germânicos se adaptaram bem à sua nova realidade dentro do Império. Assumiram as formas de propriedade usadas pelos romanos, apenas colocando-se no topo da hierarquia social, de modo que as coisas continuassem a funcionar como dantes, só que em seu proveito. Ao se sedentarizarem na Europa, formaram governos com a estrutura administrativa copiada do antigo Império. Imitaram, inclusive, as ingerências cesaropapistas dos imperadores, nomeando e destituindo bispos, convocando concílios eclesiásticos etc. É certo que sua etnia se manteve íntegra e pura durante alguns séculos, dada a proibição de casamentos mistos²⁰⁴, mas seu cristianismo se germanizou. A cultura germânica primitiva se transferiu para o cristianismo. Sua tradição guerreira e seu espírito coletivo se fundiram com

aperfeiçoaria na sua vida terrestre e, assim, se aproximaria de seu criador, ressalta que *“naturalmente, ello favorece la aparición de una justificación de la ascesis heroica, y es esto, en conexión con el aspecto politeísta del sistema, lo que hace que el arianismo resulte atractivo para las naciones germánicas”*. Essa ascese seria assim mais um antecedente para a formação da cultura heróica dos povos germânicos, cultura heróica essa de que tanto se ufana Oswald Spengler em sua famosa obra *“Decadência do Ocidente”*.

²⁰⁴ Já no código de Teodósio constava a proibição de casamentos entre romanos e bárbaros. Tal proibição também constou do código de Eurico e do Breviário de Alarico, embora aqui a situação social dos romanos frente aos godos se inverteu de dominadores a dominados. Os casamentos mistos só foram então permitidos no Codex Revisus de Leovegildo, no final do século VI, dando início à lenta integração racial dos dois povos na Península Ibérica.

os valores cristãos romanos de caridade e de assistência aos desprovidos, transformando-os em valores seus próprios de cristandade. Como bem ressalta Pablo C. Diaz²⁰⁵, “*los bárbaros conversos no parecen oprimidos por ningún sentimiento profundo de pecado, no sienten la imperiosa necesidad de ser redimidos, quieren protección ante los poderosos, los animales dañinos, los fenómenos atmosféricos, los malos espíritus y la enfermedad*”.

3.5 - O ARIANISMO ENTRE OS GODOS

3.5.1 - Ulfila

Com efeito, durante sua expansão na Antiguidade Tardia, o cristianismo travou duas grandes batalhas. Primeiro, teve de conquistar as mentes faustosas e ilustradas dos romanos; segundo, teve de cativar os corações rústicos e guerreiros dos povos germânicos que habitavam além do Danúbio e do Reno. A segunda tarefa não foi mais fácil, tendo em vista que, para catequizar um povo, fazia-se antes necessário alfabetizá-lo. Ressalte-se que o cristianismo tem sua doutrina concentrada em livros sagrados, sem cuja leitura não se pode compreendê-lo. Tal tarefa foi obra de um compatriota dos bárbaros, Ulfila, o bispo dos godos.

Ulfila descendia dos cativos que os godos fizeram por ocasião de uma incursão dentro do Império durante o reinado de Galieno, em 264²⁰⁶. Dentre esses

²⁰⁵ DIAZ, C. Pablo, *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo. El Cristianismo y los pueblos germânicos*, 2011, pág. 692.

²⁰⁶ Alguns autores, como Pablo C. Diaz (*El cristianismo y los pueblos germânicos, Historia del Cristianismo. El mundo antiguo*, Editorial Trotta, Universidad de Granada, pág. 692) afirmam que Ulfila era filho de pai grego capadócio e mãe goda. Outros, como Carlos Sardinha (*Alta-*

cativos, havia vários cristãos, que continuaram a propagar sua religião entre os seus pares e entre seus captores, nas aldeias da Dácia para onde foram levados. Nossas fontes sobre sua vida provêm de Sozomeno, Zózimo, Sócrates e Teodoreto²⁰⁷, entre os católicos (nicenos) e Filostórgio entre os arianos.

Sozomeno, em sua obra *História Eclesiástica*, de 440-443, nos relata duas versões para a conversão dos godos ao cristianismo²⁰⁸. Narra que os godos, vencidos pelos hunos, atravessaram o Danúbio solicitando ao imperador que lhes concedesse terras na Trácia, a fim de se estabelecerem. Em contrapartida, ofereceram-se servir como combatentes, caso os romanos precisassem. Pouco depois, duas facções entraram em conflito, uma liderada por Atanarico e outra por Fritigerno²⁰⁹. Este último pediu ajuda ao imperador Valente e, tendo tido êxito, abraçou, junto com seu povo, a religião dos romanos, os quais, no reinado daquele imperador, seguiam a crença ariana. O próprio Sozomeno, contudo, pondera ser mais plausível a versão de que, originariamente, Ulfila não compartilhava a heresia ariana. Posteriormente, contudo, veio a integrar uma embaixada goda a Constantinopla, ocasião em que foi convencido por bispos arianos a aceitar sua doutrina, em troca de intercederem em seu favor junto ao imperador. Ulfila teria, pois, aceito a oferta e, como havia já catequisado o seu povo e tinha sobre o mesmo grande ascendência, o contaminou com a visão ariana.

traição e lesa-majestade. Germanismo e romanismo da história do direito visigótico primitivo, Universidade Católica, pág. 140) já citam que godo era o pai de Ulfila. Aachamos mais provável que Ulfila fosse filho de pai godo, pois dificilmente teria alcançado a posição social que ostentou tendo como pai um escravo.

²⁰⁷ A rigor, Teodoreto de Cirro (393-457), teólogo sírio do século V, autor de uma *História Eclesiástica*, não era tão ortodoxo assim, pois defendeu ideias nestorianas no concílio de Éfeso em 431 e chegou a afirmar a existência de um evangelho apócrifo de São Pedro.

²⁰⁸ SOZOMENO, *apud* DIAZ, Pablo C., obra citada, 2011, pp. 747-748.

²⁰⁹ Amiano Marcelino, historiador romano do século IV, distinguia os godos entre os greutungos e tervíngios, grupos que, após sua entrada no Império, grosso modo, iriam ser denominados respectivamente de ostrogodos e visigodos. Tanto Atanarico quanto Fritigerno eram tervíngios, mas essas distinções não excluem da composição do povo godo outros povos assimilados pelo processo de etnogênesis de que falaremos adiante (CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* 48).

A essas versões, todavia, preferimos aquela trazida por Carlos Sardinha²¹⁰, que se baseia na biografia escrita pelo discípulo de Ulfila, Auxêncio. Ulfila teria assim nascido por volta de 311, filho de um godo pagão e de mãe cristã de língua grega originária da Capadócia, descendente da leva de cativos trazidos da razia que os godos fizeram naquela região em 264. Nesse grupo, haveria vários cristãos, inclusive clérigos, os quais já estariam disseminando o cristianismo entre seus captores. Ulfila conhecia o grego e o latim, além da língua gótica. Teria integrado uma embaixada a Constantinopla, em 336, onde foi influenciado por Eusébio de Nicomédia, que o nomeou bispo dos visigodos, em 341. Passou, por conseguinte, a disseminar a visão ariana da Santíssima Trindade entre os seus, que já teriam algum contato com o cristianismo²¹¹. De fato, é bem possível que os escravos cristãos, em razão da sua cultura superior, tivessem algum destaque entre os godos ignorar. Acrescente-se que, desde Constantino, os godos passaram a servir ao Império como mercenários e, quando retornavam à *Gothia*, levavam consigo informações sobre o cristianismo e sobre a cultura romano-helênica.

A grande proeza de Ulfila, no entanto, foi traduzir as Sagradas Escrituras para a língua gótica, criando, para tanto, um alfabeto específico, o gótico²¹². Para tanto, teve de se esforçar em integrar as complexas abstrações teológicas da religião cristã à mentalidade germânica, cuja religião ainda cultuava as florestas, os rios, as forças da natureza etc. O esforço filológico e teológico não deve ter sido desprezível. Seu objetivo era criar um veículo litúrgico próprio, evitando qualquer palavra que pudesse levar os germânicos ao equívoco na compreensão dos necessários conceitos doutrinários. Nessa esteira, omitiu propositalmente o “*Livro dos Reis*”, para não incitar os instintos violentos característicos de seu

²¹⁰ SARDINHA, Paulo. *Alta-traição e lesa-majestade*, 2011, pp. 139-141.

²¹¹ No Concílio de Nicéia, em 325, já estava presente um bispo da *Gothia*, Teófilo, o qual, pelo seu nome, teria origem grega.

²¹² Na verdade, os godos já conheciam uma forma de escrita, as runas, que, entretanto, eram insuficientes para exprimir as ideias mais complexas das Sagradas Escrituras. Tácito, em sua *Germania*, no século II, já menciona o uso de runas pelos germanos para curtas anotações. Runas também são encontradas no sítio arqueológico de Cherniakhov, entre o Dniester e o Dnieper, onde os godos estiveram no século IV (CASTELLANOS, Santiago, *Los Godos y la Cruz*, Alianza Editorial, pág. 54).

povo. Quanto à questão trinitária, é bem provável que Ulfila tivesse plena consciência da posição que defendia, dado o seu alto nível de instrução. De qualquer forma, a noção de consubstancialidade do Filho com relação ao Pai era muito mais complicada de explicar aos godos do que a tese subordinacionista ariana.

A Bíblia de Ulfila, por conseguinte, foi de capital importância para a religião cristã dos godos nos séculos seguintes, lembrando que, naquela época, evangelização exigia alfabetização ²¹³. Transformou-se num estandarte de identificação de um povo nascente. Por sinal, é bem possível que houvesse um exemplar da Bíblia entre os livros que o rei visigodo Recaredo mandou queimar em Toledo, quando se converteu ao catolicismo niceno, em 589²¹⁴. Quando os godos se fixaram dentro do Império Romano, o arianismo praticamente já havia sido extinto dentro das suas fronteiras desde Teodósio, no Concílio de Constantinopla. De início, independentemente da controvérsia ariana, o cristianismo para os godos serviu como ponto de aproximação com o Império Romano e a cultura clássica, em detrimento da sua religião ancestral. Após a derrocada do arianismo e a invasão do Império, entretanto, a religião ariana dos godos se transformou num critério de identificação racial germânico, frente à população romana dominada, de crença católica.

Todavia, a evangelização dos godos não deve ter sido imediata, tanto que, quando o *foedus* firmado pelo tervíngio Atanarico com Roma foi rompido em 348, este chefe da tribo dos tervíngios empreendeu verdadeira perseguição aos cristãos, fazendo vários mártires²¹⁵. A primeira perseguição ocorreu em 348-349, e foi o motivo da mencionada embaixada de Ulfila em Constantinopla. A segunda

²¹³ O exemplo de Ulfila de criar um alfabeto para seu povo e daí alfabetizá-lo e catequizá-lo foi imitado com igual êxito cinco séculos mais tarde pelos irmãos Cirilo e Metódio, na catequização dos eslavos, definindo assim a língua eslavônica.

²¹⁴ Vide cap. 3.5.7.

²¹⁵ GIBBON, Edward, *op. cit.*, vol. II, pág. 365, nos relata que uma imagem de Thor ou Odin foi conduzida em procissão, pelos soldados de Atanarico, pela aldeia dos cristãos, e aqueles que não a adorassem eram imediatamente queimados junto com suas famílias e suas casas.

perseguição se deu em 369/372, em que foram imolados o godo cristão Sabas e seus seguidores, que se negaram a participar dos rituais pagãos ancestrais. O cristianismo era visto pelas gerações mais tradicionalistas como uma nefasta influência imperial. Sabas e seus seguidores foram afogados, pena que Tácito descreve como destinada aos covardes, desertores e sodomitas²¹⁶.

Ulfila e seus seguidores, apoiados por Fritigerno, buscaram então auxílio junto ao imperador Valente, que lhes veio em auxílio e lhes concedeu terras na Mésia, em torno de Nicópolis. Para lá seguiram e se instalaram os “*Gothi minori*”²¹⁷. Se Atanarico permanecia pagão, Fritigerno, cristão, também da tribo dos tervíngios, era uma opção de aliança para o imperador ariano Valente. Ulfila morreu por volta de 382/383, e é possível que haja sido nessa época que o cristianismo se tornou majoritário entre os tervíngios, futuramente identificados como visigodos. Em 390, Santo Ambrósio, bispo de Milão, já os apontava como sendo cristãos, porém arianos; da mesma forma, Orósio menciona Alarico como ariano, na época do saque de Roma, em 410.

3.5.2 - Alarico

Após instalados na Mésia, os visigodos foram vítimas de abusos por parte dos romanos²¹⁸. Essa situação os levou a se revoltarem e a lançarem suas armas contra o Império. Derrotaram, então, o exército imperial na emblemática batalha de Adrianopla de 378, em que faleceu o imperador Valente. O Império conseguiu

²¹⁶ MENENDEZ, Pelayo, *op. cit.*, pág. 693.

²¹⁷ Jordanes, o historiador oficial dos godos, em sua *Getica*, refere-se a essa transhumância como “*Gothi minores, populus immensus, cum suo Pontifice ipsoque primate Wulfila.*”

²¹⁸ Zóximo, escrevendo um século depois, relata tais abusos praticados pelas autoridades romanas, notadamente quando oficiais escolheram as mulheres e os rapazes mais bonitos dentre os bárbaros para sua lascívia (*apud* CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* pág. 56).

finalmente dominá-los e Teodósio inclusive os empregou como mercenários na batalha do rio Frígido contra Arbogasto²¹⁹, seu rival do Ocidente. Mas, logo após a morte daquele imperador em 395, os visigodos de novo se levantaram sob o comando de Alarico, chefe do clã dos Baltos²²⁰, e devastaram a Grécia e o Épiro. Alarico, mesmo várias vezes derrotado pelo general romano Estílico, conseguiu ser eventualmente nomeado pró-cônsul do *Iliricum* oriental pelo débil imperador do Oriente, Arcádio. Este temia a crescente influência de Estílico e suas pretensões à purpura do Império oriental. O imperador se equilibrava assim entre os dois guerreiros, jogando-os um contra o outro. Lamentável situação em que o poder militar tinha adquirido tamanha ascendência sobre o poder imperial! Vale recordar, a propósito, a colocação de Gibbon²²¹ a respeito:

(...) the ghotic conqueror was received as a lawful magistrate in the cities which he had so lately besieged. The fathers whose sons he had massacred, the husbands whose wives he had violated, were subject to his authority; and the success of his rebellion encouraged the ambition of every leader of the foreign mercenaries.

A subsequente epopeia de Alarico foge um pouco ao escopo de nosso trabalho. Cumpre, entretanto, lembrar que, em 401, invadiu a Itália já como “*Rex Gothorum*”²²², e por pouco não capturou o imperador do Ocidente, Honório, pois foi, mais uma vez, derrotado por Estílico em Pollentia. Aliás, Estílico derrotou várias vezes Alarico no campo de batalha, mas, por alguma razão, não conseguiu destruí-lo, nem ao crescente poderio godo. Estílico, também ariano, era filho de um oficial vândalo das legiões auxiliares da Germânia e de mãe patricia.

²¹⁹ Arbogasto era o *magister militum* franco do Império do Ocidente. Liderou uma revolta senatorial em Roma para restaurar o paganismo. Como não era romano e não podia ser imperador, nomeou Flávio Eugênio para a função. A revolta, porém, foi sufocada por Teodósio e seus godos, na batalha do rio Frígido, nos Alpes Julianos, em 394, culminando com a morte de Eugênio e Arbogasto. Trata-se da última reação política pagã no Império.

²²⁰ Com Alarico, os tervíngios e seus agregados passam a se denominar visigodos, sob a chefia do clã dos Baltos, nome que evoca sua origem às margens do Mar Báltico.

²²¹ GIBBON, Edward. *op. cit.* Vol II., pág. 97.

²²² Os povos germânicos só formaram monarquias propriamente ditas quando se fixaram dentro do Império Romano, pois, antes, seu chefe se restringia a funções militares e não políticas ou administrativas, ficando estas mais a cargo de conselhos de anciãos.

Defendeu o Império do Ocidente como pôde, mas não evitou que uma grande horda de vândalos, suevos, burgúndios e alanos atravessasse o Reno, em 406, e passasse a Gália a ferro e fogo²²³. Os invasores se instalaram em seguida na Hispânia e nunca mais foram expulsos. Quando Estílico morreu em 408, Alarico curiosamente foi nomeado seu substituto como “*magister militum*” do Império. E foi justamente para cobrar o pagamento de serviços prestados que ele desceu novamente à Itália para saquear Roma, em 410²²⁴. Levou consigo refém a irmã de Honório, Gala Placídia. Por fim, após tentar embarcar para a África, Alarico morre em Cosenza²²⁵. Seu sonho era fixar seu povo do outro lado do Mediterrâneo, que naquela época era o celeiro do Império.

A procura por terras para se fixarem levou os visigodos a voltarem a negociar com o Império. Acabaram sendo instados a intervir na Hispânia, pois a horda de vândalos, alanos e suevos, que vagava pela Gália desde 406, havia atravessado os Pirineus em 409. O sucessor de Alarico, Ataúlfo, um especial admirador da civilização vencida, montou sua base em Barcino (Barcelona). No caminho, em Narbona, casa-se com sua refém Gala Placídia, numa tentativa de unir as duas raças com vistas a uma nova era²²⁶. Os visigodos, a serviço do Império, aniquilam então os alanos e os vândalos sílingos e, como recompensa,

²²³ São Jerônimo nos traz um relato pessimista dessa invasão. No último dia de 406, uma multidão superior a 200 mil pessoas atravessa o Reno congelado e destrói Mogúncia (Mainz), queimando milhares de cristãos vivos dentro de uma igreja. A defesa do *limes* ficou a cargo de tropas federadas francas, pois o grosso das legiões havia sido desviado para combater Alarico e Radagásio na Itália. Dezenas de milhares de soldados pereceram de ambos os lados, e os vândalos sílingos perderam seu rei Godegiselo. Vide capítulo 2.3.3.

²²⁴ Roma não caía em mãos estrangeiras desde Breno e seus gauleses em 390 AC. Santo Agostinho, em sua obra “*Cidade de Deus*”, nos transmite o profundo pavor que esse saque causou nas pessoas daquela época. Na prática, contudo, esse saque de 410 não foi nada comparado ao que iria ocorrer com os vândalos de Genserico em 455.

²²⁵ Seu corpo foi enterrado sob o leito do rio Busento, que corta Cosenza, Calábria, desviando-se provisoriamente as águas para o sepultamento.

²²⁶ Olympiodoro de Tebas nos relata as bodas de Ataúlfo e Gala Placídia, em 414. A cerimônia transcorreu na casa de um patrício local Ingenius, à moda romana. Gala Placídia recebeu inúmeros presentes originários do butim do saque a Roma, em 410. Dessa união nasceu um filho, propositadamente de nome Teodósio, mas que não sobreviveu (Olym, Grag. 24; Philostorgio, 12,4, apud ARCE, Javier, *op. cit.* pág. 76).

em 418, Honório firma um *foedus* com Teodorico I, pelo qual os visigodos adquirem legitimamente um mandato sobre a Aquitânia, com capital em Tolosa.

3.5.3 - O arianismo no reino de Tolosa

Em Tolosa, os visigodos construíram um poderoso Estado²²⁷. Aí reinaram Teodorico I (418-451), Teodorico II (453-466), Eurico (466-484) e Alarico II (484-507), até este último ser morto na derrota para os francos de Clóvis, em Vouillé. Na Gália, os visigodos tiveram de construir uma legitimidade para sua condição de senhores arianos sobre uma população católica romana, da qual dependiam para prosperar. Eurico rompe o tratado com Roma em 466, mas o restabelece em 475, só que em outras condições, que já não o sujeitavam a qualquer delegação de poder imperial. Pelo contrário, os imperadores romanos praticamente passaram a ser nomeados pelos visigodos ou pelos chefes mercenários, que então constituíam o seu exército²²⁸.

Nesse período, o chefe militar godo se transforma em administrador e legislador. Eurico monta uma estrutura estatal semelhante à imperial, com uma burocracia fiscal, judicial e até diplomática, aproveitando-se de quadros romanos, extraídos sobretudo do clero católico. Na verdade, aproveitou a estrutura administrativa do Império e a submeteu a seu serviço, mantendo os mesmos impostos. A antiga divisão das receitas fiscais, que destinava um terço às cúrias locais e dois terços ao fisco, vem substituída pela *tertia Romanorum* e a *sortes Gothorum*. Assim, as mesmas receitas, outrora destinadas ao fisco, passaram para as mãos dos godos. É pouco provável que tenha havido desapropriação em massa

²²⁷ Vide mapa do reino de Tolosa (418-507) na pág. 154.

²²⁸ Exemplo disso foi o imperador Avito, colocado no trono pelo rei visigodo Teodorico II, no Concílio de Arles de 455, e, em seguida, escoltado a Roma pelas tropas visigóticas.

de terras pertencentes aos romanos. Eis que, com a manutenção do sistema fiscal romano, substituindo-se os destinatários, não houve tal necessidade.

No vértice dessa estrutura se situava o rei, que chefiava tanto a Igreja ariana quanto a católica²²⁹. A rigor, Eurico não chegou a imprimir uma política anticatólica, salvo quando coincidia com seus interesses políticos. No seu reinado, um quarto dos bispados permaneceram vagos, o que lhe rendeu muitas acusações da população católica, sobretudo do clero, como no caso de Sidônio Apolinário²³⁰. Isso, porém, se explica mais pela resistência que este organizara na Provença contra a dominação goda do que por questões religiosas. Cite-se ainda a influência que os francos, recém-convertidos ao catolicismo²³¹, procuravam exercer junto à população romana sob o poder dos visigodos, visando à sua expansão na Gália.

Em contrapartida, Eurico consolidava sua presença na Espanha. Quando os visigodos se estabeleceram em Tolosa como federados, foram diversas vezes chamados a atuar na Península como polícia do Império, fustigando os desmandos praticados pelos vândalos e suevos²³². Com o gradual enfraquecimento do Império, contudo, os godos foram tornando permanente o seu controle da Hispânia. A Península foi assim ocupada quase que na sua totalidade, à exceção da Galécia, ainda nas mãos dos suevos, os quais iam também consolidando seu domínio no Noroeste. A dada altura, em 466, Eurico envia um missionário ariano

²²⁹ Teodorico, o Grande, rei ostrogodo da Itália, também empreendia política semelhante em Ravena, arvorando-se chefe tanto da Igreja ariana quanto da católica, numa equidistância sábia.

²³⁰ Sidônio Apolinário era um patrício gaulês que se tornou bispo de Clermont-Ferrand, em 472. Era genro do imperador Avito e opôs feroz resistência à expansão visigótica no sul da Gália. Trata-se de importante fonte histórica para a época; a partir de seus escritos tomamos conhecimento da existência de legislação escrita goda de Teodorico II, anterior ao Código de Eurico, assunto tratado no capítulo 4 adiante.

²³¹ Os francos eram uma agremiação de povos germânicos que se tinha assentado no final do Império, como federados, na atual Bélgica. Gergório de Tours, em sua *Histoire des francs* relata que ainda eram pagãos, não tendo sido influenciados pelo arianismo, quando São Remi, bispo de Reims, converteu seu rei Clóvis ao catolicismo. Essa conversão se mostrou vital para as relações políticas entre os francos e a população galo-romana e os visigodos na Aquitânia.

²³² Exemplo marcante foi a intervenção de Teodorico II, na Hispânia, em nome do imperador Avito em 455, vencendo os suevos na batalha do rio Órbigo, perto de Asturica. Lamentavelmente, os visigodos aproveitam a vitória para saquear a população de Bracara Augusta, já que a cidade era a capital do reino dos derrotados.

de origem gaulesa, Ajax²³³, no intuito de converter os suevos à sua crença subordinacionista. Seu interesse se justificava, já que o rei suevo Requiário e seu povo tinha se convertido ao catolicismo, em razão de seus contatos com a população romana dominada. O esforço da política externa de Eurico em trazê-los para o arianismo tinha também o objetivo de afastá-los da órbita imperial e dos francos.

Eurico publica um código de leis para seu povo, com forte inspiração no direito romano²³⁴. Note-se que a população romana sob seu domínio continuou a ser regida pelas leis de outrora, notadamente o Código de Teodósio. Este diploma se aplicava a todos os cidadãos do Império e em todo seu território, sendo que continuou em vigor após sua queda, enquanto direito comum. Mas a população germânica se regulava pelo seu direito pessoal. Havia assim uma lei para os godos, arianos, concomitante à vigência do direito romano, para a população dominada, católica. Isidoro de Sevilha²³⁵ nos relata que os godos não tinham leis escritas antes do Código de Eurico, devendo se regular por normas consuetudinárias. Na verdade, já as tinham em vigor na Gália desde Teodorico II, segundo nos relata Sidônio Apolinário²³⁶. De qualquer forma, a influência romana fez os godos aspirarem a ser regulados por leis e não só por armas. Equipararam-se, assim, à população romana dominada, que já as possuía há pelo menos um milênio. Dentre as várias normas de origem romana do Código de Eurico, Carlos Sardinha²³⁷ nos lembra, por exemplo, a regulamentação do bucelariato, que era a contratação de soldados particulares pelos senhores fundiários, muito em voga no Baixo-império. Mas há várias outras, na área fundiária, família, sucessões etc., sempre mantendo, todavia, algum traço do direito germânico primitivo.

²³³ HIDÁCIO, *op. cit.*, 311ª Olimpíada, IV, pág. 94, cita Ajax como sendo um gálata que apostatou e se converteu ao arianismo. É verdade que os gálatas da Anatólia tinham a origem gaulesa de uma invasão celta do século III AC. O mais provável, contudo, é que fosse gaulês, do reino visigodo de Tolosa, o qual tinha todo o interesse em tutelar os suevos após a derrota do Órbigo, convertendo-os ao arianismo.

²³⁴ O *Codex Euricianus*, do qual trataremos mais adiante no cap. 4.6.

²³⁵ ISIDORO de Sevilha, *Historia de los Godos, de los Vandalos y de los Suevos*.

²³⁶ Esse assunto será tratado mais adiante, no cap. 4.

²³⁷ SARDINHA, Carlos. *Alta-traição e lesa-majestade*. 2011, pp. 200-224.

Quando o Império caiu, em 476, os visigodos aproveitaram a oportunidade para conquistar o resto da Gália e da Hispânia. Tornaram-se, pois, senhores de numerosa população romana, saudosa de sua antiga situação. Para ganhar os seus ânimos, Alarico II, sucessor de Eurico, publicou então um código de leis para os romanos, o qual veio a se tornar paradigma para o mundo germânico: o Breviário de Alarico. Trata-se de uma compilação de leis romanas do período pós-clássico, de data (506) anterior ao Código de Justiniano (529). Embora não tão bem sistematizado como o código justiniano, o Breviário de Alarico permitiu à população romana, órfã do Império do Ocidente, se organizar de acordo com o direito seu, que iria vigorar por séculos, inclusive na Gália após a ocupação franca. Resultou do trabalho de uma comissão de juristas (sacerdotes e nobres romanos), chefiada pelo *comes* Goiarico. Sua aprovação pela população romana foi sacramentada num concílio reunido em Agde. Alguns autores já veem nele um início de aplicação territorial, pois emprega a expressão “*provinciales nostri*”²³⁸ ao se referir aos seus destinatários. O mais provável, porém, como já aventamos, é que o Código de Eurico tenha continuado a vigorar para os godos, ao lado do Breviário, para a população romana²³⁹.

Alarico II, no entanto, é derrotado e morto em Vouillé pelos francos de Clóvis. Este último se havia tornado católico, credo que lhe garantia maior simpatia junto à população romana. Embora Alarico não representasse um perseguidor dos nicenos, sua condição de ariano impunha um obstáculo à plena integração com os dominados. Esclareça-se, a propósito, que os casamentos mistos eram vedados tanto para os romanos, na lei romana, quanto para os godos, nas leis germânicas, até Leovegildo no final do século seguinte²⁴⁰.

²³⁸ Tal territorialidade do Breviário de Alarico é defendida por Garcia Gallo, em *Nacionalidad y territorialidad del derecho en la época visigoda*.

²³⁹ Essa questão sobre a territorialidade ou personalidade do direito visigótico será objeto de estudo no cap. 4.

²⁴⁰ Sobre a questão da proibição dos casamentos mistos, vide MERÊA, Paulo. *Estudos de Direito Visigótico*. Acta Universitatis Conimbrigensis, pp. 231-248. Nele, Merea rebate a afirmação de Garcia Gallo de que o Código de Eurico teria abolido tal proibição, que existia desde o Código de Teodósio e derivava de uma constituição de Valentiniano I e Valente.

Com a morte de Alarico II, foi-se o reino de Tolosa e sua base na Aquitânia. Os visigodos, porém, mantiveram a Gália Narbonense, graças à ajuda militar do rei ostrogodo Teodorico, o Grande, que consegue liberar Arles, Narbona e Carcassona do cerco franco e burgúndio. De fato, em 508, Teodorico finalmente envia um grande exército para o sul da Gália, liderado por Ibbas. Até então, a frota bizantina, possivelmente em conexão com os francos, havia montado um bloqueio naval para impedi-lo²⁴¹. Parte do rico tesouro real visigodo foi salvo pelo filho bastardo de Alarico, Gelaseico, eleito rei em substituição, que havia se encastelado na Provença. A maior parte, porém, foi tomada pelos francos. Teodorico entra em ação para freiar os francos. Mas cobra um preço: elimina Gelaseico e investe seu neto Amalarico, filho de Alarico, no trono visigótico, passando a exercer uma efetiva tutela sobre a monarquia visigótica. Com essa união dinástica, o reino ostrogodo do clã dos Amalos, com capital em Ravena, vem a dominar um território desde a Dalmácia até a Galécia, tornando-se o mais vigoroso dos reinos germânicos desde a queda de Roma²⁴².

3.5.4 - Período ravenaico

Após Vouillé, os visigodos se recolhem aos seus domínios na Hispânia²⁴³. De Ravena²⁴⁴, Teodorico, o Grande²⁴⁵, passa a exercer forte influência no reino

²⁴¹ GARCIA Moreno, Luis A. *Historia de España Visigoda*. 2008, pág. 88.

²⁴² No século III, antes de entrar no Império, os godos se dividiam basicamente em dois grandes grupos, os greutungos e os tervíngios. Os greutungos formaram um reino indo para o Leste, até se depararem com os hunos. Já os tervíngios ficaram na fronteira do Danúbio, até entrarem no Império como narrado acima. Após sua entrada no Império, os tervíngios passaram a se denominar visigodos e os greutungos ostrogodos. Mas isso não significa que clãs greutungos não tenham entrado para a composição dos visigodos e vice-versa, nem que outros povos, inclusive de origem citada, não se tenham unido a ambos os godos. Sobre a composição étnica dos godos, vide Michael KULIKOWSKI, *Guerras Góticas de Roma*, Cambridge University Press, 2007.

²⁴³ A última expedição que o Império envia com tropas próprias à Hispânia é liderada por Majoriano, em 460. De fato, este imperador dirige uma frota a Cartagena, a fim de fustigar o

ibérico, menos por solidariedade racial, do que para contrabalançar o fortalecimento dos francos nas suas fronteiras da Gália. Como dissemos, Alarico II foi sucedido por Gelaseico durante um curto período e depois por Amalarico, neto ainda impúbere de Teodorico, que se torna seu tutor. Este último, apesar de ariano²⁴⁶, à semelhança de Alarico II em Tolosa, também manteve uma política de dissuasão com os nicenos da Itália, permitindo ao clero católico funcionar ao lado do clero ariano²⁴⁷. Ressalte-se que Teodorico tinha se dirigido à Itália não como chefe de invasores bárbaros, mas como delegatário do Império do Oriente, no intuito de recuperar aquele território para o mundo romano. Durante anos, desenvolveu uma relação pacífica com a população romana, respeitando suas instituições, como o Senado e a Igreja católica. Publicou um corpo de leis destinado tanto à população goda quanto à romana, o Édito de Teodorico²⁴⁸. Para tanto, cercou-se de notáveis romanos, como Boécio²⁴⁹ e Cassiodoro²⁵⁰. Assumiu a

poderio naval vândalo, sem êxito. A partir de então, as tropas romanas dão lugar às visigodas. A Crônica de Cesaraugusta dá a entender que, por volta de 497, houve uma migração massiva goda camponesa para o Alto Ebro e Douro. Mas diversos autores, como García Moreno, ponderam sobre a dimensão dessa migração, acreditando tratar-se de mero deslocamento de tropas. Javier ARCE, *Esperando a los árabes, Los visigodos en España (507-711)*, Marcial Pons, 2011, situa em 531 a migração maciça dos godos da Gália para a Península, invocando o relato de Procópio, BG, V, 13. 12-13.

²⁴⁴ Dos séculos V ao VIII, Ravena se torna a principal cidade do Ocidente, seja sob os romanos, ostrogodos ou bizantinos. Vide, a propósito, foto na pág. 32, da Basílica de São Vital, construída por Justiniano no século VI.

²⁴⁵ Vide foto do Palácio de Teodorico em Ravena na pág. 161 e foto de seu mausoléu na mesma cidade na pág. 162.

²⁴⁶ Os ostrogodos se converteram ao arianismo entre 456-472, quando estavam na Panônia, após a derrocada do Império de Átila, do qual se haviam tornado súditos. Provavelmente, foram catequisados por missionários visigodos sucessores de Ulfila.

²⁴⁷ Exemplo desse convívio está em Ravena, capital do reino ostrogodo. Lá vemos até hoje a igreja, originariamente ariana, de Santo Apolinário novo, ao lado do palácio de Teodorico, assim como o batistério ariano. Do lado católico, vemos o batistério neoniano, Santo Apolinário em Classe e São Vital, esta já bizantina.

²⁴⁸ Note-se que Teodorico designa sua lei propositalmente de *edictum*, para realçar o fato de que legislava sob o *ius edicendi*, subordinado ao Império, e não como legislador soberano, hipótese em que poderia ter chamado sua legislação de *lex* ou *Codex*.

²⁴⁹ Boécio (480-525) era um filósofo e estadista romano católico da corte de Teodorico. Este rei, entretanto, acabou por executá-lo sob a acusação de colaborar com os bizantinos.

²⁵⁰ Cassiodoro foi um importante estadista romano do período ostrogodo. Sua obra mais importante é a *Historia Gothorum*, a qual só nos chegou às mãos por meio de seu resumo feito pouco após por Jordanes, a *Getica*, de 551, a principal fonte antiga de nosso conhecimento

tutela da Igreja católica, ao lado da chefia da Igreja ariana, mecanismo de poder que posteriormente será copiado por diversos outros reinos germânicos quando se instalam no Império. Parecia que a Igreja se sentia mais segura quando amparada por um poder civil forte capaz de se impor sobre suas desordens intestinas.

Essa situação, todavia, foi alterada quando, a partir de 527, Justiniano subiu à púrpura em Constantinopla e adotou uma política ativamente anti-ariana. O conflito que se seguiu culminou com 20 anos de guerras sangrentas, as chamadas Guerras Góticas de 535 a 553, as quais acabaram por eliminar o poderio ostrogodo na Itália, provocando ainda a ruína final daquela Península e da cidade de Roma. Justiniano pretendia restabelecer as antigas fronteiras do Império Romano, a idéia do *reconvatio imperii*, e, nesse sentido, ocupa a Costa Mediterrânica da Hispânia, aproveitando-se do chamado para intervir em querelas intestinas entre os visigodos²⁵¹. Os bizantinos irão permanecer na Hispânia durante quase um século, e influenciarão no equilíbrio de poder entre católicos e arianos, nos reinos suevo e visigótico, respectivamente.

Na Península Ibérica, os visigodos ainda levaram algum tempo para voltar à iniciativa, premidos pelos francos d'além Pirineus, pelos bizantinos na Costa Mediterrânica e pelos suevos no Noroeste. Morto Teodorico o Grande, a tutela sobre o reino passou para o general ostrogodo Teudis²⁵², que já representava o governo de Ravena na Hispânia. Quando, porém, os ostrogodos foram derrotados na Itália, o reino ibérico perde sua tutela ravenaica e o eixo do poder vai se deslocando para a nova capital Toledo, que assim se torna a *urbs regia* visigótica.

sobre os godos. A origem desses relatos seria de um certo Ablavio, personagem de historicidade não confirmada.

²⁵¹ THOMPSON, E. A. (*Los godos em España*, Alianza Editorial, pag. 417-437), baseando-se na Crônica de Cesaraugusta, nos relata que, em 551, em Córdoba, o magnata Atanagildo se revoltou contra o rei Ágila e pediu ajuda aos exércitos de Justiniano. Os bizantinos tinham acabado de reconquistar a África dos vândalos e a Itália dos ostrogodos. Aproveitaram, então, para ocupar a faixa costeira mediterrânica do sudeste peninsular, até serem finalmente expulsos por Suintila em 625. Essa província imperial se denominou *Spania*, com capital em Cartagena (ou Málaga para alguns).

²⁵² Teudis publica um corpo de leis sobre custas judiciais, aparentemente com âmbito territorial. Tal assunto será tratado no cap. 4 adiante.

A monarquia germânica vai lentamente assentando suas bases, salvo durante alguns períodos de convulsão, como a subida ao poder de Ágila, em 549, e a subsequente revolta exitosa de Atanagildo, ocasião em que os bizantinos aproveitam para ocupar a Bética e a Cataginensis, como já aventamos.

O panorama fica mais preocupante para os godos quando chega à Galécia o panônio Martinho, provavelmente enviado por Constantinopla, com o objetivo de converter os suevos ao catolicismo. Com os suevos agora católicos, além dos francos e dos bizantinos, os visigodos cerram suas fileiras em torno do arianismo, sua bandeira de identificação nacional.

3.5.5 - Leovegildo e o reino de Toledo

Em 571, sobe ao trono Leovegildo²⁵³, godo de Narbona²⁵⁴ (Gália) e o mais ativo dos reis hispano-visigodos, que consolida seu poder em torno de sua capital Toledo, nos moldes dos imperadores romanos²⁵⁵. Funda cidades, como Recópolis e Victoriacum. Expulsa os francos que haviam feito uma incursão, mantém os bizantinos na sua fronteira e anexa o reino suevo depois de mais de cento e setenta anos de vizinhança incômoda. Publica um novo corpo de leis para os godos, o *Codex Revisus*²⁵⁶, diploma que supera o antigo Código de Eurico em complexidade e acabamento. Abole, por exemplo, a proibição de casamentos entre

²⁵³ Vide mapa do reino de Leovegildo na pág. 157.

²⁵⁴ Em 568, Leovegildo havia sido associado ao trono por seu irmão Liuva I, ficando com o governo da província Narbonense da Gália. Em 571, quando falece Liuva, ele ascende ao trono.

²⁵⁵ THOMPSON, E. A. *op. cit.*, pág. 86, nos relata que Leovegildo passou a se vestir com trajes régios, aparecendo em público com diadema e sentado num trono, a fim de se distinguir de seus súditos. Cunhou moedas com sua esfígie e seu nome, totalmente diferentes das bizantinas que circulavam.

²⁵⁶ Dele trataremos no cap. 4.

godos e romanos, norma que tanto o Código de Teodódio, quanto o Breviário de Alarico punia com a pena de morte²⁵⁷. Faz, portanto, importantes passos na direção da unificação racial e religiosa. Constrói uma grande basílica para Santa Leocádia, em Toledo, e tenta se aproximar dos católicos, defendendo a desnecessidade de um segundo batismo para a conversão ao arianismo, o que, porém, não logrou grandes resultados²⁵⁸. Associa ao seu trono os seus dois filhos: Recaredo em Toledo e Hermenegildo na Bética.

Ilustre-se aqui que, na maioria dos casos, os reis germânicos eram eleitos e não se observava uma sucessão dinástica. Isso trazia grande instabilidade ao reino, pois magnatas poderosos sempre cobiçavam ascender ao trono mediante o assassinato do rei para, em seguida, tentarem se eleger. O cronista franco Fredegário denominou tal característica de “doença goda” (*morbis Gothorum*²⁵⁹). A solução encontrada para obter alguma estabilidade foi a de o monarca associar seus filhos ao trono, em vida, a fim de que sua presença na administração do reino criasse um fato consumado, o que levaria seu herdeiro a ser eleito rei na hora de sua morte. Tal prática não era novidade, pois essa já era a intenção de Diocleciano no Baixo-Império ao criar a Tetrarquia.

Hermenegildo se casa então com a princesa franca católica Ingunda, fato que muito irritou sua madrasta ariana Gosvinda²⁶⁰. Converte-se então ao credo niceno e assume o nome de João. Seu pai, Leovegildo, viu nisso uma traição, e,

²⁵⁷ Transcreva-se aqui a opinião de Paulo Merêa, obra citada, de que o motivo dessa proibição para os romanos não era simples racismo, mas seu alvo eram os bárbaros d'além fronteiras, considerados inimigos.

²⁵⁸ De fato, os arianos entendiam que era necessário um segundo batismo para a conversão de um católico ao seu credo. Na verdade, contudo, eram muito raras tais conversões, talvez somente para ascender a alguma função pública.

²⁵⁹ FREDEGÁRIO, 4.82, *apud* CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* pág. 99.

²⁶⁰ Gosvinda foi uma rainha particularmente poderosa, em razão da rede de relações familiares que montou. Casou-se primeiro com Atanagildo, gerando duas filhas: Galsvinda, que se casou com Chilperico da Neustria, e Brunehilda, que se casou com Sigiberto da Austrásia. Quando ficou viúva de Atanagildo, Gosvinda se casou com o novo rei Leovegildo, que já era pai de Recaredo e Hermenegildo. Este último, por sua vez, se casou com Ingunda, princesa franca católica. Gosvinda tentou então converter sua enteada ao arianismo, mas se impacientou com sua resistência, a ponto de agredi-la fisicamente e quase afogá-la na pia batismal (CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* pp. 86/87).

em decorrência, Hermenegildo se rebela, proclamando-se rei e promovendo uma sublevação na Bética, incitado por sua mulher e pelo bispo de Sevilha, Leandro. A sedição durará três anos e só será sufocada com a tomada de Sevilha pelo pai. Santo Isidoro de Sevilha²⁶¹ nos relata esse episódio apologeticamente como uma revolta católica, à qual os bizantinos e os suevos vêm em auxílio. De nada adianta, pois os suevos acabaram perdendo sua própria independência e os bizantinos logo recuaram do Vale do Guadalquivir quando garantiram a posse do litoral. Hermenegildo é preso e depois executado, tornando-se um mártir da causa nicena²⁶². Suas razões, entretanto, talvez não fossem tão desinteressadas, pois o que pretendia era assumir o poder, invejoso de seu irmão Recaredo, que havia ficado com a administração da capital. Acrescente-se que nem todos os católicos da Bética tomaram seu partido, interpretando a revolta como um assunto exclusivamente godo e não uma guerra santa entre católicos e arianos. Note-se que Leovegildo vinha tentando unificar a religião de seu reino, num esforço prosélito. Para tanto, convocou um concílio de arianos em Toledo, em 580, cujo resultado, como já adiantamos, foi o de facilitar a conversão ao arianismo sem a necessidade de um novo batismo²⁶³. Os bispos arianos também fizeram concessões cederam relativamente à Santíssima Trindade: admitiram finalmente a divindade do Filho e sua igualdade com o Pai, embora não a do Espírito Santo, tal qual no macedonismo, que havia sido proscrito em 381, no Concílio de Constantinopla. Para os católicos, contudo, a heresia permanecia.

²⁶¹ ISIDORO de Sevilha, *Historia dos godos, dos vandalos e dos suevos*.

²⁶² Hermenegildo foi canonizado pelo papa Sisto V, a pedido do rei Felipe II, em 1585, milésimo aniversário de sua morte. Ingunda pediu asilo ao imperador bizantino Maurício, mas morreu no trajeto até Constantinopla.

²⁶³ Dentre as raras conversões ao arianismo, ou apostasias, se preferirem, encontramos o prelado Vicente de Saragoça (Isidoro, *De viris illustribus*, 30, *apud* CASTELLANOS, Satiago, *op. cit.* pág. 203).

3.5.6 - A conversão ao catolicismo

Foi Recaredo quem finalmente trouxe o reino visigótico à fé nicena. Gregório Magno²⁶⁴ nos relata que Leovegildo, no final da vida, se arrependeu de ter matado seu filho Hermenegildo (embora não a ponto de obter a salvação de sua alma!) e que convenceu Recaredo a se converter. Seja como for, Recaredo compreendeu que só o credo niceno poderia unir a população. Não havia dado certo a política de aproximação empreendida pelo pai, tentando a unificação religiosa do reino por meio da facilitação da conversão ao arianismo. Restava, porém, convencer a nobreza goda e o clero ariano. O arianismo era identificado com a personalidade nacional do orgulhoso povo godo, o vencedor dos romanos. Houve, portanto, alguma resistência, inclusive da rainha viúva Gosvinda. Em 588, Suna²⁶⁵ e Segga, bispos arianos e aristocratas godos, tentam depor o rei, mas são condenados ao desterro, tendo o segundo suas mãos amputadas. Em 589, Gosvinda e o bispo ariano de Toledo, Uldila, também tentam em vão reverter a conversão do reino, o que resulta no exílio do último. Em Narbona, Granista e Wildigerno se revoltam e incitam o rei franco da Borgonha Gontrão²⁶⁶ a invadir a Península, sendo finalmente derrotados²⁶⁷. A oposição representada pelos setores mais ligados à tradição ancestral lembrava a perseguição que Atanarico

²⁶⁴ GREGORIO MAGNO, *Dialogi*, III, 31, *apud* DIAZ, Pablo C. *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo. El cristianismo y los pueblos germánicos*. Editorial Trotta, Universidad de Granada, pp. 750-751.

²⁶⁵ Suna havia sido nomeado bispo ariano de Mérida por Leovegildo. A primeira medida que tomou foi desapropriar as propriedades da Igreja católica local, que não eram poucas, haja vista Mérida ter sido a capital da Península na Antiguidade Tardia. A obra anônima *As vidas dos santos padres Emeritenses* nos conta sobre o célebre debate teológico público que teve com Masona, o bispo católico, no qual este último saiu vencedor.

²⁶⁶ A unidade do reino franco não sobreviveu muito após Clóvis, dividindo-se entre os reinos merovíngios da Neustria, Austrásia e Borgonha. Gregório de Tours, muito crítico dos godos e lisonjeiro quanto aos francos, se refere a Gontrão (532-592) como um rei bom, justo e piedoso, o que pode ser verdadeiro, tanto que foi canonizado pouco após sua morte.

²⁶⁷ As hostes visigodas conseguem várias vitórias sobre os francos nessa segunda metade do século VI, sendo que, em 588, o *dux* Cláudio (um hispano-romano) deixa no campo de batalha, em Carcassona, cinco mil francos mortos e outros mil capturados (GARCIA Moreno, *op. cit.* pág. 135-136).

empreendeu contra Fritigerno e Ulfila, quando este converteu os godos ao cristianismo duzentos anos antes.

Entretanto, nem todos os godos resistiram, dada a característica servilidade daquele povo ao seu rei. Houve conversões em massa, precedidas do necessário batismo. Leandro de Sevilha escreveu ao papa Gergório Magno para dirimir dúvidas sobre o procedimento a ser adotado no batismo e este respondeu que a forma mais corrente no Ocidente seria a tripla imersão, para simbolizar os três dias entre a crucificação e ressurreição de Cristo, além de invocar a própria Santíssima Trindade. Ocorre, todavia, que o batismo ariano na Península ibérica também observava a tripla imersão²⁶⁸. Gregório Magno então ponderou que a prática ibérica da imersão única não tinha problemas, pois representava também a unidade das três pessoas da Santíssima Trindade, o que fez Leandro cristalizar a prática da imersão única.

Aliás, o tempo do arianismo já se havia encerrado, pois quase todas as nações do mundo mediterrânico, àquela altura, já eram católicas, à exceção dos lombardos²⁶⁹, que não eram exatamente um modelo de civilização. No fundo, a convicção religiosa pesou menos do que a conveniência política, tanto da parte dos arianos convertidos, como o próprio Recaredo, quanto daqueles que permaneceram subordinacionistas. O reino visigodo estava cercado de vizinhos católicos, notadamente os suevos, recém-submetidos à autoridade goda. A conversão, nesse sentido, apresentava o conveniente de legitimar religiosamente a conquista do reino suevo. A adoção do catolicismo se configurava uma decisão vantajosa, pois afastava o risco de uma guerra por razões de fé, algo não incomum na época. Recaredo tinha também em mente construir uma monarquia nos moldes bizantinos, com o rei no vértice de uma pirâmide unificada de poder.

²⁶⁸ Lembre-se aqui que a rainha ariana Gosvinda tinha mergulhado à força, por três vezes, pelos cabelos, sua recém-chegada nora católica Ingunda, noiva de Hermenegildo, para convertê-la ao arianismo.

²⁶⁹ Em 568, o rei lombardo ariano Alboino atravessa os Alpes e investe contra o vale do Pó. Após 20 anos das Guerras Góticas, a Itália estava devastada e o império bizantino exaurido para opor qualquer resistência a não ser guardar o sul da Península. Ravena é finalmente tomada em 751.

3.5.7 - O Concílio de Toledo III

Recaredo decidiu assim convocar um concílio para homologar a conversão de seu povo. O concílio se reuniu em 8 de maio de 589, o Concílio de Toledo III. Seu objetivo era dar fé pública ao processo de conversão de seu povo, selando um grande compromisso que resultou na redação de uma ata notarial, sem se aprofundar em discussões teológicas. A tarefa foi confiada a Leandro, bispo de Sevilha que havia promovido a conversão de Hermenegildo anteriormente. Estavam também presentes Eutropio, abade do mosteiro Servitano²⁷⁰, e João de Biclano²⁷¹, cronista que nos relatou esses acontecimentos. Leandro havia estudado em Constantinopla, e impregnou sua formação clássica à redação da respectiva ata. Já tinha a experiência de ter escrito tratados teológicos contra o arianismo. Leandro exerceu um papel semelhante ao de Ósio, em Nicéia, mas o principal protagonismo foi de Recaredo, o Constantino do evento. Foi ele que convocou o concílio, prática que se tornaria marca registrada da monarquia visigótica.

A correspondente ata começa com um longo elogio à virilidade do povo godo, lamentando ainda seus erros passados, decorrentes da crença herética. Em seguida, profere uma confissão de fé representada pelas fórmulas dos Concílios de Nicéia, Constantinopla e Calcedônia²⁷², concílios ecumênicos que definiram a

²⁷⁰ O mosteiro Servitano ficava nas montanhas atrás de Valença e tinha sido fundado por um certo Donato, católico africano fugitivo das perseguições empreendidas pelos vândalos na sua região (é também possível que fugisse das perseguições que os bizantinos empreenderam em razão da heresia tricapitolina). Donato trouxe consigo vários monges os quais contribuíram para o desenvolvimento de uma teologia anti-ariana na Península, lembrando que a África era um dos principais centros culturais na Antiguidade Tardia. Mais importante, trouxe também uma farta biblioteca, preciosidade de valor inestimável para a época.

²⁷¹ João de Biclano nasceu em Scalabis (Santarém), por volta de 540, e era um godo católico durante o reinado de Leovegildo. À semelhança de Leandro, havia passado sua juventude em Constantinopla e também sabia grego e latim. Em vão, Leovegildo tentou convertê-lo ao arianismo e, não conseguindo, o exilou na Tarraconense. Sua erudição contribuiu para a realização do Concílio de Toledo III. Em 589, fundou o mosteiro de Biclano.

²⁷² O Concílio de Calcedônia de 451 definiu a ortodoxia católica na questão das naturezas humana e divina de Cristo, anatemizando o monofisismo, que defendia que Jesus só tinha uma natureza encarnada. A questão foi ressuscitada no episódio da condenação aos “Três Capítulos” por

polêmica trinitária na teologia católica. Em seguida, são lançados 23 anátemas, que refutam o arianismo ao longo de sua estrada, notadamente as conclusões do Concílio de Rimini²⁷³, as ideias de Ulfila, além do semi-arianismo, que Leovegildo tentara adotar, em 580, para facilitar a conversão dos católicos. Tais anátemas lá estavam para serem subscritos pelos bispos arianos convertidos no ato e, nesse sentido, oito²⁷⁴ bispos aderem à conversão, mas três se recusam²⁷⁵.

Note-se que estavam presentes 62 bispos católicos, concluindo-se que a Igreja católica, mesmo na clandestinidade, era muito mais bem estruturada do que a ariana. Ao se observar a proveniência dos bispos arianos convertidos no ato (4 da Galécia, 3 do Levante e 1 de Palencia), pode-se ter noção da distribuição territorial da sua Igreja. Os da Galécia, antigo domínio suevo²⁷⁶, haviam sido nomeados pelo rei após a conquista daquele reino, e os outros correspondiam ao território de assentamento dos godos. A essas subscrições correspondeu um solene cerimonial de conversão.

Foram também aprovados 23 cânones relativos à matéria eclesiástica²⁷⁷. A disciplina na Igreja ariana era mais permissiva; por isso, convinha reforçá-la, impondo aos bispos normas de castidade e de probidade administrativa, regulamentação essa que será reforçada nos concílios seguintes, notadamente o Concílio de Toledo IV. Já não se encontra menções ao fantasma do priscilianismo,

parte de Justiniano, no sínodo de Constantinopla de 553. Essa tendência monofisista do imperador foi mal recebida pelos bispos da África e da Itália, recém-conquistadas. Os bispos da Hispânia tomavam assim posição do lado da igreja ocidental.

²⁷³ Vide cap. 3.1.5.

²⁷⁴ Sunila de Viseu, Gardino de Tuy, Bechila de Lugo, Arvito do Porto (originários da Galécia, mas investidos após a conquista goda), Ugnas de Barcelona, Ubiligisclo de Valença, Froisclo de Tortosa e Murila de Palencia.

²⁷⁵ Uldila, Suna e Athaloc.

²⁷⁶ Lembre-se que os suevos já tinham tido um rei católico, Requiário (?-456), mas haviam sido convertidos ao arianismo por Ajax, enviado dos visigodos em 466. Com Martinho de Dume, entretanto, o catolicismo havia lançado raízes profundas na Galécia, as quais não devem ter sido arrancadas com a conquista visigoda de 585, que tentou reinstaurar o arianismo. Vide cap. 3.6 adiante.

²⁷⁷ A influência de Eutrópio, abade do mosteiro Servitano, se fez sentir aqui. Sua obra *De districtione monachorum* pregava uma disciplina rígida aos monges, característica que deriva da experiência monástica africana, em contraposição à regra mais branda defendida por Pedro de Ercávica (CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* pág. 226-227).

mas os cânones contêm denúncias de paganismo e magia, ainda persistentes entre a população. O cânone 18 determina que seja realizado um concílio a cada ano, com a presença dos juízes e dos responsáveis pelo fisco. Tal determinação extrapola a função eclesiástica ou teológica dos concílios visigóticos, e traduz a preocupação do rei de incutir uma rotina de fiscalização administrativa. Tal periodicidade não chegou a ser observada, mas, de qualquer forma, sua menção é emblemática de como os concílios abrangiam também matéria civil e administrativa.

No final do concílio, Recaredo publicou um édito confirmando o seu teor e o tornou lei, inclusive cominando sanções contra quem não o obedecesse. O édito justificava a conversão como um desígnio de Deus, desejoso de unir os godos com os hispano-romanos no seio da Igreja. Note-se que essa união de povos num ideal comum já não faz menção ao Império ou à romanidade, mas à Igreja, deixando assim claro que já não estamos na Antiguidade, mas na Idade Média. A conversão foi também formalmente comunicada ao papa Gregório Magno, que se jubilou com a notícia²⁷⁸. Não se tratava de um requisito de validade do concílio. Esclareça-se que nessa época ainda não se havia firmado a primazia papal sobre os reinos germânicos católicos, como haveria de se consolidar em seguida, sobretudo com Carlos Magno.

Detalhe curioso aqui é que foram queimados todos os livros existentes em Toledo contendo a teologia ariana. Talvez não houvesse uma grande biblioteca, pois o clero ariano não era tão erudito quanto o católico. A rigor, a esmagadora maioria de seus sacerdotes tinha origem goda, povo com menos instrução que o hispano-romano católico. De qualquer forma, é lamentável não ter sobrado nada

²⁷⁸ A comunicação formal ao papa da conversão de Recaredo só foi feita em 590. Especula-se que a relação entre o monarca visigodo e o papa era fria em razão da proximidade de Gregório com Leandro, antigo inimigo de Recaredo na recente guerra civil de Hermenegildo. Mas como a essa altura isso já eram “águas passadas”, o papa respondeu ao rei em 591 com uma carta de congratulações. A questão mais delicada na relação entre Toledo e Roma era o enclave bizantino na costa da Península. Seja como for, em 599, Gregório presenteou Recaredo com um fragmento da “cruz verdadeira”, relíquia essa que passou a fazer parte do cerimonial régio toledano (ARCE, Javier, *op. cit.* pág. 114).

para estudo *a posteriori*, sendo de se indagar se ainda restaria alguma versão das Sagradas Escrituras de Ulfila²⁷⁹.

3.5.8 - Isidoro de Sevilha

Sobram várias questões de ordem prática a serem resolvidas após o Concílio de Toledo III. Como dissemos, vários bispos arianos haviam se convertido naquela ocasião; eles, entretanto, não perderam suas dioceses, as quais, em vários casos, passaram a ter dois bispos²⁸⁰. Outros concílios regionais se reuniram posteriormente, a fim de dirimir sequelas do gênero, como o de Narbona, em 589; Sevilha, em 590; Saragoça, em 592; Toledo, em 597; Huesca, em 598; Barcelona, em 599 etc. Mas o arianismo foi rapidamente desaparecendo na Península Ibérica, mesmo que as respectivas práticas ainda permanecessem em uso nos eventos litúrgicos. Já a Igreja católica, por sua vez, ganhou um paladino fundamental em seguida: Isidoro de Sevilha, irmão mais novo de Leandro²⁸¹, quem lançará as bases de sua organização para os próximos séculos²⁸².

Isidoro ocupou a diocese de Sevilha de 600 a 638, pertencendo, portanto, a uma geração posterior à da conversão de Recaredo. Sua atuação, contudo, foi

²⁷⁹ A mais antiga cópia encontrada da Bíblia de Ulfila é o *Codex Argenteus*. Trata-se de cópia feita na Itália no século VI que hoje se encontra na biblioteca da Universidade de Upsala, Suécia. Apesar de escrita no alfabeto gótico, criado por Ulfila, está em latim, dada a crescente influência latina sobre os godos depois que vieram para a Europa ocidental (CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* pág. 55).

²⁸⁰ Exemplo de bispos arianos que permaneceram com suas dioceses após terem abjurado o arianismo é Ugnas de Barcelona e Froiscló de Tarragona.

²⁸¹ A família de Leandro e Isidoro era originária de Cartagena, tendo sido compelidos a abandoná-la em razão da ocupação bizantina. Determinada carta de Leandro à sua irmã Florentina, que lá permaneceu, manifesta sua sofrida nostalgia da terra natal.

²⁸² Vide mapa da organização da Igreja visigótica na pág. 155

fundamental para estruturar a Igreja Ibérica. Faltavam quadros²⁸³, e os que havia eram mal preparados. A formação desses quadros coube a Isidoro. Escreveu praticamente sobre tudo, transportando o conhecimento da Antiguidade para a Idade Média, não só em questões teológicas. Cite-se sua *Etimologiae*, verdadeira enciclopédia da Idade Média. Importante também mencionar sua *Historia dos godos, vândalos e suevos*, que transmitiu à posteridade o conhecimento sobre a origem desses povos e sua atuação na Península. Lembre-se ainda de *De viris illustribus*, *Chronica Majora*, *De ecclesiasticis officiis*, *De fide catholica contra Iudaeos*²⁸⁴, *De differentiis verborum* e várias obras mais. Procurou esclarecer os pontos nevrálgicos das Escrituras após a incorporação do clero ariano à Igreja católica ibérica. Essa sabedoria Isidoro empregou quando secretariou o Concílio de Toledo IV, no qual estruturou a Igreja Ibérica, muito mais do que o Concílio III anterior. Trata-se de um dos maiores, senão o maior, expoente intelectual do século VII. Sua vida, entretanto, excede ao presente trabalho, pois, com ele e com o fim do arianismo, pode-se dizer que se encerra a Antiguidade Tardia e nasce a Idade Média.

²⁸³ A falta de quadros da Igreja na época não significou a falta de expoentes na elite, além de Isidoro, como Bráulio, João e Taio de Saragoça, Idelfonso, Eugênio e Juliano de Toledo, Frutuoso de Braga, Conâncio de Palencia, Valério da Galécia e outros nomes da patrística ibérica do século VII.

²⁸⁴ A obra de Isidoro *De fide catholica contra Iudaeos* é considerada injustamente como uma apologia antijudaica, pois prega a conversão forçada dos judeus do reino. Sua leitura, entretanto, deve considerar o contexto de então, em que o reino acabara de ser unificado, com a absorção dos arianos. A relutância de os judeus se integrarem à nova fé única do reino visigodo representava, assim, não só um elemento estranho à pretendida unidade, mas também uma fragilidade do sistema político baseado no princípio “um rei, um reino e uma igreja”.

3.5.9 - Os concílios visigóticos

Vale aqui ressaltar a importância que tiveram os concílios do reino visigótico, tanto para a Igreja quanto para a monarquia. O distanciamento que a Igreja Ibérica tinha de Roma justificava a necessidade de montar uma organização própria, sobretudo, após a queda do Império, quando o papa deixou de influir nas antigas províncias. Na história da Península, os concílios eclesiásticos ibéricos foram chamados a decidir sobre diversas questões religiosas e teológicas, como o priscilianismo, o arianismo, os judeus do reino, vida do clero etc. Cumpriram também a tarefa de estruturar a vida cristã local, objetivo verificado logo no Concílio de Elvira de 300, que introduziu diversas normas de natureza disciplinar para o clero local²⁸⁵. Mas os concílios extrapolaram tal função eclesiástica, assumindo não só o papel de assembleia legislativa de natureza civil, como também de tribunal²⁸⁶. O rei, aliás, valeu-se dos concílios, tanto para servir-se da excomunhão como castigo político, quanto para perdoar falhas eclesiásticas. Nesse aspecto, a monarquia visigótica não foi exclusiva, apesar de ter reunido mais concílios regionais do que qualquer outro reino germânico. Outro aspecto importante é o de que os concílios visigodos eram uma instituição exclusivamente nacional, agregando bispos de todo o reino, mas sem a presença de nenhum estrangeiro, nem de enviados de Roma²⁸⁷.

²⁸⁵ De todos os concílios, o mais estruturante com relação ao clero ibérico foi o Concílio de Toledo IV, secretariado por Isidoro; mais importante nesse sentido até que o Concílio de Toledo III, que sacramentou a conversão do reino.

²⁸⁶ E.A.THOMPSON, *Los godos en España*, Alianza Ed, pág. 362, ressalta que todos os concílios, desde o V até o XVIII, proferiram condenações contra usurpadores e rebeldes.

²⁸⁷ E.A.THOMPSON, *op. cit.* pág. 363, lembra que, apesar de os concílios visigodos reconhecerem a primazia papal, nas poucas vezes em que o bispo de Roma escreveu para os bispos ibéricos recebeu sempre uma resposta arrogante e crítica.

Os concílios visigóticos não congregavam apenas bispos²⁸⁸. Agregavam também pessoas eminentes do reino, que participavam das decisões respectivas, às quais inevitavelmente conferiam um caráter político. Reuniram-se ao todo 18 concílios em Toledo, capital do reino, mas houve ainda vários concílios regionais em outras cidades, tratando de assuntos locais. O reino suevo também reunira concílios em sua capital, Bracara Augusta (Braga), destacando-se aquele de 561, no qual o rei Ariamiro tenta dar forma à Igreja católica sueva após sua conversão. A periodicidade dos concílios era ocasional e irregular, apesar da determinação do Concílio de Toledo III de se reunirem anualmente²⁸⁹, norma essa vigente desde o Concílio Ecumênico de Nicéia de 325.

Os concílios quase sempre foram convocados pelo rei, à exceção, obviamente, daqueles anteriores à conversão do reino²⁹⁰. Por meio dos concílios, a Igreja fazia valer seus interesses à realeza, e esta, no mais das vezes, fazia valer seus interesses frente ao clero. Na verdade, ao convocar o concílio, o rei impunha a agenda a ser deliberada, o *tomus* régio. E as disposições adotadas somente eram válidas após sua confirmação pelo rei, que promulgava uma lei para tanto, *leges in confirmatione concilii*²⁹¹. Frequentemente os concílios eram reunidos para homologar a ascensão ao trono do rei ou promulgar leis de natureza civil. A partir do Concílio de Toledo XII, os reis assumiram a prerrogativa de nomear os bispos²⁹². Isso significou uma contrapartida à norma, em vigor desde o Concílio de Toledo IV (organizado por Santo Isidoro), de que os bispos, junto com a

²⁸⁸ Participavam também os abades dos mosteiros. Caso emblemático foi a ativa contribuição de Eutrópio, abade do mosteiro Servitano, no Concílio de Toledo III.

²⁸⁹ O sínodo regional da Cartaginense de 675 chegou a estabelecer que, se passassem 12 meses sem a celebração de um concílio, todos os bispos da província seriam excomungados durante um ano, salvo se o rei houvesse determinado que não se reunissem (THOMPSON, E.A. *op. cit.* pág. 365).

²⁹⁰ Por ex. o Concílio de Elvira de 300, de Toledo I (397) e Toledo II (527).

²⁹¹ DIAZ, Pablo C. *op. cit.* pág. 728.

²⁹² E.A. THOMPSON, *op. cit.* pág. 359, nos explica que o rei já tinha o poder de nomear os bispos, mas o Concílio de Toledo XII, sob a batuta de Juliano de Toledo, estabeleceu que o rei nomearia o bispo e o metropolitano de Toledo o aprovaria. O bispo então nomeado pelo rei teria de se apresentar ao metropolitano para ser aprovado, sob pena de excomunhão.

nobreza indicariam o sucessor do rei falecido²⁹³. Essa indicação, porém, não ocorreu com a frequência desejável e, muitas vezes, os bispos eram levados a ratificar a ascensão de um rei usurpador²⁹⁴. Em todo o caso, verifica-se desde então a crescente tendência de sacralizar a figura do monarca, tradição imperial essa que caíra em desuso, mas que estava voltando à moda com a “unção régia”, como veremos mais tarde no caso de Carlos Magno, ungido imperador por Leão III em Roma, no natal de 800²⁹⁵.

Muito se discute a natureza jurídica desses concílios. Alguns autores enfatizam sua função eclesiástica, pois eram compostos essencialmente por bispos e clérigos. Ademais, foram primeiramente reunidos por representantes da Igreja, antes de o poder civil se apropriar de tais reuniões. E a matéria tratada era, sobretudo, de cunho teológico ou eclesiástico, como foi o caso do Concílio de Toledo III, ao homologar a conversão do reino. Porém, abrangiam também questões civis e penais, como a aprovação de leis ou mesmo o julgamento de determinadas falhas. Na verdade, representaram o embrião das cortes medievais, uma vez que decidiam matéria de cunho geral e eram igualmente integrados por leigos. Resta clara, contudo, uma diferença: nas cortes, os leigos atuavam em representação de seu conselho ou de sua classe social; já nos concílios visigóticos, lá compareciam por nomeação do rei. Isso não deixa de transparecer as respectivas semelhanças, considerando que, nas cortes, o rei também influía na escolha de quem representaria a correspondente classe ou estamento. Os concílios

²⁹³ Como já afirmamos, na tradição germânica arcaica, o rei era eleito. Aliás, antes de se instalarem no Império, os germânicos sequer tinham reis, mas meros chefes militares. Após a sua fixação no Império, os chefes germânicos foram adotando a forma monárquica e gradualmente foram indicando seu sucessor. Alarico I pode ser considerado o primeiro *Rex Gothorum*.

²⁹⁴ É o caso do IV Concílio de Toledo, que ratificou a usurpação de Sisenando, assim como o XII de 681 com Ervígio, e o XV de 688 com Égica (DIAZ, Pablo C. *op. cit.* pág. 727).

²⁹⁵ O primeiro rei que confirmadamente recebeu a unção régia é Wamba (DIAZ, Pablo C. *op. cit.* pág. 728). Mas Sisenando também a teria recebido. A unção régia renasce com força no reino das Astúrias, a partir do século IX, como cerimônia solene de coroação do monarca e de sua aliança com a Igreja e com Deus. No Concílio de Toledo IV, de 633, embora não se mencione expressamente a unção régia, já se descreve os procedimentos para a eleição do rei, adotando-se o respectivo cerimonial.

seriam, nesse sentido, uma assembleia mista, de natureza tanto eclesiástica quanto civil, e darão origem às cortes medievais, já no período da Reconquista. Transcrevam-se aqui as palavras de François-Pierre Guizot²⁹⁶:

Em vez das antigas assembléias germânicas, dos “*mâls*” de guerreiros, a assembléia que prevalece na Espanha é o concílio de Toledo; e no concílio, apesar de nela tomarem parte leigos notáveis, são os bispos que predominam. A lei dos visigodos não é uma lei bárbara. Evidentemente é redigida pelos filósofos do tempo, pelo clero. Encerra muitas ideias gerais, teorias, e teorias inteiramente estranhas aos costumes bárbaros. Assim, a legislação dos bárbaros era uma legislação pessoal, isto é, a mesma lei só se aplicava aos homens da mesma raça. A lei romana governava os romanos, a lei franca governava os francos; cada povo tinha a sua lei, embora todos tivessem o mesmo governo e habitassem o mesmo território. Tal era o chamado sistema da legislação pessoal, em oposição ao sistema da legislação real, baseada no território. Pois a legislação dos visigodos não é pessoal, é territorial²⁹⁷. Todos os habitantes da Espanha, romanos ou visigodos, estão sujeitos à mesma lei. Encontram-se traços filosóficos ainda mais evidentes. Entre os bárbaros, o valor dos homens era determinado pela sua situação; o bárbaro, o romano, o homem livre, o leude, etc., não eram tidos no mesmo apreço; havia uma tarifa para aquilatar as vidas. Foi na lei dos visigodos que se estabeleceu o princípio do igual valor dos homens perante a lei. Examinemos o sistema do processo; em vez do juramento, dos compurgadores, ou do combate judiciário, encontraremos a prova testemunhal, o exame racional do fato como é possível fazê-lo numa sociedade civilizada. Numa palavra, toda a lei visigoda tem um caráter sábio, sistemático, social. Sente-se nela a obra do clero que predominava nos concílios de Toledo e tão poderosamente influía no país.

São palavras apologéticas, é claro, mas que retratam bem o lado civilizador dos concílios visigóticos e sua influência para a posteridade.

²⁹⁶ *Apud* FORTUNATO de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, & 22, pág. 75-76.

²⁹⁷ Ressalvamos que a territorialidade da lei só se inicia, gradualmente, a partir da conversão dos godos ao catolicismo. Disso trataremos no cap. 4.

3.6 - A IGREJA NO REINO CATÓLICO DE TOLEDO

3.6.1 – A estrutura da Igreja

Com a conversão do rei Recaredo e do povo godo, a Igreja entrou num período de grande expansão na Península Ibérica²⁹⁸. Em contrapartida, esse período também conheceu um processo gradual de submissão da Igreja à monarquia e de sua apropriação por parte da aristocracia goda. As informações sobre a Igreja do século VII provêm das longas atas dos concílios eclesiásticos. Nota-se que, em sua distribuição administrativa, a Igreja continuou a adotar as divisões territoriais que mantinha no Império²⁹⁹. As províncias romanas permaneceram sendo as províncias eclesiásticas e as principais cidades romanas continuaram, na sua maior parte, sendo suas dioceses³⁰⁰. Havia oitenta e dois bispados nas seis províncias do reino visigodo: Galécia, Lusitânia, Bética, Tarraconense, Cartaginense e Septimânia (Narbonense), cujas sedes episcopais metropolitanas eram, respectivamente, Braga, Mérida, Sevilha, Tarragona, Toledo e Narbona. Os metropolitans, bispos dessas sedes, firmavam primeiro as atas dos concílios, em ordem de antiguidade.

O rei tinha o poder de convocar os concílios, o resultado é que estes se reuniam conforme sua vontade. Não obstante, o Concílio de Toledo III previa a realização de, pelo menos, uma reunião anual, o que, na prática, nem sempre

²⁹⁸ Vide, a propósito, fotos da Igreja de Egitânia na pág. 158 e de San Pedro de la Nave, Zamora, na pág. 159.

²⁹⁹ A divisão administrativa do Império aqui mencionada corresponde àquela decorrente da reforma de Diocleciano, que deu origem à Tetrarquia. Vide mapa da organização da igreja visigótica na pág. 155.

³⁰⁰ O termo diocese é aqui empregado em seu sentido atual, como sede de bispado, e não no sentido da reforma administrativa de Diocleciano. No Baixo-Império, havia a *diocesis Hispaniarum* (que compreendia a Tingitânia e excluía a Narbonense) pertencida à prefeitura das Gálias, o que demonstra a diferença.

ocorria. Reuniam-se também concílios regionais, cujas determinações, às vezes, extravasavam o respectivo âmbito territorial³⁰¹. Os concílios não discutiam assuntos estritamente eclesiásticos. Invoque-se aqui o exemplo de Sisenando, no Concílio de Toledo IV, impondo a condenação expressa aos usurpadores do trono, determinação essa que foi repetida nas atas de todos os concílios toledanos, do V ao XVIII (pelo visto, de nada adiantava!). A partir do Concílio de Toledo VIII, o rei, no caso Rescesvindo, passou a entregar um *tomus* contendo os pontos que desejava aprovar. Obviamente, isso não impedia de os bispos discutirem também questões eclesiásticas, mas a sagração de uma decisão de governo pela Igreja certamente lhe conferia grande autoridade. Nos séculos VI e VII, nenhum outro reino germânico serviu-se tanto da Igreja dessa forma como instrumento de legitimação.

Aliás, os concílios visigodos eram uma instituição estritamente nacional; nenhum bispo estrangeiro deles participava. Os próprios bispos da província bizantina da *Spania*³⁰² tampouco participaram dos concílios³⁰³. Desde a conversão dos godos à fé católica, em 589, a Igreja do reino se tornara uma Igreja nacional, uma instituição intimamente ligada ao governo. Seus bispos participavam ativamente, integrando cargos e funções públicas civis. Até na sua relação com Roma, a Igreja da Hispânia adotava uma atitude isolacionista, pouco se comunicando com o Papa, apesar de reconhecer teoricamente a sua primazia³⁰⁴.

³⁰¹ Exemplo de concílio regional que extrapolou seu âmbito territorial foi o de Saragoça de 691, convocado por Égica. Seu propósito era que os bispos deliberassem o envio a um convento de sua mulher Liuvigoto, filha de seu odiado antecessor Ervígio. Égica evitou convocar um concílio geral por receio de não ter êxito em seu propósito, eis que o cânon 4º do Concílio de Toledo XIII (geral) havia determinado que a família de Ervígio deveria ser protegida após sua morte (E. A. THOMPSON, *op. cit.* pág. 277-278).

³⁰² Lembre-se de que os bizantinos ocuparam a Costa sul/sudeste da Península, de 552 a 621. Desembarcaram em auxílio ao rebelde Atanagildo e lá ficaram, criando a província da *Spania*.

³⁰³ Malaga caiu em poder dos bizantinos, mas parte do território de sua diocese permaneceu com o reino, que o dividiu entre as dioceses vizinhas. Quando foi finalmente recuperada por Sisebuto, seu bispo então nomeado, Teodulfo (um godo), pôde então participar do II Concílio regional de Sevilha de 619 e conseguiu a restituição de seu território original (E.A. THOMPSON, *op. cit.* pág. 372).

³⁰⁴ Recaredo demorou alguns anos até comunicar sua conversão ao papa Gregório Magno, em Roma.

O Concílio de Toledo IV estabeleceu que os sínodos regionais deveriam se reunir anualmente, no dia 18 de maio de cada ano. Já o Concílio de Toledo III, decidira que tal reunião anual deveria ocorrer no dia 1 de novembro. Nada disso ocorreu como previsto, por várias razões, entre elas a negligência e as forças da natureza. Essas reuniões periódicas, todavia, eram de extrema importância para a disciplina da Igreja, sem as quais os descalabros e abusos por parte dos clérigos se proliferavam, como ocorreu quando Rescesvindo as proibiu durante dezesseis anos³⁰⁵. No Concílio de Toledo XI de 675, chegou-se a estabelecer que, caso se passassem doze meses sem que os bispos se reunissem, estes seriam excomungados por um ano.

Seja como for, todos os concílios se reuniam sob as ordens do rei, embora este não forçosamente comparecesse, senão na abertura. O monarca podia fazer-se representar, entregando seu *tomus* aos bispos. Podia também cancelar o evento. A decisão se fazia por maioria de votos, mas aquele que não concordasse com o resultado final era excomungado, pois as decisões dos concílios tinham a natureza de dogma de fé, mesmo quando não tratavam de assuntos religiosos. Podia-se até tecer críticas aos reis durante os concílios, mas somente os reis defuntos, como foi o caso das críticas a Rescesvindo por não ter convocado tais reuniões, ou as críticas ao excessivo rigor das medidas antijudaicas de Sisebuto. Seja como for, quem dominava os concílios era o rei.

A ritualística dos concílios visigodos seguia a diretriz estabelecida no Concílio de Toledo IV, aquele realizado sob a batuta de Santo Isidoro de Sevilha. Reuniam-se em Toledo na Igreja de Santa Leocádia³⁰⁶, Santa Maria ou na dos Santos Apóstolos. Desde manhã cedo, os bispos entravam e se sentavam por ordem de antiguidade e começavam as orações. O metropolitano presidia as seções e se procedia primeiro às questões que os bispos apresentassem; depois,

³⁰⁵ THOMPSON, E.A. *op.cit.*, pág. 319.

³⁰⁶ A igreja de Santa Leocádia foi construída por Leovegildo em homenagem à mártir padroeira da cidade. Foi o local mais utilizado para reunir os concílios, notadamente o IV Concílio de Toledo presidido por Santo Isidoro.

era permitido aos clérigos e aos leigos entrarem e se lhes dava a palavra, podendo estes levantar queixas contra qualquer bispo. Se tal queixa fosse considerada justa, a questão seria levada ao rei para providências. Encerradas as questões da pauta, era redigida a ata e firmada por ordem de antiguidade. Às vezes, os ânimos se exaltavam no ambiente, então, o Concílio de Toledo IV afirmou que Deus só estava presente nas reuniões quando fosse mantida certa tranquilidade. As decisões eram lidas solenemente ao término da reunião, para fins de publicidade. No Concílio de Toledo XVI de 693, decidiu-se que os bispos deveriam convocar reuniões nas suas cidades para dar ciência dos cânones aos seus clérigos e fiéis.

Os bispos deveriam comparecer, mas, caso não pudessem, poderiam se fazer representar. Frequentemente, contudo, não compareciam por falta de meios financeiros, pois muitas igrejas locais não dispunham de recursos para custear a viagem do bispo a Toledo. A província cujos bispos menos compareciam aos concílios gerais era a Gália³⁰⁷, em parte pela maior distância de Toledo, mas também por ter de atravessar os Pirineus, onde os bascos estavam em estado de sedição quase que permanente. Seja como for, o número total de participantes nunca era elevado. E.A. Thompson chega a levantar o número de bispos e delegados que compareceram aos Concílios de Toledo do século VII³⁰⁸, sendo o com maior número o XIII (77 votantes), seguido do IV (69), e daí o XV (66) e o XVI (61). No de Toledo III, em 589, havia 62.

Os concílios gerais atuavam também como tribunal de apelação das decisões dos concílios regionais. Em 625, o bispo de Astigi Marciano³⁰⁹ foi deposto num concílio regional de Sevilha, com o provável apoio de Isidoro. Para interpor recurso, teve de esperar até 633, quando se reuniu o Concílio de Toledo IV. Esta reunião não teve tempo de discutir o assunto e não fez senão restituir-lhe

³⁰⁷ Desde a conversão do reino em 589 até a invasão árabe em 711, apenas um concílio se reuniu na província da Septimânia.

³⁰⁸ THOMPSON, E.A., *op.cit.*, 2014, pág. 314.

³⁰⁹ Trata-se de texto extraído do *Exemplar Iudicii inter Martianum et Habentium Episcopus* (apud. E. A. THOMPSON, *op. cit.* pp. 373-375).

a condição de bispo, mas não sua antiga sede. O Concílio de Toledo V de 636, tampouco, teve tempo de resolver sua questão, e somente no Concílio de Toledo VI de 638 se concluiu pela sua inocência. Sua deposição havia sido tramada por um tal de Aventius, que se valeu de testemunhas falsas para provar sua alegada má conduta. Esse mesmo conspirador o substituiu na sua diocese de Astigi (atual Ecija), e, nessa condição, participou de dois concílios gerais. O curioso é que esse Aventius teve como pena apenas sua destituição da sede de Astigi, mas não a perda da sua condição de bispo. Pondere-se também, por outro lado, que o Concílio de Toledo VI não foi negligente no seu julgamento, pois inquiriu dezessete testemunhas e fez de tudo para descobrir a verdade no caso. O azar de Marciano foi a demora na instauração de um concílio geral, pois teve de esperar dez anos até que o Concílio de Toledo IV lhe restituísse a condição de bispo, e mais cinco anos até que lhe devolvesse sua sede episcopal.

3.6.2 – A composição do clero

Os bispos da Igreja Ibérica eram originariamente quase todos de cepa romana. Após a conversão de Recaredo, todavia, os godos abandonaram a Igreja ariana e começaram a ingressar no clero católico, seja por convicção pessoal, por conveniência ou até mesmo por obediência ao rei, o que não é nem um pouco estranho à raça germânica. Vários bispos da Igreja ariana se transferiram automaticamente para o clero católico no próprio Concílio de Toledo III³¹⁰, mantendo sua condição de bispo. Com isso, várias cidades, como Barcelona, passaram a ter dois bispos em razão dessa incorporação da Igreja ariana à estrutura da católica, o que, apesar de a ariana ser muito menor, certamente gerou

³¹⁰ Vide cap. 3.5.7.

um problema transitório. Essa incorporação continuou e, assim, as dioceses foram sendo gradualmente ocupadas por godos. Isso se conclui pela leitura dos nomes daqueles que assinam as atas dos concílios eclesiásticos a partir de então, cada vez mais nomes de origem goda. Note-se que os nomes romanos se referem geralmente a um bispo romano, pois não se tem conhecimento de um romano que tenha adotado um nome germânico. Já o contrário não é verdadeiro, basta lembrar Hermenegildo que, ao converter-se à fé nicena, adotou o nome de João (Iohannes). E este não é o único exemplo, pois até São Frutuoso de Braga³¹¹ é suspeito de ter origem germânica.

A partir, então, de Recaredo, tendo em vista que a monarquia passou a utilizar a Igreja como instrumento a seu serviço político e administrativo, cada vez mais a aristocracia goda se interessou em ingressar na carreira eclesiástica. A carreira eclesiástica se transformou numa carreira de Estado, à semelhança do exército. Fenômeno igual já havia ocorrido no Império, após Constantino e principalmente com Teodósio. No século VII, os godos ocuparam trinta por cento das sedes episcopais, lembrando que o percentual total de godos na população da Península não chegava a dez por cento. Não há dados sobre uma política deliberada da monarquia para que isso acontecesse, sendo melhor explicável pela maior facilidade que o povo dominante dos godos tinha de ascender aos altos cargos do Estado. Na Galícia e na Lusitânia, o percentual de bispos godos ultrapassava quarenta por cento naquele período. E. A. Thompson³¹² nos apresenta um quadro significativo sobre a origem dos bispos no século VII:

Província:	Bispos germânicos:	Bispos romanos:	% de godos:
Tarraconense	23	53	30,25

³¹¹ São Frutuoso foi bispo de Braga, em meados do século VII (656-660). Difundiu na Península um monarquismo que adaptava as regras de São Bento e Santo Isidoro com particularidades locais. Nesse sentido, inaugurou diversos mosteiros.

³¹² THOMPSON, E.A. *op. cit.* pág. 376.

Cartaginense	43	97	30,75
Lusitânia	32	41	43,75
Bética	17	44	27,25
Gália	10	25	28,50

No reino suevo, isso também ocorreu, quando este se converteu ao catolicismo em meados do século VI. No Concílio de Braga II de 572, dos doze bispos presentes cinco tinham nomes germânicos (suevos) e um, Mailoc³¹³, celta. Cem anos depois em 675, o Concílio de Braga III continuava apresentando a metade de seus signatários com nome germânico. Na Lusitânia, também, o número de bispos de nomes germânicos era superior a quarenta por cento, sendo que sequer se tratava de região de assentamento germânico. Saliente-se que esse povo se havia concentrado mais no centro da Península, na Terra de Campos, entre Toledo, Palência de Calatayud. Já a Bética, talvez, fosse a província com menor percentual de bispos godos. Curioso, entretanto, é que o percentual de godos diminuía quando se examina os ocupantes das sedes metropolitanas. Em Toledo, a *urbs regia*, apenas um godo foi seu metropolitano³¹⁴ no século VII: Ildefonso. Em Tarragona, não houve sequer um bispo godo³¹⁵. Essa contradição torna-se difícil de explicar, pois é de se imaginar que os reis tivessem interesse em que os metropolitas fossem da sua própria raça.

Na verdade, essa apropriação do Alto Clero pelos godos ocorreu no espaço de uma geração. No Concílio de Toledo III, a maioria dos bispos tinha nome

³¹³ Mailoc era bispo de Britônia, um assentamento bretão na Costa Galega do final do século V e início do VI.

³¹⁴ São Juliano, metropolitano de Toledo no reinado de Ervígio, era filho de judeus, mas foi criado como cristão. No Concílio de Toledo XII de 681, curiosamente, foi o principal protagonista da aprovação de 28 leis antijudaicas.

³¹⁵ THOMPSON, E.A. *op. cit.*, pp. 329-331.

latino, sendo de origem goda o nome de todos aqueles que se converteram ao catolicismo naquela cerimônia. No sínodo de Gundemaro em 610, nenhum dos signatários da respectiva ata tinha nome godo. Em Egara, em 614, apenas um dos quatorze bispos era godo e em Sevilha, em 619, um entre oito bispos (aqui se trata de concílios regionais). Já no Concílio de Toledo IV, em 633, um quarto era godo e no Concílio de Toledo V de 636, os godos representavam um quinto dos signatários. Considerando que desde a conversão os bispos passaram a ser nomeados pelos reis, essa germanização do Alto Clero começa com o reinado de Siesbuto (612-621) e continua com Suintila (621-631) em diante. Até o Concílio de Toledo VIII de 653, a maioria dos signatários das respectivas atas eram romanos; a partir de então, os godos constituíram a maioria, até porque os concílios passaram a contar com a presença de altos funcionários do rei³¹⁶.

Note-se que já no Concílio de Toledo III se contava com a presença de *seniores Gothorum*, mas a partir de então isso se tornou rotina, eis que os funcionários³¹⁷ lá compareciam para discutir as questões de interesse do monarca. A presença maioritária de godos nos concílios, a partir do reinado de Rescesvindo, coincide com sua reforma político-administrativa em que aboliu a secular administração e jurisdição romanas³¹⁸. Estaria, assim, esse monarca empreendendo igual alteração na Igreja Ibérica. Mas não há nenhum registro nas atas dos concílios de qualquer conflito entre godos e romanos, nem mesmo de eventual divergência de opinião quanto aos assuntos tratados. Fica, portanto, difícil tirar qualquer conclusão de que isso resultaria de uma política deliberadamente anti-romana. De qualquer forma, revela que os godos ainda

³¹⁶ Nesse mesmo Concílio de Toledo VIII, passou-se a admitir também a presença de abades.

³¹⁷ O *entourage* do rei visigodo era composto por *gardingos* e *seniores palatii*, que recebiam também o nome de *virii illustres aulae regiae* (ou *officii palatini*). Os *gardingos* acompanhavam o monarca diariamente e participavam ativamente dos concílios em sua representação direta. Os *seniores* correspondiam mais à alta administração civil e militar. 26 deles estavam presentes no Concílio de Toledo XII de 683.

³¹⁸ A abolição da administração e jurisdição romanas se fez com o advento do *Liber Iudiciorum*, que unificou definitivamente o direito. Esse assunto será tratado mais detidamente no cap. 4.

mantinham uma forte noção de identidade nacional, mesmo após mais de dois séculos de sua chegada à Península.

O Concílio de Toledo IV de 633, sob a batuta de Santo Isidoro, teve o condão de estruturar a Igreja Ibérica para sua existência no seio do reino católico dos visigodos. Sua preocupação principal foi regulamentar os requisitos para ascender ao bispado, pois a simonia³¹⁹ era muito recorrente. Havia também o caso de funcionários do governo que eram diretamente nomeados bispos. O Concílio de Toledo IV determinou então que, para ascender ao bispado, os clérigos deveriam antes exercer todos os cargos eclesiásticos³²⁰. Além do mais, não deveria ter praticado nenhum delito, nem ter se envolvido com nenhuma heresia ou nesta ter sido batizado. Também estavam vedados aqueles que tivessem sofrido alguma desonra, além de terem sido casados duas vezes ou com alguma viúva ou tido alguma amante. Também estavam fora os escravos, os iletrados, os militares, os funcionários públicos civis, e, destaque-se, os com menos de quarenta anos de idade. Deveria ser eleito pelo povo de sua cidade, além de aprovado pelo correspondente metropolitano e consagrado por três bispos de sua província. No Concílio de Toledo XI de 675, como a simonia³²¹ ainda existia como um praga na estrutura eclesiástica, determinou-se que, na sagração de um bispo, este deveria jurar não haver pago, nem prometido pagar, pelo cargo a que estava então ascendendo.

Lembre-se de que, contudo, apesar de todas essas regras para a eleição dos bispos, sempre existiu uma regra não escrita reconhecendo a prerrogativa real de nomeá-los diretamente³²². Foi o caso de Eugênio II, nomeado para a sede de

³¹⁹ Simonia é a compra de favores divinos, termo também empregado para denominar a compra de cargos eclesiásticos, preocupação constante na Idade Média.

³²⁰ A carreira eclesiástica já havia sido objeto de regulamentação detalhada nos cânones do Concílio de Nicéia de 325, impondo um *cursus honorum* prévio para a ascensão ao bispado. Pelo visto, tais regras não vinham sendo observadas com rigor na Península.

³²¹ A simonia mereceu condenação expressa também no sínodo regional de Barcelona (599), em seus cânones 1 e 2.

³²² Essa prerrogativa de o rei nomear os bispos veio consagrada mais expressamente no Concílio de Toledo XII.

Toledo em 646 por Chindasvindo. No final, as eleições dos bispos sempre se faziam *ad referendum* da aprovação real. O interesse por um bispado era grande, pois o Concílio de Toledo IV fixou a remuneração dos bispos na terceira parte dos ingressos da diocese, seja em rendas ou em donativos. O segundo terço ia para os sacerdotes e os diáconos, e o resto, para os subdiáconos e o clero inferior. Na verdade, tal interesse pelo pálio episcopal visava a ganhos ainda mais elevados, pois não era raro alguns bispos enriquecerem enquanto suas dioceses empobreciam, inclusive deixando de repassar a parte do clero inferior. No reino suevo, o Concílio de Braga II de 572, São Martinho de Dumio lembrou-se de destinar também uma parte dos ingressos eclesiásticos para os pobres e para reparar as igrejas. E como muitas igrejas do reino visigodo estavam em ruínas, Égica, da mesma forma, determinou ao Concílio de Toledo XVI de 693 que aprovasse um cânone pelo qual a conservação das igrejas seria paga com a própria terceira parte destinada aos bispos. Por sinal, os concílios do século VII estão repletos de normas combatendo a ganância dos bispos, o que leva a crer que isso era um problema crônico. Wamba chegou a publicar uma lei, em 675, declarando imprescritível o delito de uso impróprio da renda das igrejas paroquiais pelos bispos, lembrando que a prescrição de trinta anos constava na legislação goda desde o Código de Eurico, e Rescesvindo a considerava uma regra da natureza³²³.

Alguns bispos, entretanto, não apresentavam tanto apego ao dinheiro. No Concílio de Toledo X, em 656, é analisada uma reclamação do clero da Igreja de Dumio contra o testamento de seu recém-falecido bispo, Ricímero. Ele havia deixado para os pobres todas as rendas de suas igrejas, inclusive as futuras, e havia manumitido, sem compensação (o que era então vedado), todos os escravos de suas igrejas, num total de cinquenta, o que havia deixado Dumio sem nenhuma renda. O concílio, com a ratificação do rei Rescesvindo, decidiu então anular dito

³²³ THOMPSON, E.A. *op. cit.*, 2014, pág. 342.

testamento, e confiou ao seu sucessor, São Frutuoso, resolver com moderação a questão dos libertos e dos bens entregues³²⁴.

A conduta sexual dos membros do clero também foi objeto de preocupação nos concílios. Em 655, os bispos da Cartaginense determinaram que um bispo ou qualquer membro do clero que tivesse um filho com uma mulher livre ou escrava, este filho viraria para sempre escravo da igreja em que seu pai servisse. Rescesvindo também, de sua parte, havia determinado que a justiça laica ou clerical deveria promover a separação do casal composto por um clérigo, devendo este ser castigado segundo o direito canônico, e a mulher receber chicotadas e ser vendida como escrava. Tal situação, porém, não era exclusiva do reino visigodo; eram os problemas de uma Igreja se estruturando e se organizando no início da Idade Média. Outro problema era a dura disciplina a que os bispos submetiam seus subordinados, frequentemente com castigos corporais, tanto que o Concílio de Braga de 675 os proibiu de açoitar seus subordinados, a menos que tivessem cometido algum pecado capital. Cite-se, ainda, o hábito de os bispos secularizarem seus clérigos por punição, o que foi, então, restrito à prerrogativa exclusiva de um sínodo.

³²⁴ THOMPSON, E.A., *op.cit.*, pág. 343.

3.6.3 – Os escravos da Igreja

Vale aqui também examinar a relação da Igreja com seus escravos, pois, como grande proprietária de terras que era, possuía muitos deles. Aliás, a Igreja era a maior proprietária fundiária do reino visigodo, ao lado do *fiscus* régio, sobretudo depois que o patrimônio da igreja ariana foi incorporado pela católica, com seus templos, terras e servos.

A grande preocupação de Igreja e dos concílios era a manutenção da integridade desse patrimônio. Nesse sentido, a tradição canônica, e também a da igreja hispano-visigótica, já vinha consagrando o princípio da inalienabilidade do patrimônio eclesiástico. No reinado de Recaredo, o Concílio Toledo III se preocupou com a questão e lhe dedicou diversas normas com o objetivo de evitar a dilapidação dos bens da Igreja. Além dos casos de ganância de alguns bispos, que se apropriavam do patrimônio eclesiástico, havia também exemplos de excesso de liberalidade de outros, que manumitiam seus escravos sem a devida compensação ao erário eclesiástico. Lembre-se aqui o caso do testamento de Ricímero de Dume³²⁵, que libertou 50 escravos: a rigor, sua igreja tinha um número maior, pois a vários dos libertos foram também doados escravos para os servirem³²⁶. A excessiva liberalidade de clérigos como Ricímero levou a Igreja a impor certos limites à redução de seu patrimônio, e o Concílio de Toledo III determinou que os libertos e seus descendentes continuassem sob sua tutela, o que só tornou a situação mais ambígua.

Com efeito, no Concílio de Toledo IV, decidiu-se que o bispo que libertasse um escravo sem compensação deveria repor à Igreja escravo de igual valor. Nessa esteira, o Concílio de Toledo VI estabeleceu que, quando falecesse

³²⁵ THOMPSON, E.A., *op.cit.*, pág. 396.

³²⁶ Havia também sacerdotes escravos, tanto é que o Concílio de Toledo IV determinou que os bispos os libertassem antes de lhes consagrar as ordens.

um bispo, os libertos e seus descendentes deveriam se apresentar ao novo bispo, para que este renovasse sua condição de manumitidos. Se não o fizessem no prazo de um ano, retornariam à condição de escravos. Essa regra deu azo a abusos, pois, os bispos se aproveitavam dessa prerrogativa e recuperavam escravos libertos não para o patrimônio da Igreja, mas para o seu próprio. Norma rígida constou do Concílio de Toledo IX, que proibia os libertos de se casarem com um romano ou um godo livres, sob pena de os filhos, então, gerados serem reduzidos à escravidão em proveito da Igreja.

Cite-se também outro episódio ilustrativo, transcrito no pelo cânone 1º do concílio regional de Sevilha de 590³²⁷ envolvendo o bispo Gaudêncio de Ecija, na Bética. Este concedera liberdade a certos servos eclesiásticos, mas, em vez de permanecerem adstritos a sua diocese, o bispo os transferiu a um parente seu. As autoridades eclesiásticas da Bética, lideradas por Leandro de Sevilha, entenderam que isso infringia norma do recente Concílio de Toledo III no sentido de que os libertos deveriam permanecer adstritos à sua diocese de origem. Assim, a manumissão foi considerada inválida e os escravos foram reintegrados ao patrimônio do bispado de Ecija.

A questão dos escravos fugitivos deveria também afligir não só a Igreja, mas todo o reino. De fato, o *Liber Iudiciorum*³²⁸ lhe reservou o Livro IX, “*De los siervos foidos é de los que se tornan*”. Tal Livro IX, em seu título I se preocupa com “*de los fuidores é de los ascondedores, é de los que muestran é dan carrera para foir*”, deixando imaginar que naquela sociedade havia alguém que se compadecia com a escravidão e dava cobertura aos fugitivos. No título II, o Liber regula a questão dos desertores, “*De los que non van en la hueste, é de los que fuyen dela*”, trazendo normas *antiquae* do Código de Eurico, além das que lhes acrescentou Wamba com sua legislação militar. No que toca à Igreja, há o título

³²⁷ CASTELLANOS, Santiago, *op. cit.* pág. 244.

³²⁸ Os textos do *Liber Iudiciorum* transladados para este trabalho vêm escritos em castelhano medieval e foram extraídos da versão *Fuero Juzgo o Libro de los Jueces*, da Real Academia Española, 1815.

III, “*De los que se fuyen à la Eglesia*”, que garante um certo santuário ao escravo ou qualquer fugitivo que se abrigue num templo. Este não pode dele ser retirado à força se não estiver portando armas; caso contrário, poderá ser morto lícitamente. A lei, de qualquer forma, não isenta o fugitivo de indenizar o seu perseguidor. De toda sorte, deve-se ponderar que a Igreja também, desde cedo, se preocupou em coibir os maus tratos que os servos sofriam.

3.7 - O ARIANISMO ENTRE OS SUEVOS

3.7.1 - Origens

Parte importante do presente tema é relatar a saga dos suevos, os quais também muito influíram nos acontecimentos da Antiguidade Tardia na Península Ibérica. Tácito menciona os suevos como os povos germânicos que viviam originariamente a leste do Elba. Nos anos que antecederam a *volkwanderung* germânica dentro do Império, estavam estacionados na região da atual Suábia, daí o nome. Orósio relaciona cinquenta e quatro nações dentro da etnia sueva, mas a que entrou no Império era composta, sobretudo, de quados, povo que já havia combatido os romanos várias vezes na fronteira do Reno³²⁹. Não eram cristãos quando entraram no Império Romano, praticando sua religião tribal, que cultuava as florestas, os rios, o sol e outras forças da natureza. Tornar-se-ão cristãos somente em meados do século V, e católicos, um século depois, como veremos adiante.

³²⁹ Vide o relato das campanhas de Júlio César contra Ariovisto, no Livro I de seu *De Bello Gallico*, e a descrição dos costumes suevos no Livro IV da mesma obra.

Um grande contingente de suevos atravessou o Reno congelado no inverno de 406, juntamente com uma multidão de vândalos, burgúndios, alanos e outros bárbaros³³⁰. Outra parte permaneceu na Suábia. Percorreram a Gália saqueando o que podiam, eis tal província romana estava desprotegida militarmente. A fim de combater Alarico e os visigodos na Itália, Estílico havia feito grandes requisições de soldados em todas as províncias do Ocidente. Em 409, as mencionadas hordas estavam estacionadas na Aquitânia quando foram chamadas a atravessar os Pirineus por Gerônimo, que havia se revoltado contra o usurpador Constantino III.

Lembre-se aqui que, em 407, Constantino III, fora eleito imperador pelas legiões da Britânia e ocupara a Gália. Fixou sua capital em Arles, enquanto Honório, em Ravena, reunia esforços para contra-atacar. Constantino III decidiu então empreender a conquista da Hispânia, sua retaguarda, de onde a família de Honório era originária e tinha poderosos aliados³³¹. Para tanto, nomeou seu filho Constante como seu César, o qual, na falta de experiência militar³³², designou o experiente Gerônimo para a tarefa. Uma vez vencida a resistência dos aliados de Honório, Constante finalmente regressou a Arles e Gerônimo permaneceu na Península. Pouco após, Constantino III começou a suspeitar da lealdade de Gerônimo e, por isso, enviou de novo seu filho à Península com um novo general, Iustus, a fim de substituir seu antigo *comes*. Este então se revoltou e chamou os bárbaros estacionados na Aquitânia para seu auxílio, os quais atravessaram os Pirineus sem oposição.

As consequências desastrosas dessa invasão nos são trazidas por Hidácio, bispo de Chaves, o qual, ao descrever a fome que provocaram tais hordas, chega a afirmar que lobos predavam os homens e que mães mataram e comeram seus

³³⁰ Vide narrativa de São Jerônimo a respeito, no cap. 2.3.4.

³³¹ A resistência a Constantino III foi liderada pelos primos de Honório, Dídimo e Veriniano, os quais, na falta de tropas regulares, reuniram um grande exército privado, recrutado sobretudo nas suas propriedades na Lusitânia.

³³² Javier ARCE, *op. cit.*, pág. 40, informa que Constante, filho de um soldado raso, tinha passado toda a sua juventude num mosteiro, destino comum para jovens de origem humilde que pretendiam obter uma educação cristã.

próprios filhos a fim de sobreviver³³³. À semelhança da Gália, a Península Ibérica estava desguarnecida de tropas imperiais, e os bárbaros só encontraram alguma oposição nas muralhas de pedra das cidades³³⁴. Alguns autores atuais, como Javier Arce, entretanto, minimizam as mazelas dessa invasão bárbara, sobretudo, esclarecendo que sua entrada na Península fora facilitada e que entraram não como invasores, mas como tropas federadas contratadas por Gerônimo. Cumprida sua missão e com a eventual derrota de Gerônimo pelo *magister militum* de Honório, Constâncio³³⁵, esses bárbaros buscaram um assentamento definitivo em terras peninsulares.

Os invasores acabaram tirando à sorte para estabelecer a divisão do território invadido³³⁶. Os vândalos silingos ficaram com a Bética, os vândalos asdingos com o Noroeste da Galécia, e os alanos, com a Lusitânia e parte da Cartaginense. Muito se discute a razão de aos alanos ter cabido o maior território, eis que o maior contingente seria o de vândalos. Pode ter sido desconhecimento do terreno, mas a explicação mais crível é que os alanos teriam obtido uma tutela sobre os vândalos após tê-los salvo do aniquilamento na travessia do Reno, quando o rei vândalo Godegiselo e 20 mil dos seus pereceram tentando vencer a resistência dos francos a serviço do Império. A Ravena sobrou a Tarraconense e parte da Cartaginense. Isso, porém, não impedia os bárbaros de fazer razias periódicas nos vizinhos e até dentro de seus próprios territórios.

Em 417, o Império contrata os serviços de Vália e seus visigodos, que estavam estacionados em Barcino (Barcelona), a fim de recuperar o resto da Península. Em decorrência, os godos obtêm importante vitória sobre os alanos e

³³³ Vide o relato de Hidácio no cap. 2.3.1.

³³⁴ A *Notitia Dignitatum*, descrição detalhada da administração pública civil e militar escrita no início do século V, menciona a presença da tradicional legião *Legio Septima Gemina* em León, além de várias cohortes na Península. Mas, possivelmente, esses contingentes só existissem no papel.

³³⁵ Gerônimo pretendeu levar a efeito um projeto excessivamente grandioso e tentou conquistar a Gália de Constantino III. Entretanto, Honório e Constâncio empreenderam uma contraofensiva e acabaram por eliminar tanto a Constantino III, em Arles, quanto a Gerônimo (este por suicídio), retomando a Tarraconense.

³³⁶ Vide cap. 2.3.4.

os vândalos silingos, sendo que os poucos sobreviventes de ambos os povos fogem e passam à tutela dos asdingos³³⁷. Por hora, estes e os suevos são deixados em paz na Galécia. Nos anos de 419/420, contudo, os suevos se vêem cercados pelos vândalos asdingos nos Montes Nerbásios e só são salvos graças à intervenção do *comes* Astério com suas tropas romanas. O Império preferiu fustigar os vândalos mais poderosos, pois os suevos não ultrapassariam o contingente de 25 mil almas, quiçá com 6 mil homens em armas. Gunderico então reagrupa seu povo na Bética, onde monta uma base firme. Em 422, uma grande expedição enviada pelo Império, sob o comando do *comes* Castino, falha em expulsá-los. Em 429, já liderados por Genserico, 80 mil vândalos atravessam o Mediterrâneo e passam para a África. Lá formam um poderoso reino que durará mais de um século³³⁸. Armam uma poderosa frota e dominam o Mediterrâneo ocidental, chegando a saquear Roma, em 455³³⁹. Em 534, entretanto, são finalmente derrotados pelos bizantinos de Belisário e reincorporados ao Império Romano.

³³⁷ Trata-se de exemplo do processo de etnogênensis próprio da formação dos povos germânicos, denominado *Stammesbildung*. A partir de então o rei vândalo Gunderico passa a ostentar o título de *Rex Vandalorum et Alanorum*.

³³⁸ A saga vândala foge ao escopo do presente trabalho. Sua permanência na África, entretanto, é relatada por Santo Agostinho, que chega a assistir à queda de sua diocese Hipona e de Cartago. Os vândalos, que se haviam convertido ao arianismo após sua entrada no Império, lá empreendem perseguições aos nicenos, as quais são descritas apocalipticamente por São Vítor de Vita.

³³⁹ Costuma-se discutir qual dos saques a Roma teria sido mais violento; se o de Alarico de 410, que lá permaneceu por 3 dias, ou o de Genserico e seus vândalos de 455, que permaneceram 14 dias. É certo que os vândalos levaram um número muito maior de cativos. Uma curiosidade é que, à semelhança de Alarico, que levou como refém Gala Placídia, irmã do imperador Honório, Genserico capturou a viúva de Valentiniano (morto um ano antes), Licínia Eudóxia, e suas filhas. Outra curiosidade é que Gala Placídia se casou com um dos seus captores, Ataúlfo, e Eudóxia, filha de Licínia Eudóxia, se casou depois com Hunerico, filho de Genserico. Hoje, chamaríamos isso de “síndrome de Estocolmo”.

3.7.2 - O reino suevo da Galécia

Na Península Ibérica, com a saída dos vândalos, os suevos se transformam na principal potência. Como explicamos mais acima³⁴⁰, discute-se se conseguiram arrancar de Roma um *foedus*³⁴¹, reconhecendo sua permanência na Galécia. Entendendo-se assim, os suevos se teriam tornado a primeira nação germânica a se estabelecer legalmente na Península Ibérica, para grande indignação da população hispano-romana local, a qual vinha resistindo bravamente às suas investidas e pilhagens. O mais provável, entretanto, é que não chegaram a firmar um tratado formal com Ravena, nem com o usurpador Máximo³⁴² instalado na Tarraconense. Quando muito, obtiveram um armistício com a população hispano-romana, a se levar em conta o relato de Hidácio. Expandiram-se também em direção à Lusitânia e, na esteira da retirada dos vândalos em 429, atacam Emerita Augusta. Hidácio nos conta que seu chefe Hermenegário, após profanar o túmulo da mártir Santa Eulália naquela cidade, veio a morrer afogado ao atravessar o rio Guadiana logo em seguida³⁴³. Verdade ou não, esse fato não os impediu de voltar a Emerita Augusta, em 440, liderados por Requila, chegando até a tomar Hispalis. Requila morre pagão, mas seu sucessor Requiário³⁴⁴ se converte ao catolicismo. O seu reinado marca a época de maior expansão territorial dos suevos, o que passou a preocupar o Império e os visigodos, sempre de olho na ocupação da Península.

³⁴⁰ Vide cap. 2.3.4.

³⁴¹ Pablo C. DIAZ, *op. cit.* pág. 55-56, acredita que algum acordo de paz foi fechado pelos bárbaros com Gerônimo e Máximo, lembrando que Olimpiodoro emprega, na descrição desse episódio, o termo *eirene*. Lembra também que a legislação tardoromana havia regulado as condições desse tipo de acordo e que, entre 395 e 476, foram assinados mais de 100 tratados do gênero.

³⁴² Lembre-se que Máximo havia sido nomeado César por Gerônimo, posto que ele preferiu não ocupar diretamente, enquanto levava a cabo seu plano de conquistar a Gália de Constantino III.

³⁴³ HIDÁCIO, *Cronicon*, 302ª Olimpíada, V.

³⁴⁴ Requila morreu pagão e há dúvidas de que seu filho Requiário, um cristão niceno, tenha convertido o resto de seu povo ao catolicismo. Por um lado, era casado com a filha do rei visigodo ariano Teodorico e, por outro, seu reinado representa o período de maior expansão dos suevos (conquistam até parte da Bética), tanto às expensas do território imperial quanto das possessões visigóticas.

O Império teve então de retomar a ofensiva, valendo-se da ajuda dos visigodos, que tinham obtido do Império a Aquitânia, e lá instalado um reino próspero. Os visigodos liderados por Teodorico II promovem, então, uma incursão na Península, e derrotam os suevos na batalha do rio Órbigo, em 456. Mesmo autando *in nomine imperii*, os godos acabam, porém, tirando proveito próprio da vitória e saqueiam Bracara Augusta. Hidácio nos narra que:

(...) muitos romanos são feitos prisioneiros; as basílicas cristãs profanadas e os altares destruídos; as virgens expulsas, mas não violadas; os clérigos privados das vestes até o limite do pudor; homens, mulheres e crianças são expulsos das igrejas onde se haviam refugiado; animais de carga, gado e camelos conspurcavam os lugares sagrados³⁴⁵.

Sorte igual tem Asturica e Palencia. Logo em seguida, Requiário é morto, e seu sucessor Maldras retoma a iniciativa. No período que se segue, com a subida ao trono de Remismundo³⁴⁶, os suevos se encontram sob a tutela visigótica. Isso, porém, não os impede de fazerem razias em busca de butim e, nessa esteira, tomam Conímbriga³⁴⁷ e Olisipo (Lisboa)³⁴⁸. Os romanos, de seu lado, participam cada vez menos dos acontecimentos na Galécia e os visigodos vão substituindo o poder imperial gradualmente na Hispânia, para além da Tarraconense. A fronteira entre os reinos suevo e visigodo se fixa numa linha ao norte do Tejo. Durante esse período, verifica-se um ressurgimento do priscilianismo na Galécia. O I Concílio

³⁴⁵ HIDÁCIO, *op. cit.*, 309ª Olimpíada, II.

³⁴⁶ Segundo a crônica de Hidácio, Maldras morre em 460 e seu filho Remismundo aparece eleito rei em 465, deixando dúvidas sobre quem chefiou os suevos nesse hiato.

³⁴⁷ No cerco dos suevos a Conímbriga, em 465, ainda se verifica a presença de uma família patrícia, os *Cantaber*, encarregando-se da resistência. De fato, Hidácio (*Cronicon*, 225) nos conta que levaram como reféns a mãe e os filhos do patriarca. Sua casa ainda pode ser encontrada nas atuais ruínas da cidade.

³⁴⁸ HIDÁCIO (*Cronicon*, 240) nos conta que os suevos tomaram Lisboa, em 468, com o apoio de um certo Lusídio, um de seus habitantes (*cive suo*) que estava a cargo da cidade, o que provoca uma reação dos visigodos a fim de retomá-la.

de Toledo de 400 havia condenado os bispos Symphosius e Dictinius³⁴⁹ por praticar tal heresia. Nessa época, mostrava-se ainda ativa a vigilância do papa Inocêncio quanto aos desvios teológicos na Galécia. Após a invasão dos bárbaros, no entanto, os priscilianistas voltam à tona, ocupando várias dioceses. O esforço de manter a ortodoxia por parte de Hidácio e Toríbio³⁵⁰ parecia inútil, pois os suevos deram abrigo aos priscilianistas.

Acontecimento importante aqui é a missão enviada, em 466, pelo rei visigodo Teodorico II, a fim de trazer os suevos para o arianismo. Tal embaixada é capitaneada por Ajax, de origem gaulesa³⁵¹, e tem por objetivo afastar a influência católica na Galécia sueva. Lembre-se de que os suevos haviam tido um rei católico, Requiário, sendo, pois, de se presumir que alguns de seus seguidores também fossem nicenos. O arianismo é assim incorporado pelo rei suevo Remismundo e por seu povo, mais a título de aliança com os godos do que por razões religiosas, como parece acontecer entre os povos germânicos da Antiguidade. A rigor, conversão é sinônimo de subordinação. O ano de 469 é o último relatado no *Cronicon* de Hidácio, pois este deve ter morrido logo em seguida. Deixa uma impressão pessimista, até apocalíptica! Os tempos mudaram na Península desde o reino de Teodósio, quando se imaginou que se tinha instalado o reino de Deus sobre a Terra. Depois da morte de Hidácio, há uma lacuna de obras escritas sobre a região, podendo-se imaginar que continuassem as disputas entre suevos e visigodos, ao lado de uma população hispano-romana encastelada, tentando fazer sobreviver a cristandade nicena e a cultura clássica.

³⁴⁹ Os galegos Sinfósio (Symphosius) e Dictinius foram condenados pelo I Concílio de Toledo também em razão de sua investidura irregular como bispos, contrariando os cânones de Nicéia no assunto.

³⁵⁰ Toríbio foi nomeado bispo de Astorga em 444. Fizera antes uma viagem a Jerusalém de onde teria trazido relíquias (o *Lignum Crucis*, fragmento da cruz) para a região do Bierzo. De sua correspondência com o papa Leão I se conhece a sobrevivência do priscilianismo na região.

³⁵¹ Hidácio se refere a Ajax como um gálata enviado pelo rei visigodo, Teodorico II, para difundir o arianismo entre os suevos. Preferimos, contudo, a versão de Pablo C. Diaz (*El reino suevo*, Ed. Akal, pág. 216) de que se tratava de um gaulês da região sob o domínio visigodo. Isso porque a Galécia, na Anatólia, ficava bem distante, e não estava, àquela altura, numa região de influência ariana.

Esse silêncio permanecerá até a chegada de um novo protagonista ao Noroeste hispânico: Martinho.

3.7.3 - Martinho de Dume e a conversão dos suevos

Na primeira metade do século VI, o reino suevo conheceu relativa calma, em parte por causa do enfraquecimento dos visigodos após sua derrota para os francos em Vouillé. Carecemos de relatos escritos sobre os suevos relativamente a esse período, havendo um silêncio profundo desde a morte de Hidácio. Do final do século, contudo, nos chegaram às mãos as obras de João de Biclaro, como o seu *Cronicon*, que nos permite conhecer os fatos sobre os últimos reis suevos e sua conversão ao catolicismo, de 567 a 585. Por ele, ficamos sabendo que o rei Miro subiu ao poder, em 570, e que o trono de seu sucessor, Eborico, foi usurpado por Andeca. Este havia se casado com a viúva de Miro. Os suevos participaram da conspiração movida por Hermenegildo contra seu pai Leovegildo e seu irmão Recaredo, o que teve como consequência a própria perda da independência do reino suevo frente aos visigodos em 585. Isidoro de Sevilha se baseia nos relatos de João de Biclaro para escrever sua *Historia do reino dos godos, dos vândalos e dos suevos*.

Mas o grande protagonista dessa época foi Martinho. Provinha da Panônia e, provavelmente, teve sua formação clássica na Itália³⁵². Muito se discute se teria vindo em missão evangelizadora e diplomática de Constantinopla³⁵³. Eis que, na

³⁵² Tal origem panônia de Martinho nos é revelada por seu contemporâneo Gregório de Tours. Acrescenta que, na Panônia, teria tido convívio com a língua sueva, falada por tribos que lá se haviam instalado.

³⁵³ Sua procedência do Oriente e a coincidência de sua chegada, pouco depois de 550, com a irrupção bizantina no Mediterrâneo ocidental levam a relacionar Martinho com uma ofensiva diplomática bizantina, embora não haja provas escritas disso (Pablo DIAZ, *op. cit.* pág. 221).

época, quem reinava era Justiniano, cujas ambições incluíam a Península Ibérica. É provável que tenha chegado à Galécia vindo de Tours, cidade do vale do Loire onde vinha crescendo o culto aos restos mortais de outro Martinho, de duzentos anos antes³⁵⁴.

Gregório de Tours nos conta, apologeticamente, que o filho do rei suevo Carrarico³⁵⁵ estava doente com lepra e o rei fez uma promessa a São Martinho de Tours de converter-se ao catolicismo, caso o seu filho se curasse. Enviou, então, uma embaixada à terra do Santo Taumaturgo, com oferendas de ouro e prata, equivalente ao peso do filho doente, mas este não melhorou. Decidiu, então, construir uma igreja em homenagem a São Martinho de Tours e enviou novamente delegatários para que trouxessem da Gália relíquia³⁵⁶s do Santo, a fim de consagrar o templo. Gregório afirma que, nesse momento, o Santo Taumaturgo fez o milagre de multiplicar as relíquias para que servissem à consagração da referida igreja na Galécia. O transporte das relíquias pelo mar Cantábrico se deu sem contratempos, e, quando chegaram ao destino, o filho do rei estava curado, assim como varrida estava a epidemia de lepra de toda a região. Tal versão enfatiza os laços que se estreitavam entre os suevos e francos, povo que também cercava o reino visigodo a Norte.

Já Isidoro de Sevilha, em sua *História dos godos, dos vândalos e dos suevos*, traz versão diferente. Relata que a fé católica foi finalmente restaurada no reino suevo com a subida ao trono de Teodomiro, por influência direta de Martinho (o panônio). Seja como for, fato é que o Martinho do século VI chegou

³⁵⁴ São Martinho de Tours é um dos santos mais importantes da Antiguidade. Tornou-se bispo de Tours, na Gália, em 371. Sua intensa atividade como teólogo e evangelizador lhe conferiu a denominação de “o apóstolo da Gália”. O culto às suas relíquias foi muito difundido durante toda a Idade Média, muito em razão da fama dada por Gregório de Tours. Este último atribui a seus milagres vários fatos históricos, como a vitória de Clóvis, em Vouillé, e a conversão dos suevos.

³⁵⁵ O curioso na versão de Gregório de Tours é que se trata da única menção histórica à existência do rei Carrarico, como bem assinala Pablo Díaz, *op. cit.* pág. 224.

³⁵⁶ O papel das relíquias sagradas para a consagração de uma nova igreja é testemunhado por uma carta do papa Virgílio ao metropolitano de Braga, Profuturo, em 538, em que aquele lhe promete o envio das relíquias tão ansiosamente aguardadas.

à Galécia em meados do século VI e lá obteve autorização do rei suevo para construir um mosteiro em Dume, perto de Braga. A partir dessa base, dedicou-se a um grande trabalho evangelizador, educador e teológico. Deixou várias obras, sobretudo de cunho eclesiástico³⁵⁷, importando o pensamento então em voga nas cortes de Constantinopla e Ravena. Introduziu também na região o monaquismo nos moldes da regra de São Bento. Sua figura representa uma nova era³⁵⁸, em que, após o cataclisma das invasões bárbaras, a Igreja se empenhava em recuperar o terreno perdido.

Em 561, reuniu-se o primeiro Concílio de Braga. Convocado pelo rei Ariamiro, era o primeiro a se realizar na Galécia, pois tais reuniões eram vedadas antes. Compareceram oito bispos, entre eles Martinho, que já havia sido consagrado bispo de Dume, em 556. Acordaram-se várias regras de natureza eclesiástica, notadamente regulamentando a vida monástica. Fixaram-se também normas relativas à disposição dos fiéis dentro das igrejas durante o culto. Ratificou-se, ainda, a proibição de sepultamentos dentro dos muros da cidade, abrindo-se exceção aos bispos, a fim de ficarem mais próximos dos mártires eventualmente ali enterrados. Na respectiva ata, há ainda denúncia contra práticas priscilianistas nos rincões mais afastados da região.

Não se abordou a questão ariana, sendo isso um indício de que o concílio se realizara antes da conversão do reino, apesar de a ata correspondente se referir ao rei como “*piissimus filius noster*”. Pablo Diaz, em sua obra *El reino suevo*, entende que a conversão dos suevos ainda não se tinha consumado por ocasião do

³⁵⁷ Cite-se aqui a obra *De correctione rusticorum*, dando orientações disciplinares ao rústico clero local, além de outras como *Formula vitae honestae*, *De ira*, *Sententiae Patrum Aegyptiorum*, *Exhortatio humilitatis*, *Item de superbia e Pro repellenda lactantia*. Martinho também traduziu do grego para o latim e distribuiu entre os bispos galegos uma coleção de 84 cânones dos concílios eclesiásticos orientais.

³⁵⁸ A Martinho se atribui a abolição, na língua portuguesa, da referência a nomes pagãos na denominação dos dias da semana. De fato, em português se passou a mencionar “2ª feira”, “3ª feira” etc. em vez de “lunes”, “martes” etc., no espanhol, ou “lundi”, “mardi” etc., no francês. Na verdade, passou de *Lunae dies*, *Martis dies*, *Mercurii dies*, *Jovis dies*, *Veneris dies*, *Saturni dies*, *Dominica Dies* para *Feria secunda*, *Feria tertia*, *Feria quarta*, *Feria quinta*, *Feria sexta*, *Sabbatum*, *Dominica Dies*.

I Concílio de Braga. Sua ata nada menciona nesse sentido, o que causa estranheza se a mesma tivesse ocorrido, sobretudo se a compararmos com a do III Concílio de Toledo, que se prolonga em apologias ao credo niceno. A mencionada referência ao rei suevo como “pio” não basta para tanto, pois não significa forçosamente uma comunhão de credo com os bispos reunidos³⁵⁹.

O segundo Concílio de Braga se reuniu durante o reinado de Miro, em 572, e já é presidido por Martinho, como metropolitano daquela cidade desde 559. Dele participaram 12 bispos, inclusive Mailoc, de Britônia³⁶⁰, enclave de fugitivos galeses ou bretões na Costa Galega³⁶¹. Dispõe sobre regras eclesiásticas, sobre o destino das rendas das dioceses e sobre a fundação de novas igrejas. Já não há menções ao priscilianismo, levando a crer que sua extinção já era uma realidade, após 200 anos de heresia.

Os Concílios de Braga marcam a maturidade do reino suevo, na sua fase já católica³⁶². Encontramos uma descrição detalhada da igreja da Galécia no *Parochiale Suevorum*³⁶³, também referido como *Divisio Theodomiri*. Nele se verificam 132 referências de igrejas e paróquias, 72 das quais enquadradas nas sedes de Braga, Porto e Tui, onde se concentrava o grosso da população sueva e da atividade econômica do reino. Mas isso não exclui a importância das dioceses ao sul do Douro, como Lamego, Conimbriga, Viseu e Egitânia³⁶⁴, além daquelas

³⁵⁹ Outros autores importantes, como J. Orlandis e D. Ramos-Lisson, entretanto, consideram que o I Concílio de Braga se reuniu após a conversão do reino.

³⁶⁰ Sobre o assunto, vale ler E. A. THOMPSON, *Britonia*, e YOUNG, Simon. *Britonia: caminos novos* (em galego), Noia, 2002.

³⁶¹ Há dúvidas se a diocese de Britonia chefiada por Mailoc compreendia toda a respectiva região ou somente os descendentes de imigrantes celtas que ali aportaram um século antes.

³⁶² Vide mapa da organização da Igreja sueva na pág. 156.

³⁶³ O *Parochiale Suevorum* ou *Suevum* se trata de um manuscrito da metade do século VI contendo a descrição da Igreja católica do reino suevo, com suas dioceses e igrejas. Indica também a divisão administrativa do reino, tornando-se um instrumento de valor histórico único. Teria sido elaborado a mando do rei Teodomiro, no Concílio regional de Lugo de 569, cuja ata, lamentavelmente, não conhecemos. Ressalte-se, porém, a grande coincidência da descrição aí contida com as proveniências dos bispos signatários do II Concílio de Braga de 572.

³⁶⁴ A diocese de Egitânia corresponde à atual Idanha-a-vellha, na Beira Baixa. Suas muralhas tardo-romanas ainda lá se encontram, assim como sua igreja do século VI, praticamente intacta, à exceção de um portal manuelino.

mais ao norte como Astorga, Lugo, Iria Flavia e Orense. É possível que os suevos se tenham tornado majoritariamente católicos somente com a atividade missionária de Martinho, a partir da década de 50 do século VI. Santo Isidoro, todavia, se refere aos mesmos como católicos quando Ajax os converteu ao arianismo. O certo é que, à semelhança dos demais povos germânicos que se instalaram no Império, sua adesão tanto ao arianismo como ao catolicismo atendeu a razões políticas. Tornaram-se católicos com Requiário, quiçá para contrabalançar o crescente poder visigótico da altura. E se converteram ao arianismo pouco depois, por força de um tratado com os mesmos visigodos de Teodorico II, em que rei suevo Remismundo recebeu uma esposa goda como selo. De qualquer forma, quando o rei se convertia, seu povo o seguia, à moda germânica, o que enfraquece a discricionariedade espiritual do evento.

3.8 - MAPAS & FOTOS

A IGREJA NA HISPANIA EM FINAIS DO SÉCULO IV



Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

O REINO VISIGODO DE TOLOSA (418-507)

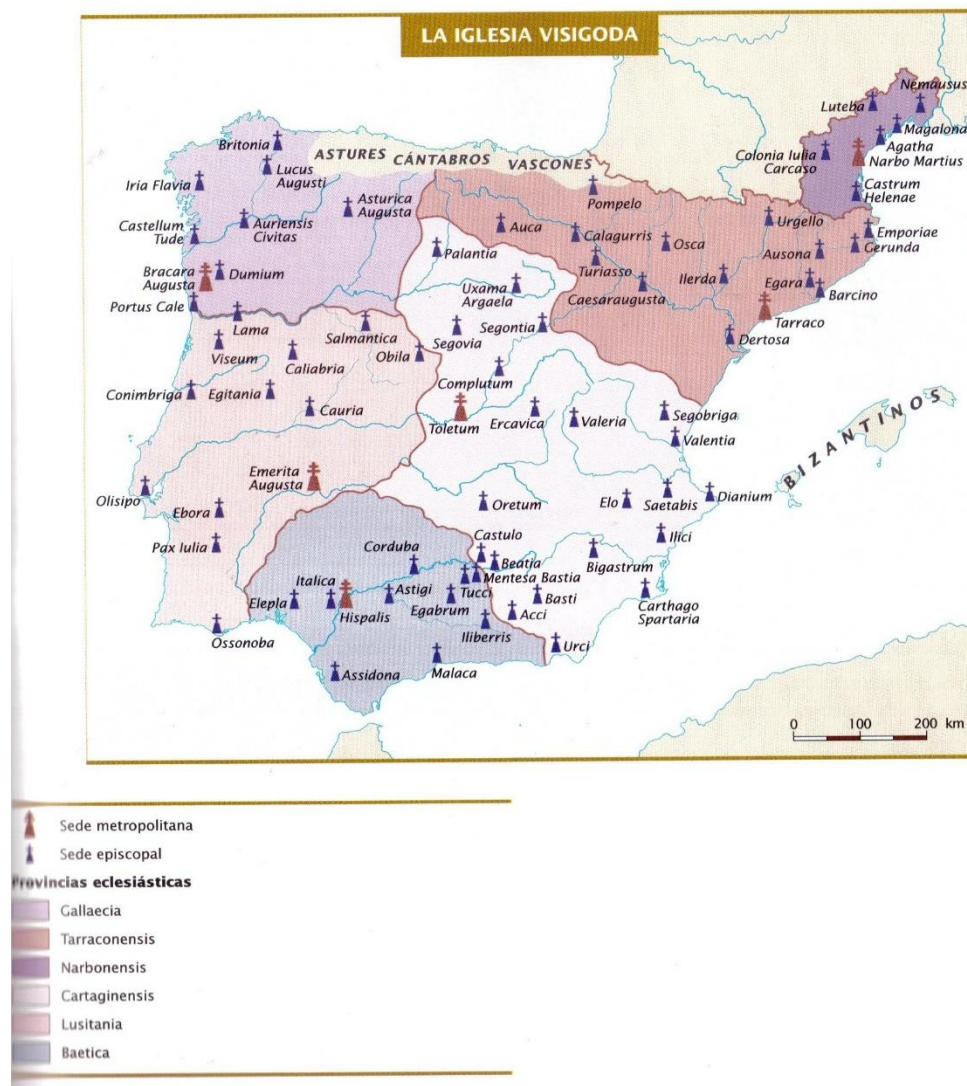
Los godos



Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

A IGREJA VISIGODA

Los godos



Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

O REINO SUEVO (411-585)

Fernando García de Cortázar



- Núcleo inicial de asentamiento suevo
- Territorio suevo hacia 570
- Líneas de expansión sueva
- Límites de las provincias hispanas en el Bajo Imperio

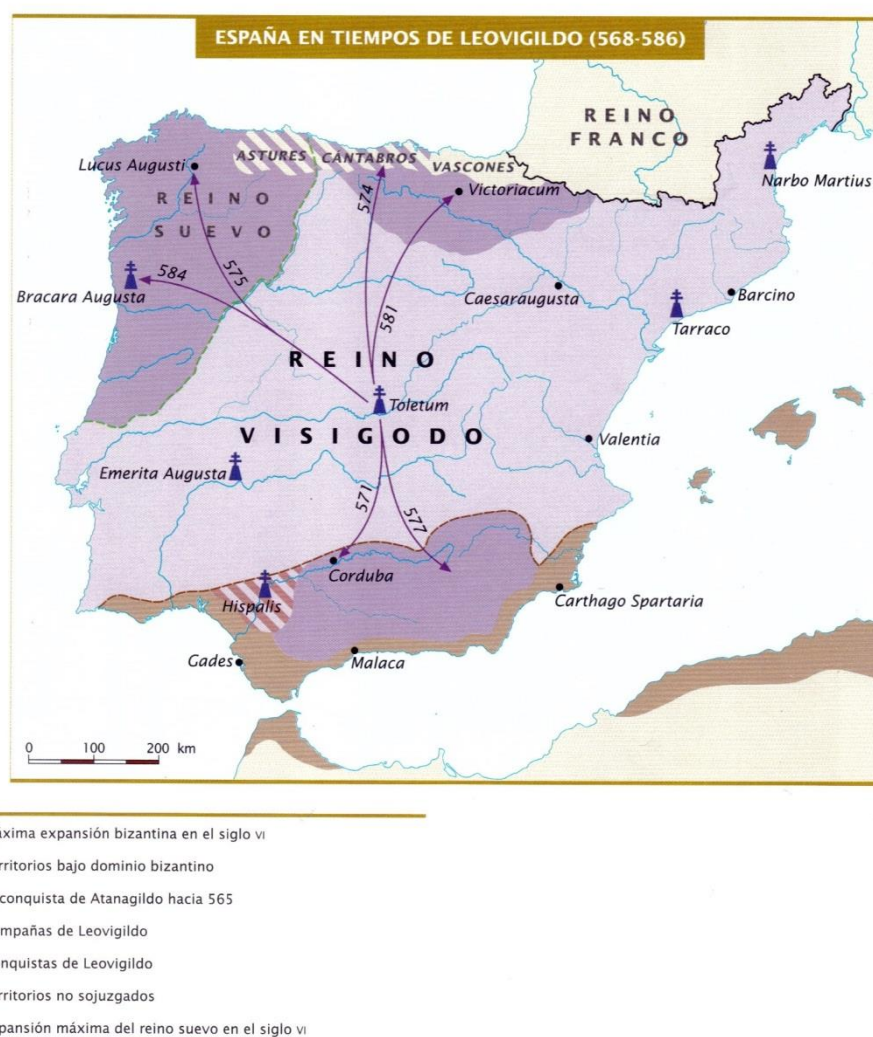
Iglesia sueva (h. 585)

- Sede metropolitana
- Sede episcopal

Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

HISPANIA NOS TEMPOS DE LEOVEGILDO (568-586)

Fernando García de Cortázar



Fonte: Atlas de Historia de España, de Fernando García Cortazar, Editorial Planeta

CATEDRAL DE EGITÂNIA, SÉCULO VI

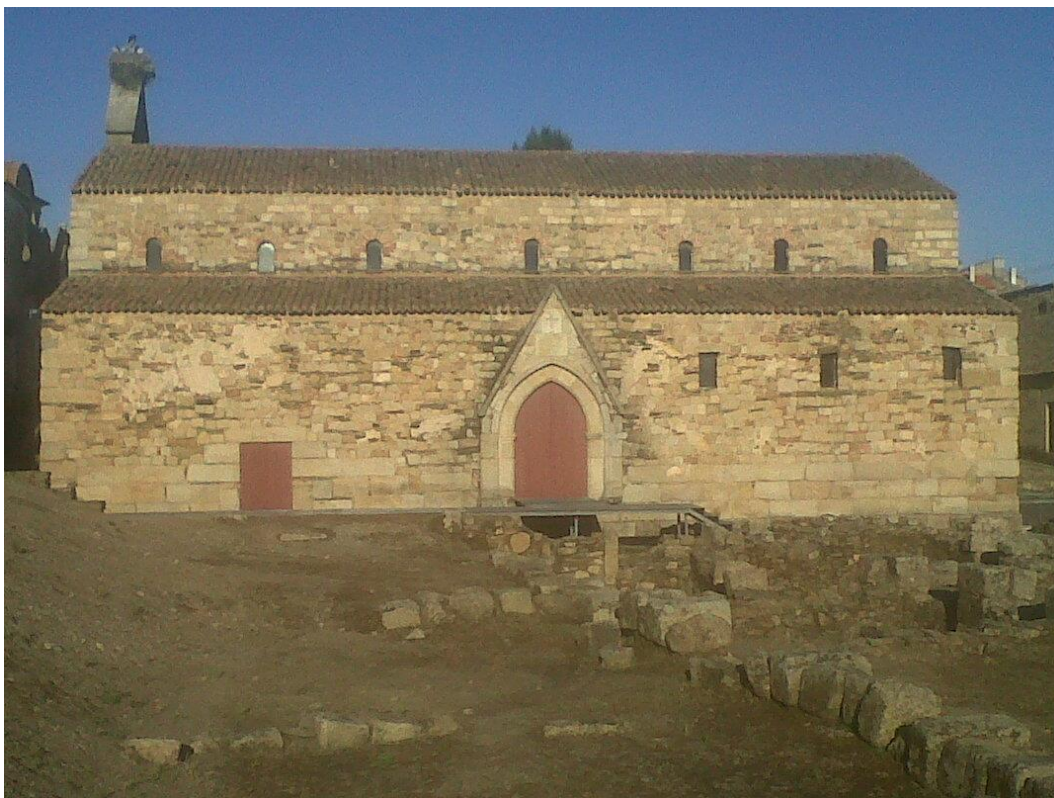


Foto do autor

SAN PEDRO DE LA NAVE, ZAMORA, SÉCULO VII



Foto do autor

BASÍLICA DE SÃO VITAL, RAVENA, SÉCULO VI



Foto do autor

PALÁCIO DE TEODORICO, O GRANDE, SÉCULO VI



Foto do autor

MAUSOLÉU DE TEODORICO, O GRANDE, SÉCULO VI



Foto do autor

4 - O DIREITO VISIGÓTICO

4.1 - O DIREITO ROMANO VULGAR

4.1.1- A concentração das fontes do direito

O fim do Império Romano não ocorreu tão bruscamente quanto se pode imaginar, naquela data fatídica em que Odoacro depôs Rômulo Augusto, em 476. A rigor, a notícia de um chefe mercenário depor um imperador não era motivo de surpresa para os contemporâneos. Há muito tempo que os chefes militares investiam e depunham os imperadores em Roma. A novidade é que nenhum foi nomeado em substituição, e as insígnias imperiais foram enviadas por Odoacro ao imperador do Oriente, Zenão, para que este assumisse o Ocidente, segundo a regra de direito público de então, pela qual, quando um dos tronos se via vacante, o titular da outra parte do Império o assumiria³⁶⁵. Odoacro, de sua parte, que continuou sendo mero *rex* de seus hérulos, investiu-se, quando muito, no título de *patricius* romano. O imperador do Oriente, de início, não reagiu, até porque a deposição de seu colega ocidental não chegou a representar uma ruptura da ordem jurídica vigente. Pouco após, no entanto, enviou os ostrogodos de Teodorico, que estavam assentados na Panônia, para expulsar os hérulos e restabelecer a ordem

³⁶⁵ Tal regra existia desde a instituição da Tetrarquia por Diocleciano, segundo a qual o imperador do Ocidente era co-imperador de seu parceiro do Oriente e vice-versa, sendo que cada qual nomearia um *Caesar*. A rigor, Diocleciano fixou a obrigação de nenhum dos imperadores envelhecerem no cargo, renunciando a favor do respectivo *Caesar*. Diocleciano respeitou tal regra e se “aposentou” em 305, arrastando seu co-imperador Maximiano a fazer o mesmo. Seus sucessores, contudo, não deram seguimento a tal prática.

imperial. Teodorico governou, então, a Itália como rei de seus godos e como magistrado do Império.

Esse episódio da história demonstra como os bárbaros tinham admiração pelo Império e pela *maiestas* que o imperador representava. A ideia de acabar com o Império passava longe da mente de Odoacro, Teodorico, Alarico, Clóvis ou de outros chefes bárbaros. A grandiosidade da civilização romana representava a obra de mais de um milênio, em que se fundiram as culturas ocidentais e orientais. Em seu topo, o imperador simbolizava a eternidade do mundo, posto esse que todos queriam usurpar, mas nunca destruir. A partir das reformas de Diocleciano, por sinal, a figura do imperador assumiu uma concepção teocrática de poder³⁶⁶, de perfil mais oriental do que a República jamais reconhecera a seus governantes, o Dominato. Com efeito, para sair da crise do século III, aquele imperador e, sobretudo, Constantino adotaram uma postura centralizadora e despótica sem precedentes. Nas palavras de Francesco Calasso (1954)³⁶⁷, essas reformas passaram a imprimir a ideia do *imperator maiestas* um contorno mais nítido de um *imperator-deus*, ao qual era devida uma adoração como se fosse um Deus vivo. Esse processo não fez senão se acentuar com o cristianismo. Nas palavras de Vera-Cruz Pinto, Constantino e, sobretudo, Teodósio, compreenderam “o imenso potencial centralizador e de obediência que a construção eclesial da fé cristã representava e procuraram utilizá-lo na tarefa política de manter o Império Romano como estrutura jurídico-política territorialmente unificada”³⁶⁸. E essa nova ordem serviu de modelo ao fantasiário dos chefes bárbaros que se instalaram no Império em seguida. O *imperator-deus* se adaptou facilmente à nova religião dominante e se transformou no “vigário de Deus”, Seu enviado para governar a Terra. No Ocidente, já era corrente a concepção do *imperator-dominus, ego orbis*

³⁶⁶ CORTESE, Ennio, em *Le Grandi Linee della Storia Giuridica Medievale*, pag. 15, Il Cigno GG Ed. Roma 2000, lembra que Eutropio cita Diocleciano como o introdutor do hábito de usar um manto de púrpura cravejado de pedras preciosas, de se confinar no esotérico *sancta sanctorum* de seu palácio-templo e de exigir de seus súditos a genuflexão, o beijo no anel (a *proskýnesis*, prostração), costumes tipicamente persas.

³⁶⁷ CALASSO, Francesco, *Medio Evo del Diritto*, Ed. Giuffré, Milano, 1954, pág. 40.

³⁶⁸ VERA-CRUZ Pinto, Eduardo, *Curso de Direito Romano, vol. I*, Princípia, Cascais, 2009.

terrarum dominus, titular de todas as coisas do mundo, que tinha base no *paterfamilias* romano. Assim, adaptou-se sem problemas à nova situação do imperador teocrático à oriental, à semelhança dos faraós egípcios e os Grandes Reis persas. Esse modelo foi logo copiado pelos reis germânicos.

Consequência prática disso foi o abandono do princípio da subordinação do *princeps* à lei. Era um princípio caro a *polis* ocidental, que Roma estava negligenciando à custa da orientalização do Império. As leis de autoria do imperador, que, no período inicial do Principado, situavam-se dentro do conceito de *ius honorarium*, em contraposição à *leges* aprovada pelo povo nos comícios, no Baixo-império, acabaram absorvidas pela proliferação de constituições imperiais. Estas se tornaram as próprias *leges*, em contraposição à *iura*, de autoria dos jurisperitos³⁶⁹, que representavam um complexo de outras fontes de produção do direito, especialmente durante o período clássico. O imperador deixava, portanto, de ser mero magistrado para concentrar a totalidade das fontes do direito. O princípio *princeps legibus solutus est*³⁷⁰, outrora aplicado para alçar o imperador acima de regras limitadoras da sua capacidade legal, em assuntos como contratações privadas, testamentos e negócios do gênero³⁷¹, tornou-se, então, a plena onipotência legislativa. Elevou-se o *princeps* ao patamar próprio de *lex animata in terra*³⁷², última expressão dogmática do absolutismo despótico³⁷³. Com Justiniano, ademais, é introduzida a consagração do imperador pelo patriarca da Igreja, cerimonial esse que só maravilhará mais ainda a admiração da parte dos reis germânicos instalados na Europa, que procurarão logo imitá-lo³⁷⁴.

³⁶⁹ VERA-CRUZ Pinto, Eduardo, *op. cit.*, pág. 313, conta que, com Diocleciano, o *ius publice respondendi* foi definitivamente extinto. Lembra, contudo, que o último jurista referido como jurisprudente por aquele imperador foi Inocêncio, mas a título esporádico, excepcional e extraordinário.

³⁷⁰ Digesto, 1, 3, 31.

³⁷¹ CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 16, menciona o exemplo de Sétimo Severo e Caracala que, mesmo sabendo serem *legibus soluti*, afirmavam pretender viver segundo as leis e recusavam testamentos ilegítimos feitos em seu favor.

³⁷² Expressão extraída da própria *Novella* de Justiniano (Nov. 105.2.4 ca. fi. de 536).

³⁷³ CALASSO, Francesco, *op. cit.*, 1954, pág. 43.

³⁷⁴ Vide cap. 4.7, sobre a unção régia dos reis visigodos na Hispânia.

Assistiu-se no Baixo-império, por conseguinte, à monopolização da produção das fontes de direito na pessoa do imperador³⁷⁵, fato sem precedentes na civilização ocidental (não no Oriente). Recorde-se aqui a enumeração das fontes do direito por Papiniano³⁷⁶, referida no Digesto³⁷⁷: “*ius autem civile est, quod ex legibus, plebis scitis, senatus consultis, decretis principum, auctoritate prudentium venit*”. Tal enumeração data da virada do século II para o III, época em que os comícios já não se reuniam, o Senado era um órgão impotente e a autoridade dos juristas se vinha definindo. Já os decretos do príncipe, pelo contrário, só se multiplicaram, sobretudo, a partir das reformas de Diocleciano e Constantino. Proliferaram, assim, os *mandata*, como circulares de serviço aos funcionários; os *decreta* e os *rescripta*, em que o príncipe decidia controvérsias vinculantes para os juizes, e os *edicta*, ordenanças promulgadas para vigorar em todo ou parte do Império, que viraram verdadeiras constituições de caráter geral.

As reformas de Diocleciano deram azo a constituições de caráter ainda mais universal, na forma de códigos de leis. Cumpre aqui citar o *Codex Gregorianus*, compilação de constituições imperiais desde o ano de 196, época de Sétimo Severo, até 292, contendo 15 livros. Não bastasse, logo em seguida, provavelmente em 294, Diocleciano promulgou o *Codex Hermogenianus*. Nenhum desses diplomas nos chegou às mãos, mas suas normas foram trasladadas para codificações posteriores que remetem ao seu suposto conteúdo. Mais conhecido, contudo, é o *Codex Theodosianus*, do imperador do Oriente Teodósio II, de 438, que foi adotado no ano seguinte por seu par ocidental, Valentiniano III. Trata-se de uma tentativa de reunir todas as leis gerais desde Constantino e de

³⁷⁵ No Dominato, passou a vigorar o princípio “*quod principi placuit legis habet vigorem*”, expresso no Digesto I, 4, 1..

³⁷⁶ Emílio Papiniano (140-212) é um dos principais juristas da História romana, talvez o mais citado. Os seus *responsa* estão na *Lex Romana Visigothorum* de 506 e na *Lex Romana Burgundiorum* de 536, além do Código de Teodósio e o Digesto de Justiniano. Foi amigo pessoal do imperador Sétimo Severo, mas acabou sendo assassinado pelo filho deste, Caracala, por se recusar a legitimar, no plano jurídico, o fratricídio de seu irmão Geta.

³⁷⁷ Digesto, I, I, 7.

preencher todas as lacunas legais remanescentes. Apresentava diversas normas já inspiradas na religião cristã, que, então, tinha se tornado a oficial do Império. Influuiu substancialmente também nas legislações que os reinos germânicos promulgaram posteriormente para a população romana dominada. Note-se que os três códigos citados foram elaborados em Constantinopla, e não em Roma, haja vista a primazia política que aquela metrópole tinha então alcançado no Baixo-império. Fato curioso é que, como o Império logo perderia a Europa, o famoso *Corpus Iuris Civilis*, promulgado por Justiniano pouco depois em 529, não teria vigência longa no Ocidente³⁷⁸ (à exceção do Sul da Itália)³⁷⁹. Já as normas do Código de Teodósio, que logo caíram em desuso no Oriente, teriam duração mais longa, eis que foram eternizadas dentro do Breviário de Alarico e daí copiadas pelas legislações dos outros reinos germânicos.

Após a crise do século III, vimos acima como se instalou um Estado autoritário no Império. O imperador passou a concentrar poderes despóticos sem precedentes na Europa, à semelhança dos grandes impérios do Oriente. Em decorrência desse processo, o imperador veio a monopolizar as fontes criadoras do direito, promulgando uma série de leis escritas e deixando cair em desuso as demais fontes do direito romano. Nesse sentido, revela-se significativa a constituição de Constantino de 313, proibindo o costume *contra legem*. Ora, o costume era a fonte do direito com maior autoridade no período clássico, pois revelava o direito que sequer necessitava estar escrito para vigorar, de tão legítimo. No Baixo-império, contudo, tal princípio restou impraticável.

³⁷⁸ Quando Justiniano reconquistou a Itália dos ostrogodos em 529, promulgou uma constituição que deu força de lei ao *Corpus Iuris Civilis*, já vigente no Oriente desde 529: a *Pragmatica sanctio petitione Vigili* (eis que a pedido do papa Vigílio). Embora os bizantinos tenham perdido a metade norte da Itália para os lombardos logo depois, o sul permaneceu com o Império até o século XI, estendendo assim a vigência do direito justinianeu.

³⁷⁹ O *Corpus Iuris Civilis* seria, posteriormente, redescoberto na Europa pelos glosadores da Universidade de Bolonha (Pepone, Irnério etc), a partir do século XI, e se transformaria no verdadeiro direito universal e eterno.

4.1.2 – A vulgarização do direito

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o *princeps* concentrava o poder legislativo em torno de si, o inevitável enfraquecimento do poder imperial, a partir do século III, acabou permitindo o florescimento de uma série de costumes locais nas províncias mais remotas, alguns dos quais representavam o renascimento de normas da época pré-romana. Aprofundava-se, assim, o contraste entre o direito estatal, em vigor nas grandes cidades do Império, sobretudo no Oriente, e o direito provincial, dito romano vulgar. De fato, quando Caracala estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império³⁸⁰ e lhes impôs o direito romano, no Oriente helenizado, em contrapartida, assistiu-se a um renascimento de um direito pré-romano, apropriando-se do direito romano clássico. O ápice desse processo culminou com o *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano, que já possuía antecedentes no Código de Teodósio, também de origem oriental, eis que elaborado em Constantinopla. No Ocidente, contudo, não havia civilizações que se opusessem à dominação da cultura romana. E, portanto, o direito romano foi adotado sem resistência. Ocorre, porém, que a degradação do poder imperial na Europa, mais marcante do que no Oriente, afrouxou as rédeas do direito estatal e acabou gerando uma deturpação do direito clássico. A esse processo chamamos de vulgarização do direito.

A ideia do surgimento de um direito romano vulgar foi primeiramente concebida por Heinrich Brunner, em sua obra “*Zur Rechtsgeschichte der römischen und germanischen Urkunden*”, de 1880³⁸¹. Este jurista, ao se deparar com o título de crédito ao portador medieval, instituto que materializava a obrigação mediante a tradição do correspondente documento, independentemente

³⁸⁰ Transcreva-se aqui o trecho pertinente da *Constitutio Antoniniana*: “...Do igitur omnibus peregrinis, qui in orbe terrarum sunt, civitatem Romanorum, manente omni genere civitatum, exceptis dediticiis” (apud CALASSO, Francesco, *Medio Evo del Diritto*, Ed. Giuffrè, Milano, 1954, pág. 51)

³⁸¹ BRUNNER, Heinrich, apud CALASSO, Francesco, *op. cit.*, pág. 58.

de qualquer formalidade e das características pessoais do devedor, concluiu que não poderia ter origem no direito romano clássico. De fato, este era muito formalista e levava sempre em consideração o sujeito da obrigação. Entendeu, pois, que representava o resultado da necessidade prática do comércio posterior à queda do Império. Da mesma forma que o latim clássico foi adaptado pelos germânicos, para redigir suas leis após se instalarem na Europa, daí nascendo o latim vulgar (junto com a influência dos provinciais, é verdade), o direito teria sofrido igual processo de adaptação às necessidades práticas surgidas após a decadência da autoridade imperial, daí o direito romano vulgar. Sua ideia despertou novas teorias nesse sentido, citando a contribuição de Ludwig Mitteis, observando que, ao lado do direito estatal escrito, desenvolveu-se um direito popular (*Volksrecht*), que seria aquele praticado, por ex., pelos germanos submetidos ao poder imperial, a partir do século V.

Na Itália, nessa esteira, surgiram, então, novos observadores do fenômeno do curso do direito romano após o Império. Enrico Besta e Arrigo Solmi enxergavam a subsistência de um direito itálico pré-romano, que ressurgira por causa das necessidades práticas da vida jurídica regional. Ora, apesar de alguns costumes regionais terem sobrevivido em regiões montanhosas afastadas, é difícil imaginar uma região mais romanizada do que a própria Itália, centro do mundo romano. A propósito, vale examinar o exemplo representado pelo *testamentum militis*, pelo qual o soldado no campo de batalha (o grosso das tropas regulares era de itálicos) deixava seu patrimônio sem as formalidades do *testamentum iure civilis*. A rigor, esse ato jurídico seria válido não por uma sobrevivência de um suposto direito itálico pré-romano, mas por força das próprias circunstâncias da vida castrense. Note-se que uma constituição de Constantino expressamente convalida esse testamento, segundo o qual o soldado morrente punha o dedo na ferida e escrevia o nome do beneficiário com seu sangue no escudo. Mas nada comprova que tal prática derivaria de um direito itálico pré-romano, como pretenderam alguns autores, como Tamassia em sua obra “*Testamentum militis e*

diritto germanico”. Nesse sentido, valendo-se da fértil analogia do direito com o idioma, Calasso aponta para o fato de que as próprias línguas itálicas, como o samnita e o volsco, ainda faladas na época de Mário e Silas, já haviam completamente desaparecido no século II DC. Da mesma forma, dificilmente teria sobrevivido um direito itálico pré-romano.

Essa analogia entre idioma e direito, contudo, pode levar a equívocos. Com efeito, o latim vulgar não seria exatamente a língua que se degenerou com o tempo ou com a distância da capital do Império. Trata-se, mais propriamente, daquele falado coloquialmente pelo povo e pelos provinciais, ao contrário daquele constante dos textos literários ou falado pelos homens cultos. O direito vulgar, de igual maneira, representaria o direito aplicado, o direito vivo, que se foi adaptando à nova situação, tanto do ocaso do Império quanto do distanciamento das províncias. O direito vulgar seria, dessarte, produto da decadência do poder imperial em aplicar a lei de forma uniforme nas províncias. Decorreria também do fato de a concentração das fontes legislativas num *princeps* estranho não ter satisfeito a necessidade concreta de criação de normas para os novos tempos. O direito romano vulgar, entretanto, não se limitava ao direito não escrito, como o costume; nem a um direito setorial, de determinada classe dentro da sociedade, mas representou um direito escrito obrigatório de cunho geral, um direito novo, em suma.

4.1.3 – Fontes do direito vulgar

Infelizmente, muito pouco do legado escrito desse direito romano vulgar chegou às nossas mãos. Conhecemos somente algumas obras doutrinárias compilatórias e jurisprudenciais, além do corpo de leis que os reinos germânicos

instalados na Europa adotaram para a população romana dominada. Dentre as primeiras, devem ser citadas as sentenças de Paulo, as *Fragmenta Vaticana*, os *Tituli ex corpore Ulpiani*, as *Epitome Gaii* e a *Consultatio veteris cuiusdam iurisconsulti*. Já entre os corpos legislativos, devem ser citados a *Lex romana Visigothorum*, a *Lex romana Burgundionum* e o Édito de Teodorico. Omite-se aqui o Código de Eurico, eis que destinado à população visigoda do reino de Tolosa, embora impregnado de direito tardo-romano, influência do Código de Teodósio. Da mesma forma, não se relacionam nessa categoria a *Lex Burgundionum*³⁸², dos burgúndios, nem a Lei Sállica (*Pactus legis Salicae*) dos francos³⁸³, eis que também destinados às respectivas populações de cepa germânica. Omite-se, também, por óbvio, os Códigos Gregoriano, Hermogeniano e o de Teodósio, eis que tratam do direito oficial tardo-romano e não o romano vulgar.

As sentenças de Paulo (*Pauli receptae sententiae*) são atribuídas a esse jurisconsulto, personagem desconhecido, provavelmente do fim do século III DC, no reinado de Diocleciano. O que conhecemos advém de sua compilação no Breviário de Alarico (*Lex Romana Visigothorum*) e no Digesto (um dos livros do *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano), o que leva a concluir que era popular nas duas partes do Império. Em razão disso, as sentenças foram inevitavelmente muito manipuladas³⁸⁴. Na verdade, é uma antologia de casos concretos divididos em cinco livros, contendo máximas ordenadas por assunto.

As *Fragmenta Vaticana* ganharam esse nome por terem sido descobertas em 1821, por Angelo Mai, num palimpsesto na Biblioteca do Vaticano. Trata-se de uma compilação elaborada por um estudioso particular na metade do século

³⁸² A *Lex Burgundionum*, de extrato germanista, não se confunde com a *Lex Romana Burgundionum*, destinada aos romanos, mesmo que ambas legislações, no final de contas, apresentem forte inspiração tardo-romana.

³⁸³ A partir do final do século IV, duas tribos germânicas ligadas entre si se tinham instalado na região da atual Bélgica e atuavam como federados do Império: os francos Sálcos e os francos Ripuários. A legislação promulgada ganhou então o nome da primeira e da mais preponderante daquelas tribos, de onde provém Clóvis.

³⁸⁴ Os cinco livros originais foram reconstruídos por Giovanni Baviera, *Fontes iuris Romani antejustiniani*, II, 319-417, obra que também coletou os pareceres de outros jurisperitos (apud. CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 18)

IV, contendo obras de Paulo, Papiniano e Ulpiano, além de constituições imperiais de Diocleciano e Constantino. Apresenta a característica de apresentar redações muito mais extensas de tais constituições do as que foram reproduzidas no corpo do Código de Teodósio. Como acontece com textos antigos, o exemplar que chegou aos nossos dias sofreu profundas manipulações.

A obra conhecida como *Tituli ex corpore Ulpiani*³⁸⁵, a rigor, pouco contém dos ensinamentos desse pretor da época dos Severos. Deve ter sido escrita por um desconhecido no século IV, com a intenção de simplificar a obra daquele jurista para um público menos refinado. Deve ter tido sucesso na época, pois extratos seus foram trasladados para o Digesto de Justiniano, conferindo-lhe o título de *Liber singularis regularum*.

A *Epitome Gaii* representa um compêndio de três livros das Instituições de Caio, um dos juristas mais lidos do Baixo-império. Em razão disso, foi muito manipulada, inclusive quando foi compilada no Breviário de Alarico, fonte através da qual tivemos acesso à referida obra. Data provavelmente do século II, mas a compilação que nos chegou às mãos advém do palimpsesto *Fragmenta Augustodunensis*³⁸⁶, dos séculos IV-V, não sem manipulações.

A *Consultatio veteris cuiusdam iurisconsulti* representa a resposta de um jurista a um advogado, ambos desconhecidos. A obra provavelmente foi redigida no final do século V, provavelmente na Gália, e hoje é conhecida por uma reprodução datada de 1577³⁸⁷, mas o original nunca nos chegou ao alcance. Sua característica, como bem lembra Calasso³⁸⁸, é de ter sido elaborada para uso do advogado destinatário e não como *ius respondendi* imparcial dos jurisprudentes.

³⁸⁵ Eneo Domitio Ulpianus (150-223), um dos principais juristas romanos, de origem síria, é conhecido pelo ditame: *Iuris Praecepta Sunt haec: Honeste vivere, Alterum non Laedere, Suum Cuique Tribuere*. (Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém e dar a cada um o que lhe pertence).

³⁸⁶ A *Fragmenta Augustodunensis* é uma compilação de jurisprudência romana pós-clássica, de autor desconhecido da escola jurídica da cidade gaulesa de *Augustodunum* (Autun).

³⁸⁷ A publicação foi promovida por Jacques Cujas, jurista francês do século XVI, a partir de um manuscrito descoberto por um aluno seu, Antoine Loisel.

³⁸⁸ CALASSO, Francesco, *op. cit.*, pp. 68-69.

Resolve casos concretos de onde se extraem os princípios jurídicos. Baseia-se nas sentenças de Paulo e nos Códigos Gregoriano e de Teodósio. Do ponto de vista cronológico, talvez represente a última obra da literatura relativa ao direito romano vulgar.

As mencionadas fontes doutrinárias do Baixo-império no Ocidente, na verdade, são muito poucas e todas de cunho compilatório. No geral, giram em torno dos pensamentos de Paulo e Caio. Representavam mera sombra do passado clássico do direito romano, o qual, até a época dos Severos, ainda produzia grandes nomes. Uma curiosidade aqui é uma constituição de Valentiniano III, a chamada “lei das citações”³⁸⁹, de 426, posteriormente inserida no Código de Teodósio, que conferia força de lei aos pareceres de Papiniano, Paulo, Modestino e Caio. A jurisprudência, que no período clássico era a principal fonte do direito, e que foi sendo paulatinamente substituída pelas leis escritas do imperador, agora se valia de uma *lex* para ter vigência. Sinal de decadência do direito jurisprudencial romano; mas também sinal de precariedade do direito legislado escrito para o que se pretendia, pois acabou recorrendo à autoridade dos pretores. Outro problema é que, já nessa época, os escritos originais desses prudentes eram muito escassos para se lhes dar fidedignidade, além do fato de as cópias existentes sempre adulterarem o texto.

Essas modificações nos textos dos últimos grandes juristas do direito romano clássico, contudo, não ocorriam forçosamente em função da ignorância dos compiladores, mas, sobretudo, por necessidade de adaptação à nova realidade reinante no Baixo-império. Nessa esteira, um expediente muito empregado pelos compiladores desse período era o epítome, resumindo o texto e

³⁸⁹ A “lei das citações”, também conhecida como *oratio Valentiniani ad Senatum*, de 426, é uma *constitutio principis* promulgada por Valentiniano III, a fim de resolver o *ius controversium* de aplicar o direito clássico no Baixo-império. Nesse sentido, limitava a interpretação dos casos aos ensinamentos de cinco grandes juristas: Papiniano, Gaio, Ulpiano, Modestino e Paulo. Suas obras tinham assim efeito vinculante e, em caso de dúvida entre elas, prevaleceria a opinião de Papiniano. Tal norma acabou sendo positivada no Código de Teodósio (CTh. 1.4.3).

dele extraindo somente o ensinamento pretendido. Lembre-se de que tais autores foram reproduzidos no corpo de leis que os novos reinos germânicos outorgaram à população romana recém-dominada, a partir do século V. Estamos nos referindo principalmente aos visigodos, que se estabeleceram na Aquitânia, e aos burgúndios³⁹⁰, no vale do Ródano.

Em 506, o rei visigodo Alarico II promulga a *Lex Romana Visigothorum*, conhecida também como Breviário de Alarico. Continha um conjunto de leis escritas, notadamente um sexto das constituições do Código de Teodósio e algumas *novellae* posteriores, além de *iura* representados pelo *Liber Gaii* e pelos extratos das sentenças de Paulo constantes dos Códigos Gregoriano e Hermogeniano, além de um fragmento dos *Libri responsorum* de Papiniano. A importância do Breviário ultrapassou as fronteiras do reino de Tolosa e suas normas tiveram aplicação em várias outras partes da Gália e até no Norte da Itália. Vigorou no reino visigodo até sua revogação pelo Código de Rescesvindo, em 654, que unificou o direito naquele reino³⁹¹.

Serviu também de base para a elaboração da *Lex Burgundionum*, também chamada de *Liber Constitutionum sive Lex Gundobada*, em homenagem ao rei burgúndio Gundobaldo³⁹². Datada da virada dos séculos V-VI e se destinou aos

³⁹⁰ Os burgúndios entraram no Império junto com a horda bárbara que atravessou o Reno, no final de 406 (vide cap. 2.3.3). Assentaram-se primeiramente em Worms, mas, em 437, são derrotados por Aécio, valendo-se de mercenários hunos, episódio que inspirou a saga dos Nibelungos. Firmam então um *foedus* com o Império, o que lhes permitiu se instalarem ao longo do Ródano, do Valais até a Provença, na Sapáudia. Conheceram algum esplendor com Gundebaldo; porém, em 534, acabaram sendo incorporados pelos merovíngios.

³⁹¹ Ressalte-se aqui que essa opinião não é unânime. A vigência do Breviário de Alarico e do direito romano tardio, na realidade, tem a ver com a questão da territorialidade do direito visigótico. E alguns autores, como Garcia Gallo, consideravam tanto o Código de Eurico quanto o Breviário de cunho territorial. Rafael Ureña, por sua vez, em seu *Legislación gótico-hispana: estudio crítico* (Urgoiti Editores, cap. 4, pág. 246 e segs.), considera que a unificação do direito visigótico se deu com o *Codex Revisus* de Leovegildo (572-586), e não com o Código de Rescesvindo. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

³⁹² Gundobaldo (473-516) foi um dos chefes germânicos mais romanizantes de sua época. Era neto do *magister militum* Ricímero, de origem sueva, o qual pôs e depôs vários imperadores em meados do século V. Quando Ricímero morreu em 472, Gundobaldo, que havia sido deposto de seu reinado, refugiou-se na Itália, onde sucedeu seu avô na função de *magister utriusque*

burgúndios, apesar de forte influência tardo-romana. Sua germanicidade, entretanto, restava evidente, como, por ex., na propensão a fixar compensações pecuniárias para os crimes. Os burgúndios, à semelhança dos visigodos, também adotaram um sistema legal duplo³⁹³, promulgando então para a população romana a *Lex Romana Burgundionum*, de data imprecisa, provavelmente posterior ao Breviário de Alarico, que deve lhe ter servido de modelo.

Outro diploma que caracteriza esse período de vulgarização do direito romano é o Édito de Teodorico, datado da virada do século V para o VI. Na verdade, a situação dos ostrogodos era diferente da dos visigodos e burgúndios, pois estes últimos ocupavam províncias do Império na qualidade de confederados. Com a queda do Ocidente, passaram a dominar as respectivas regiões, de fato e de direito, daí seus reis terem denominado seus códigos de *lex*. Teodorico e seus ostrogodos, por outro lado, haviam sido enviados à Itália pelo imperador Zenão, a fim de destronar Odoacro³⁹⁴ e seus hérulos, os quais haviam deposto o último imperador do Ocidente, Rômulo Augusto. Teodorico agia, portanto, como um magistrado em nome do Império, daí ter denominado sua lei de *Edictum*, pois legislava dentro da delegação do *ius edicendi*³⁹⁵.

Trata-se, tal qual o Breviário de Alarico, de uma compilação da legislação Baixo-imperial, servindo-se dos Códigos de Teodósio, Hermogeniano e

militae do próprio Império, inclusive investindo o imperador Glicério, seu fantoche. Recuperou finalmente o trono burgúndio e sobreviveu até 516.

³⁹³ CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 50, aponta para a existência de norma na *Lex Gundobada* que impõe sua aplicação para os conflitos entre burgúndios e romanos, norma essa que não existe no Breviário de Alarico.

³⁹⁴ Teodorico partiu de Constantinopla em 488, com a missão de retomar a Itália para o Império e, depois de encurralar Odoacro dentro dos muros de Ravena, em 493, solicitou a intermediação do arcebispo local. Finalmente, num banquete para celebrar a paz, subitamente sacou sua espada e seccionou o corpo de Odoacro de alto a baixo, resolvendo assim a questão à moda bárbara; logo ele que teve educação civilizada, pois fora criado, como refém, no seio da família imperial em Constantinopla. A família de Odoacro teve sorte parecida com a sua.

³⁹⁵ O termo *Edictum* aqui não se refere aos éditos de caráter geral promulgados pelos imperadores do Baixo-império, que passaram também a ter tal denominação, mas às normas dos magistrados provinciais, agindo por delegação, conforme a terminologia latina oficial.

Gregoriano, elaborada pela secretaria do *magister officiorum* Cassiodoro³⁹⁶. Nada de novo foi inserido. Curioso é que seu texto pretende impor sua aplicação tanto aos ostrogodos quanto aos romanos, ensaiando, assim, um direito de cunho territorial. Em teoria, obedecer ao édito era considerado obedecer ao direito do Império. Para as causas envolvendo godos e romanos, criou o *comes Gothorum*, uma magistratura que deveria ser ocupada por membro do exército, o qual, em questões complexas, poderia consultar um *prudens* romano. É, portanto, de se crer que fosse ocupada por godos. Cabe também dúvida se os ostrogodos aplicavam efetivamente o Édito de Teodorico nas suas relações, eis que se tratava de um diploma legal essencialmente romano. Ao contrário dos visigodos, que já estavam dentro das fronteiras do Império desde finais do século IV, os ostrogodos ainda estavam no *limes* da Panônia quando começaram seu deslocamento para a Itália em 488. Só posteriormente se tornaram cristãos e se alfabetizaram, absorvendo então a cultura jurídica do Império. O mais provável é que, na época de Teodorico, fossem ainda muito pouco romanizados para deixar de aplicar seu direito primitivo.

³⁹⁶ Cassiodoro (Flavius Magnus Aurelius Cassiodorus Senator, 490-581) foi político, homem de letras e historiador do período ostrogodo na Itália. Escreveu várias obras, dentre elas sua *Historia Gothorum*, escrita entre 526-533, de que não dispomos nenhum exemplar, mas que serviu de base para outra, a *Gética*, de Jordanes, escrita em 552.

4.2 - A VULGARIZAÇÃO DO DIREITO ROMANO NA PENÍNSULA IBÉRICA

4.2.1 – Organização provincial e fiscal

O Império Romano durou mais de mil anos e é natural que seu direito tenha sofrido transformações durante esse longo período. A República deu lugar ao Principado e este ao Dominato. O direito, por sua vez, foi se adaptando a essa verdadeira ditadura teocrática, que acabou construindo uma aliança recíproca com o cristianismo. Mas a instauração do Dominato não evitou a decadência do poder imperial.

Para se ter uma ideia dessas transformações do direito nas províncias da Europa, cumpre remeter às mudanças havidas na organização política e administrativa do Império. Durante sua expansão, quando era conquistada uma província, era-lhe concedida uma *Lex provinciae* (*pro-vinci*, “para os vencidos”), fixando os impostos a serem pagos, a situação jurídica das correspondentes cidades, seus estatutos etc. De início, tal lei era de autoria do Senado, órgão que controlava as províncias³⁹⁷. Com o Principado, todavia, cada vez mais, certas províncias passaram para a administração direta do imperador. Os imperadores absolutistas desfibraram, a pouco e pouco, o Senado, atraindo suas prerrogativas e funções. As despesas maiores, assim, passaram a recair sobre o fisco imperial, que

³⁹⁷ Segundo BASTOS Meira, *Direito Tributário Romano*, ed.ufpa, 2013, pág. 89, no Principado, eram senatoriais as seguintes províncias: 1. Sicília, 2. Sardenha (depois imperial), 3. Ilíria, 4. Bética, 5. Macedônia, 6. Acaia, 7. África, 8. Ásia, 9. Bitínia (depois imperial), 10. Creta com Cirenaica, 11. Chipre (antes imperial), 12. Gália Narbonense (antes imperial).

se tornou responsável por cada vez mais serviços públicos, não só o pagamento e abastecimento do exército³⁹⁸.

Na Península Ibérica, conquistada logo depois da 2ª Guerra Púnica no século III AC, sua divisão se fazia pela Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior, ambas então provinciais senatoriais³⁹⁹. Mais tarde, no início do Principado⁴⁰⁰, a Hispânia Ulterior se dividiu em Lusitânia e Bética, e a Citerior passou a se denominar Tarraconensis. Todas foram transferidas à administração imperial, à exceção da Bética que continuou com o Senado, já que plenamente pacificada⁴⁰¹. No Baixo-império, Diocleciano empreendeu profundas reformas em todo o mundo romano. Primeiro, dividiu o Império numa Tetrarquia⁴⁰², com dois Augustos (ele e Maximiano) e dois Césares (Galério e Constâncio Cloro). De 48 províncias que existiam no Império no século III se passou a 104, que viraram todas imperiais. Criou-se a Prefeitura das Gálias, com capital em Treveris (Trier), à qual se subordinava a *diocesis hispaniarum*⁴⁰³, com capital em Emerita Augusta (Mérida). Dividiu a diocese em sete províncias: *Gallaecia*, *Lusitania*, *Baetica*, *Carthaginensis*, *Tarraconensis*, *Baleares* (o arquipélago) e *Tingitania* (no atual Marrocos⁴⁰⁴). Quanto às capitais, *Bracara Augusta* era a da Galécia, Emerita Augusta da Lusitânia e de toda a diocese, *Corduba* da Bética, *Carthago Nova* da

³⁹⁸ Vide, a respeito da tributação das províncias, a obra de Sílvio Augusto BASTOS MEIRA, *op. cit.*, pp. 88-99.

³⁹⁹ Ressalte-se que a conquista da Península ocorreu na República, não havendo então províncias imperiais, pois ainda não havia imperador.

⁴⁰⁰ ARCE, Javier, *El último siglo de la España Romana, 284-409*, pág. 44, Alianza Ed. 2009, cita duas reformas territoriais decisivas na Península na época do Principado: a de Augusto e a de Vespasiano, sendo que a segunda já prefigurava a de Diocleciano.

⁴⁰¹ Com as necessidades de defesa do Império, as províncias da Sardenha e Bitúnia passaram de senatoriais a imperiais e, por motivo oposto, Chipre e Gália Narbonense passaram de imperiais a senatoriais (BASTOS Meira, *op. cit.* pág. 89).

⁴⁰² Diocleciano controlava o Oriente e o Egito, tendo sua capital em Nicomédia; Maximiano a Itália e África proconsular (o atual Magreb), com capital em Mediolanum (Milão); já Galério tinha os Balcãs e o Iliricum, com capital em Sirmium, e Constâncio Cloro (pai de Constantino) tinha a Gália, a Britânia e a Hispânia, com capital em Treveris.

⁴⁰³ ARCE, Javier, *op. cit.* pág. 68, observa que com a reforma de Diocleciano, desaparece a menção a *conventus*.

⁴⁰⁴ Com a reforma diocleciana, a Tingitania se separou do resto da África e, curiosamente, se subordinava à prefeitura da Gália, com capital em Treveris.

Cartaginense, *Tarraco* da Tarraconense, *Palma* das Baleares e *Tingis*⁴⁰⁵ da Tingitânia.

A multiplicação das unidades administrativas do Império aumentou inevitavelmente a burocracia estatal, característica indissociável da Antiguidade Tardia romana. Nessa pirâmide, cada cargo e cada função restaram perfeitamente regulamentados na legislação, de forma convenientemente organizados⁴⁰⁶. No vértice se encontrava o imperador, com sua colméia de subordinados imediatos. Abaixo, ficavam os *praefecti praetorio*, a cargo das diversas prefeituras em que se dividiu o Império, cada qual com seu *officium* de subordinados diretos. Em seguida, existia o *vicarius*, encarregado de sua diocese, também ele com seu ministério. Já este último tinha sob sua jurisdição os governadores das províncias, podendo estes ser *consulares* (como na Bética e Lusitânia) ou *praesides* (nas demais menos importantes). Os governadores recebiam ordens diretamente do imperador e, eventualmente, de outros funcionários de alto escalão, como o *magister officiorum* ou o *comes sacrarum largitionum*⁴⁰⁷. Note-se que a reforma de Diocleciano separou o poder civil do militar.

Esse funcionalismo público vem descrito detalhadamente na *Notitia Dignitatum*, documento que contém o organograma da Administração tardo-imperial de que já falamos. Estima-se que o número total de funcionários civis no Baixo-império somasse 16 mil⁴⁰⁸. Cada *vicarius* teria uns 300, os governadores 50-100, o que totaliza 1500 na *diocesis Hispariarum*. Trata-se de um número considerável, mas bem inferior ao número de militares; lembre-se que a reforma de Diocleciano aumentou o contingente do exército de 300 mil para cerca de 400-500 mil.

Nas províncias, além dessa estrutura administrativa, existia uma assembleia, composta por expoentes das cidades locais, no mais das vezes

⁴⁰⁵ Note-se que *Tingis* era antes a capital da diocese da *Mauretania Tingitania*.

⁴⁰⁶ ARCE, Javier, *op. cit.* pág. 70.

⁴⁰⁷ ARCE, Javier, *op. cit.* pp. 70-72.

⁴⁰⁸ Mac Mullen, *HSrCPH*, 1964, apud. ARCE, Javier, *op. cit.* pág. 73.

nomeados pelo imperador. Dessarte, podiam se comunicar diretamente com Roma e se constituíram num fator de controle político do próprio governador local. Aliás, na administração provincial do Império, as elites locais lograram sobreviver quase intactas sob a autoridade romana, desde que fossem observados os termos do respectivo tratado de submissão que regulava a sua relação com a metrópole. Ora, Roma era uma cidade nos moldes da *polis* grega, típica da Antiguidade clássica, com a característica singular de se ter expandido e dominando o mundo: era uma cidade-Estado⁴⁰⁹, que incorporou o mundo ao seu território. Mas seu modelo político básico seguia sendo a *polis* clássica, com seus comícios de cidadãos, sua assembleia de notáveis (a Cúria ou Senado), além de magistraturas para funções públicas relevantes. As cidades das províncias reproduziram esse paradigma greco-romano da metrópole, criando suas próprias assembleias, sua Cúria ou seu Senado e suas magistraturas. As classes mais poderosas e romanizadas das províncias se submeteram naturalmente a essa nova ordem, e passaram a integrar os quadros dessa estrutura administrativa imperial. Vincularam-se ao poder imperial numa complexa rede de relações de parentesco e clientela. Vale aqui lembrar que a aristocracia provincial hispânica forneceu a Roma vários grandes imperadores, como Trajano, Adriano e, no Baixo-império, Teodósio. A família deste último possuía grande influência na Hispânia, e teve a ocasião de demonstrar sua fidelidade ao poder imperial ao resistir à revolta de Constantino III e Constâncio contra Honório, no início do século V⁴¹⁰.

Dentre as magistraturas provinciais, destaca-se a dos *Ilviri iure dicundo*, com funções jurisdicionais, além da prerrogativa de convocar os comícios e presidir a Cúria, com direito de veto. Cite-se também a dos *Ilviri aediles*, para a administração das cidades e a dos *quaestores*, para as finanças⁴¹¹. Já a Cúria, era

⁴⁰⁹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *Curso de Historia del Derecho Español*, Iustel, 2010, pág. 80.

⁴¹⁰ Como já mencionado, no cap. 2.3, durante a insurreição de Constantino III contra Honório, na Gália, os primos hispânicos do último, Didimo e Veriniano, ofereceram dura resistência ao exército liderado por Constante e Gerônimo para incorporar a Península à revolta contra Ravena, em 408/409.

⁴¹¹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pp. 80-82.

habitualmente composta por 100 representantes, os curiais, com mandato de 5 anos, à semelhança do Senado de Roma, observando-se um censo, o *album decuriorum*, elaborado pelos *duoviri quinquenales* de cada cidade. Para vigiar o bom funcionamento das instituições, investiu-se um inspetor, o *curator*, e, no final do Império, com Valentiniano I, criou-se um *defensor plebis*, nomeado pela Cúria, o que certamente reduzia sua independência.

Durante muito tempo, a carga fiscal do Império era suportada apenas pelos provinciais, pois os cidadãos romanos da Itália estavam isentos. Os bens patrimoniais do erário imperial e a contínua expansão do território, com o butim das conquistas militares, garantiam os ingressos necessários. A partir de Caracala, entretanto, todos os habitantes do Império se tornaram cidadãos romanos, e, em decorrência, os habitantes da Itália passaram a pagar os tributos da mesma forma que os provinciais.

Os impostos diretos⁴¹² eram 1) *capitatio*, 2) *lustralis collatio*, 3) imposto *in natura*, 4) imposto imobiliário ou territorial. A *capitatio* recaía diretamente sobre as pessoas, sendo que as mulheres pagavam a metade dos homens. Estavam, porém, isentos os soldados em campanha e veteranos, os anonários, os atuários, as entidades religiosas e os pintores livres. Os patrícios tampouco pagavam a *capitatio*, a qual, na hierarquia social, era cobrada dos decuriões para baixo. Diocleciano e Constantino criaram também outras isenções, como para a plebe urbana. A *lustralis collatio* incidia sobre os atos lucrativos dos comerciantes em geral, devendo ser paga de cinco em cinco anos. Algumas profissões, contudo, estavam isentas, como os pequenos produtores, pintores, operários, coveiros, clérigos, veteranos e marinheiros ocupados com o abastecimento⁴¹³. Dentre os impostos pagos *in natura* a *annona* é o mais famoso, pois se destinava diretamente a abastecer o exército. Quanto ao imposto imobiliário ou territorial,

⁴¹² Reporto-me aqui à relação expressa por BASTOS Meira, *op. cit.* pp. 28-30.

⁴¹³ Fato curioso sobre a *lustralis collatio* é que Alexandre Severo destinou aos teatros e circos o valor arrecadado sobre as meretrizes e *lenones*. Já Anastácio, em 501, extinguiu a *collatio* por considerá-la deplorável e indigna (BASTOS Meira, *op. cit.* pp. 33-34).

lembre-se que a Itália era isenta⁴¹⁴, por força do *ius italicum*, ao passo que as províncias eram extorquidas. A partir de Caracala, entretanto, com a *Constitutio Antoniniana*⁴¹⁵, de 212, foram gradualmente caindo as divisões entre itálicos e provinciais e entre patrícios e plebeus, estendendo a carga tributária a todos.

Quanto aos impostos indiretos⁴¹⁶, havia 1) a *vicesima hereditarium*, 2) *vicesima manumissionum*, 3) *venalitium*, 4) *quadragesimalitium*, 5) imposto sobre as minas, 6) imposto sobre o sal e 7) os impostos aduaneiros. A *vicesima hereditarium* foi criada por Augusto, pela *Lex Iulia*, a fim de suprir o exército e incidia sobre heranças e doações por morte, à razão de 5%. A instituição desse imposto provocou forte resistência, eis que o testamento era o principal negócio praticado por um romano. De qualquer forma, o espólio inferior a cem mil sestércios estava isento⁴¹⁷. Justiniano acabou abolindo-a. A *vicesima manumissionum* incidia sobre a libertação dos escravos, também à razão de 5% de seu valor. Ilustre-se aqui que, na República, os edis curuis eram a magistratura encarregada de supervisionar, entre outros, os negócios relativos aos escravos. Quanto à *venalitium*, ou *vectigal rerum venalium*, era o imposto incidente sobre as vendas de bens de consumo⁴¹⁸. Já a *quadragesima litium*, incidia sobre os processos judiciais, à razão da quadragésima parte do valor da causa. Quanto ao imposto sobre as minas, ele existiu em toda a história romana, salientando que podiam ser exploradas sem necessidade de prévia autorização. O imposto incidente sobre as minas de ouro era de objeto de regulamentação mais detida e o Código de Teodósio impunha sua venda ao fisco pelo preço arbitrado pelo poder público⁴¹⁹. A venda do sal foi objeto de monopólio estatal, assim como outros

⁴¹⁴ Cabe, porém, distinguir a *Italia Urbicaria*, em torno de Roma, que era totalmente isenta, da *Italia Annoniaria*, que pagava a *annona*, contribuição *in natura*.

⁴¹⁵ Lembre-se que, em 212, Caracala estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império, medida essa que tinha também finalidade fiscal.

⁴¹⁶ Trancreve-se aqui também a relação da mencionada obra de BASTOS Meira, pp. 28-30.

⁴¹⁷ BASTOS Meira, *op. cit.* pág. 43.

⁴¹⁸ Digesto, 50, 16, 17, & I: “*Publica vectigalia intelligere debemus, ex quibus vectigal fiscus capit, quale est vectigal portus, vel venalium rerum: item salinarum, et metallorum et piscariarum*”

⁴¹⁹ CTh, 11, 6: “*de metallariis, et metallis et procuratoribus metallorum*”.

produtos estratégicos (o cinábrio ou o bálsamo). O imposto cobrado era de criação antiga, possivelmente obra de M. Lívio e C. Cláudio⁴²⁰, censores da República. Por fim, o imposto aduaneiro, também denominado *portoria* ou *telonia*, recaía sobre as mercadorias objeto de importação. Estavam isentos os bens adquiridos para o fisco, os de uso pessoal, os destinados à agricultura, ao abastecimento do exército e aqueles para as lutas nos anfiteatros. Tampouco se cobrava sobre o escravo que estivesse acompanhando seu senhor. A exação não era uniforme entre as províncias, mas no século IV foi fixada em doze e meio por cento⁴²¹.

Citem-se também vários outros tributos, cujo estudo foge ao objetivo deste trabalho. É o caso do imposto sobre as janelas, sobre as portas e as colunas, as telhas, chaminés, e até urina⁴²² e matérias fecais. Havia também contribuições extraordinárias, como a *aurum coronarium* (coroa de ouro), cobrada pelos generais vitoriosos para custear os gastos com a comemoração de seu triunfo, o que era muito impopular. Na verdade, os tributos acompanhavam as mudanças de cada época. No período imperial, os impostos não foram muito gravosos, cobrando-se mais os indiretos e aqueles sobre as rendas agrícolas; já no Dominato foram extorsivos e o que mais onerava as províncias eram as requisições extraordinárias de guerra e os confiscos.

De fato, com as reformas de Diocleciano, impôs-se a obrigatoriedade de os curiais ocuparem seus respectivos cargos na administração provincial, incumbência essa de cunho hereditário. Dessa forma, suas propriedades, muitas vezes uma concessão imperial, arcavam com o grosso da carga tributária, carga essa que os curiais obviamente repassavam à população a eles subordinada. Como os tributos eram mais fáceis de arrecadar entre os habitantes das cidades, a

⁴²⁰ BASTOS Meira, *op. cit.* pág. 53.

⁴²¹ MARQUARDT, J, *De l'organisation financière chez les romains*, Ed. Thorin, 1888, pág. 349, apud BASTOS Meira, *op. cit.* pág. 55.

⁴²² Transcreva-se, a propósito, Suetônio, em “*Os doze Césares*”, no capítulo sobre Vespasiano, 23: “*Censurou-lhe seu filho Tito por ter criado um imposto sobre a urina. Vespasiano, juntando-lhe ao nariz a primeira moeda recebida do novo tributo, interrogou-lhe se se sentia incomodado com o cheiro. Tito respondeu que não. ‘Sem embargo’, retrucou-lhe o imperador, ‘provém da urina’*”.

população gradativamente começou a abandoná-las, gerando uma fuga para o campo. A economia da época áurea, marcada pela pequena propriedade, foi substituída pela latifundização, sobretudo na Península Ibérica. As terras se tornaram grandes unidades fechadas gravitando em torno de uma vila de matiz romana. Aos camponeses inadimplentes com o fisco só restava alienar sua própria liberdade para essa aristocracia rural, em troca de sustento e proteção, vinculando-se pelo o *patrocinium*⁴²³. Formou-se, assim, um grande campesinato rural vassalo de grandes proprietários de terra, que os utilizava como exército particular, os *bucellarii*⁴²⁴. O campo se tornou inseguro e estouraram várias revoltas de caráter bagauda, como as do Ebro, em meados do século V⁴²⁵. Essa, enfim, era a situação das províncias europeias do Baixo-império, notadamente a Península Ibérica.

⁴²³ O *patrocinium*, nas palavras de Ennio CORTESE (*op. cit.* pp. 60) representa “*l’instaurazione di un vincolo inscindibile tra il contadino e la terra, sancito dall’Impero soprattutto perché nessun fondo diventasse improduttivo e sfuggisse alla fiscalità sfrenata.*”

⁴²⁴ Os bucelários formavam uma gurma privada dos grandes proprietários de terra no Baixo-império, sobrevivendo inclusive no reino visigodo. Ao contrário do *patrocinium* que encerrava um vínculo com a terra, o bucelariato acarretava um vínculo pessoal de lealdade do vassalo com seu senhor, o *obsequium*, o qual poderia ser desfeito com a devolução dos bens consignados ao bucelário, geralmente armas e uma porção de terra.

⁴²⁵ Vide cap. 2.2.

4.2.2 – Direito de família

O direito romano clássico tinha chegado à definição de diversas instituições jurídicas estruturais, como as pessoas, a família, as coisas, as obrigações e as ações, como meio de exercer os direitos em questão. Essas instituições jurídicas, entretanto, vão sofrer algumas adaptações no Baixo-império, com a decadência do poder imperial, a ruralização das relações econômicas e também o cristianismo. Muito da sistematização originária se perde, mas algumas instituições sobrevivem, passando por um processo de flexibilização e até de humanização, notadamente na Península Ibérica.

No que diz respeito às pessoas, sujeitos de direito, lembre-se de que, no direito romano clássico somente os homens livres tinham plena capacidade jurídica⁴²⁶. Os escravos, em princípio, eram objeto de direito, coisas, mas gradualmente se lhes reconheceu alguma capacidade postulatória e o direito de serem proprietários de bens. De fato, em caso de danos causados pelo escravo, a lei de Urso⁴²⁷ dá a entender que o lesado tem direito de ação diretamente contra o escravo e não seu dono⁴²⁸. E o cristianismo, embora não tenha extinguido a escravidão, impôs-lhe um tratamento mais humanitário. Quanto às mulheres, conheceram esta maior autonomia jurídica com a vulgarização do direito, notadamente na Península. Por exemplo, a incapacidade sucessória prevista na *Lex Voconia*⁴²⁹, de 169 AC, foi se tornando letra morta. De igual forma,

⁴²⁶ No direito romano clássico, a plena capacidade jurídica era atingida aos vinte e cinco anos, indo até os setenta; já no direito romano vulgar, era reconhecida com a puberdade aos quatorze anos, terminando aos sessenta (RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 86).

⁴²⁷ A *Lex Ursonensis*, promulgada por Marco Antônio em 44 AC, era a lei reguladora da colônia romana de *Genetiva Iulia*, acreditando-se que seguia um padrão aplicado a outras colônias estabelecidas na Hispânia.

⁴²⁸ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 87.

⁴²⁹ A *Lex Voconia*, aprovada em 169 AC pelas *concilia plebis*, segundo proposta do tribuno da plebe Voconio Saxa, proibia que alguém recebesse em legado mais do que havia recebido o herdeiro. De quebra, vedou também às mulheres de receberem legados superiores a 100 mil azes, no intuito de proteger a descendência agnática.

flexibilizou-se também o costume que proibia às mulheres serem fiadoras do tutor de seus filhos⁴³⁰.

O conceito de *patria potestas* também, de sua parte, sofreu algumas mutações no Baixo-império, as quais refletiram no direito visigótico. Aliás, a própria estrutura da família romana se alterou desde o período clássico da República. Já não era exatamente aquela estrutura familiar de cunho agnático⁴³¹, célula política elementar do próprio Estado, com o *pater familias* detendo poderes quase absolutos sobre sua mulher, seus filhos (estes mesmo depois de casados), netos e agregados. A estrutura familiar foi gradativamente se adaptando para priorizar os vínculos sanguíneos de parentesco à discricionariedade do *pater familias*, embora o poder paternal da época clássica nunca tenha desaparecido. Manteve-se ainda, de certa forma, no direito justiniano. Com o cristianismo, todavia, as relações entre pais e filhos acabaram ganhando regulamentação legislativa própria, levando-se mais em consideração o vínculo de parentesco do que a soberania paterna. O pátrio poder reduziu-se a uma simples disciplina doméstica, no interesse primordial dos filhos.

Entre os povos germânicos, contudo, não há que se falar num pátrio poder à romana. A subordinação do filho ao pai durava enquanto este estivesse na casa paterna, e terminava quando atingia a idade de portar armas. O pátrio poder derivava de laços menos artificiais, como a natureza, os costumes e as relações domésticas: era como um *Hausherrschaft*⁴³². A essa teia de relações que pavimentam o pátrio poder germânico se dá o nome de *Mundium*, o qual se

⁴³⁰ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 86.

⁴³¹ Transcreva-se aqui a definição da família agnática nas Instituições de Gaio: “*G.I.156: Sunt autem agnati per virilis sexus persona cognatione iuncti, quasi a patre cognati, veluti frater eodem patre natus, fratris filius neposve ex eo, item patruus et patrum filius et nepos ex eo. At hi, qui per feminis exus personas cognatione coniunguntur, non sunt agnati, sed alius naturali iure cognati.*” (São agnatos aqueles que são conjugados por parentesco de linha masculina, como de um pai comum. Assim, por exemplo, o irmão nascido do mesmo pai, o filho do irmão e seu neto, e assim ainda o tio e o filho e o neto do mesmo. Ao passo que aqueles unidos por parentesco de linha feminina não são agnatos, mas cognatos, ou seja, ligados por um parentesco natural).

⁴³² MERÊA, Paulo, *Estudos de Direito Visigótico, O Poder Paternal na Legislação Visigótica*, Acta Universitas Conimbrigensis, 1948, pág. 2.

aproxima do conceito romano no Baixo-império sem, contudo, a ele se igualar. Dele, porém, o pátrio poder germânico sofreu influências, daí para formar o conceito próprio que perdurou na sociedade visigótica.

De fato, dentre as potestades paternas do direito romano clássico, que foram atenuadas no Baixo-império, cite-se o poder de vida e morte que os pais tinham sobre os filhos, o *ius vitae ac necis*. Na *antiqua* do *Liber Iudiciorum*⁴³³, a prática já vinha condenada, assim como o eram a exposição⁴³⁴ e o direito de venda⁴³⁵. O poder do pai sobre os filhos vem se assemelhar mais a um dever de educação e correção, dever este que se estende à mãe e aos avós. Paulo Merêa, entretanto, lembra que na falta do pai, os irmãos e tios ainda detinham o poder de matar a filha adúltera e seu amante, quando pegos no ato; isso tanto na lei visigótica⁴³⁶ quanto na romana⁴³⁷.

Quanto ao casamento, o direito romano tardio também apresentou mudanças relativamente ao período clássico. Na época clássica, o casamento existia “*pelo simples facto de um homem e uma mulher, entre os quais existe “ius conubii” e se não verifica qualquer impedimento, conviverem com a efectiva intenção de serem marido e mulher*”⁴³⁸. Exigia assim um elemento material, a convivência, e um espiritual, a *affectio maritalis*. A prova da *affectio* advinha de certas práticas sociais, como o *ius conubii*, a declaração jurada, a constituição de dote ou a celebração de ritos religiosos para tanto. Finda a *affectio*, o *matrimonium*⁴³⁹ poderia ser extinto por divórcio sem nenhum ato formal ou

⁴³³ *Liber Iudiciorum*, VI, 5, 18, dispositivo que se repete na Lei de Chindasvindo sobre infanticídio (VI, 3, 7).

⁴³⁴ *Liber Iudiciorum, antiqua*, IV, 4, 1.

⁴³⁵ Código de Eurico, cap. 299, *Liber Iudiciorum, antiqua*, V, 4, 12.

⁴³⁶ *Antiqua* III, 4, 5.

⁴³⁷ Sentenças de Paulo, II, 26, 1 e 7.

⁴³⁸ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *História do Casamento em Portugal*, Universidade Católica Ed. Lisboa 2013, pág. 12.

⁴³⁹ Cite-se a definição de *matrimonium* por Modestino (D. 23,2,1): “*Nuptiae sunt coniunctio maris et feminae et consortium omnis vitae, divini et humani communicatio*”. Cite-se também a definição contida nas Institutas justinianéias (I, 1, 9, 1): “*Nuptiae autem sive matrimonium est viri et mulieris coniunctio, individuum consuetudinem vitae continens*” (*apud*. ESPINOSA, *op. cit.* pág. 14).

intervenção judicial⁴⁴⁰. Já na época pós-clássica, por influência do cristianismo, o divórcio passa a ser combatido e só permitido em *iustae causae*. Uma constituição de Constantino, incorporada ao Código de Teodósio (C. Th. 16.1), permite o divórcio para a mulher, se o marido fosse homicida, violador de sepulcros ou envenenador; para o homem, se a mulher fosse adúltera, envenenadora ou alcoviteira. O divórcio bilateral continuava sendo possível. Mais tarde, uma constituição de Honório e Constâncio II (C.Th. 3,12,2) prevê como *iustae causae* o *magna crimina* ou *graves causae* e *morum vitia* e *mediocres causae*, hipóteses essas que tinham consequências patrimoniais distintas⁴⁴¹. Já Justiniano restringe mais ainda as causas de divórcio lícito, cominando severas penas contra o cônjuge repudiante que agir fora da lei, como encarcerá-lo num mosteiro perpetuamente, com a perda de seu patrimônio⁴⁴². Outro aspecto da transformação está nos *sponsalia*, promessa recíproca de casamento, que, a partir do século IV, passam a gerar um vínculo obrigatório, provocando a perda da *arrha sponsalitia* dada em garantia, em caso de descumprimento. A rigor, a *sponsalia* passa a apresentar a natureza de *initium matrimonii*⁴⁴³, gerando desde logo o dever de fidelidade e criando impedimentos matrimoniais.

No direito germânico antigo, por outro lado, a mulher ainda figurava como um objeto de transação, em que o titular do *mundium* o alienava num negócio sponsalício. Ressalte-se aqui que o noivado não equivalia exatamente a uma compra e venda de um simples objeto, mas, sim, a um acordo entre a *Sippe* da noiva e a do noivo, para transferência do *Mundium*, o que eleva a cerimônia a uma alçada religiosa. Caso não houvesse a aquiescência do titular do *Mundium* sobre a noiva, o mesmo continuava sob a titularidade original, e o casamento era reputado

⁴⁴⁰ ESPINOSA, Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 13.

⁴⁴¹ ESPINOSA, Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 15.

⁴⁴² *Novellae* 134, II, de 556, *apud* ESPINOSA, *op. cit.* pp. 15-16.

⁴⁴³ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 17.

como mero *Friedelehe*⁴⁴⁴, isto é, uma união tolerada, mas não oficial. Entre os romanos, no Baixo-império, por influência do cristianismo, esse direito de decidir sobre o matrimônio da filha se transformou num simples direito de veto, enquanto fosse ela menor de idade⁴⁴⁵. No direito visigótico, o pai conservou o direito de desposar a filha solteira, mesmo contra sua vontade⁴⁴⁶. Mas a mãe também era ouvida, mesmo que o pai ainda fosse vivo. Morto este, tal poder passava para a mãe, e, na sua falta, aos tios paternos, caso os irmãos não fossem maiores. Para os filhos varões, a autorização tornava-se inexigível a partir dos 14 anos de idade⁴⁴⁷.

O poder paternal incluía também a utilização do trabalho dos filhos, isso tanto no direito romano pós-clássico quanto no germânico. No direito romano tardio, porém, foi-se progressivamente reconhecendo aos filhos a propriedade de um pecúlio seu e dos bens deixados em herança por sua mãe, direito esse que a legislação visigótica endossou. Com efeito, o capítulo 321 do Código de Eurico, instituía o usufruto do pai sobre os bens particulares dos filhos, até que este formasse lar próprio. Esse pecúlio particular do filho normalmente derivava dos ganhos auferidos em expedições militares, o pecúlio castrense, e a lei visigótica, à semelhança da romana, impunha ao filho, quando detinha algum patrimônio, o dever de ajudar na manutenção da casa paterna, enquanto lá ainda estivesse.

O direito romano pós-clássico conheceu também uma crescente influência da mãe dentro do seio familiar. O pátrio poder não só veio a ser exercido simultaneamente pela mãe, mas, sobretudo, por esta em substituição ao pai, na falta do último. À mãe viúva, passou-se a reconhecer uma verdadeira *potestas* materna⁴⁴⁸. Com a decadência da família agnática romana, a influência materna cresceu consideravelmente, sobretudo na educação e na correção dos filhos,

⁴⁴⁴ *Friedelehe* é uma expressão empregada por Herbert MEYER, em sua obra *Friedelehe und Mutterrecht*, Weimar 1927, para designar a união estável germânica do início da Idade Média, união essa que teria sido declarada ilegítima pela Igreja no século IX.

⁴⁴⁵ MERÊA, Paulo, *op. cit.* pp. 5-7.

⁴⁴⁶ Antiqua, III, 1, 2.

⁴⁴⁷ Antiqua, III, 1, 3.

⁴⁴⁸ MERÊA, Paulo, *op. cit.* pág. 11.

notadamente pela viúva. E tal tendência se manifestou também na lei visigótica, pois não é sem razão que o Código de Eurico, no cap. 320, se refira à expressão *in potestates parentum*, para abranger pai e mãe. A influência do cristianismo é vital para se compreender essa evolução, pois a mulher ganhou especial importância na sociedade cristã, e isso irá repercutir tanto no direito romano tardo-imperial quanto no visigótico. Este último, por sua vez, recebeu igualmente a influência das culturas matriarcais celtibéricas pré-romanas, em que as mulheres desempenhavam papel vital. Vale aqui repetir as palavras de Rafael Ureña a respeito:

Al propio tiempo, se preodeuce un curiosísimo y transcendental fenómeno: al calor de los principios del Derecho bárbaro renacen antiquísimas costumbres y tradiciones jurídicas de la España primitiva, yacían como muertas y olvidadas bajo la losa sepulcral de la unidad romana. Al contacto del Derecho germánico, resurge de su tumba el Derecho celtibérico. Y el uno para los vencedores, y el outro para los vencidos, dibujan instituciones similares en el mismo y uniforme fondo de la legislación romana. La dote cántabra y la dote germánica; la comunidad económica del matrimonio celtibero y los gananciales visigóticos; la *matria potestas* de las antiguas tribos hispánicas y la autoridad tutelar de la madre en la familia goda; los felices atisbos del Consejo o junta de parientes en nuestro derecho primitivo y en las legislaciones germánicas (...)⁴⁴⁹

De fato, o matriarcalismo continuou existindo, sobretudo no Norte de origem celta, dada a tradição de autonomia das mulheres naquela sociedade⁴⁵⁰. Aliás, os casamentos entre cidadãos romanos e provinciais hispânicos também trouxeram questões controvertidas. A *Lex Ursonensis* convalidava os matrimônios realizados entre cidadãos romanos e mulheres ibéricas, estendendo a estas a cidadania romana. Os casamentos mistos com bárbaros (de fora do Império), entretanto, foram condenados pelo Código de Teodósio e pela legislação

⁴⁴⁹ UREÑA y Smenjaud, Rafael, *Legislación gótico-hispana: estudio crítico*, Urgoiti Editores, 2003, pág. 247.

⁴⁵⁰ Lembre aqui as acusações feitas contra Prisciliano, no Concílio de Saragoça de 380, de incluir mulheres no culto cristão, costume de indiscutível origem celta.

visigótica, só voltando a ser permitidos com Leovelgildo, em seu *Codex Revisus*⁴⁵¹.

Outro ponto importante diz respeito ao momento em que cessava o pátrio poder, havendo diferenças entre o direito romano e o germânico. No direito romano, inclusive no período pós-clássico, o pátrio poder assumia um caráter perpétuo, mesmo no Baixo-império quando essa instituição se definhou. Já entre os povos germânicos, este cessava quando o filho constituía uma economia própria, geralmente por ocasião de seu casamento. Quanto às filhas, isso ocorria se contraíssem um casamento legítimo, pois, caso contrário, não se transferia o *Mundium* ao seu marido, mesmo que fossem toleradas as uniões informais⁴⁵². A rigor, as diferenças entre as duas culturas não impediam fortes traços comuns, pois a maioria decorrente da prestação de serviço militar, em Roma, equivalia *grosso modo* à maioria que um germânico atingia quando possuía condições de portar armas. No direito visigótico, a influência romana se revela nítida, pois, pelo casamento do filho ou da filha, o pai deveria entregar a respectiva parte da herança materna, ficando com o usufruto de uma terça parte. E, independentemente do casamento, quando filho ou filha completasse vinte anos receberiam os bens maternos⁴⁵³.

A emancipação não existia no direito germânico primitivo, mas acabou sendo incorporada a ele por influência do direito romano. A fórmula visigótica XXXIV dispunha que “*prisca consuetudo et legum decreta sanxerunt ut patres filios in potestate habentes tempore quo perfectos in eos praespexerint annos (...) percipiant, quod tamen patres ipsi, si voluerint, concedant*”⁴⁵⁴. Dela se desprende que o pai costumava dar ao filho emancipado parte de sua herança, mas se tratava de um ato voluntário (*si voluerint*). No ato, era redigida uma cártula e se determinava quais bens o filho receberia.

⁴⁵¹ O assunto será tratado mais detidamente no cap. 4.6 adiante.

⁴⁵² MERÊA, Paulo, *op. cit.* pp.17-18.

⁴⁵³ Código de Eurico, cap. 321, *antiqua* IV, 2, 13.

⁴⁵⁴ MERÊA, Paulo, *op. cit.* pág. 21.

Por fim, quanto às sucessões, no período clássico, quase não se morria sem testamento (*abintestato*), ato jurídico de suma importância na vida romana. Já no direito romano vulgar, e na Península, isso não ocorria tão frequentemente, tendo validade tanto o testamento oral perante testemunhas, o *nuncupatio*, quanto o codicilo. Como compensação dessa flexibilidade, ganha importância o testamenteiro como pessoa de confiança do defunto, para dar execução à sua última vontade. Lembrem-se aqui das considerações tecidas anteriormente acerca do *testamentum militis*.

4.2.3 – Direitos reais

No que diz respeito aos direitos reais, o direito romano clássico distinguia o *dominium* da *possessio*, o que, com a sua vulgarização, passou redundantemente a se denominar *possessio*. Ora, propriedade e posse não se confundem. Pode-se ter a propriedade sem a posse e pode-se ter a posse sem a propriedade. A posse é um fato, já a propriedade implica num vínculo jurídico mais complexo, com poder de usar, gozar e dispor da coisa. O direito romano clássico compreendia perfeitamente essa distinção, mas isso foi perdendo sentido com a decadência do Império, passando qualquer *ius in re* a se denominar *possessio*, fosse usufruto, arrendamento ou enfiteuse⁴⁵⁵. Na Península, vale lembrar que as terras eram propriedade do Senado ou do imperador, conforme a respectiva divisão entre províncias senatoriais ou imperiais. E, assim, os habitantes não tinham senão a posse, embora lhes fossem facultados os correspondentes direitos à defesa em juízo, os interditos, daí decorrer facilmente a identificação da posse com o domínio.

⁴⁵⁵ Passim RODRIGUEZ Gil, Magdalena, op. cit., pp. 87-88.

Lembre-se de que, até o século III DC, os provinciais eram os únicos a pagar impostos sobre a posse da terra, à diferença dos cidadãos romanos na Itália, cujas propriedades tinham a natureza quiritária. Esclareça-se aqui que a propriedade quiritária (*Dominium ex iure Quiritium*) era aquela, existente desde os tempos antigos, regulada pelo *ius civile*, ou direito quiritário. Seu titular deveria necessariamente ser um cidadão romano ou ter o *ius civitatis*, e sua forma de aquisição deveria igualmente obedecer ao *ius civile*⁴⁵⁶. Esse excesso de rigidez foi responsável pelo surgimento gradativo da propriedade dita pretoriana, que podia ser adquirida não apenas por romanos, mas também por estrangeiros, e sua forma de aquisição era mais simples. Surgiu a partir do direito pretoriano, pois os pretores passaram a proteger o direito de uma pessoa que, comprando uma *res Mancipi*, a recebia do vendedor por meio de simples *traditio*, sem as solenidades da *mancipatio*⁴⁵⁷. Já a propriedade provincial, pertencia ao Estado, ou seja, ao povo romano nas províncias senatoriais, ou ao imperador nas províncias imperiais. Podiam ser usadas pelos provinciais ou por romanos, por meio do *usus*, do *fructus*, do *possessio* ou *herbere possidere*. Por tal uso da terra, pagava-se um tributo anual denominado *agri stipendiarii* ou *agri tributarii*⁴⁵⁸. Dessarte, na Itália,

⁴⁵⁶ As características da propriedade quiritária eram a ilimitariedade, a imprescritibilidade e a elasticidade. Segundo a primeira característica, a propriedade se estendia *usque ad coellum et usque ad inferos* (até o céu, no espaço aéreo, e o inferno, no subsolo). Pela imprescritibilidade, seu dono não a perderia se não fizesse uso da mesma, salvo *usucapio*. E pela elasticidade, quando a propriedade fosse gravada com direito real sobre coisa alheia, a extinção deste estendia e consolidava a propriedade nas mãos do dono. Tal direito era tutelado por uma *actio in rem* específica: a *rei vindicatio*.

⁴⁵⁷ A *mancipatio* era a forma privada de transferência da propriedade no direito romano clássico. Vinha regulada na Lei das Doze Tábuas, e só era praticada por cidadãos romanos (*quiritus*). Envolviam bens essenciais da época, como a terra, os instrumentos de trabalho agrícola, os escravos etc., os denominados *res Mancipi*. Comportava uma solenidade levada a efeito perante testemunhas, também cidadãos romanos, e uma balança, onde se lançava o dinheiro envolvido. Caiu em desuso com o Código de Justiniano, que aboliu a distinção entre *res Mancipi* e *res nec Mancipi*. Já a *traditio* era a forma de venda mais informal, originariamente praticada por peregrinos, segundo o *ius gentium*, mas que acabou predominando no Baixo-império, inclusive para terras. Comportava apenas a entrega do bem mediante o pagamento.

⁴⁵⁸ Transcreva-se aqui a distinção das terras provinciais nas Institutas de Gaio (2.21): “*In eadem causa sunt provincialia praedia, quorum alia stipendiaria, alia tributaria vocamus. Stipendiaria sunt ea quae in is provinciis sunt quae propriae populi romani esse intelliguntur. Tributaria sunt ea, quae in is provinciis sunt quae propriae Caesaris creduntur.*” (As províncias são terras estipendiárias ou tributárias. As províncias estipendiárias são aquelas

para a alienação de terras, fazia-se necessária uma série de solenidades, a fim de se verificar a certeza do domínio, a *mancipatio*, o que não se impunha nas províncias, como na Hispânia, dado o fato de o título sobre elas ser meramente possessório.

Por sinal, a existência de concessões agrárias de caráter enfiteutico, na época visigótica, foi objeto de muita discussão entre os historiadores. Alguns autores, como Gama Barros⁴⁵⁹, entendem que o mais comum eram as enfiteuses nos moldes romanos, por tempo indeterminado, vitalícias, só resgatáveis se o enfiteuta não pagasse o *canon* anual. Outros autores apontam também para a existência de posses a título mais precário, por tempo determinado. De fato, Paulo Merêa⁴⁶⁰ salienta que a fórmula visigótica XXXVI, que trata da escritura de uma “precária”, não prevê prazo de duração do respectivo contrato, considerando-a assim por tempo indeterminado. Nela está disposto que o precarista poderia ser despejado na falta de pagamento do *canon*, criando assim dúvidas se a mesma seria igualmente revogável *ad nutum*. Conclui o autor, contudo, que, no caso de falta de pagamento, o senhorio poderia proceder ao despejo sem qualquer formalidade, mas isso não excluiria a possibilidade de pleitear o despejo nos tribunais por outro motivo. De qualquer forma, o fato de existirem “precárias” por tempo indeterminado não significa que as mesmas fossem vitalícias ou hereditárias, como as enfiteuses romanas.

Paulo Merêa lembra as características da enfiteuse romana que foi adotada no Breviário de Alarico⁴⁶¹: perpetuidade, alienabilidade, obrigação de cultivar e de pagar o *canon*, sob pena de perda do imóvel. Salienta, todavia, que a legislação

pertencentes ao povo romano (Senado) e as tributárias são as de propriedade de César) (*apud* BASTOS Meira, *op. cit.* pág. 38).

⁴⁵⁹ GAMA Barros, Henrique, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, III, pág. 371, *apud* Paulo MERÊA, *op. cit.* pág. 186.

⁴⁶⁰ MERÊA, Paulo, *op. cit.* pág. 185 e segs.

⁴⁶¹ Código de Teodósio, II, 25, I e *interpretatio*; III, 30, 5 (=III, 19, 3, no Breviário) e *interpretatio*; rubrica do Código de Teodósio, X, 3 (=2 no Breviário); Código de Teodósio, X, 3, 2 (=X, 2, I no Breviário) e *interpretatio*; *Novellae* Valentiniano 27 (=8 no Breviário), do a. 449, *apud* Paulo MERÊA, obra citada, pág. 192.

tardo-imperial adotada no Breviário se refere a enfiteuses de terras públicas, não de particulares, e assim põe em dúvida se estas subsistiram na Península, no século VI em diante. É muito possível que sim, só que, com o desaparecimento da autoridade imperial, o senhorio romano deixou de existir. No caso, o mais provável é que sua posição tenha sido substituída pela aristocracia goda e pela Igreja. Note-se que, na legislação justinianeia, de outra parte, o que ocorreu foi a unificação das várias formas romanas de *ius in re*. Dispensou-se qualquer formalidade da *mancipatio*, e a propriedade se fez transmissível por simples *traditio*, desde que pagos os impostos.

Na Península, além do mais, teve grande destaque a atividade mineira, em que o titular da terra tinha sua concessão perpétua, também designada como *possessio*, ao passo que o explorador da jazida possuía seu domínio útil, geralmente por cinco anos renováveis⁴⁶². Já as servidões eram verbais, ao contrário das da Itália, que observavam as solenidades da *mancipatio*. Tampouco se verifica a usucapião, como forma de aquisição do domínio por uso ao longo do tempo, já que ninguém tinha efetivamente o domínio da terra.

4.2.4 – Direito das obrigações

No âmbito das obrigações, a vulgarização do direito no Baixo-império também trouxe alguma confusão nos respectivos conceitos. Vale aqui deter-se no exame da compra e venda, quiçá a principal fonte das obrigações. Paulo Merêa⁴⁶³ nos ensina que, a partir de Constantino, a compra e venda foi abandonando sua forma consensual clássica, de “*gerador de meras obrigações e causa dum acto*

⁴⁶² RODRIGUEZ Gil, Magdalena, op. cit., pág. 88.

⁴⁶³ MERÊA, Paulo, *Estudos de Direito visigótico*. 1948, pág. 84 e segs.

translativo de propriedade (mancipatio, traditio), mas sim como um acto de que imediatamente resultava um efeito translativo”. A vulgarização tornou assim a compra e venda romana clássica mais parecida com um contrato real do que consensual, algo como um escambo do produto pelo preço.

Tal transformação coincide com a natureza da compra e venda no direito germânico, mas fica difícil aí de enxergar alguma influência sua. É mais provável que tenha decorrido da decadência e da mentalidade popular, à qual as categorias clássicas nunca foram verdadeiramente acessíveis. A tendência foi se firmando para que a compra e venda se tornasse, como em tempos primitivos, um ato sintético e instantâneo (*Bargeschäft*⁴⁶⁴), representando uma permuta do objeto pelo preço e parecendo-se, portanto, com uma troca. Pago o preço e entregue a coisa, o contrato se exaure. Para que se chegasse a essa situação, muito contribuiu a disseminação do hábito de elaborar escrituras de venda, pois estas representariam o exaurimento da transação, com a entrega do respectivo preço. A escritura supria a falta de testemunhas do ato de pagar o preço, o que significa, por outro lado, que, na falta de escritura, as testemunhas serviam para provar o pagamento do preço.

No direito romano, a transferência da propriedade na compra e venda só ocorria se fosse pago o preço⁴⁶⁵, mesmo que observadas todas as solenidades da *mancipatio* ou da *traditio*. O simples acordo de vontades e a observância dessas formalidades não tinham, por conseguinte, o condão de garantir ao comprador a transferência da coisa. Nesse sentido, tanto o Código de Eurico⁴⁶⁶, lei para os

⁴⁶⁴ MERÊA, Paulo, *op. cit.* pág. 85.

⁴⁶⁵ Paulo, II, 17, I e 7 (glossemas); *Interpretario* Paulo, I, 13, 4; II, 18, 10; Código de Eurico, 286, 292 e 296, *apud* Paulo MERÊA, *op.cit.*, 1948, pág. 85.

⁴⁶⁶ *Lex Visigothorum* V, 4, 3: “*Venditio per scripturam facta plenam habeat firmitatem. Si etiam scriptura facta non fuerit, datum praetium testibus comprobatur, et emptio habeat firmitatem*”. (Para que a venda se considere perfeita e irreformável, é necessário que se redija a costumada escritura, ou, se o acto não tiver sido documentado nos termos gerais da lei, que se possa provar por meio de testemunhas que o preço foi entregue ao vendedor) *apud* MERÊA, Paulo *op. cit.*, 1948, pág. 87.

godos de inspiração romana, quanto o Breviário de Alarico⁴⁶⁷, lei para os romanos dominados, estipulam que a propriedade só se transferia com o pagamento do preço. E tal estipulação seguirá constando do *Liber Iudiciorum*, na parte da *antiqua*. Note-se que a presença de testemunhas que atestem o pagamento do preço, na falta de uma escritura, é um traço visigótico, e atende a um requisito de publicidade, embora decorra também das leis romanas⁴⁶⁸. Ao contrário dos tempos clássicos em que o acordo de vontades produzia apenas obrigações, no final do Império, a venda se tornara firme com um ato instantâneo.

Caso particular é o da venda de um escravo. A *Lex Visigothorum* V, 4, 16 estabelece que se o servo for comprado com o seu próprio pecúlio, ignorando o senhor a proveniência do preço, a venda ficará sem efeito, visto que o vendedor não recebeu um verdadeiro preço, mas sim um valor que indiretamente lhe pertencia⁴⁶⁹, considerando que o servo lhe pertencia. Merêa salienta, a propósito, que, numa lei de Diocleciano, nessa mesma hipótese, o senhor do escravo teria somente ação para pedir o preço⁴⁷⁰. Segundo o direito romano, portanto, o negócio seria válido, gerando a obrigação para o comprador de pagar o preço; mas, na era pós-clássica, seria ineficaz, por lhe faltar o elemento essencial da entrega do preço. Não se deve, porém, enxergar aí o surgimento de contratos reais, já que só despontaram em época bem posterior⁴⁷¹.

Outra questão que se apresenta é a do pagamento parcial. No direito pós-clássico, a venda só produzia efeitos quando houvesse desembolso, mesmo que

⁴⁶⁷ *Interpretatio*, Sentenças de Paulo, II, 18, 10: “*In contractibus emti et venditi, qui bona fide inentur, venditionis instrumenta superflue requiruntur, si quocumque modo res vendita, dato et accepto pretio, qualibet probatione possit agnosci*”. apud MERÊA, Paulo, *op. cit.*, 1948, pág. 87.

⁴⁶⁸ *Fragmenta Vaticana*, XXXV, 4, através do Código de Teodósio, III, 1, 2 e respectiva *Interpretatio*.

⁴⁶⁹ “*Si servus de peculiosuo fuerit emptus, et hoc dominus eius forte nescierit, de domini potestate no exeat; quia praetium, sed res servi sui, dum ignorat, accepit*”.

⁴⁷⁰ MERÊA, Paulo, *op. cit.*, 1948, pág. 89.

⁴⁷¹ Otto von GIERKE, em *Schuld und Haftung*, pág. 84, defende a existência de contratos reais já entre os francos, ideia que é combatida por Paulo MERÊA, *op. cit.* pág. 89, citando também nesse sentido SCHRÖDER-KÜNSSBERG, *Lehrbuch*, pág. 325.

parcial; se o vendedor não teve a satisfação completa, podia reclamar o resto do preço. A restituição da coisa vendida só caberia se pactuado expressamente nesse sentido. Tal norma transparece das Sentenças de Paulo⁴⁷², compiladas no Breviário, que excluem a hipótese de o vendedor reaver a coisa na falta do resto do pagamento, sem acordo expresso nesse sentido. Outro tratamento têm as arras: alguns autores, como Gierke, entendem que, no direito visigótico, o vendedor ficaria obrigado pela aceitação das arras; mas a maioria entende que o Código de Eurico traduz a concepção tradicional germânica de que as arras não garantem ao comprador a entrega da coisa vendida, devendo apenas ser-lhe restituídas em caso de desistência. As arras representariam, pois, um preço simbólico, comprovante do pacto: quiçá uma forma de *launegild*⁴⁷³. Os autores discutem, todavia, a origem desse preceito euriciano, enxergando nele uma origem romana degenerada. No direito clássico, as arras eram “*uma prova ou sinal confirmatório de que o contrato de venda se chegou a tornar perfeito, que se deu o mútuo consenso, portanto, se o comprador se apresentar a cumprir o contrato pagando o preço, o vendedor é obrigado a cumprir pelo seu lado*”⁴⁷⁴. O Código de Eurico, no seu fragmento 297, repete isso mais ou menos, embora as arras nele mais se pareçam com um elemento formal do contrato, e não mera prova do consenso. No direito visigótico, nesse sentido, a venda como ato instantâneo não afastava a igual possibilidade de uma venda com efeitos puramente obrigacionais, à romana, a partir do momento em que se concretizasse com a entrega das arras.

Temos, portanto, que, em princípio, a venda se esgotava com a tradição e a entrega do preço, caso em que o comprador se tornava proprietário do bem, mesmo com o pagamento parcial. Nessa hipótese, o vendedor ficava com o

⁴⁷² Sentenças de Paulo, II, 17, 7: “*Ex die emptionis, si pars pretii numerata sit, et fructus et operae servorum et fetus pecorum et ancillarum partus ad emptorem pertinente*”. apud MERÊA, *op. cit.*, 1948, pág. 94.

⁴⁷³ *Launegild*, no direito germânico primitivo, notadamente no lombardo, era uma contraprestação do donatário quando recebia uma doação. A fim de descaracterizar o ato de liberalidade que a doação representava, costumava-se dar em troca um objeto de pequeno valor: o *launegild*, que, no mais das vezes, servia para dar publicidade à doação.

⁴⁷⁴ MERÊA, Paulo, *op. cit.*, 1948, pág. 101.

crédito do resto do preço. Por outro lado, havendo acordo sobre o bem e o preço, mas sem entrega de nenhum dos dois, e havendo a entrega das arras, o vendedor ficava obrigado a transferir a coisa no prazo acordado, desde que recebesse o respectivo preço. Essas eram as diretrizes da compra e venda no direito romano pós-clássico, e, em linhas gerais, o Código de Eurico as adotou, tal qual ocorreu, de igual forma, com o Breviário de Alarico. A venda consensual romana, porém, não foi totalmente substituída pela instantânea, haja vista seus reflexos sobreviventes no caso da venda a prazo visigótica.

4.3 - CONSTITUIÇÃO E ASSENTAMENTO DOS REINOS GERMÂNICOS

Os bárbaros germânicos não chegaram à Península Ibérica como invasores, mas foram convidados pelos próprios romanos e foram assentados segundo normas de direito público romano, a *hospitalitas*. Como já relatamos, a horda que atravessou os Pirineus, em 409, foi chamada pelo rebelde Gerônimo para intervir contra adversários seus na Península⁴⁷⁵ (os aliados hispânicos de Constantino III, ele também usurpador, na Gália, do poder imperial), remunerando-os com o saque das regiões onde atuassem. Após dois anos de razias, decidiram então se assentar, tirando a sorte para designar as regiões em que cada povo ficaria⁴⁷⁶. Alguns autores, como Pablo C. Diaz⁴⁷⁷, trazem dúvidas quanto à possibilidade de tal distribuição ter resultado de um *foedus* firmado com o rebelde Gerônimo, informação essa que emana indiretamente dos relatos de Hidácio e de Orósio

⁴⁷⁵ Vide cap. 2.3.3 acima.

⁴⁷⁶ Nas palavras de Hidácio: “*sortes ad inhabitandum sibi provinciarum dividunt regiones*”. Vide cap. 2.3.4.

⁴⁷⁷ DIAZ, Pablo, *El reino suevo*, Ediciones Akal AS, 2011.

acerca de um tratado de paz com os hispano-romanos, em 413. De toda sorte, o Império logo envia os visigodos de Valia, como tropas federadas, para fustigar esses bárbaros, levando ao aniquilamento dos alanos e dos vândalos silingos, os quais se fundem com os asdingos, para formar um só povo, num processo de etnogênesis.

Em decorrência desse serviço prestado, em 418, Valia firma um *foedus* com Ravena, o que permitiu aos visigodos se assentarem de forma lícita e sedentária na Aquitânia. Segundo tal tratado, como contraprestação ao assentamento na Gália, os visigodos se puseram a serviço do Império para expedições policiais na Península Ibérica⁴⁷⁸. A base jurídica de tal tratado, como aventamos, era o instituto romano do *Ius hospitalitatis*, muito usado no Baixo-império para garantir a segurança do *limes* com povos confederados. Tal instituto tinha base tanto no Código de Teodósio, VII, 1-16, quanto no de Justiniano, 40, 1-12, e consistia, *grosso modo*, no alojamento de cada confederado, e sua família na casa de um habitante da província em questão. O Código de Eurico, em seu item 277, ilustra, que, no caso desse *foedus* especificamente, dois terços das terras caberiam aos godos (*sortes Gothorum*), e um terço aos romanos (*tertia Romanorum*).

Muito se especula sobre que terras é que teriam sido divididas dessa forma, pois a população goda não era tão numerosa (quicá 200-250 mil almas). Mesmo assim, alguns autores como Torres Lopez defendem que todas as terras sofreram tal gravame. Outros, como Garcia Gallo, já entendem que somente os grandes latifúndios foram envolvidos na repartição. Ainda outros, como Orlandis, consideram que o assentamento só contemplou os terrenos baldios, *bona vacantia*⁴⁷⁹. Já Garcia Moreno⁴⁸⁰ afirma que incluiu antigas propriedades

⁴⁷⁸ No *foedus* de 418, os visigodos devolveram também a princesa Gala Placídia, irmã do imperador Honório, feita refém por Alarico no saque de Roma de 410, e que se casara com seu sucessor, Ataulfo. Este último, porém, veio a falecer, da mesma forma que o filho, então, gerado, frustrando assim uma aliança de sangue dos visigodos com a casa de Teodósio.

⁴⁷⁹ *Apud* RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 96.

⁴⁸⁰ GARCIA Moreno, Luis A., *op. cit.* pág. 47.

imperiais, terrenos baldios, domínios fiscais e zonas de Cumpre lembrar aqui que os godos não eram exatamente invasores, e que, de alguma forma, lhes seria proveitoso que a população romana se mantivesse nas suas propriedades em funcionamento, até para fins de abastecimento e de fonte de arrecadação tributária.

Apesar de os godos não pagarem tributos, as terras da Aquitânia não lhes foram entregues como pátria sua, pois teriam sempre de servir ao Império com suas armas. E a população galo-romana local continuou sob o domínio teórico do Império, sujeita às leis romanas. Mas os godos manteriam seu próprio chefe militar, além de se regularem por seu próprio direito, constituindo-se, assim, um Estado dentro do Estado. Isso os permitiu manter certa identidade nacional, não obstante sua variada origem étnica, eis que se formaram pelo processo de etnogenesis da *Stammesbildung*. Tal identidade germânica, distinta da romana dominada, permaneceria intacta durante séculos da Idade Média adentro. O velho sonho de Alarico de criar uma pátria definitiva para seu povo ia se concretizando, pois, com a decadência do poder imperial que se seguiu, a Aquitânia foi cada vez mais se transformando num reino autônomo.

O *foedus* de 418 representou, portanto, o marco jurídico da constituição do reino visigodo de Tolosa, o primeiro reino germânico nascido dos escombros territoriais do Império do Ocidente. O *status* jurídico da fixação do reino suevo ainda permanece muito nebuloso para se afirmar que decorreu de um *foedus* nas modalidades daquele firmado entre Ravena e Valia, em 418.

4.4 – A SOCIEDADE DOS POVOS GERMÂNICOS

Para se compreender as características do direito germânico, cumpre analisar sua sociedade e suas formas econômicas de produção. Os germanos, de fato, eram um povo agrário. Já o eram antes da invasão do Império e aperfeiçoaram as técnicas correspondentes em contato com os romanos, durante sua estadia na Gália, antes de atravessar os Pirineus. Seu assentamento deu origem a comunidades rurais organizadas, cercadas por terras agrícolas trabalhadas conjuntamente, conforme seu modo próprio de produção, as marcas (*Markgenossenschaft*). Cada família tinha uma casa com uma horta (*Wurt*), sob o controle do pai de família (*Munt*), e os pastos e bosques eram de uso coletivo. Conciliavam, assim, a propriedade privada com a coletiva⁴⁸¹. Com a invasão do Império e, sobretudo, no seu assentamento na Península Ibérica, a característica pequena propriedade familiar coletiva, embora não tenha logo desaparecido, entretanto, foi perdendo terreno para o latifúndio. Os chefes militares tribais se tornaram senhores de grandes propriedades outrora pertencentes aos *potentiores* romanos, muito em razão de confiscos e penas. A estrutura da propriedade agrária nos reinos germânicos, com o tempo, acabou assim se assemelhando à forma de propriedade latifundiária do Baixo-império, a qual não fora extinta com a invasão germânica⁴⁸². Pelo contrário, a aristocracia dos *potentiores*, latifundiários romanos, acabou convergindo seus interesses com os da aristocracia goda.

Essa concentração de propriedade rural não extinguiu as características comunitárias dos germanos, em que todos, em princípio, eram considerados iguais. Na falta de um Estado unitário central, enfatizavam-se os vínculos familiares. A terra era propriedade familiar e era explorada coletivamente. Cada

⁴⁸¹ Passim RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pp. 96-97.

⁴⁸² GARCIA Moreno, Luis A., *op. cit.* pág. 224, emprega o termo “*protofeudalismo visigodo*” para designar essa concentração das terras agrárias e as estruturas sociais de produção em torno da grande propriedade senhorial.

membro da família detinha sua cota ideal da terra comum. Com as invasões e o processo de assentamento daí decorrente, *Landnahme*, essa igualdade coletiva originária foi sendo substituída por uma organização estruturada em torno de caudilhos militares, que agrupavam um séquito de bucelários sob suas ordens, por meio de compensações clientelares. A essa organização gentilícia de tribos e caudillos militares com grupo de clientes se denomina *Gefolgeschaft* ou *comitatus*. Ao produzir-se o *Landnahme* visigótico em terras ibéricas, ressalta sua semelhança com o antigo instituto romano do patrocínio, sobretudo no toca à natureza religiosa do vínculo de fidelidade e a contraprestação fundiária benéficial⁴⁸³. Já a unidade de parentesco acima da família patriarcal era a *Sippe*, o equivalente a *gens* romana. Acima da *Sippe* se encontrava a *Gau*, a qual, aglutinando-se em maiores entidades formava a *Stamm*, algo equivalente a *civitas*, com território definido e instituições políticas próprias⁴⁸⁴. Note-se que os povos germanos cresceram muito em razão do processo de etnogênesis, pelo qual o vencedor de uma guerra aniquilava a aristocracia derrotada e incorporava seu séquito ao seu controle, a *Stammesbildung*. Acima da *Stamm* se situava o *Bund*, algo equivalente ao Estado, embora incipiente⁴⁸⁵. Esclareça-se que o *regnum*, como forma de organização política, só foi atingido após as invasões, sendo Alarico talvez o primeiro a adquirir o *status* de *Rex Gothorum*⁴⁸⁶.

O ordenamento jurídico e as leis penais tinham, assim, como objetivo evitar o estado de *Faida* e restabelecer a *Fried* quebrada⁴⁸⁷. A valoração dos

⁴⁸³ GARCIA Moreno, Luis A. *op. cit.* pág. 251.

⁴⁸⁴ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 98.

⁴⁸⁵ TÁCITO, em *Germania*, capítulos VII e XI-XIII, decreta a organização social dos germanos com as seguintes palavras “*Nec regibus infinita aut libera potestas*”.

⁴⁸⁶ Note-se que S. Isidoro de Sevilha menciona Atanarico como o primeiro a se encarregar do governo godo, no quinto ano do Império de Valente, isto é, em 369 DC. Tal informação é corroborada pela proclamação constante do *Fuero Juzgo (Liber Iudiciorum)* XV “*De cuando comenzáran los reyes godos á regnar*”. Mas preferimos considerar seu sucessor Alarico como o primeiro chefe godo a reunir um poder suficientemente abrangente para merecer a designação de *Rex Gothorum*.

⁴⁸⁷ *Fried* corresponde à paz e *Faida* à inimizade. A declaração da ruptura da paz, *diffidamentum*, era feita em assembleia popular e privava o culpado de proteção, abrindo contra ele uma perseguição geral da sociedade (RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 103).

delitos no direito penal primitivo germânico levava em conta exclusivamente o fato material, sem qualquer consideração pelas circunstâncias espirituais do infrator e tampouco pela punição dos culpados ou, muito menos, pela ressocialização dos criminosos, como hoje tanto se defende⁴⁸⁸. Daí se explica a possibilidade de compensação pecuniária à família da vítima, no caso de homicídio, o *Wergeld*.

O direito germânico era simples e casuístico. Não era escrito antes de os godos entrarem do Império, como nos ensina Isidoro de Sevilha na sua “*História dos Godos*”. Frequentemente, transmitia-se através das gerações por meio de rimas e cantilenas⁴⁸⁹. Era formalista, pois suas regras se manifestavam com símbolos e solenidades exteriores marcantes, indispensáveis à validade do ato jurídico, já que as abstrações, grande avanço do direito romano, lhe eram estranhas. Por exemplo, o aperto de mãos ou a entrega de determinado objeto é que selava o contrato, não o abstrato acordo de vontades. A capacidade jurídica pela maioria não decorria objetivamente da idade, e sim da aptidão física de portar armas, comprovada perante a assembleia dos anciãos. Nascia do costume e das decisões da assembleia, que se orientava pela tradição e pelo espírito coletivo do povo, não por força de leis⁴⁹⁰. Uma das instituições básicas dos germanos era a assembleia popular, o *Mallus*. O rei, inicialmente, não se distinguia de um chefe militar. Tal assembleia ouvia a comunidade e resolvia as lides judiciais. Reunia-se nas luas cheias ou novas, de preferência numa clareira da floresta⁴⁹¹.

No direito germânico, a personalidade jurídica do sujeito de direito no nascimento dependia de a criança ter sobrevivido aos primeiros nove dias de vida

⁴⁸⁸ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 133.

⁴⁸⁹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 98.

⁴⁹⁰ Lembre-se aqui que os germanos só publicam leis escritas no século V.

⁴⁹¹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 99, atribui a esse hábito de a assembleia germânica se reunir nas noites de lua cheia e lua nova o costume de contar o tempo a partir de noites e não de dias.

e ser reconhecida pelo pai⁴⁹², sendo lícito o abandono ou o repúdio por este. A maioridade, como dissemos, adquiria-se com a capacidade de portar armas. As mulheres, apesar de não terem disposição sobre os bens imóveis, tinham o que se chamava a “potestade das chaves”, que deriva de sua incumbência de administrar o lar familiar⁴⁹³. Quanto à classe social, evitava-se que um membro de classe inferior ascendesse socialmente por meio do casamento. Era o casamento morganático, pelo qual a cônjuge de classe inferior ficaria apenas com os bens móveis que compunham o seu “preço”, *Wittum*, pago pelo marido à família da noiva. Já o marido de estamento inferior nada recebia, e os filhos desse tipo de união adquiriam a condição social mais baixa dos dois cônjuges⁴⁹⁴. A propósito, pertencer a alguma *Sippe* era condição imprescindível para adquirir capacidade jurídica.

O casamento germânico tinha basicamente três formas. A mais solene era a compra da noiva. O preço (*Wittum*) era acordado com o pai ou com a família da noiva, e esta, numa solenidade festiva, era levada da casa paterna à do marido, marcando assim o momento de traslado de *Sippe*. Havia também o rapto simulado, com o consentimento da noiva (caso contrário, seria delito). A noiva se punha entre sua família e a do marido, na frente de um mediador, e, em determinado momento, ia para a do marido. Este, é certo, pagava uma compensação, mas inferior ao *Wittum* correspondente. Havia também as uniões de fato (*Friedelehe*), sem nenhuma transferência formal do pátrio poder (*Mundium*), nem pagamento de preço. Mas a tradição impunha o pagamento de uma compensação pela virgindade da noiva na manhã seguinte às núpcias (*Morgengabe*).

⁴⁹² CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 126, aponta, para a semelhança entre a prática germânica e a romana, o fato de o pai levantar o recém-nascido (*tollere liberum*) como prova de seu reconhecimento. Entende assim que o simples nascimento não era suficiente para atribuir capacidade jurídica.

⁴⁹³ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.*, pág. 100.

⁴⁹⁴ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 100.

4.5 - O DIREITO GERMÂNICO PRIMITIVO

Nossa fantasia fica estimulada ao considerar o embate que tiveram as invasões bárbaras no Império. Os germânicos tinham um modo de vida essencialmente agrícola, uma cultura rústica, um direito oral, costumeiro, e, até uma geração antes de atravessar o Danúbio, uma religião que adorava as florestas, os rios, as forças da natureza etc. Jordanes, em sua “*Getica*”, nos descreve a ação civilizadora que foi exercida por Dicineu, no primeiro século antes de Jesus Cristo, antes do que os godos se regiam por seus costumes primitivos⁴⁹⁵. Dicineu lhes teria ensinado a moral, a física (o cozimento de alimentos, a forja de metais etc.) e as leis próprias, denominadas *belagines*⁴⁹⁶, as quais ainda se conservavam no século VI.

Quando os godos intensificaram seu contato com os romanos, se depararam com um povo muito mais evoluído, letrado, e com normas jurídicas escritas há mais de mil anos. Seu direito sofreu sérias influências dessa relação e a principal fonte dessa evolução pode ser extraída da Bíblia de Ulfila, a qual faz inserir o direito dos godos dentro do contexto axiológico do mundo mediterrâneo. Não foi fácil a tarefa do bispo dos godos, lembrando que teve de traduzir as

⁴⁹⁵ JORDANES, *Getica*, 11,69: “*Nam Ethicam eos erudiens, barbaricos mores ab eis conpescuit. Fysicam tradens, naturaliter propriis legibus vivere fecit, quas usque nunc conscriptas belagines nuncupant.*”

⁴⁹⁶ Muito se discute se as *belagines* constituiriam um ordenamento jurídico propriamente dito. Alvaro d’ORS (“*La territorialidad...*” p. 108) manifesta suas dúvidas quanto a isso, mas A. GARCIA GALLO (“*Consideración crítica...*” pp. 363-364 e 418) atenta para o fato de que os godos ainda conservavam tais costumes no século IV. Já J.M. PÉREZ-PRENDES (“*Las bases sociales...*” pp. 22-25) reivindica o caráter normativo das *belagines*, pois regulam fenômenos sociais tais como o incesto e a exogamia e também fixam delitos e penas. Por fim, J. ALVARADO PLANAS (“*El problema del Germanismo en el derecho español*”, pág. 24) reduz a questão em saber se as *belagines* eram leis escritas ou meramente costumeiras.

Escrituras do grego para a língua gótica, a qual não tinha palavras para conceitos abstratos como requer o cristianismo⁴⁹⁷.

Outra importante fonte do direito germânico dessa época provém do relato do martírio do godo São Sabas⁴⁹⁸, num episódio das lutas religiosas entre cristãos e pagãos nos tempos de Atanarico. (369-372)⁴⁹⁹. Sabas, por ter se recusado a participar de rituais pagãos ancestrais, foi expulso por uma assembleia (*Mallus*) que reunia os habitantes da vizinhança e que declarou o estado de *faida*. Os magnatas exigiram o juramento por parte da população de que não abrigaria cristãos, vendo-se aí uma referência aos conjuradores. Ademais, a Sabas foi cominada a pena de afogamento, própria do direito germânico primitivo⁵⁰⁰.

De fato, a distância entre as duas civilizações era enorme, não obstante, do ponto de vista militar, os germanos terem evoluído muito, em razão dos contatos com o Império na sua fronteira e com os povos citas nas estepes euroasiáticas. Mas no direito nem tanto, pelo menos não antes de entrar no Império.

O Império no século V já não apresentava aquela organização politico-administrativa da época republicana, com suas magistraturas independentes eleitas

⁴⁹⁷ J. ALVARADO PLANAS, *op. cit.* pág. 25, destaca que Ulfila, ao traduzir o Evangelho de S. João, 18,16 e 17, não encontrou uma palavra germânica para “rua”, que é próprio de uma civilização urbana, empregando em seu lugar o conceito genérico de *daura-warda* (fora da porta).

⁴⁹⁸ “*Cuando los magnates de Gotia comenzaron a actuar contra los cristianos, obligándoles a comer carne de víctimas sacrificadas a los ídolos, unos gentiles de la aldea donde vivía Sabas decidieron, por causa del edicto de los perseguidores, hacer que los cristianos parientes suyos tomaran carnes no sacrificadas a los ídolos en lugar de las sacrificadas a éstos para, por un lado, proteger a los suyos, y por outro, engañar a los perseguidores. Cuando el bienaventurado Sabas se percató de ello, no sólo el no comió los alimentos prohibidos, sino que adelantándose protestó publicamente ante todos diciendo: “si uno come esas carnes, ése no puede ser cristiano”. E impidió así que todos cayeran en la trampa del diablo. Así que por ese motivo los instigadores de semejante engaño expulsaron a Sabas de la aldea. Luego, después de un tiempo, le dejaron volver. Una vez más los godos, como de costumbre, prepararon outra tentación. Unos gentiles de la susodicha aldea debían jurar al perseguidor, mediante sacrificios a los dioses, que no había un solo cristiano en su aldea. Sabas, lleno otra vez de confianza, salió en medio de la reunión e dijo: “que nadie jure por mi porque soy cristiano”*” ano 371, Biblio. Vatican. Grae Mans n. 1.660 do ano 912 (*apud* J. ALVARADO Planas, *op. cit.* pp. 26-27).

⁴⁹⁹ DIAZ C., Pablo, *El cristianismo y los pueblos germánicos*, Ed. Trotta, Universidad de Granada, pág. 693.

⁵⁰⁰ ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.* pp. 26-27.

pelo povo, com um Senado atuante e um povo participativo. Roma tinha conquistado o mundo conhecido, e seu formato de cidade-Estado, de *polis*, ficara pequeno e inviável para essa tarefa. O Império, no final de seus tempos, tinha se tornado uma organização una e compacta politicamente, com uma burocracia profissional fiscalista, tendo a vontade ilimitada do imperador como fonte propulsora de toda a ordem jurídica⁵⁰¹.

Já os germanos, não conheciam nada perto do que concebemos como Estado. Sua sociedade era estruturada em tribos, *Sippen*, que exerciam uma força centrífuga a qualquer tentativa de concentração de poder. Isso se verificou até com os godos, que foram o primeiro povo germano a eleger um *rex*, Alarico. Tácito⁵⁰² apropriadamente afirmava “*nec regibus infinita aut libera potestas*”. Até seu assentamento no Império, seu rei mais representava um chefe militar do que um comandante político; quando passava a ameaça externa, o poder político do rei voltava às assembleias populares (*Mallus*). Com as invasões, o rei foi consolidando o seu poder com a distribuição de terras ao seu séquito íntimo⁵⁰³, o *Gefolgschaft*. O rei tenta assim reforçar seu poder próprio em detrimento do da assembleia⁵⁰⁴. Ao lado de sua função militar, assume importância a missão social da realeza representada pela proteção conferida ao seu séquito, o *mundeburdium*, traduzível ao latim por *regia tuitio*⁵⁰⁵ e que nos remete à instituição já comum no Baixo-império do bucelariato⁵⁰⁶. Mas mesmo assim as forças centrífugas sempre

⁵⁰¹ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 122.

⁵⁰² TACITO, *Germania*, Librerie Garnier Frères.

⁵⁰³ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pág. 273, ao comentar a concessão de terras pelos reis visigodos ao seu séquito, menciona que na *antiqua* V, 3, 4, se deduz que “não se concebia a constituição de uma relação de clientela sem que fosse acompanhada de uma concessão beneficiária”.

⁵⁰⁴ HINOJOSA y NAVEROS, Eduardo, *El elemento germánico en el Derecho Español*, Ed. Marcial Pons, 2013, Madrid, 1915, pág. 28, relata que, no reino visigodo, a assembleia judicial germânica primitiva (*Mallus*) desapareceu e foi substituída por funcionários nomeados pelo rei. Continuará, porém, existindo entre os francos, e, após a invasão árabe, renascerá, composta por homens livres sob a presidência do conde ou seu representante.

⁵⁰⁵ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 123.

⁵⁰⁶ Vale a pena ler a esse respeito o capítulo relativo às origens do feudalismo, em que Paulo MEREIA comenta a obra de SÁNCHEZ-ALBORNOZ. Tal obra entende que: a) o *comitatus* germânico (*Gefolgschaft*) manteve-se entre os visigodos, como nos outros Estados germânicos; b) a designação específica que teve na Península foi a de *gardingi*. c) o *gardingato* e a forma de

retornavam a atuar, e os reinos germânicos nascidos no Império (como os godos, os francos ou os lombardos) nunca ostentaram um nível de centralização política que víamos nos grandes impérios da antiguidade (como o romano, o persa, egípcio etc.). O feudalismo, regime que se seguiu à fixação desses reinos germânicos na Europa, é o legado dessas forças centrífugas inerentes à civilização germânica, mesmo que algumas de suas características já se fizessem sentir no Baixo-império, como a formação de grandes latifúndios e a ruralização da economia⁵⁰⁷.

Não é coincidência que o direito primitivo germânico tenha perdurado na forma oral e se mantido avesso a qualquer ideia de soberania estatal. Sua base era mais o grupo de pessoas ligadas por laços de sangue; no máximo, associando-se com outros grupos vizinhos também ligados entre si pelos mesmos laços sanguíneos. O direito resultava, assim, não de uma imposição estatal, mas de uma convenção entre tais grupos. Sua própria terminologia reflete essa natureza, como bem nos lembra Francesco Calasso⁵⁰⁸. Não há vocábulos específicos que correspondam aos termos latinos *lex* e *ius*; encontra-se em seu lugar o termo *ewa*, que designa o direito objetivo, o estado de coisas que todos devem respeitar, de significado próximo ao latino *pactum*, onde resta clara a noção de paz. Por outro lado, a ideia de paz está também presente na palavra germânica *friede*, que, na época significava ao mesmo tempo paz e direito. Não era raro encontrar na redação das leis bárbaras as fórmulas “*convenit*” ou “*stetit*” como se contratos privados fossem. De fato, o rei lombardo Rotário⁵⁰⁹, ao promover seu édito, chega a afirmar que o mesmo fora aprovado por seu povo reunido em assembleia, com a *percussio armorum* (batendo as lanças nos escudos).

sua remuneração pelos monarcas visigodos são uma prova de que a Espanha goda teve um pré-feudalismo paralelo ao da França merovíngia (MEREA, Paulo, *op. cit.* pp. 249-278).

⁵⁰⁷ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 123.

⁵⁰⁸ CALASSO, Francesco, *op. cit.*, pág. 124.

⁵⁰⁹ Rotário foi o primeiro rei lombardo a publicar leis escritas para seu povo, recém-estabelecido na Itália, o édito de Rotário de 643, fortemente inspirado no Código de Eurico.

A distância entre a concepção de Estado dos germanos e romanos já era grande; maior ainda era aquela relativa ao direito privado, pois as normas de caráter público, afinal de contas, sofrem maior influência das circunstâncias políticas do que os costumes privados. Assim, se os chefes germânicos logo tentaram reproduzir um Estado à romana, como o visigodo Leovegildo, ou, mais ainda o franco Carlos Magno, isso não significa que nas relações privadas os costumes de germanos e romanos se tenham logo igualado. O campo das relações privadas é mais fechado dentro das respectivas famílias, e a fusão dos dois povos demorou mais a se concretizar. Durante séculos, portanto, os dois povos continuaram vivendo, cada qual, à sua maneira, situação permitida pelo sistema da personalidade do direito, tônica da época, como trataremos mais adiante.

Assim, no que diz respeito ao direito privado, notadamente aos direitos da pessoa, lembre-se de que os bárbaros eram incapazes de conceber qualquer abstração jurídica. Nesse sentido, ao nascituro, por exemplo, não atribuíam qualquer direito; nem tinham em conta que o mesmo viria a ser titular de direitos, como já o concebiam os romanos. Nem o próprio nascimento era suficiente para conferir capacidade jurídica; eram necessários o reconhecimento paterno⁵¹⁰ (levantando a criança ao alto, como, aliás, também na tradição romana antiga), e a cerimônia de imersão do neonato em água no seu nono dia de vida⁵¹¹. A maioridade tampouco era alcançada numa idade prefixada do infante; só o era quando provada sua capacidade de portar armas, num ritual perante a assembleia, a *inspectio corporis*. Cite-se, a propósito, que o corpo humano era sujeito formalmente a uma avaliação econômica, segundo sua classe social, para fins de eventualmente ser compensada a sua família, em caso de seu homicídio⁵¹², ideia

⁵¹⁰ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pp. 3-4, observa que “mesmo que se aceite que o mais antigo direito germânico reconhecia um verdadeiro *ius vitae ac necis*, não é certo que nas leis *visigóticas* essa ideia encontre consagração. As mais características manifestações da onipotência paterna são mesmo, expressamente condenadas”, como o direito de matar, de exposição ou de venda.

⁵¹¹ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 126.

⁵¹² CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 126, cita o “quidrigildo” (*widrigilt* ou *wiedergeld*) dos lombardos (Édito de Rotário, cap. 11), valor do corpo da vítima segundo sua condição social,

esta que repugnava um romano, o qual não admitia a *corporis aestimatio* de um homem livre. Essa equiparação da capacidade jurídica de um homem à sua condição de portar armas explica a incapacidade dos doentes incuráveis e, inclusive, a da mulher.

Outra consequência da falta de abstração dos germanos era a de não conceberem a pessoa jurídica, como sujeito de direitos e obrigações, à semelhança do que ocorria em Roma com a *civitas* ou da *Ecclesia*. O direito germânico, no máximo, concebia a associação de indivíduos, a *Genossenschaft*, cujos direitos se confundiam com aqueles que a compunham. E foi essa concepção mais simples, pelo menor esforço de abstração que exigia, que suplantou a romana e se radicou na prática Idade Média adentro. Francesco Calasso observa que “*il comune italiano sorgerà appunto come un’associazione volontaria giurata, e molte cose della sua storia no potrebbero comprendersi se non si tenesse presente codesta concezione portata dai barbari*”⁵¹³.

No direito de família, o contraste entre as duas civilizações também é marcante. O direito romano clássico concebia a família na sua forma agnática⁵¹⁴, com o *pater familias* no seu topo, e reunindo não somente aqueles com quem tinha vínculo de sangue, mas também as mulheres dos filhos, os adotados e os clientes. Todavia, no final do Império, sobretudo nas províncias, esse tipo de família foi dando lugar à de natureza cognática, que agregava aqueles descendentes dos mesmos antepassados. A estrutura da família germânica primitiva era agnática, abrangendo, a rigor, toda a *Sippe*. Tal estrutura trazia como consequência a comunhão do patrimônio imobiliário, a responsabilidade

para fins de compor o preço a pagar à sua família, em caso de homicídio (“*ille qui homicida est conponat ipsum mortuum sicut adpretiatus fuerit, id est wergild*”).

⁵¹³ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 127: “*A comuna italiana surgirá exatamente como uma associação voluntária juramentada, e muitas coisas da sua história não poderiam ser compreendidas se não tivermos presente aquela concepção que nos foi trazida pelos bárbaros*”.

⁵¹⁴ Fazemos remissão aqui à definição de Gaio (G. 61.156) sobre a família agnática e a cognática.

jurídica coletiva da família em caso de delito⁵¹⁵ e a obrigação de todos participarem da vingança na hipótese de ofensa sofrida por um de seus membros⁵¹⁶. Mas o pai de família germânico não detinha a *potestas* do romano do período clássico, apenas um *mundium* mais limitado⁵¹⁷. Nas palavras de Paulo Merêa, “a subordinação do filho é, não uma consequência de subsistir um pater famílias (pai ou avô) que não renunciou à potestas, mas sim o efeito de uma autoridade doméstica, que dura enquanto o filho é parte integrante da casa paterna”⁵¹⁸. Como já dissemos, o filho homem perfazia a capacidade jurídica plena ao adquirir a condição de portar armas; já o romano, ficava eternamente sujeito ao poder do pai o resto dos dias deste.

Tais diferenças na família repercutem ainda na regulamentação do matrimônio. O casamento romano clássico exigia dois requisitos: primeiro, uma situação fática, a união, a convivência de um homem com uma mulher; segundo, requeria um elemento espiritual, que é a intenção dos cônjuges de viver juntos, a *affectio maritalis*⁵¹⁹. Já o matrimônio germânico se desenvolvia em duas fases, que revelavam dois negócios jurídicos. Primeiro, havia a promessa bilateral entre o mundoalido (equivalente germânico ao detentor do pátrio poder) e o noivo, pela qual aquele se obrigava a entregar a noiva (*Verlobung, desposatio*). Segundo, exigia-se a *Trauung (traditio puellae)*, a entrega da noiva, a qual figurava como objeto de direito e não sujeito (*res tradita*), dada a sua incapacidade jurídica. O

⁵¹⁵ HINOJOSA y NAVEROS, Eduardo, *El elemento germánico en el derecho español*, Marcial Pons, 2013, Madrid 1915, pp. 20-21, ao estudar os vestígios do direito primitivo germânico na Península, menciona regra do foral de Teruel (Aragão), em que o pai poderia se livrar da responsabilidade de delito praticado pelo filho abandonando-o, de forma solene, perante assembleia dos vizinhos reunidos em conselho (art. 317 “*Parentes respondeant pro malefactis filiorum, sive sint sani, sive furiosi, quousque sint, ut forum precipit, desemparentati*”).

⁵¹⁶ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 128.

⁵¹⁷ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pág. 22, resume o pátrio poder na sociedade visigótica da seguinte forma: 1) A legislação visigótica continua a tradição legislativa do Baixo-império, acentuando certos traços do direito romano post-clássico; 2) É possível descobrir na legislação visigótica tradições germânicas, algumas das quais, de resto, coincidem mais ou menos com o modelo romano; 3) A principal inovação é a emancipação pelo casamento.

⁵¹⁸ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pág. 2.

⁵¹⁹ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *História do Casamento em Portugal*, Ed. Universidade Católica, 2013, pág. 12.

noivo adquiria assim o *mundium* sobre esta última, compensando sua família mediante o pagamento de um preço, o *wittum*. Esse matrimônio era monogâmico, mas o marido podia eventualmente repudiar sua mulher; nunca o contrário, já que a vontade da mulher não tinha nenhuma relevância legal.

Nuno Espinosa Gomes da Silva aponta também para a existência de outras formas de casamento como o casamento de rapto⁵²⁰ (*Entführungsehe*), quando não havia o consentimento da *Sippe* da noiva. Note-se que o rapto sem o consentimento da noiva (*Frauenraub*) era terminantemente proibido. E esse requisito – consentimento da noiva – só fez evoluir com a posterior influência do cristianismo, conduzindo mais tarde à idéia de um casamento puramente consensual (*Konsensehe*), em que a vontade da mulher se coloca juridicamente no mesmo plano da do marido.

Outra consequência da família agnática germânica se reflete no direito das sucessões. Na família romana clássica, os vínculos próximos de sangue importavam menos e o testamento era o negócio mais solene e importante da vida de um patrício. No Baixo-império, isso mudou um pouco, mas na família agnática germânica, todos os membros eram coproprietários do patrimônio familiar, não podendo o pai dele dispor livremente. Como bem lembra Francesco Calasso⁵²¹, só Deus pode dispor do patrimônio (vale dizer, antes da conversão, a ordem natural do parentesco): *Deus solus heredes facere potest*. Dessa forma, não havia testamento, como afirmava Tácito⁵²², “*Heredes successoresque sui cuique liberi, et nullum testamentum. Si liberi non sunt, proximus gradus in possessiones fratres, patrui, avunculi*”. A sucessão, portanto, era essencialmente a legítima. Empregavam, entretanto, a doação *post-obitum* de pequenos bens pessoais, nascendo daí a figura daquele que velasse para que isso fosse cumprido, o *Salmman*⁵²³. Lembre-se de que, já no Baixo-império, o solene testamento romano

⁵²⁰ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pp. 20-21.

⁵²¹ CALASSO, Francesco. *op. cit.*, pág. 129.

⁵²² TACITO, *Germania*, cap. 20.

⁵²³ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 102.

foi dando lugar a atos mais singelos, como o *testamentum militis* e os codicilos, o que levou igualmente ao surgimento dessa figura do testamenteiro.

Em geral, as citadas instituições de direito privado, como a personalidade, a família e a sucessão são mais arraigadas na cultura dos povos, e, portanto, mais difíceis de serem alteradas por influências externas, como ocorreu com os bárbaros no contato com o direito romano. Já os direitos de propriedade e das obrigações, por sua própria natureza, são mais sensíveis à interferência dos fatos e das relações econômicas e sociais. Os germanos não compartilhavam a concepção romana de propriedade, como uma soberania absoluta sobre a coisa⁵²⁴, eis que ainda não se tinham afastado ainda muito da propriedade coletiva. No direito primitivo germânico, a terra pertencia a todo o grupo político, o *gau*, ou o *pagus* latino, composto pelo vínculo familiar agnático, tendo cada membro uma cota ideal (*portio*). Essa propriedade comunitária originária, entretanto, foi sofrendo mutações, mesmo antes da invasão do Império, em razão de uma maior sedentariedade.

O direito de propriedade germânico exigia uma manifestação material exterior, denominada *Gewere*, equivalente ao latim *vestitura*⁵²⁵, que indica a vontade, protegida por lei, de ter a coisa em seu poder. Essa manifestação material exterior dos vários poderes inerentes à propriedade podia se assemelhar à romana, mas não quanto a sua intensidade, não se exigindo o *animus*, conceito intangível para os germânicos. Nas palavras de Ennio Cortese, “*i Germani sarebbero stati poco inclini a porsi quesiti teorici sulla pertinenza giuridica delle cose e assai più attenti all’effettivo rapporto quotidiano del’uomo coi beni*”⁵²⁶. Acrescenta ainda o

⁵²⁴ Lembre-se aqui da máxima romana sobre a extensão do direito de propriedade: “*Cuius est solum, eius est usque ad coelum et ad inferos*”.

⁵²⁵ CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 195, lembra que, admitindo que a raiz de *Gewere* seja *wern* = vestir, o termo latino correspondente seria a palavra *vestitura* ou *investitura*. Diz também que investitura seria o equivalente ao direito substancial da posse e à *traditio* que a confere, mas em realidade se torna um instituto particular.

⁵²⁶ CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 194: “os Germanos teriam sido pouco inclinados a questionamentos teóricos sobre a pertinência jurídica das coisas e bastante mais atentos à efetiva relação quotidiana do homem com os bens.”

autor que *Gewere* é o “*istituto che avrebbe in sostanza designato, appunto, il mero legame materiale dell’uomo con la terra fuori da qualificazioni giuridiche*”⁵²⁷. Aliás, a distinção entre posse e propriedade, já bem clara entre os romanos, era desconhecida pelos bárbaros, embora fosse possível que sobre a mesma coisa pudesse haver diversos *Gewere*, todos protegidos pelo direito. A propriedade clássica de Roma, de qualquer forma, já não estava resistindo às transformações do Baixo-império, independentemente da influência bárbara, pois as doações feitas pelos pequenos camponeses à Igreja ou a grandes latifundiários, em troca de proteção ou para fugir do fisco, já estavam gerando novas formas de relações jurídicas consuetudinárias desconhecidas de outrora, como o *patrocinium*, as enfiteuses e as *precárias*⁵²⁸.

No mais, a diferença entre bens imóveis e móveis era determinada pelo fogo⁵²⁹. Aqueles bens passíveis de serem destruídos pelo fogo eram os móveis, os outros os imóveis. Essa distinção se faz importante, pois, no direito germânico primitivo, só os móveis podiam ser propriedade privada. Alguns acompanhavam o defunto na sua tumba, notadamente as armas pessoais; mas os imóveis, como dissemos, pertenciam ao grupo familiar. Não conheciam a hipoteca; só séculos mais tarde passaram a empregá-la, por influência romana. Conheciam, contudo, as servidões, eis que emanações da propriedade coletiva.

No campo do direito das obrigações, de igual forma, o direito germânico se distanciava muito do romano, pois tinha origem num mundo primitivo, em que as relações comerciais eram essencialmente à base do escambo à vista. Lembre-se aqui que a compra e venda romana do período clássico, a *mancipatio*, foi perdendo suas formalidades características durante o Baixo-império. De fato, nas palavras de Paulo Merêa, verifica-se a tendência *para conceber e tratar a compra*

⁵²⁷ CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 194: “(*Gewere* é) o instituto que designa, em substância, a mera ligação material do homem com a terra à parte de qualificações jurídicas”.

⁵²⁸ Vale ler a respeito MEREIA, Paulo, *op. cit.* pp.185-197, o capítulo “*Sobre as pretendidas locações enfiteuticas do direito visigótico*”.

⁵²⁹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 102.

e venda não já como um contrato à maneira clássica, isto é, gerador de meras obrigações e causa de um acto translativo da propriedade (*mancipatio, traditio*), mas sim como um acto de que imediatamente resultava um efeito translativo⁵³⁰. Tal transformação da compra e venda no Baixo-império acabou assemelhando-a às formas praticadas pelos povos germânicos, sem que se vislumbre uma recepção nesse sentido. Ainda segundo o professor de Coimbra, parece que a tendência é toda no sentido de figurar a compra e venda (à semelhança do que acontece nos dirietos primitivos) como um acto “instantâneo” ou “sintético” (*Bargeschäft*), como uma permuta imediata do objecto pelo preço, por forma que no próprio momento em que o acto se realiza, os seus efeitos – ou pelo menos os seus efeitos primários e essenciais – ficam esgotados⁵³¹. Aliás, o próprio contrato formal exigia, para sua perfeição, algo de exterior que representasse fisicamente o acordo de vontades, como a entrega simbólica de um objeto, um aperto de mãos etc coisa⁵³². A compra e venda exigia a entrega da coisa, sendo impensável, para tanto, o simples acordo de vontades, como entre os romanos, mais afeitos a abstrações de natureza espiritual⁵³³.

Toda essa concepção imediatista cria obstáculo ao desenvolvimento da venda a prazo. Não havendo a execução imediata da avença, a aceitação de uma dívida ou prestação (*Schuld*) encerrava uma responsabilidade (*Haftung*), e podia ser garantida por uma *Wadia*, normalmente um objeto entregue em custódia, uma promessa solene de cumprimento (*Fides facta*) ou um refém (*obstagium*)⁵³⁴. O direito germânico sofreu aqui influências do direito romano pós-clássico. Se o pagamento do preço é diferido, isso não significa que a coisa deva ser restituída

⁵³⁰ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pp. 83-84.

⁵³¹ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pág. 85.

⁵³² HINOJOSA y NAVEROS, Eduardo, *op. cit.* pág. 24, menciona, entre os objetos entregues pelo vendedor ao comprador para simbolizar a venda: um ramo, para árvores, ou um punhado de terra, para possessões fundiárias.

⁵³³ Sobre a compra e venda no direito vulgar vide cap. 4.2.4.

⁵³⁴ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.*, pp. 102-103. Exemplo notório de *obstagium* (embora não de uma compra e venda, mas de um tratado) é o do ostrogodo Teodorico, o Grande, que passou sua infância na corte de Constantinopla como garantia do cumprimento de um tratado entre seu povo e o Império do Oriente, daí sua educação clássica.

em caso de não pagamento, mas que o vendedor tem direito de crédito relativamente ao resto do preço⁵³⁵. Deve ser evitada aqui qualquer afirmação em torno de reconhecer a existência no direito germânico de contratos reais (*Realvertrag*)⁵³⁶

No direito penal, a mesma rusticidade o impregna. A valoração do delito levava em conta tão-somente seu aspecto material, o dano causado, sem qualquer consideração sobre o elemento subjetivo, e as condições espirituais de quem o comete. O direito penal girava todo em torno da ideia de que a paz, *Fried*, deveria ser mantida para evitar a *Faida*, ou *Fehde*, estado de inimizade, que era um flagelo social temidíssimo, pois desencadeava intermináveis guerras entre as famílias e comprometia severamente a ordem política geral⁵³⁷. A ruptura da paz era declarada em assembleia popular, *diffidamentum*, com a consequência de privar a proteção ao culpado, e declará-lo legalmente passível de ser perseguido⁵³⁸ e abatido por qualquer um, tal qual um lobo errante. A pena, a rigor, não visava à punição do culpado (muito menos à sua recuperação, como hoje em dia), mas ao ressarcimento do dano, o *Wergeld*, no intuito de evitar o estado de *Faida*, ou inimizade. Era esse estado de *Faida* que autorizava, por exemplo, a vingança privada sem qualquer intervenção do poder público⁵³⁹.

Na verdade, sequer havia um Estado a contrapor-se ao poder dos grupos familiares, que atuavam como potentados compactos e fechados. O Estado, quando muito, limitava-se a punir aqueles delitos que punham em risco a paz pública, enquanto aos grupos parentais cabia resolver os delitos que perturbassem a paz de sua alçada exclusiva. Em Roma, pelo contrário, a pena privada tinha sido

⁵³⁵ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pág. 93.

⁵³⁶ GIERKE, Otto von, citado por Paulo MEREIA (*op. cit.* pág. 89), sustenta a existência de contratos reais na época franca, e enxerga no cap. 286 do Código de Eurico um dos seus melhores argumentos. Isso significaria que a entrega do preço já cria a obrigação da entrega da coisa. Mas isso não é um consenso entre os germanistas como SCHRÖDER-KÜNSSBERG.

⁵³⁷ CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 51.

⁵³⁸ Cite-se o exemplo do godo São Sabas, no século IV, que foi expulso de sua aldeia por uma assembleia.

⁵³⁹ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 133.

ultrapassada pelos conceitos de *publica disciplina* e *iuris publici tutela*. E, no final do Império, com o cristianismo, isso só se acentuou, uma vez que a religião se apropriou do direito civil e penal.

O processo, em consequência, seguia os mesmos princípios. Não se distinguia processo penal de civil, e o poder público pouco influía, deixando vários atos para a iniciativa privada, da citação (*mannitio*) até a execução da sentença. Esta última se limitava a impor às partes a conclusão de um contrato formal, segundo o qual o demandado deveria provar a falta de fundamento da demanda ou se obrigar a provar seu descabimento, ou ainda a cumprir o que o autor lhe requeria⁵⁴⁰. O procedimento era oral, público e recheado de evocações religiosas, sendo a vontade divina o verdadeiro juiz da causa, como se verifica nas ordálias, a prova de Deus. Nada se parece com o processo romano, o qual era julgado por um magistrado profissional, com o dever de fundamentar racionalmente sua decisão. O processo poderia também ser evitado com o pagamento à família da vítima do *Wergeld*⁵⁴¹. Na era primitiva, resolviam as diferenças por meio de uma luta direta, instituto que acabou permitindo a nomeação de um campeão: tinha razão na querela aquele que vencida a luta. Mas um procedimento junto à assembleia foi se firmando, iniciando-se com a declaração de inimizade (*diffidamentum*), a que se seguia a dilação probatória e incluía a prova do fogo, a ordália⁵⁴². Esse meio de prova ainda é encontrado, séculos mais tarde, no direito foraleiro da Península Ibérica⁵⁴³.

⁵⁴⁰ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 134.

⁵⁴¹ Um exemplo de *Wergeld* (ou *Wergild*) na literatura conhecida hoje está no poema épico nórdico Beowulf (156-158), em que o monstro Grendel se recusa a ressarcir os assassinatos que cometeu.

⁵⁴² As ordálias não são exclusividade dos povos germânicos e alguns autores, como Karl von AMIRA, as relacionam com a influência do cristianismo. J. GRIMM as define como uma invocação à divindade, como juiz supremo, a fim de que revele a verdade e o direito. Vale ler o cap. II, “*Ordalias y el Derecho Consuetudinario en la España Visigoda*”, da obra citada de Javier ALVARADO Planas, em que distingue as ordálias dos auspícios e oráculos, pois aquelas pretendiam desvendar o passado, ao passo que estes últimos, o futuro.

⁵⁴³ A ordália da água fervendo (caldária) foi propagada pelos forais medievais a partir do *Liber Iudiciorum*, 6, 1, 3, a saber: “*DE LOS OMNES LIBRES QUE FAZEN MAL Á LOS QUE SE QUERELAN. Si alguna demanda es que vala CCC, sueldos, establecemos assí que maguer que*

4.6 – A LEGISLAÇÃO VISIGÓTICA

4.6.1 – A duplicidade de direitos

Ao fixarem-se no Império, os visigodos passaram a ter sob seu domínio uma enorme população romana, de cultura mais avançada. Tiveram, então, de enfrentar a questão de qual direito aplicar tanto ao seu povo quanto à população dominada. Até, então, seu povo conhecia apenas uma vida rústica, essencialmente agrícola, baseada em clãs (*Sippen*), regulada por um direito costumeiro, oral, próprio da sua civilização menos desenvolvida. O convívio entre os dois povos só foi possível graças ao sistema da personalidade do direito⁵⁴⁴, que permitiu a aplicação do direito germânico ao seu povo, ao mesmo tempo em que permitia aos romanos continuarem a viver sob suas próprias leis. Instalou-se assim um sistema em que os godos ficavam submetidos à sua lei, e os romanos, também, à sua própria, mesmo depois de extinto o poder imperial no Ocidente. O direito dos germanos era de natureza pessoal: aplicava-se a seus nacionais, mesmo quando se encontrassem fora de sua terra.

O dos romanos era de cunho territorial, aplicado a todos os habitantes do Império desde a época do imperador Caracala, no ano de 212, quando se estendeu a cidadania romana a todos os habitantes livres do Império por força da

la demanda es pequenna, aquel que es acusado que sea trahido antel iuez, é sea constrinnido cuemo manda la ley caldaria. E si el fecho fuere mannifesto, el iuez lo mande tormentar; é si lo confessar, faga emenda cuemo manda la ley de suso; é si se purgar segund cuemo manda la ley caldaria, el que lo acusó non deve aver nenguna pena. E otrosí mandamos guardar de las personas que son aduchas em testimonio, que son sospechosas” (Fuero Juzgo, Real Academia Española, Madrid 1815, em castelhano medieval)

⁵⁴⁴ O sistema da personalidade do direito não é exclusivo dos povos germânicos, mas o uso que dele fizeram após a invasão do Império e, também, no reinado do imperador Carlos Magno leva a pensar que fosse obra sua. Exemplos mais recentes provêm do caso dos ingleses na Índia e franceses na Argélia (CALASSO, Francesco, *op. cit.* pág. 111).

*Constitutio Antoniniana Civitatae*⁵⁴⁵. O fato de o Império (do Ocidente) ter desaparecido em seguida como entidade política, por certo, não significou o desaparecimento do direito romano. A característica vigência territorial do direito romano, herdada dos tempos do Império, agora se transmutou num direito pessoal dos romanos dominados pelos godos.

Esse embate de duas legislações não foi exclusividade do exemplo dos visigodos no reino de Tolosa; ocorreu também pouco depois na Itália, no final do século V, quando os ostrogodos de Teodorico foram enviados pelo imperador do Oriente, Zenão, para reconquistá-la para o Império⁵⁴⁶. Teodorico se tornou assim *rex* de seu povo e magistrado do Império para a população romana da Itália; esta última era considerada *cives* do Império, e os godos simples, *milites foederati*. Em decorrência desse mandato, promulgou um *Edictum* para ambos, romanos e ostrogodos; não uma *lex*, nomenclatura jurídica que transparece sua subordinação ao imperador, à semelhança dos atos dos governadores das províncias. Tratava-se, na substância, de normas de direito romano do Baixo-império. Na prática, todavia, é provável que na Itália o direito romano tenha continuado a vigorar entre os romanos, enquanto que os godos ainda se regulavam por seus costumes. De toda sorte, para resolver as lides envolvendo indivíduos dos dois povos, criou-se a magistratura do *comes Gothorum*, que era assessorado por um jurista romano⁵⁴⁷.

⁵⁴⁵ O Édito de Caracala, a rigor, estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império e, por consequência, impôs a todos o direito romano. Ulpiano o descreve com as seguintes palavras: “*In orbe Romano qui sunt, ex constitutione imperatoris Antonini cives romani effecti sunt.*” Sua intenção manifesta era a de associar ao culto dos deuses romanos milhares de cidadãos, mas também pretendia aumentar o número de contribuintes, e daí a receita pública. O édito, nesse sentido, não favoreceu o cristianismo nascente, pois os cristãos, já que se tornaram cidadãos romanos, passaram a ter o dever de praticar os rituais celebrativos da religião oficial de culto ao imperador (embora só na aparência), conduta considerada inadmissível.

⁵⁴⁶ JORDANES (*Getica* c. 290) conta que Teodorico, após ter ajudado Zenão a recuperar seu trono em Constantinopla, pediu ao imperador que o enviasse à Itália para expulsar Odoacro e seus hérulos. Já Procópio de Cesaréia (*Guerra Gótica* 2.6) atribui a Zenão essa iniciativa.

⁵⁴⁷ Cite-se aqui a *Formula comitivae Gothorum per singula civitates*, em Cassiodoro (*apud* CORTESE, Ennio, *op. cit.* pág. 58): “*Cum deo iuvante sciamus Gothos uobiscum habitare permixtos, ne qua inter consortes, ut assolet, indisciplina nascatur, necessarium duximus...ad vos comitem destinare qui secundum edicta mostra inter duos Gothos lites debeat amputare, si quod etiam inter Gothorum et Romanum natus fuerit fortasse negotium, adhibito sibi prudente Romano, certamen possit aequabili ratione discingere*”.

Tal sistema, entretanto, não representava exatamente o da personalidade do direito, que exige que dois povos, regulados cada qual por seu próprio direito, estejam submetidos ao mesmo poder político, em igualdade de submissão⁵⁴⁸. No caso dos ostrogodos, além de o *Edictum* vigorar para todos, já que lei romana, a autoridade imperial ainda se sobrepunha, teoricamente, tanto a godos quanto a romanos.

Na Aquitânia, segundo esse mesmo sistema, os romanos se regiam pela legislação do Baixo-império, notadamente o Código de Teodósio. Eram julgados por seus próprios juízes, os *rectores provinciae*, consequência natural da personalidade do direito, e, mais importante, seguiam sua própria religião, com seu próprio clero, o qual também obteve autorização imperial para julgar as lides civis a partir de Honório⁵⁴⁹. Já os godos, por outro lado, eram julgados pelos *tiufadus* ou pelos *millenarius*⁵⁵⁰. Sua religião e seu clero eram arianos. Gozavam também de isenções tributárias específicas, e o privilégio exclusivo de poder integrar às forças armadas. Fato marcante aqui era a proibição de casamentos mistos⁵⁵¹, herança da própria legislação romana do Baixo-império, que, na sua época, tinha o intuito de excluir os bárbaros arianos da população católica romana. Agora, inverteu-se o poder e são os godos que segregam os romanos, por força de norma de igual teor, trasladada para o Breviário de Alarico, legislação feita para a população romana dominada. Essa distinção durou até o fim do reinado de

⁵⁴⁸ CALASSO, Francesco, *op. cit.* pp. 114-115 aponta o sistema legal adotado no Império de Carlos Magno como o mais representativo exemplo da personalidade do direito. Nele, aos reinos submissos era destinado um corpo próprio de leis para se regerem, como o caso da *Capitulare Italicum*, do reino dos Longobardos, a par das *Capitularia generalia*, de cunho imperial, vigorando em todas as *partes Imperii*.

⁵⁴⁹ E.A.THOMPSON, *Los Godos en España*, ed. Alianza, 2014, pág. 50, afirma que os bispos católicos do reino de Tolosa tinham obtido o direito de julgar os casos civis entre laicos mediante acordo entre as partes (Código de Teodósio, XVI, I), mas teriam perdido tal jurisdição no Breviário de Alarico, que não reproduziu a citada norma tardo-romana.

⁵⁵⁰ Mais tarde, com a maturidade do reino visigodo, as lides civis de primeira instância eram julgadas pelo *iudex territorii*, sendo que o *comes* atuava em grau de recurso ou no julgamento de pessoas da nobreza, mas não tinha apenas atribuições jurisdicionais (E. A. THOMPSON, *op. cit.* pág. 189).

⁵⁵¹ Essa proibição de casamentos mistos conheceu várias exceções, vide o casamento de Ataulfo com a princesa Gala Placídia, irmã de Honório, além do exemplo de Teudis, que se casou com uma rica hispano-romana.

Leovegildo, com a conversão de seu filho, Recaredo. Mas ainda surgem sérias dúvidas quanto ao caráter pessoal e territorial da legislação visigótica.

4.6.2 – Sistemas da territorialidade e personalidade do direito

Inicialmente, os jushistoriadores, quase que unanimemente, entendiam que a legislação visigótica era de caráter pessoal e nacional, mas paulatinamente foi evoluindo para um direito territorial. Assim, os visigodos teriam conservado seu direito ao lado de uma população hispano-romana que aplicava o direito do Baixo-império. Em 1941, entretanto, Garcia Gallo⁵⁵² passou a defender a tese da territorialidade da legislação visigótica. Dentre seus vários argumentos, ele primeiro salienta o silêncio dos códigos visigóticos (o Código de Eurico, o Breviário de Alarico e o *Codex Revisus*) quanto a normas que afirmassem a personalidade do direito. Num sistema de personalidade do direito, haveria necessariamente de constar norma que definisse os conflitos envolvendo visigodos e romanos. Acrescenta que o conteúdo do Código de Eurico é quase que exclusivamente direito romano vulgar. Ademais, dito código regula a divisão de terras e proíbe casamentos entre godos e romanos, normas que por sua natureza se aplicam a ambos os povos. Continua o professor espanhol apontando para o trecho do *Commonitorium* do Breviário (introdução), que informa aos *comes* locais a modo como o código deverá ser aplicado nos tribunais, proibindo “qualquer outra lei ou qualquer outra fórmula de direito⁵⁵³”. Tal norma

⁵⁵² GALLO Garcia, *Nacionalidad y territorialidad del derecho en la época visigoda*, A.H.D.E., XIII, 1936-1941, 168 e segs.

⁵⁵³ Transcreva-se aqui o respectivo trecho do *Commonitorium*: “*Providere ergo te convenit, ut in foro tuo nulla alia lex necque iuris formula proferri vel recipi praesumatur*” (extraído de *La Creación del Derecho. Antología de Textos*, pág. 56, de IGLESIA Ferreirós, Aquilino, Marcial Pons, Madrid, 1996).

significaria uma revogação implícita do Código de Eurico. Cita ainda o caso de outro diploma legal, contemporâneo à legislação visigoda, representado pelo édito de Teodorico, o Amalo, cuja aplicação territorial na Itália é aceita por todos. Continua lembrando que a lei de Teudis sobre custas processuais, de 546, cujo caráter territorial também é universalmente aceite⁵⁵⁴, foi expressamente inserida no texto do Breviário de Alarico. Segundo Garcia Gallo, tal lei não foi inserida no Código de Eurico, pois, este diploma estaria revogado pelo Breviário de Alarico, dada a regra segundo a qual lei territorial superveniente revoga a anterior.

As teses de Garcia Gallo, porém, foram contestadas pelos alemães Heymann⁵⁵⁵, A. Schulze⁵⁵⁶, Wohlhaupter⁵⁵⁷ e, sobretudo, por Paulo Merêa⁵⁵⁸. De fato, o professor de Coimbra começa diminuindo o argumento *ex silentio* de que o Código de Eurico e o Breviário deveriam conter norma dirimindo os conflitos entre godos e romanos. Nenhuma fonte fala da territorialidade da legislação visigótica e tal norma talvez constasse da introdução do Código de Eurico, que nos é desconhecida. Quanto ao fato de o Código de Eurico ser de forte influência romana, isso não significa que fosse de aplicação territorial, pois a essa altura (em 475-476) os visigodos já estariam fortemente romanizados, eis que já estebelecidos dentro do Império há mais de um século. Quanto à norma que manda inserir a lei de Teudis no Breviário, lembra que o Código de Eurico não regulava questões processuais; sua inserção na *Lex Romana Visigothorum* se deu assim *ratione materiae*. Quanto ao mencionado teor do *Commonitorium*, seu objetivo era vedar a aplicação do direito romano não regulado pelo Breviário e não exatamente revogar o Código de Eurico. E esse é o ponto principal de Merêa,

⁵⁵⁴ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, em *História do Direito Português*, Fundação Kalouste Gulbenkian, Lisboa, 2011, lembra que E.A.Thompson, e *The Goths in Spain*, não aceita a territorialidade da Lei de Teudis.

⁵⁵⁵ HEYMANN, *Zeitschrift der Savigny Stiftung für Rechtsgeschichte* (Germ. Abt.), 63 (1943), 361.

⁵⁵⁶ SCHULTZE, A., *Über Westgotisch-spanisches Eherecht*, Leipzig, 1944, 105 e segs.

⁵⁵⁷ WOHLHAUPTER, *Das germanische Element im altspanischen Recht*, in *Zeitschrift der Savigny Stiftung* (Germ. Abt), 66 (1948), 169-173.

⁵⁵⁸ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pp. 199-249, capítulo “Para uma crítica de conjunto da tese de Garcia Gallo”.

o de que o Breviário não teria revogado o Código de Eurico, mas quando muito “o *Código de Eurico* tivesse continuado a vigorar como lei geral, e a par dele entrasse em uso o Breviário, como fonte subsidiária. A finalidade deste código complementar seria evitar os inconvenientes da livre alegação de fontes romanas”⁵⁵⁹.

Mas a polémica não parou por aí. Alvaro D’Ors⁵⁶⁰, em seu turno, começa defendendo a inexistência de um direito consuetudinário visigodo na época em que se assentaram na Hispânia, uma vez que se teriam romanizado desde cedo. Cita, em seu favor, trecho da *Getica* de Jordanes no sentido de que “*Vesegothae, (...) ambigeant, diuque cogitantes tandem communi placito legatos in Romania dirixerunt ad Valentem imperatorem fratrem Valentiniani imperatoris senioris, ut, partem Traciae sive Moesiae si illis traderet ad colendum, eius se legibus eiusque vivere imperiis subderentur: et, ut fides uberius illis haberetur; promittunt se, si doctores linguae suae donaverit, fieri Christianos*”⁵⁶¹. Os godos já estariam assim bastante romanizados e seu direito, salvo alguns aspectos de caráter público, acabou se confundindo com o dos romanos, da mesma forma que eles se converteram ao cristianismo, embora pelo credo ariano, e esqueceram sua língua nativa. Essa situação torna irrelevante a discussão sobre a personalidade de sua legislação, pois se trataria do mesmo direito. Na defesa da territorialidade do direito visigótico, D’Ors dá outra explicação às conclusões extraídas a partir da mencionada epístola de Sidônio Apolinário, em que este se queixa de Seronato, por estar aplicando leis visigóticas a romanos, no lugar das normas do Código de

⁵⁵⁹ MEREIA, Paulo, *op. cit.* pág. 207.

⁵⁶⁰ D’ORS, Alvaro, *La territorialidad del derecho de los visigodos*, in *Estudios Visigóticos*, I, 93-124.

⁵⁶¹ JORDANES, *Getica*, cap. 25, 131 (*apud* IGLESIA Ferreirós, Aquilino, *op. cit.* pp. 49-50). (Os visigodos (...) estavam em dúvida e durante muito tempo pensativos até que de comum acordo enviaram legados à Romania (ao Império romano), a Valente imperador, irmão do imperador Valentiniano o Velho, para submeter-se a viver sob suas leis e sob suas ordens, se lhes fosse entregue uma parte da Trácia ou da Mésia para cultivá-la; e para que lhes desse doutores de sua língua).

Teodósio⁵⁶². D’Ors alude assim a que a irregularidade de Seronato, na verdade, era pretender aplicar leis godas fora de seu território de ocupação. Ainda em prol da territorialidade do Código de Eurico, lembra que, no fundo, se tratava de direito romano, apesar de conter algumas normas de direito público de perfil germânico. Quanto ao Breviário de Alarico, D’Ors comenta que se fosse destinado exclusivamente aos romanos, tal mandamento viria expresso no *Commonitorium*, o qual, pelo contrário, dá a entender que seria de aplicação universal. Lembre-se que nele se lê: “*ut iuxta eius seriem universa causarum sopiatur intentio*” e “*hanc vero praeceptionem directis libris iussimus adhaerere ut universos ordinationis nostrae et disciplina teneat et poena constringeat*”. A menção a “*universos*” tornaria inverossímil a exclusão de qualquer uma das raças. Ainda nesse sentido, aponta para a frase inicial do *Commonitorium*: “*Utilitates populi nostri propitia divinitate tractantes hoc quoque quod in legibus videbatur iniquum, meliore deliberatione corrigimus (...)*”⁵⁶³. Lembra também que de sua elaboração participou ativamente um godo, o *comes* Goiarico⁵⁶⁴.

Mas D’Ors não chega a admitir que o Breviário de Alarico tivesse revogado o Código de Eurico, defendendo, mais precisamente, que aquele corpo de leis tinha uma finalidade didática, pedagógica, de formação de juízes, um pouco como o Digesto de Justiniano. As leis do Breviário seriam assim mais informativas do que imperativas. O professor catalão, por fim, conclui que, sendo o Breviário de cunho didático, não precisou ser revogado posteriormente pelo *Codex Revisus* de Leovegildo. Esclarece ainda que, na medida em que o Código de Leovegildo aboliu a proibição de casamentos mistos, caso pretendesse revogar o Breviário por inteiro, não precisaria revogar apenas esse ponto, como o fez o Código de Rescesvindo (*Liber Iudiciorum*) ao abolir o direito romano como um todo.

⁵⁶² “*exaltans Gothis insultansque Romanis, includens praefectis concludensque numerariis, leges Theodosianas calcans Theodoricianasque proponens, ueteres culpas, noua tributa perquiri*” (Sidônio Apolinário Ep. 2.1.3, *apud* IGLESIA Ferreirós, Aquilino, *op. cit.* pág. 54).

⁵⁶³ *Apud* IGLESIA Ferreirós, Aquilino, *op. cit.* pág. 56.

⁵⁶⁴ Passim ESPINOSA Gomes de Silva, Nuno, *op. cit.* pp. 87-90.

Os argumentos territorialistas de Garcia Gallo e D’Ors, entretanto, não convenceram a todos. Endosse-se aqui a réplica apresentada por Nuno J. Espinosa Gomes da Silva⁵⁶⁵. De fato, o trecho de Jordanes relatando que os visigodos, em 476, em troca da autorização de se assentarem na Mésia, concordaram com o imperador Valente em submeter-se às leis romanas e à religião cristã⁵⁶⁶, deve ser interpretado com cautela ao atribuir-se-lhe o sentido de que teriam abolido seu direito consuetudinário. Isso porque logo no ano seguinte se revoltaram, venceram e mataram Valente em Adrianopla. Ademais, independentemente dessa revolta, deve ter levado certo tempo para que aprendessem a falar e ler latim, requisito indispensável para substituírem sua ordem jurídica pela romana e adotarem plenamente a religião cristã. Lembre-se que, em 415, Ataúlfo ainda se lamentava dos costumes bárbaros arraigados de seu povo, quando tentava convencê-los a obedecer às leis, a fim de romanizá-los e fundar a tão sonhada *Gothia*⁵⁶⁷.

No que toca à territorialidade das *leges theodoricianae*, esta seria uma consequência lógica de seu conteúdo, que diz respeito à divisão de terras entre godos e romanos e, portanto, se aplica a ambos os povos. Essa conclusão independe de saber se a alegada irregularidade de Seronato era a de aplicar leis godas fora de seu território de domínio, como aventa Alvaro D’Ors.

Quanto à territorialidade do Código de Eurico, essa não é garantida pela sua profunda inspiração romana. Isso poderia apenas significar o grau de romanização dos godos em 475-476, ano de sua publicação, isto é, 100 anos após sua entrada no Império. Ou traduziria apenas a intenção romanizante do rei godo.

⁵⁶⁵ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *História do Direito Português*, Fundação Kalouste Gulbenkian, Lisboa, 2011, pp. 91-112.

⁵⁶⁶ JORDANES, *Gética*. 25. 131: “*Vesegothae, (...) ambigebant, diuque cogitantes tandem communi placito legatos in Romania dirixerunt ad Valentem imperatorem fratrem Valentiniani imperatoris senioris, ut, partem Thraciae sive Moesiae si illis traderet ad colendum, eius se legibus eiusque vivere imperiis subderentur et, ut fides uberius illis haberetur, promittunt se, si doctores linguae suae donaverit, fieri Christianos.*” (apud Aquilino IGLESIA Ferreirós, *La Creación del Derecho, Antología de Textos*, Marcial Pons, 1996).

⁵⁶⁷ OROSIO 7, 43, 2-6 (IGLESIAS Ferreirós, Aquilino, *op. cit.* pp. 50-51): “*neque Gothos parere ullo modo legibus posse propter effrenatam barbariem, neque reipublicae interdicti leges oportere, sine quibus respública non est respública*”.

De qualquer forma, deve ser refutada a natureza de *Edictum* do Código de Eurico, norma decorrente do poder legislativo derivado, à semelhança dos atos dos governadores de província, como o pretende D’Ors⁵⁶⁸. Seu texto⁵⁶⁹ se refere expressamente a *leges*, tal qual o faz a lei teodoriana anterior. Na medida em que ainda se encontravam na condição de federados (embora, no caso de Eurico, o Império ainda existisse), essa nomenclatura reforça a idéia de que essas leis se destinavam somente aos godos. Endosse-se, a propósito, a observação de Nuno Espinosa Gomes da Silva⁵⁷⁰ no sentido de que, se o Código de Eurico foi romanizado ao ponto de considerar um *Edictum* – fonte de direito romano – então, dados os termos do *Commonitorium*⁵⁷¹, deve se crer que o Breviário revogou o Código de Eurico, o que não teria cabimento.

No que toca ao Breviário, o silêncio do *Commonitorium* em destiná-lo somente aos romanos não é prova de sua territorialidade, ou seja, de sua aplicação universal no reino. A rigor, o conteúdo integralmente romano de seu texto, com uma parte referente aos *iura* dos jurisperitos e outra parte com a *leges*, que reproduz o Código de Teodósio, dispensa maiores referências nesse sentido⁵⁷². Da mesma forma, tampouco é prova de sua territorialidade a sua frase inicial “*Utilitates populi nostri*”. Na época de sua publicação, em 506, a população romana que o rei visigodo tinha sob seu domínio era a grande maioria, não sendo assim estranho a ela dirigir-se como “o seu povo”. Ademais, se o Breviário fosse de cunho territorial, teria revogado o Código de Eurico e não haveria como se explicar a sobrevivência de normas deste último diploma no *Codex Revisus*, sob a denominação de *antiqua*, cem anos depois. Refute-se também a posição de Álvaro

⁵⁶⁸ D’ORS, Alvaro, *La territorialidad del derecho de los visigodos*, in *Estudios Visigóticos*, pág. 113.

⁵⁶⁹ O Código de Eurico assim se refere: “*Antiquos vero terminos sic alia lege preceptit*”. Já a mencionada referência de Sidônio Apolinário: “*leges Theudosionas calcans Theudorianasques propones ueteres culpas...*”.

⁵⁷⁰ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 96.

⁵⁷¹ O trecho do *Commonitorium* aqui referido é aquele que manda aos juízes do reino não aplicarem outro direito romano que não aquele contido no Breviário de Alarico.

⁵⁷² ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pp. 96-97.

D’Ors de que o Breviário teria uma finalidade didascálica, com normas mais informativas aos juízes do que impositivas. A determinação no *Commonitorium* de proibir a aplicação de outras fontes de direito romano que não aquelas ali contidas, sob pena de perder a cabeça⁵⁷³, afasta qualquer caráter não impositivo.

Quanto à Lei de Teudis sobre custas judiciais, de 546, verifica-se que apresenta dispositivo que manda incluir seu texto no Breviário. O motivo dessa inclusão é explicado por Merêa como sendo *ratione materiae*, pois o Breviário continha normas sobre custas processuais. Mas isso não significa que o Código de Eurico não versasse sobre custas, pois não conhecemos seu texto integral e a *Lex Baiuvariorum*, que nele se baseou como modelo, contém tal matéria⁵⁷⁴. A tese da territorialidade da Lei de Teudis explica melhor sua inserção no Breviário. Considerando que o Breviário era uma lei para os romanos e que seu *Commonitorium* proíbia a aplicação de outras fontes de direito romano, tal inserção é consequência lógica de tal imposição. Fosse a intenção do rei a aplicação da Lei de Teudis aos godos, bastaria sua publicação; já para aplicá-la ao romanos, necessário se faz sua inserção no Breviário por força da mencionada regra do *Commonitorium*.

Quanto ao *Codex Revisus*, boa parte da doutrina admite sua territorialidade. Foi encomendado por Leovegildo (572-586), rei visigodo que unificou o reino, incorporando o reino suevo e quase toda a Península, à exceção do sul bizantino e de alguns rincões no norte montanhoso. A unificação do direito, com a publicação de um corpo de leis de âmbito territorial, coincidiria assim com

⁵⁷³ *Commonitorium*: “*Quod si factum fortasse consisterit, aut ad periculum capitis tua ut ad dispendium tuarum pertinere noveris facultatum.*” (apud IGLESIAS Ferreirós, Aquilino, *op. cit.*, pág. 56).

⁵⁷⁴ A *Lex Baiuvariorum* é um corpo de leis dos Bávaros dos séculos VI-VIII, elaborada pelo abade de Niederaltaich, Dux Odilio, no século IX, que nos chegou às mãos bastante completo. Partes significativas de seu texto são cópias literais do Código de Eurico, o que permite especular sobre como seriam as partes faltantes de tal diploma legal, como é o caso das regras relativas a custas.

as aspirações da monarquia toledana desse período. Ureña⁵⁷⁵ compartilha essa opinião e a justifica na abolição da proibição de casamentos mistos inaugurada pelo *Codex*⁵⁷⁶, regra essa de caráter forçosamente universal e territorial. Com efeito, se o *Codex* se aplicasse só aos godos, qual razão haveria para Leovegildo revogar uma lei romana (a proibição constava do Código de Teodósio e do Breviário de Alarico⁵⁷⁷); se a proibição estava somente no Breviário, o monarca não teria necessidade de abolir uma lei que não afetava aos godos. E se o *Codex* tivesse validade só para godos, a revogação da norma proibitiva afetaria somente a estes e não aos romanos⁵⁷⁸. Nenhum de seus exemplares, contudo, nos chegou às mãos e sequer sabemos a data precisa de sua publicação. Garia Gallo chega a duvidar de sua própria existência. Mas vem mencionado por S. Isidoro de Sevilha⁵⁷⁹. Alvaro D’Ors, que considera que o Breviário de Alarico tinha caráter didascálico, não vê assim razões para este ter sido revogado pelo *Codex Revisus*, não contribuindo para desvendar nosso mistério.

A territorialidade plena foi, entretanto, alcançada pelo Código de Rescesvindo de 654, o *Liber Iudiciorum*. Dele consta norma revogando

⁵⁷⁵ UREÑA y Smenjaud, Rafael, *Legislación gótico-hispana (Leges antiquiores-Liber Iudiciorum) Estudio crítico*, pág. 247. Urgoiti Editores SL. Pamplona, 2003.

⁵⁷⁶ Fuero Juzgo (Real Academia Española, 1815). Libro III. I Título “*DEL ORDENAMIENTO DE LAS BODAS*”. I “*Que la mugier romana puede casar con el omne godo, é que la mugier goda pueda casar con el omne romano.*”

⁵⁷⁷ CTh 3,13,1: “*Nulli provincialium, cuicumque ordinis aut loci fuerit, cum barbara sit uxore coniugium, nec nulli gentilium provincialis femina copuleter*”. BA 3,14,1: “*Nullus Romanorum barbaram gentis uxorem habere praesumat, neque barbarorum coniugius mulieres Romanae in matrimonio coniugantur*”.

⁵⁷⁸ ALVARADO Planas, Javier, *El problema del germanismo en el derecho español. Siglos V-XI*. pp. 33-34, Marcial Pons, Madrid, 1997.

⁵⁷⁹ S. Isidoro, em sua *História dos Godos*, relata: “*(subtenda-se Leovegildo) in legibus quoque ea quae ab Eurico incondite constituta videbantur correxit, plurimas leges praetermissas adiciens, plerasque superfluas auferens*”. Já Garcia Gallo, em sua *Consideración Crítica*, 400, escreve que: “*Ante la imposibilidad de llegar a conclusiones seguras sobre el Código de Leovegildo, dada la falta de datos y la imprecisión de los que se vienen manejando, parece prudente no adoptar una postura decidida ante él, ni en pro ni en contra; y en todo caso, al no poder afirmar nada con seguridad, no procede basar en su existencia y características ninguna conjetura y menos conclusiones*”. Essa posição, entretanto, não ganhou muitos adeptos. *apud* ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *História do Direito Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pág. 79.

expressamente o direito romano⁵⁸⁰, isto é, unificando o direito em torno do *Liber*⁵⁸¹. A verdade é que a própria existência de norma nesse sentido já faz duvidar sobre sua eficácia, pois é de se crer que o direito romano continuasse a servir de fonte subsidiária⁵⁸², tal qual deveria ocorrer com o costume visigodo ou o pré-romano, além da aplicação, pela população judaica, de suas próprias normas confessionais. Ilustre-se ainda que o próprio *Liber Iudiciorum* determinava que nos pleitos entre mercadores estrangeiros não deveriam ser conhecidos pelos juízes do reino, mas por seus próprios juízes e conforme suas leis⁵⁸³.

Ultimamente, autores como Javier Alvarado Planas têm explorado a tese de que o direito visigodo das leis teodoricianas, do Código de Eurico e do Codex Revisus se tratava de um direito especial surgido da prática, aplicável tanto a godos quanto a romanos que, por sua vez, remetiam ao direito romano (Código de Teodósio e Breviário de Alarico) como fonte supletiva ou geral⁵⁸⁴. A legislação visigótica teria assim seguido a tradição do direito romano de outorgar um estatuto especial ao direito dos povos bárbaros ou peregrinos, cujos ordenamentos podiam, portanto, ser considerados como *iura singularia* em relação ao *ius commune* representado pelo direito romano, que atuaria como fonte supletiva ou subsidiária do *ius singulare* ou do *ius proprium*⁵⁸⁵. Nesse sentido, a problemática da relação entre o direito visigótico com o romano não estaria em torno da

⁵⁸⁰ *Fuero Juzgo* (Real Academia Española, 1815), Libro II, I Titol “*DE LOS IVEZES E DE LO QUE IVDGAN*”, VIII: *De tollere las leyes de los omnes estrannos. “(...) Nin queremos que daqui adelante sean usadas las leyes romanas, ni las estrannas.”*

⁵⁸¹ *Fuero Juzgo* (Real Academia Española, 1815), Libro II, I Titol “*DE LOS IVEZES E DE LO QUE IVDGAN*” IX: *Que nengun omne non aya otro libro sino este, que es fecho de nuevo. “Nengun omne de todo nuestro regno defendemos que non presente al iuez porá iudgar en nuestro pleito outro libro de leyes si non este nuestro (...)”*.

⁵⁸² ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.* paga 67, defende que a mencionada norma do Código de Rescesvindo proibindo o direito romano não o derogou, mas tão-somente proibiu sua aplicação em juízo, o que é muito diferente.

⁵⁸³ *Fuero Juzgo* (Real Academia Española, 1815), Libro XI, III Titol “*DE LOS MERCADORES QUE VIENEN DE VLTRA PORTOS*”. II. *Ley antigua. Que los mercadores dultra portos deven ser iudgados por sus iueces, é por sus leyes: “Si los mercaderos dultra portos an algun pleyto entre si, ningun iuez de nuestra tierra non le deve iudgar, mas responder deven segund sus leyes, é ante sus iueces.”*

⁵⁸⁴ ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.*, pág. 17.

⁵⁸⁵ ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.*, pág. 22.

personalidade ou territorialidade, mas na vigência de um *ius commune* para ambos os povos, o direito romano, e um *ius proprium* para os godos. Isso explicaria a menção no *Commonitorium* do Breviário de Alarico da expressão “*utilitates Populi nostri*”⁵⁸⁶, que define os destinatários do código, conceito que abrange as ambas as raças, eis que o Breviário se aplicaria diretamente aos romanos e supletivamente aos godos. Explica também o fato de terem participado tanto godos (como o *comes* Goiarico) quanto romanos (os bispos da Aquitânia) no concílio de Agde, que sancionou como lei o referido código.

Numa linha de pensamento parecida, Nuno Espinosa Gomes da Silva encara o problema da territorialidade e personalidade do direito visigótico no plano da validade de suas normas e não do de sua eficácia. Aduz que “*a subsistência de um direito consuetudinário godo não afecta a problemática da personalidade ou territorialidade da legislação visigótica*”. Admite que, desde cedo, “*os godos se regiam pelo seu direito consuetudinário, funcionando o direito romano como ordem jurídica subsidiária. Assim, o direito romano – direito pessoal de romanos – seria, também, subsidiário de godos*”⁵⁸⁷. Defende, porém, a personalidade do Código de Eurico, pois existem soluções de direito romano, afastadas no Código de Eurico, que são repristinadas no Breviário. Menciona, nomeadamente, o caso das doações entre cônjuges, proibidas no Código de Teodósio, permitidas no Código de Eurico e, de novo, proibidas no Breviário⁵⁸⁸. Tal circunstância pende nitidamente para a tese da personalidade, pois não se justificam a sucessão de soluções jurídicas tão díspares em tão curto espaço de tempo. Quanto ao Breviário, defende que seria fundamentalmente uma lei pessoal dos romanos, mas também subsidiariamente aplicável aos godos. Completa que “*se o Código de Eurico fosse o direito comum, territorial, e o Breviário simplesmente subsidiário, seria de se estranhar o não haver no Commonitorium*

⁵⁸⁶ Lembre-se de que essa expressão “*utilitates Populi nostri*” é um dos carros chefes da argumentação de GARCIA GALLO em prol de sua tese da territorialidade do Breviário de Alarico.

⁵⁸⁷ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 99.

⁵⁸⁸ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 100.

uma palavra acerca da sua subsidiariedade, acerca da sua relação com o Codex Euricianus. Esse silêncio é mais explicável se o Breviário for uma lei eminentemente pessoal que só, em segunda linha, é subsidiária de uma parte da população”⁵⁸⁹. Essa tese da personalidade justifica a ordem de Teudis de inserir sua lei sobre custas no Breviário; para sua aplicação aos godos, bastaria sua publicação, mas diante da proibição do *Commonitorium* de se aplicar outras leis, tal inserção na legislação pessoal dos romanos os exclue da correspondente sanção por aplicá-la.

Como se verifica, a questão da territorialidade ou personalidade da legislação visigótica não parece ainda resolvida. Nada garante que, não obstante as opiniões balisadas no assunto, uma eventual nova descoberta arqueológica (por ex. um palimpsesto com textos desconhecidos até então) não possa mudar tudo que se concluiu até hoje. Independentemente do enfoque estritamente jurídico, é de se crer que os dois povos aplicassem suas leis separadamente, até porque, na prática, viviam separadamente, eis que o assentamento rural godo era separado⁵⁹⁰, sendo que apenas em algumas grandes cidades, como Toledo ou Mérida, os dois povos conviviam perto um do outro. Somente com a conversão dos godos ao catolicismo é que a integração teve início, e mesmo assim muito lentamente.

4.6.3 – Fontes e conteúdo do direito visigótico

Vencida essa questão em torno da personalidade ou territorialidade do direito visigótico, cabe então examinar suas fontes e seu conteúdo. O direito

⁵⁸⁹ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pág. 101.

⁵⁹⁰ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *op. cit.* pp. 75-76, lembra “a existência de povoações só habitadas por godos, a par de outras só habitadas por hispano-romanos. Assim, em Portugal, temos de um lado *Godos, Godinhos, Godinhaços* e, de outro, *Romão, Romãs, Rominho*.”

visigótico, na verdade, representa um conglomerado de normas do direito romano vulgar do Baixo-império com inserções de origem germânica. Suas fontes básicas são a legislação régia, o costume, a literatura jurídica e as decisões judiciais, estas últimas consolidadas nas fórmulas visigóticas⁵⁹¹.

Os reis se tornaram grandes protagonistas do direito visigótico. Desde Eurico e Alarico, durante o reino de Tolosa, a Leovegildo, Chindasvindo, Rescesvindo e outros, no reino de Toledo, os reis visigodos se empenharam em intensa atividade legislativa, no intuito de consolidar o poder real e estabilizar o reino. Elaborar leis para o povo constituía uma de suas prerrogativas essenciais dentro do poder divino dos monarcas como vigários de Deus na Terra. Quando ainda se encontravam nas províncias como mandatários do imperador, promulgavam éditos, em decorrência de seu *ius edicendi*, à semelhança dos governadores. Não só os visigodos, mas também o ostrogodo Teodorico publicou éditos para a população romana, com eficácia supletiva à legislação tardo-imperial. Quando já não atuavam como subordinados do Império, passaram a editar *Leges*, *Constitutiones*, *Decretae* etc. A ideia de publicar leis escritas para os godos começou antes de Eurico⁵⁹², como já dissemos, embora este tenha o mérito de lançar o primeiro código. Foi imitado por seu sucessor, Alarico II, que editou seu Breviário para a população romana. Para tanto, os reis se valiam do assessoramento da Aula Régia⁵⁹³, o equivalente a um gabinete de ministros próximos do monarca. Para conferir a devida publicidade, a legislação régia era

⁵⁹¹ As formulas visigóticas são um conjunto de ensinamentos contidos num formulário de 46 capítulos mutilados, que foi encontrado em Oviedo, no século XVI, por Ambrósio de Morales. Revelam a prática judicial do reino visigodo, resolvendo questões de direito privado que não estão nas leis.

⁵⁹² Alguns autores explicam a afirmação de S. Isidoro de Sevilha de que Eurico fora o primeiro rei visigodo a publicar leis para seu povo, esclarecendo que as leis teodoricianas mencionadas por Seronato são decorrentes do *ius edicendi* de mandatário imperial na Gália. Daí, Alvaro D'Ors (op. cit. 111-112) adianta seu entendimento de que até as leis teodoricianas tinham caráter territorial, da mesma forma que o Código de Eurico, que ele considera um *Edictum* para a Gália.

⁵⁹³ Também conhecida como *consilium regis*, *officium palatinun* ou *palatium regis*, decorre do *Thing* da tradição germânica, e era composta de magnates, gardingos e pessoas próximas ao monarca.

lida publicamente nas igrejas ou fixadas em local apropriado (ressalve-se, contudo, que, nessa época, poucas pessoas sabiam ler, ao contrário da época imperial). As leis elaboradas nos concílios eram lidas nas respectivas cerimônias, na presença do rei, que as sancionava.

A propósito, vale recordar a importante função dos concílios eclesiásticos, notadamente os 18 que se reuniram em Toledo⁵⁹⁴. Note-se que os concílios eclesiásticos já se reuniam regularmente antes da invasão dos bárbaros, como o de Elvira, em 300, e os dois primeiros de Toledo. Recaredo, ao se converter ao catolicismo e abandonar o arianismo, fez questão de sacramentar sua decisão num grande concílio, o de Toledo III, onde o povo godo se converteu em bloco. Após tal conversão, os concílios se reuniram frequentemente sob a convocação real, e assumiram importante função do reino de Toledo. Elaboravam leis, tanto em matéria eclesiástica quanto civil, julgavam casos e tratavam de assuntos administrativos, ou melhor, constitucionais do Estado, como ratificar a coroação de um novo monarca. Representam o antecessor das cortes medievais, à diferença de que não eram compostos pelos estamentos, mas pelos bispos e alguns notáveis, além de homens próximos do rei.

O costume também tinha grande valor no direito visigodo. A rigor, representava o direito germânico originário, tudo que veio depois já absorveu grande influência romana e canônica. Santo Isidoro, em sua obra *Etmologiae*, ensina que, para ter validade legal, a norma consuetudinária deve ser justa, como também o devem ser as próprias leis escritas. Uma característica das leis escritas da época visigótica é que sempre se empenharam em negar valor legal ao costume⁵⁹⁵. Inclusive, aos juízes era vedado decidirem as causas na falta de lei

⁵⁹⁴ Vide cap. 3.5.9 sobre os concílios visigóticos.

⁵⁹⁵ ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.* pp 71-72, à semelhança do que ocorreu com o direito romano no Código de Rescesvindo, defende que esta lei não proibiu a invocação do costume, mas apenas a aplicação, em caso de *vacatio legis*, de costumes insuficientemente arraigados, contrário à ordem pública ou, o que era mais frequente, resoluções arbitrárias dos juízes mascaradas na forma de falsos costumes.

expressa sobre o caso. Nessa hipótese, tinham de recorrer ao rei para que este criasse norma legal a ser aplicada no caso concreto⁵⁹⁶.

A doutrina conheceu, de igual forma, vários expoentes na Hispânia visigoda. Santo Isidoro, que escreveu sobre quase tudo, nos legou a respeito o livro V, *De legibus et temporibus* e as *Sententiae*, de sua citada obra *Etmologiae*. Outros seguiram o seu exemplo, como seu irmão Leandro (antes mesmo de Isidoro), João Biclarense, Bráulio de Saragoça, Julião de Toledo⁵⁹⁷, Frutuoso de Braga e outros. Leandro ajudou Recaredo na presidência e na redação da ata do Concílio de Toledo III, e Bráulio de Saragoça teria participado ativamente dos Concílios de Toledo IV, V e VI, além da elaboração do Código de Rescesvindo, assim como Leão de Narbona, no século V, ajudara na redação do Código de Eurico⁵⁹⁸.

A jurisprudência também atuou para construir o direito tardo-antigo ibérico. A sobrevivência do costume se deu muito em razão do trabalho dos juízes. Apesar de o Código de Rescesvindo, como dissemos, proibir a integração de qualquer lacuna da legislação, isso se tratava menos de uma proibição do que de uma norma programática, ou mesmo de uma “linha legislativa”, para usar as palavras de Magdalena Rodrigues Gil⁵⁹⁹, a fim de poder avocar tal atribuição real de criar o direito.

⁵⁹⁶ Invoque-se aqui, no *Liber Iudiciorum* (Real Academia Española, 1815), a norma do Libro II, Título I, XI: “*Que los iuezes non oyan nengun pleyto si non aquel que es contenido en las leyes: Ningun iuez non oya pleytos, sino los que son contenidos en las leyes. Mas el sennor de la cipdad, ó el iuez por si mismo, ó por su mandadero faga presentar ámas las partes antel rey, quel pleyto sea tractado antel, é sea acabado mas aina, é que fagan ende ley.*”

⁵⁹⁷ Julião de Toledo, ou Juliano de Toledo, empenhou-se na aprovação de diversas leis antissemitas no Concílio de Toledo XII, reunido sob os auspícios de Ervígio. Contraditoriamente, era filho de pais judeus, mas fora criado como cristão desde cedo.

⁵⁹⁸ UREÑA y Smenjaud, Rafael, *op. cit.* pág. 180.

⁵⁹⁹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 113.

4.6.4 - O Código de Eurico

Segundo S. Isidoro de Sevilha, o Código de Eurico, também denominado *Statuta Legum Eurici Regis*, constitui o primeiro diploma escrito dos visigodos e dos povos germânicos, momento em que aqueles deixaram de ser regidos pelos costumes. Entretanto, como já aventamos, seu pai, Teodorico I⁶⁰⁰, e seu irmão, Teodorico II⁶⁰¹, também haviam supostamente editado leis escritas, mas casuisticamente, nada que se assemelhasse a um código⁶⁰². Eurico adotou uma política expansionista, dilatando as fronteiras do território que os visigodos haviam recebido com o *foedus* de 418. Seu reino e sua capital Tolosa prosperaram tanto, nos últimos anos do Império, que ele era quem determinava a escolha dos últimos imperadores de Ravena, como foi o caso do aristocrata galo-romano Avito (455-456). Sobreviveu à queda do Império do Ocidente, e, por isso, sentiu a necessidade de estruturar seu reino com um corpo de leis à romana. Embora não se trate de uma legislação estritamente régia, tampouco representa um direito promulgado por uma assembleia popular, no estilo do *Mallus* germânico.

Na verdade, não se conhece o inteiro teor do Código de Eurico; apenas um palimpsesto encontrado por monges de Saint-Germain-des-Prés, no século XVIII⁶⁰³, contendo normas que regulam a repartição de terras entre godos e romanos, além de regras sobre contratos e sucessões. A data mais provável de sua

⁶⁰⁰ Teodorico I morreu na famosa batalha de Campos Catalaúnicos, em 451, contra Átila, atuando como aliado confederado de Aécio e dos romanos.

⁶⁰¹ Teodorico II reinou de 453-466, e representou o primeiro grande rei dos visigodos na Aquitânia. Foi gradativamente se desligando do jugo romano e construindo a autonomia do reino de Tolosa. Morreu assassinado por seu irmão, Eurico, a fim de usurpar-lhe o trono.

⁶⁰² Rafael UREÑA considera que os fragmentos de Holkham, descobertos por Gaudenzi, contêm parte integrante de um *Edictum Theodorici II regis*. Vide a respeito sua obra *Legislación Gótico-hispana, Estudio crítico*, III, 1.

⁶⁰³ Tal palimpsesto procede de Corbie, no norte da França, e se encontra hoje na Biblioteca Nacional de Paris.

promulgação é entre os anos de 475 e 480⁶⁰⁴, e durante algum tempo se acreditou que tinha a natureza de um édito, isto é, um corpo de leis promulgado pelos godos como subordinados do imperador, e não como um reino “soberano”, desvinculado de Roma. Todavia, considerando a generalidade das matérias que abrange, e a impotência do Império na época, torna-se mais verossímil acreditar na sua autonomia política.

Era dividido em títulos e capítulos de forma já bastante organizada, dos quais se conservam aqueles do 276 ao 336, apesar das várias lacunas. O preenchimento das lacunas desse palimpsesto foi objeto de intenso estudo por parte de Bluhme, Brunner, Zeumer, Ureña e outros historiadores do final do século XIX e início do século XX. As normas da *Lex Baiuvariorum*, que imitou quase que literalmente o seu texto, no século VIII, ajudam muito nesse sentido. Mas também são úteis a *Lex Burgundionum* e o *Edictus Rotharis* lombardo. Esse expediente, não obstante, sempre apresenta alguma incerteza. Alguns capítulos extravagantes também lhe foram acrescentados na Idade Média, junto com o Código de Rescesvindo, na sua forma *Vulgata*. Aliás, sua própria compilação da *Antiqua* do *Liber Iudiciorum* também contém manipulações, se comparado o seu texto com o original do palimpsesto de Paris. Lembre-se de que nosso conhecimento sobre seu conteúdo advém de sua compilação posterior, no *Codex Revisus* de Leovegildo e em várias normas denominadas de *Antiquae* no *Liber Iudiciorum*⁶⁰⁵.

Destinava-se aos súditos visigodos, apesar de conter, em seu capítulo 277, normas sobre repartição de terras que também afetavam a população romana.

⁶⁰⁴ UREÑA y Smenjaud, Rafael, *op. cit.* pág. 179, data o Código de Eurico de 475, Alvaro D’ORS, citado por ESPINOSA, *op. cit.* pág. 77, o data de 476. Vale aqui mencionar, a propósito, a obra de Juan GARCIA Gonzalez, *Consideraciones sobre la fecha del Código de Eurico*, separata de A.H.D.E., Madrid 1975. Seja como for, o certo é que foi publicado, sem que aquele rei tivesse conhecimento da queda de Roma.

⁶⁰⁵ Vale ler o capítulo “*Statuta legum Euricis regis*” (pp. 179-224) da citada obra de Rafael UREÑA, *Legislación gótico-hispana*, a respeito da construção da íntegra do texto do Código de Eurico, a partir da redação da *Lex Baiuvariorum*, da *Lex Burgundionum* e do *Edictus Rotharis*.

Regulava expressamente os conflitos envolvendo godos e romanos, vencedores e vencidos, conforme se verifica nos seus capítulos 276, 277, 304 e 312, assim como nas *Antiquae* X, 1, 8, 9 e 16 do *Liber Iudiciorum*, dispositivo esse que foi reproduzido pelos burgúndios na sua *Lex Burgundionum* (Cons. pr. § 3)⁶⁰⁶. Eurico valeu-se do assessoramento de Leão de Narbona e de Marcelino, que imprimiram um caráter romanizante às suas normas. Não obstante, trata-se de uma fusão do direito romano vulgar do Baixo-império, com influências do direito germânico e do canônico. Possui normas de inspiração romana, como a que regula a atividade dos bucelários (cap. 310) ou a que fixa os direitos sucessórios dos filhos (cap. 320). Outras destoam dessa origem, como o cap. 322 sobre as atividades judiciais dos *thiufadus*⁶⁰⁷. Vem escrito num latim tardo-romano (aliás, àquela altura, poucos godos deveriam saber ler latim), o que ajuda a situar a data de sua promulgação no final do século V. Representou um paradigma para muitos outros códigos editados por outros povos germânicos que invadiram o Império, como é o caso da lei Sálica⁶⁰⁸ dos francos, a lei bávara (*Lex Baiuvariorum*⁶⁰⁹), a burgúndia (*Lex Burgundionum*⁶¹⁰) e o édito de Rotário (*Edictus Rotharis*⁶¹¹).

⁶⁰⁶ UREÑA, Rafael. *Legislación gótico-hispana*, 2003, pág. 226.

⁶⁰⁷ *Thiufadus* era o cargo de general do exército visigodo que, a partir do século VI, foi ganhando atribuições administrativas municipais, inclusive a de julgar. Sobre a jurisdição do reino visigótico veja Paulo MERÊA, *Estudos de Direito Visigótico, capítulo Sobre a organização judicial visigótica e postvisigótica*, Acta Universitatis Conimbrigensis.

⁶⁰⁸ A lei Sálica corresponde a um corpo de leis editado por Clóvis, rei dos francos, de forte inspiração romana, embora destinado aos seus bárbaros. Não se confunda a referência que aqui se faz a tal lei, com o seu uso para excluir as mulheres do trono francês, na luta sucessória envolvendo os Capetíngios no século XIV, uma das causas da guerra dos cem anos.

⁶⁰⁹ A *Lex Baiuvariorum* é uma compilação de leis costumeiras bávaras, editada no século VIII. Diversas de suas normas são idênticas ao Código de Eurico, o que a torna um importante instrumento de integração para preencher as lacunas existentes no texto originário da lei goda.

⁶¹⁰ A *Lex Burgundionum*, também chamada de *Lex Gundobada*, foi editada pelo rei Gundobaldo, contemporâneo de Alarico II e Clóvis, rei dos francos. Era uma compilação de leis germânicas romanizadas. Não as confunda com a *Lex Romana Burgundionum*, também de Gundobaldo, para a população romana dominada. Este último diploma se inspirou mais diretamente no Breviário de Alarico.

⁶¹¹ Como já mencionado no cap. 4.5 acima, Rotário foi o primeiro rei lombardo a publicar leis escritas para seu povo, recém-estabelecido na Itália, o Édito de Rotário de 643, fortemente inspirado no Código de Eurico.

4.6.5 – O Breviário de Alarico

Sucedeu-lhe no tempo o Breviário de Alarico, também chamado de Breviário de Aniano, então chanceler do reino, ou de *Lex Romana Visigothorum*, eis que destinado à população romana súdita do reino de Tolosa. Foi redigido por uma comissão de jurisconsultos galo-romanos e aprovado, em 506, por um concílio reunido em Agde⁶¹², no sul da Gália, presidido pelo *comes* Goiarico⁶¹³. O original foi arquivado no tesouro real, e várias cópias foram redigidas e enviadas aos condes⁶¹⁴ de todas as províncias do reino. De fato, seu *Commonitorium* ordena que o código seja aplicado imediatamente, com exclusividade, sendo cominada a pena de morte e de confisco, caso fossem empregadas outras leis⁶¹⁵.

Tal determinação levou a que se interpretasse o Breviário como tendo revogado o Código de Eurico, e, portanto, assumido assim um caráter territorial. É, porém, preferível crer que essa determinação tivesse mais o intuito de unificar as várias cópias do texto legal originário, eis que redigidas manualmente para posterior distribuição, o que sempre traz o risco de alterações⁶¹⁶, risco esse sem sentido a partir da invenção da imprensa. Ainda em favor da tese da personalidade

⁶¹² Também denominada *Aduris* ou *Aire sur l'Adour*.

⁶¹³ A imensa maioria dos autores atribui a Goiarico, um *comes* godo, a presidência do Concílio de Agde. Mas UREÑA (*op. cit.* pág. 228) aponta para a divergência de Marichlar y Manrique e Brunner, que consideram que o fato de seu nome encabeçar a correspondente ata significa apenas que a ele deveria ser remetida a primeira cópia do Breviário.

⁶¹⁴ A cópia do *Commonitorium* que conhecemos hoje foi dirigida ao conde Timóteo (*Commonitorium Thimoteo v. spectabili comiti*).

⁶¹⁵ “*Et ideo secundum subscriptum librum, qui in thesauris nostris habetur oblatus, librum tibi pro discingendis negotiis nostra iussit clementia destinari, ut iuxta eius seriem universa causarum sopiatur intentio nec aliud cuicumque aut de legibus aut de iure liceat in disceptatione proponere nisi quod directi libri et subscripti viri spectabilis Aniani manu, sicut iussimus, ordo complectitur. Providere ergo te convenit, ut in foro tuo nulla alia lex neque iuris formula proferri vel recipi praesumatur. Quod si factum fortasse constiterit, aut ad periculum capitis tua ut ad dispendium tuarum pertinere noveris facultatum. Hanc vero praeceptionem directis libris iussimus adhaerere, ut universos ordinationis nostrae et disciplina teneat et poena constringat*” (apud UREÑA, Rafael, *Legislación gótico-hispana*, 2003, pág. 228).

⁶¹⁶ Essa interpretação nos é trazida por Magdalena RODRIGUEZ Gil, na obra *Curso de Historia del Derecho Español*, e deve ser endossada.

do direito do Breviário, relembre-se aqui a observação de Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, no sentido de existirem “*certas soluções de direito romano – afastadas no Código de Eurico, em 476 – que aparecem de novo no Breviário, em 506. É, nomeadamente, – afigura-se – o caso das doações entre cônjuges, proibidas no Código Teodosiano, permitidas no Código de Eurico e, de novo, proibidas no Breviário*”⁶¹⁷. Tal situação se torna mais facilmente explicável pela personalidade do direito do que pela territorialidade.

O Breviário de Alarico traz uma compilação do direito romano vulgar do Baixo-império, com marcante legado cristão. Contém uma parte referente às *Leges* e outra referente ao *Ius*. A parte referente às *Leges* estava representada pelo Código de Teodósio⁶¹⁸ e pelas *Novellae Leges Post-Theodosianae*. O Código de Teodósio conservou sua divisão de dezesseis livros, e estes em títulos e leis, tendo, porém, sido reduzido o grande número de constituições imperiais que dele faziam parte originariamente. Já as *Novellae*, eram compostas por 12 novelas de Teodósio II; 13 de Valentiniano III; 5 de Marciano; 2 de Majoriano; e 1 de Severo. Por sua vez, o *Ius* era integrado pelo *Liber Gaii*, ou seja, um epítome das Instituições de Caio; as Sentenças de Paulo (*Sententiarum Libri V*); 22 constituições do Código Gregoriano⁶¹⁹; 2 do Código Hermogeniano⁶²⁰ e um pequeno fragmento do Livro I das respostas de Papiniano. Encarnam o direito romano aplicado pelos tribunais das Gálias e da Hispânia, nos primeiros anos do século VI⁶²¹.

⁶¹⁷ ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno. *Op. cit.*, pág. 100.

⁶¹⁸ Recorde-se que o Código de Teodósio II, imperador do Oriente (não Teodósio I, o Grande) foi publicado, em 438, no Oriente e foi adotado no Ocidente por Valentiniano III, no ano seguinte. Trata-se da grande compilação das leis romanas do Baixo-império, com forte acento cristão.

⁶¹⁹ O Código Gregoriano reúne as constituições imperiais dos séculos II e III DC, e teria sido publicado por volta de 290. Seu conteúdo original nos é desconhecido.

⁶²⁰ O Código Hermogeniano foi publicado durante a primeira tetrarquia, mas ganhou notoriedade sob a púrpura de Diocleciano.

⁶²¹ UREÑA y Smenjaud, Rafael, *op. cit.* pp.229-230.

Em cada um desses textos, destaca-se uma explicação correspondente, a *Interpretatio*⁶²², à exceção do *Liber Gaii*, que já é, por si só, autoexplicativo. Essa *Interpretatio* reproduz o dispositivo consignado no texto, resumindo-o e extraindo, de forma simples, as regras jurídicas aí contidas. Muito se discute se essa *Interpretatio* seria obra de juristas do tempo de Alarico II; mas hoje se acredita que eram de autoria dos jurisconsultos romanos do século V, compilados pelos elaboradores do Breviário⁶²³. Esses comentários geralmente traduzem a evolução da norma em questão, para sua aplicação concreta naquele momento, reproduzindo o pensamento de juristas de época, inclusive da própria Gália tardo-imperial. Pelo visto, a tarefa dos elaboradores do Código se restringiu à reunião dos textos, sem propriamente conferir-lhes uma marca própria, de cunho visigótico.

Nessa compilação de normas romanas do Breviário, foram excluídas algumas, como aquelas de direito público e administrativo, uma vez que, findo o poder imperial, não faziam mais sentido no reino de Tolosa. Sua elaboração fez parte de uma política de aproximação de Alarico II com a população galo-romana, em contraofensiva às investidas diplomáticas dos francos estabelecidos ao Norte do Loire. Outorgava, assim, uma estrutura jurídica à população romana após a queda de Roma, organizando, em 16 livros, as normas que sempre a orientavam desde a época do Império. No que se refere ao primor técnico, contudo, o diploma deixa um pouco a desejar, se comparado ao *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano.

A *Lex Romana Visigothorum* foi largamente aplicada na Gália, até mesmo depois de os visigodos terem perdido seu reino da Aquitânia. Tal qual o Código de Eurico para os germanos, o Breviário de Alarico foi um paradigma para os outros reinos germânicos legislarem para a população romana subjugada, como se

⁶²² “...leges sive species iuris de Theodosiano vel de diversis libris electae vel, sicut praeceptum est, esplanatae, ...quae excepta sunt vel clariori interpretatione composito” (apud UREÑA, Rafael, *op. cit.* pág. 231).

⁶²³ UREÑA y Smenjaud, Rafael, *op. cit.* pág. 232.

vê no exemplo do *Edictum Theodorici*⁶²⁴ e da *Lex Romana Burgundiorum*⁶²⁵. Lembre-se de que o Código de Justiniano lhe é posterior (de 529) e sua vigência se restringiu ao Oriente⁶²⁶. A aplicação do Breviário na Hispânia, de início, foi mais restrita à Tarraconense, que era a região da Península que os visigodos ocupavam na época da sua publicação. Seu uso forense na Península, contudo, já se faz notar em algumas referências na Lei de Teudis sobre custas processuais, assim como é possível que a Igreja também se valesse do Breviário em seus concílios⁶²⁷. Seu texto foi copiado e resumido várias vezes em epítomes por juristas da Gália merovíngia, possivelmente alterando seu conteúdo.

Seu texto nos é conhecido hoje, pois, em 1887, em León, Espanha, Juan Eloy Diaz Gímenez e Rudolf Beer encontraram um palimpsesto contendo uma versão da *História da Igreja* de Eusébio de Cesaréia, datado do século IX, o *Palimpsesto Legionensis*. Num exame mais atento, verificou-se que o texto havia sido escrito sobre uma cópia do Breviário e da Lei de Teudis, datada do século VI ou VII. Tal descoberta trouxe à luz a cópia mais antiga do texto e reforçou a interpretação de que o Breviário teve, de fato, vigência na Península nas datas referidas.

⁶²⁴ Repita-se aqui que o rei ostrogodo Teodorico, o Grande, tomou a Itália dos Hérulos em nome do imperador do Oriente. Por isso, legislou para a população romana local como preposto, por meio de um édito e não de *Lex*.

⁶²⁵ No início do século VI, Gundobado, rei burgúndio, publica a *Lex Romana Burgundionum*, para a população romana de seu reino, a par da *Lex Burgundiunum* para seus burgúndios. Inspira-se na *Lex Romana Visigothorum*, que lhe serve de fonte subsidiária, eis que bem mais completa.

⁶²⁶ Ilustre-se, porém, que Justiniano recuperou a Itália para o Império e tornou compulsória a aplicação do seu código, por meio da *Pragmatica sanctio* de 529. Este diploma legal continuou vigorando durante séculos no sul da Itália, que permaneceu sob o domínio bizantino. A maior parte da Europa, assim, só teve contato com o Código de Justiniano a partir do século XII-XIII, com os juristas da Universidade de Bolonha.

⁶²⁷ Esse é o entendimento de RODRIGUEZ Gil, Magdalena, em sua obra citada, pág. 117.

4.6.6 – A Lei de Teudis e o *Codex Revisus*

Após o Breviário, em 546, foi editada a Lei de Teudis sobre custas processuais. Como já dito⁶²⁸, a lei de Teudis corresponde ao período de tutela ostrogoda sobre o reino visigodo, que se encontrava enfraquecido após a derrota de Vouillé. Teudis era um ostrogodo, general de Teodorico, o Grande⁶²⁹. A lei visava evitar abusos praticados pelos juízes do reino na cobrança de custas processuais. A lei manda aplicar suas normas a todos os “*provinciales*” do reino⁶³⁰ e a “*todos nossos povos*”, e corresponderia à primeira norma de âmbito territorial do direito visigodo, aplicável a godos e romanos. Não é à toa que dita lei determina que fosse agregada ao título 16 do livro IV do *Corpus Theodosianum*, a fim de que sua aplicação não colidisse com a prescrição do Breviário (que, por sua vez, incorporara o Código de Teodósio), no sentido de ser aplicado com exclusividade pelos juízes, sob pena de morte e confisco. Graças a essa determinação, seu texto é conhecido hoje em dia, pois consta do mencionado *Palimpsesto Legionensis*, que reproduz o Breviário de Alarico. Não obstante, alguns autores entendem que a indicação de que as normas se destinavam a “*todos nossos povos*” significa que só se aplicasse aos processos mistos, envolvendo conflitos entre os dois povos⁶³¹.

Leovegildo também legislou, em 580: o *Codex Revisus*. Segundo nos relata Isidoro de Sevilha, Leovegildo promoveu uma revisão do Código de Eurico, acrescentando algumas normas. Trata-se do período de ouro da monarquia

⁶²⁸ Vide cap. 3.5.4 sobre o período Ravenaico acima.

⁶²⁹ Ilustre-se que Teudis se casou com uma rica hispano-romana, cujas terras eram suficientemente extensas para lhe permitir formar um exército de 2 mil camponeses, que atuaram como sua guarda pessoal. Javier ARCE, em “*Esperando a los árabes. Los visigodos en España (507-711)*”, pp. 105-106, lembra que essa força lhe permitiu agir como um tirano, com aspirações a de desligar de seu rei em Ravena.

⁶³⁰ “*Flavius Theudis rex... (uni)versis rectoribus et (iudicib)us... Cognonimus provinciales atque universos populos nos(tros)... per universos populos hac locorum iudices...*”. apud UREÑA, Rafael. *Legislación gótico-hispana*, 2003, pág. 244.

⁶³¹ RODRIGUEZ Gil, Magdalena. *Curso de Historia del Derecho Español*, 2011, pág. 119.

visigoda, tendo o rei centrado sua capital em Toledo e unificado boa parte da Península, ao incorporar o reino suevo. Adotou um cerimonial imperial, à semelhança da corte de Constantinopla, passando a vestir-se luxuosamente, com a cabeça coroada, além de cunhar moedas com a sua esfinge⁶³².

Nenhum exemplar de seu código chegou às nossas mãos, apenas as normas reproduzidas no *Liber Iudiciorum* sob a denominação de *Antiqua enmendata*, que se referem às normas do Código de Eurico emendadas por Leovegildo⁶³³. E há autores, como Garcia Gallo, que chegam até a duvidar da sua própria existência⁶³⁴. Sua vigência, entretanto, é mencionada por S. Isidoro de Sevilha uma geração após sua edição. Além do mais, o *Liber Iudiciorum* incorporou vários de seus dispositivos, fazendo-lhe menção como *Antiqua enmendata*.

Rafael Ureña⁶³⁵ - que então era minoritário nesse ponto, mas não hoje - defende que o *Codex Revisus* representa o primeiro corpo de leis visigótico com aplicação territorial. Lembra que aboliu a proibição de casamentos mistos entre godos e romanos, em vigor desde o Baixo-império. A atividade legislativa de Leovegildo coincide ainda com uma fase de unificação territorial da Península sob o controle do reino de Toledo, acarretando com isso uma fusão das culturas celtibérica, romana e germânica, com reflexos no direito. Segundo esse entendimento, a legislação de Leovegildo teria, portanto, revogado o Breviário de Alarico.

Entretanto, apesar de o *Codex Revisus* representar um passo firme no sentido da unificação do direito, é de se reconhecer que esta só ocorreu efetivamente com o Código de Rescesvindo em 654. S. Isidoro, que testemunha a

⁶³² A cunhagem de moedas era um privilégio reservado aos imperadores, algo que nenhum rei visigodo havia feito até então. No reino, as moedas que circulavam eram ainda o *solidum* da época romana, e, a partir de então, os *trientes* com sua esfinge ganharam credibilidade.

⁶³³ As normas do *Liber Iudiciorum* denominadas simplesmente *Antiquae* são aquelas que não foram emendadas pelo *Codex Revisus*.

⁶³⁴ Vide capítulo 4.6.2 mais acima.

⁶³⁵ Rafael UREÑA, contudo, em seu *Legislación Gótico-hispana: Estudio Crítico*, defende que o *Codex Revisus* já era o primeiro código com âmbito territorial, visto que autorizava os casamentos mistos.

promulgação do *Codex Revisus*, nada diz a respeito de tal revogação do Breviário e da unificação do direito. Imagina-se que um acontecimento de tamanha importância no reinado de Leovegildo não lhe passasse despercebido, sobretudo, a alguém como ele que escreveu sobre quase tudo! Ademais, como bem salienta Alvaro D'Ors⁶³⁶, o *Codex Revisus* faz menção expressa à revogação de uma lei específica do Breviário, a da proibição dos casamentos mistos; essa menção não faria sentido se tivesse revogado dito diploma por completo. Acrescente-se a isso a existência de normas de matriz tipicamente germânica, como a preferência pela prova testemunhal sob juramento, em detrimento da documental⁶³⁷.

Pelo que se verifica no *Liber Iudiciorum* (na *Antiqua enmendata*), imagina-se que o *Codex Revisus* estivesse dividido em títulos e leis, regulando matérias de direito privado, penal e processual, e que fosse mais extenso que o próprio *Statuta Legum* de Eurico. Serviu de inspiração para os lombardos elaborarem o Édito de Rotário, em 643.

4.6.7 – O Código de Rescesvindo

O fim da distinção jurídica entre godos e romanos e a correspondente unificação do direito só se perfaria com o Código de Rescenvindo, o *Liber Iudiciorum* ou *Forum Iudicium* ou, ainda, *Fuero Juzgo*, de 654. Como nos ensina P.D. King (1981)⁶³⁸, a elaboração desse código se iniciou no reinado de Chindasvindo (642-652), mas foi terminada por seu filho Rescesvindo (653-672), com o auxílio de São Bráulio de Saragoça. Sua promulgação solene se deu no

⁶³⁶ D'ORS, Alvaro, *La territorialidad del derecho de los visigodos*, in *Estudios Visigodos*, 1, 93-124, *apud* SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, *História do Direito Português*, 2011, pág. 91.

⁶³⁷ RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *op. cit.* pág. 115.

⁶³⁸ KING, P. D., *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, Alianza Editorial, 1981.

Concílio de Toledo VIII, uma vez que o reino se tornara católico, e os principais atos de governo passaram a ser sacramentados em concílios da Igreja católica. Contém noventa e nove leis de Chindasvindo e oitenta e sete de Rescesvindo, sendo que o primeiro o planejou e o segundo o publicou. A maior parte dessas leis se refere ao tipo de pleito que então se submetia aos tribunais, mas algumas delas têm maior interesse. O respectivo decreto promulgatório, a *Lex Quoniam*, o destina a todos os povos do reino e revoga toda a legislação anterior, abolindo, notadamente, o direito romano⁶³⁹. Pouco depois, o rei Ervígio (680-687) promoveu nova revisão de seu texto e a fez sacramentar no Concílio de Toledo XII, incluindo aí várias normas de cunho antijudaico. Wamba⁶⁴⁰ (672-680) também, em seu turno, promoveu uma revisão parcial do *Liber Iudiciorum*, assim como o fez Égica no Concílio de Toledo XVI de 693. Mas sua estrutura básica se manteve, tanto que o *Liber* vigorou durante séculos⁶⁴¹, inclusive após as invasões árabes, durante os reinos cristãos da Reconquista.

As referências que lhe são feitas nesse trabalho provêm valem da versão, *Fuero Juzgo*, elaborada pela Real Academia Espanhola, de 1815, empregando língua castelhana medieval.

Resulta, dessarte, que o *Liber Iudiciorum* reúne uma extensa compilação de leis sobre várias matérias, tendo sido incorporadas ao texto paulatinamente por vários reis que se sucederam. As leis denominadas *Leges antiquae* se referem às normas promulgadas de Eurico até Leovegildo; as denominadas *Leges antiquae enmendatae* são aquelas revistas por Leovegildo no *Codex Revisus* e as *Leges noviter enmendatae* são aquelas anteriores ao *Liber Iudiciorum* corrigidas por

⁶³⁹ *Fuero Juzgo* (Real Academia Española, 1815), vide o parágrafo: “*De qual tempo fuéron las leyes emendadas, et dadas por valederas*”, além do dispositivo do Libro II, Titvlo I, VIII.

⁶⁴⁰ A história de Wamba nos é relatada por Julião de Toledo em seu *Historia Wambae regis*. Seu legado jurídico mais importante é a lei militar, que estende as obrigações castrenses a várias classes outrora isentas, como o clero. Ademais, impunha um estado de alerta permanente às forças militares que estivessem situadas até 100 milhas da fronteira do reino, o que contribuiu para prontamente rechaçar um dos primeiros ataques árabes, contra Aljeciras, em 674.

⁶⁴¹ Numa época em que não existia imprensa, a demanda por exemplares era grande, a ponto de ser considerado crime sua venda por preço maior do que seis soldos a cópia, sob pena de cem chibatadas (*Liber Iudiciorum*, V, 4, 22).

Chindasvindo ou Rescesvindo. Já a legislação de Recaredo a Rescesvindo indica o respectivo autor. O *Liber* contém um total de 12 livros, sendo que algumas versões apresentam ainda um título primeiro, do Concílio de Toledo IV de 633, no reinado de Sisenando, relativo à eleição dos reis e outras avenças⁶⁴².

O Livro I dispõe sobre “*Do facedor de la ley et de las leyes*”; o Livro II “*De los juicios y causas*”; o Livro III “*De los casamientos é de las nascencias*”; o Livro IV “*Del linage natural*”; o Livro V “*De las avenencias é de las compras*”; o Livro VI “*De los malfechos é de las penas é de los tormentos*”; o Livro VII “*De los furtos é de los engannos*”; o Livro VIII “*De las fuerzas é de los danos é de los quebramientos*”; o Livro IX “*De los siervos foidos é de los que se tornan*”; o Livro X “*De las particiones é de los tiempos é de los annos é de las lindes*”; o Livro XI “*De los físicos é de los mercadores de ultramar é de los marineros*”; e, enfim, o Livro XII “*De devedar los tuertos é derraigar las sectas é sus dichos*”. A versão citada indica o rei⁶⁴³ que editou cada norma e o Concílio de Toledo em que foi sacramentada.

Pode-se resumir também as matérias da seguinte forma: o Livro I trata da lei e do processo legislativo; o Livro II, da organização judicial e do processo; os Livros III-V, de direito civil; os Livros VI-XI, de direito penal, e os Livros X-XII, de matérias variadas.

Dentre as normas do *Liber Iudiciorum*, algumas merecem destaque. Cite-se, antes de mais nada, a VIII, do Primeiro Título, elaborada no Concílio de Toledo IV, sob os auspícios de Sisenando, que ao mencionar que “*quando el rey morre, nengun non deve tomar el regno, nen facerse rey, nen nengun religioso, nen otro omne, nen servo, nen otro estrano, se non ye de linage de los godos, et fillo dalgo, et noble et digno de costumpnes, et con el otorgamiento de los*

⁶⁴² Fuero Juzgo, *op. cit.* “*EL PRIMERO TITULO – Ye de la eleccion de los príncipes, et del insinnamiento como devent ivlgar derecho, et de la pena de aqvellos qve ivlgan torto*”.

⁶⁴³ Uma curiosidade é o cognome “*Flavius*” que os diversos reis visigodos se atribuem no *Liber*, no cabeçalho de cada lei (*Don Flavio Recisvindo, Don Flavio Egica, Don Flavio Citasvindo* etc.). Esse título honorífico alude ao Império, mais exatamente a Constantino (Flavius Claudius Constantinus), fonte de inspiração dos reis católicos visigodos.

obispos, et de los godos mayores, et de todo el pueblo...”⁶⁴⁴. Dita norma não só exige sangue godo para ocupar o trono (afinal, foram eles os vencedores dos romanos, como exaltava S. Isidoro em sua *História dos Godos*), mas também prevê a aquiescência dos bispos, dos godos maiores e do povo, o que define o caráter eletivo da monarquia goda⁶⁴⁵.

No Livro III, item I, repete-se a lei de Leovegildo sobre casamentos mistos ao dispor “*Que la mugier romana puede casar con el omne godo, é que la mugier goda pueda casar con el omne romano*”. Dá-se permissão legal, portanto, à união dos dois povos, mesmo que, na prática, isso já viesse ocorrendo entre os mais poderosos⁶⁴⁶. Por outro lado, essa permissão não significou a fusão imediata das raças, o que ainda levaria algum tempo.

Outro aspecto marcante do *Liber* é a extensão e o detalhamento das normas antijudaicas. Ocupam o Livro XII intitulado “*De devedar los tuertos é derraigar las sectas é sus dichos*”, contendo 3 títulos, além de outro capítulo “*Titol de las leyes nuevas de los judios*”, repetindo e complementando as normas anteriores. O Código de Rescesvindo não inovou nesse aspecto, pois o Concílio de Toledo IV já trazia restrições aos judeus, legislação essa que se recrudesceu ainda mais com as emendas de Ervígio, as quais chegaram a prescrever o batismo forçado das crianças judias⁶⁴⁷. Embora o II Título mencione “hereges”, a questão das heresias da Santíssima Trindade mereceu apenas um artigo genérico, o item II

⁶⁴⁴ A rigor, essa norma tem origem no V Concílio de Toledo de 636, em razão da tentativa de um hispano-romano, cujo nome não sabemos, se apoderar do trono então ocupado por Sinenando. Trata-se da única vez que isso ocorreu, nas palavras de E.A. THOMPSON, *op. cit.* pág. 283.

⁶⁴⁵ Esse caráter eletivo da monarquia visigótica, que poderia parecer mais democrático aos olhos do leitor moderno, traduzia, na verdade, sua fraqueza. Sendo o rei eleito, os grandes magnates do reino sempre conspiravam para assassiná-lo e se elegerem em seu lugar: era a doença goda (*morbis Gothorum*) da qual falou Fredegário. A sucessão dinástica, por outro lado, tinha o condão de evitar tal situação, e diversos reis passaram assim a associar seus filhos ao trono, a fim de criar uma solução de continuidade de sua administração e evitar a sua própria morte, como o fez Leovegildo com Recaredo e Hermenegildo.

⁶⁴⁶ Já citamos acima o caso do casamento misto, em 414, de Ataulfo e Gala Placídia, irmã do imperador Honório que havia sido tomada como refém no cerco de Roma por Alarico I.

⁶⁴⁷ Lembre-se aqui que tal legislação antissemita do XI Concílio de Toledo foi fortemente influenciada por Julião de Toledo, ele próprio nascido de pais judeus, mas criado como cristão.

do III *Titol*: “*De los que denuestan la sancta Trinidad*. Ressalte-se, ainda, que o priscilianismo desapareceu da legislação do século VII, fazendo crer na sua total extinção.

O Código de Rescenvindo, na verdade, se insere numa reforma administrativa mais abrangente desse monarca, a qual, ao revogar o direito romano, aboliu a parte da estrutura estatal que ainda estava em mãos dos romanos. Dita reforma se caracterizou por uma fundamental militarização do aparato administrativo, rompendo com as tradições herdadas do Baixo-Império, que distinguiam nitidamente as esferas civis das militares⁶⁴⁸. Garcia Moreno aponta para uma simplificação do sistema administrativo, inaugurando o que chama de revolução feudal do reino visigodo, mais exatamente protofeudal⁶⁴⁹. Unificada a lei para godos e romanos, não havia mais razão de existirem dois sistemas judiciários. Rescesvindo aboliu, dessa forma, o cargo de governador de província romano e seu conselho.

Nesse sentido, o *rector provinciae*, que encabeçava a administração da província e julgava as lides entre romanos, foi abolido e foi substituído pelo *dux*, sendo que as causas de sua jurisdição passaram para o *thiufadus* godo. Note-se que este já julgava as lides entre godos e acumulava também funções militares. Na lei militar de Wamba de 673⁶⁵⁰, os funcionários mencionados são o *dux*, *comes*, *thiufadus* e o subalterno do *thiufadus*; nenhuma menção sobre o *rector provinciae* romano. Até o cargo de *numerarius* (funcionário que geria o Tesouro), que era sempre ocupado por um romano, chegou a ser ocupado por um godo, como é o caso de Teudemundo em Mérida⁶⁵¹. Nada obstante, deve-se reconhecer que os romanos chegaram a ocupar cargos importantes na monarquia goda, como o de

⁶⁴⁸ GARCIA Moreno, Luis A., *História de España Visigoda*, Ediciones Cátedra, 1989, pág. 325.

⁶⁴⁹ GARCIA Moreno, Luis A., *op. cit.* pp. 332-337.

⁶⁵⁰ Segundo nos relata Julião de Toledo em sua *Historia Wambae*, este rei publica lei militar com o objetivo de regular as convocações de soldados, sobretudo nas regiões fronteiriças, prevendo até a convocação de clérigos junto com seus escravos.

⁶⁵¹ THOMPSON, E. A. *op. cit.*, pp. 244-245.

dux provinciae por Cláudio, *dux Lusitanae* no século VII⁶⁵². Além do mais, nas atas dos últimos concílios de Toledo, encontramos ainda a firma de funcionários romanos ocupando o cargo de *comes*. Mas já em franca minoria, sobretudo, se comparado a seu número no Concílio de Toledo III, um século antes, na conversão de Recaredo.

Os impostos também, de sua parte, passaram a ser arrecadados exclusivamente por godos. As receitas continuavam a provir da antiga *capitatio-iugatio*⁶⁵³ tardoromana e o exército igualmente ainda se valia da *annonae*⁶⁵⁴ em espécie; mas a arrecadação do monarca foi gradativamente perdendo terreno para aquela angariada localmente pelos *dux provinciae*. A partir do final do século VI, as curias municipais entraram em processo de esvaziamento de suas funções e conteúdo, em grande parte pela possibilidade de os curiais alienarem suas propriedades, desde que o comprador se comprometesse a pagar os respectivos impostos. Com essa medida, acabava o velho sistema romano de governo local que havia prevalecido durante séculos⁶⁵⁵. E. A. Thompson nos lembra também que, no ano de 653, pela primeira vez, os godos ultrapassaram em números os votos dos romanos nos concílios da Igreja⁶⁵⁶. Nesse sentido, a reforma de Rescesvindo, além de proibir, com seu código, o uso do direito romano (apesar de sua legislação revelar um caráter romanizado), teve a consequência de privar os romanos do grosso do poder político, executivo e eclesiástico no reino.

⁶⁵² THOMPSON, E. A. *op. cit.*, pág. 279.

⁶⁵³ Muito se especula se os godos gozavam de isenção fiscal. GARCIA Moreno (*op. cit.* pág. 328) acredita que não, mas reconhece que se tornava difícil para o rei cobrar os impostos devidos dos grandes senhores provinciais, dado seu crescente poder.

⁶⁵⁴ A *annona* era um imposto em espécie, existente desde o Império, para suprir as necessidades do exército. Alternativamente, era arrecadada convertida em moeda (*adaeratio*), sendo, para tanto, fixado um preço para a venda de tais bens ao fisco, o qual frequentemente praticava tarifas abusivas.

⁶⁵⁵ THOMPSON, E.A., *op. cit.* pág. 277.

⁶⁵⁶ THOMPSON, E.A., *op. cit.* pág. 282.

4.7 - A ORGANIZAÇÃO DA MONARQUIA VISIGÓTICA

O rei na monarquia visigótica pouco tem que ver com suas origens tribais. Trata-se de uma instituição adotada depois da entrada dos povos germânicos no Império e, sobretudo, depois de se tornarem cristãos. De fato, absorveram a forma teocrática que o imperador romano assumiu no Baixo-império. As características teocráticas da monarquia visigoda já apareciam no texto das leis anteriores à sua conversão ao catolicismo e serviram para salientar o abismo entre o todo poderoso monarca e o povo subordinado. A influência bizantina⁶⁵⁷ se demonstra nítida aqui, sobretudo a partir de Leovegildo; ressaltando, porém, a originalidade da instituição visigoda da unção real. Mas o fator mais importante dessa teocracia, sem dúvida, são as leis de iniciativa real, que demonstram a posição jurídica superior do rei naquela sociedade.

Como bem define P. D. King (1981)⁶⁵⁸, a base ideológica da posição do rei era a sanção divina atribuída à sua autoridade. Apesar da tradição eletiva da monarquia goda, poucos reis visigodos após sua conversão ao catolicismo foram, de fato, eleitos. O que mais ocorreu foi a investidura por ocupação, sendo comum o rei associar o seu sucessor previamente ao trono⁶⁵⁹, para que este já estivesse no topo da máquina administrativa na hora da sucessão⁶⁶⁰, e, assim, criar-se um fato consumado. Isso sem falar na usurpação pura e simples, seguida ao regicídio.

⁶⁵⁷ O termo “bizantino”, em princípio, só deveria ser empregado após o reinado do imperador Heráclio (610-641). Anteriormente, melhor seria designar “Império Romano do Oriente”. E é justamente o exemplo da corte de Justiniano (527-565) que exerce maior influência sobre os reinos germânicos da Europa ocidental.

⁶⁵⁸ KING, P. D., *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, Alianza Editorial, Madrid, 1981.

⁶⁵⁹ Exemplos dessa associação ao trono de filhos ou parentes são o caso de Liuvia I, que associou seu irmão Leovegildo; Leovegildo que associou seus filhos Recaredo e Hermenegildo; Chindasvindo, que associou seu filho Rescesvindo e Witiza, que associou seu filho Rodrigo.

⁶⁶⁰ Essa associação ao trono tinha também origem imperial, lembrando a Tetrarquia (298-307), em que Diocleciano associou Maximiano como Augusto e Galério e Constâncio Cloro como Césares.

Fredegário⁶⁶¹ aponta para a “doença goda” (*morbus Gothorum*), hábito de os nobres mais poderosos elegerem um rei, e, em seguida, matá-lo para ocupar seu lugar e daí em diante. Foram vários exemplos: dos seus trinta e quatro reis⁶⁶², dez foram assassinados por seus familiares próximos, e só quinze morreram de morte natural ao final de seu governo. Essa prática, por incrível que pareça, depunha contra a instituição da monarquia eletiva e valorizava a sucessão dinástica, situação em que o regicídio não faria tanto sentido.

Marco legal importante advém do cânon 75 do IV Concílio de Toledo de 633, que institucionaliza a eleição do monarca em bases constitucionais, sob a batuta da Igreja católica. A partir de então, o rei deveria governar por meio dos Concílios, cujos integrantes passam a aprovar sua nomeação. O rei então recebe a unção real⁶⁶³, para governar *gratia Dei*, isto é, com o beneplácito celestial para seu reinado. O reinado era, pois, consequência de um favor divino⁶⁶⁴. Cite-se, a propósito, uma lei de Égica: *Cum divine voluntatis imperio principales caput regnandi sumat sceptrum*. Usava-se frequentemente a imagem do corpo humano para retratar a ordem das coisas, rei sendo a cabeça e a sociedade o resto do corpo. Dessa posição superior do rei, advém a designação, até hoje lembrada em alguns casos, de “alteza real”.

⁶⁶¹ Fredegário é um cronista merovíngio do século VII (falecido em 660), autor da “Crônica de Fredegário”, que foi objeto de continuadores após sua morte, os “pseudo Fredegários”. Relata os acontecimentos da História da Europa desde o século IV até o VII, sendo que seus continuadores a estenderam até o século VIII.

⁶⁶² Esse número de 34 leva em conta os monarcas de Alarico I a Rodrigo, desconsiderando como reis aqueles chefes anteriores a Alarico I (o primeiro verdadeiro *rex Gothorum*), além de Achila II e Ardo, posteriores à invasão árabe de 711.

⁶⁶³ KING, P. D., *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, Alianza Editorial, Madrid, 1981, pp. 48-49, aponta Sisenando como o primeiro rei a receber a unção real, mas o tema não é uma unanimidade. Entretanto, Julião de Toledo, em sua *Historia Wambae*, confirma que este rei a recebera na sua investitura. De qualquer forma, trata-se de uma instituição própria do reino visigodo, a qual será imitada por vários outros reinos medievais.

⁶⁶⁴ Ilustrativo é o exemplo de Sisenando que se prostrou no chão no ato de sua investidura no IV Concílio de Toledo, numa demonstração de humildade diante dos bispos (ARCE, Javier, *Esperando a los árabes. Los visigodos em Hispania (507-711)*, pág. 53, Marcial Pons, 2011).

Isso, contudo, não legitimava a arbitrariedade do monarca, pois ele também estava submetido à lei⁶⁶⁵. O objetivo último de seu governo era corrigir os problemas da condição humana; atenuar os sofrimentos que a humanidade vinha experimentando desde o pecado original de Adão e Eva. Não governava para seus próprios desejos, mas, como expressou Recaredo no Concílio de Toledo III: *Deus omnipotens pro utilitatibus populorum regni nos culmen subire tribuerit*. Como observou Isidoro de Sevilha, o rei e seu reinado eram o meio a que Deus recorreu para realizar a Sua obra na Terra. Seu posto era funcional: atuava como o “vigário de Deus”. Ainda nas palavras de Recaredo, no Concílio de Toledo III: *Hae gentes quarum in Dei nomine regia potestate praecellimus*. Considerava-se a personificação das virtudes divinas. Sua lei, portanto, era de igual forma divina e sagrada.

Nesse sentido, seu instrumento de atuação era a lei, a qual expressava as aspirações e os ideais do governo, destinando-os a toda a sociedade. Consequência necessária dessa condição de “vigário de Deus” é que a iniciativa legislativa estivesse em mãos exclusivas do monarca. As leis eram produto da vontade do rei e somente suas leis poderiam ser aplicadas pelos tribunais do reino⁶⁶⁶. A lei não emanava da vontade popular, mas do próprio Deus⁶⁶⁷, por meio de seu representante na Terra. Assim, o povo obedecia à lei por emanar, indiretamente, de Deus. O monarca apenas a tornava imperativa em concreto. Mas a função imediata da lei era a *salus populi*, a saúde do povo, finalidade essa que deveria também orientar a atuação do rei e a política do governo. E, como

⁶⁶⁵ A submissão do rei à lei vem expressa no Libro II, Título I, II do *Liber Iudiciorum* (*Que el rey é los pueblos deven ser sometidos de las leyes*), contrastando assim com a máxima vigente no Dominato romano do “*Princeps legibus solutus est*” (Digesto 1, 3, 31).

⁶⁶⁶ Lembre-se, nesse sentido, da redação do *Commonitorium* do Breviário de Alarico, proibindo aos juízes do reino aplicar qualquer outra lei, sob pena de morte e confisco de bens. Acrescente-se o *Primer Título* do *Fuero Juzgo* (*Ye de la Eleccion de los Píncipes, et del insinnamiento como deven ivlgar derecho et de la pena de aquellos qve ivlgant torto*).

⁶⁶⁷ Vide o Título II, II, do *Liber, Que es la ley*: “*La ley es por demostrar las cosas de Dios, é que demuestra bien bevir, y es fuente de disciplina, é que muestra el derecho, é que faze, é que ordena las buenas costumbres, é governa la cibdad, é ama iusticia, y es buena de virtudes, é vida de todo el pueblo.*”

objetivo ulterior, a salvação, mesmo não estando os reis dotados das atribuições sacramentais dos sacerdotes. A saúde e bem-estar do homem nesse mundo exigiam a existência de um governo, a fim de debelar o mal. O objetivo de suprimir a maldade humana acaba sendo um tema que se repete em toda a legislação visigoda, vinculando expressamente o rei. Para tal incumbência, a lei lhe dava o poder de reprimir. Nas palavras de P. D. King (1981)⁶⁶⁸, a coação legal se fazia necessária como medida contra aqueles que corrompessem a boa ordem da vida: quem se portasse mal deveria ser castigado para que o próprio e os outros fossem dissuadidos pelo medo da punição. No final de contas, a ação de punir tinha uma função educadora com relação ao povo. O rei, mandatário de Deus, ao punir os malfeitores, protegia o povo dos males que o assombravam. Esse era o caráter unitário e teocrático da monarquia visigoda⁶⁶⁹. Rejeitava a ideia de que a lei pudesse servir a interesses particulares, devendo o legislador atuar “*nullo privatim commodo, sed omnium civium utilitati communi*”, como ensina Isidoro de Sevilha em sua obra “*Etmologiae*”.

Utilizando-se novamente uma metáfora antropomórfica para caracterizar a sociedade, a lei seria a alma do corpo, sendo o rei a cabeça e a sociedade o restante. Daí se conclui que não poderia haver duas cabeças, nem duas almas. A alma humana tem origem divina e eterna, mas habita uma estrutura terrena, o ser humano, a quem serve como princípio reitor. Tal qual a alma para o ser humano, a lei também serve como fonte orientadora da sociedade, com a função de *gubernaculum civitatis*. Deveria a lei reunir atributos específicos⁶⁷⁰, como ser possível de ser cumprida (eficácia), além de ser adequada ao seu tempo e lugar (razoabilidade). Deveria também ser clara, sem ambiguidades; porém, a importância maior era dada aos seus aspectos eternos e divinos, como a pureza, honestidade, verdade, equidade e razoabilidade. Acima da lei estava a justiça

⁶⁶⁸ KING, P.D. *op.cit.*, 1981, pág. 50.

⁶⁶⁹ Note-se que a teoria do direito divino dos reis ainda vigia no Congresso de Viena, em 1815.

⁶⁷⁰ O Libro I, Título II, do *Liber Iudiciorum* (*Título de las Leyes*), por mais antigo que seja, dá uma orientação aprimorada ao príncipe de como devem ser feitas as normas, o que devem conter e o que devem evitar.

divina e natural. A lei, aliás, não era senão produto desta e não a fonte originária da justiça. A justiça derivava de Deus, e a lei, assim, visava declarar a justiça numa época e num lugar determinados.

Para o direito visigodo, não fazia sentido o princípio do “*nullum crimen, nulla poena sine lege*”, tão caro ao direito atual, desde, pelo menos, o século XVIII⁶⁷¹. A lei não fazia senão declarar a justiça, a qual era um princípio eterno, eis que derivava do divino. Atuar contra a justiça já significava, por si só, um delito, mesmo que não previsto em lei ou contrato. P. D. King (1981)⁶⁷² salienta que a retroatividade das leis não apresentava qualquer problema, desde que estas manifestassem a justiça eterna. No direito romano, como no visigodo, o princípio da irretroatividade tinha seus limites no direito natural, uma vez que as normas fundamentais da justiça são atemporais. Cite-se, a propósito, uma lei de Chindasvindo punindo com a morte os traidores da época de seu antecessor, Chintilla, que haviam buscado apoio no exterior, traduzindo a aplicação de uma lei penal retroativamente⁶⁷³.

O rei, portanto, deveria elaborar as leis para a sociedade de acordo com a noção de justiça divina e eterna⁶⁷⁴. É certo que deveria ter prévio conhecimento das regras de justiça, mas isso estava nas Escrituras, fonte a que faz frequente menção expressa no próprio corpo das leis. Aliás, essa noção de justiça supostamente existia dentro da consciência dos homens; pertencia aos próprios costumes. A noção romana do *ius*, segundo a qual a justiça antecede a qualquer lei escrita (a lei apenas a declara), é acrescentada, sem conflitos, à ideia tipicamente germânica do *Volksgeist*, segundo a qual o direito é a alma do povo. E é essa a ideia de *consuetudo* que emana da legislação visigoda, quando expressa o brocado *secundum consuetudinem civitatis*, havendo uma confluência do costume com a

⁶⁷¹ O princípio “*nullum crimen, nulla poena sine lege*” é de autoria de Cesare BECCARIA (1738-1794), de sua obra “*Dei delitti e delle pene*”.

⁶⁷² KING, P. D., *op. cit.*, pág. 56.

⁶⁷³ THOMPSON, E. A. *Los godos en España*, ano, pp. 251-252.

⁶⁷⁴ Note-se que não se aplica aqui o princípio romano, próprio do Dominato, “*quod principi placuit, legis habet vigorem*” (Digesto 1, 4, 1).

justiça divina. Afinal, estamos diante de um direito confessional, que imperava desde que Teodósio impôs o cristianismo como religião oficial do Império.

O rei, portanto, ao legislar, deveria levar em consideração tudo isso. Sua função era dar ao povo leis justas e agir com clemência ao aplicá-las, até para com o culpado. Recorde-se Isidoro em *Etmologiae*, IX, 3.5: “*Regiae virtutes praecipuae duae: iustitia et pietas. Plus autem in regibus laudatur pietas; nam iustitia per se severa est*”. O direito de graça aparece aqui como prerrogativa real fundamental, apesar de algumas limitações, como a sua vedação para os casos de traição contra a pátria, “*contra gentem Gothorum vel patriam*”. Curiosa, a propósito, é uma lei da Chindasvindo, no sentido de que os traidores estavam proibidos de requerer a graça real, e o rei só podia concedê-la com a concordância dos bispos e dos *maiores palatii*⁶⁷⁵. Essa limitação tinha origem germânica e se impunha quando a traição era contra o povo, a nação, *Landesverrat*. Diferentemente, todavia, era o caso de traição contra a pessoa do rei, em que se aplicava a noção romana de alta-traição⁶⁷⁶ à *maiestas* real e não havia tais limitações ao direito de graça⁶⁷⁷. Os monarcas visigodos procuraram ainda acrescentar à sua investidura um juramento por parte dos seus súditos. Assim, agravavam a eventual traição com o perjúrio que representa a quebra de um juramento⁶⁷⁸. Esse juramento de fidelidade não tinha propriamente natureza contratual, e não dispensava o dever geral de obediência. Mas a traição ao rei era, de fato, considerada um dos crimes mais graves de então, eis que significava a traição ao representante de Deus na Terra: uma traição a Ele próprio. Aliás, já era

⁶⁷⁵ THOMPSON, E. A. *op. cit.*, 2014, pág. 252, *Liber*, VI, I, 7.

⁶⁷⁶ Sobre o crime de lesa-majestade, vide a obra de Carlos SARDINHA, *Alta-traição e lesa-majestade*, Universidade Católica Editora.

⁶⁷⁷ A norma geral que regula o poder de graça do rei consta do *Liber Iudiciorum* (Fuero Juzgo) que estabelece, em seu Primeiro Título, XIV, “*De la merces de los príncipes contra los culpados: En todos los estavlecimientos que de suso diximos, gardamos el poder al príncipe, que segundo sua pietat, et segundo sua bondat, hu allar algunos omnes, que se quierant emendat, que aya merces dellos*”. Concílio de Toledo V.

⁶⁷⁸ A norma geral sobre a quebra de juramento consta do *Liber*, Título Primeiro, XII. “*De los que quebrantan los iuramentos*”, cominando a pena de excomunhão e “*que sea parcionero en la pena con Iudas Escarioth*”. Concílio de Toledo VI.

considerado crime difamar o rei, mesmo falecido⁶⁷⁹, impondo-se o castigo de cinquenta chicotadas. Da mesma forma, era crime consultar adivinhos acerca da saúde do monarca.

O poder real, entretanto, continha também limitações legais. Fora o caso da limitação do indulto real, havia outras, como a que sancionava com a nulidade as transações feitas pelo rei sob coação, assim como as sentenças judiciais injustas igualmente proferidas a mando do rei. Ora, o rei também se submetia à lei, pois, apesar de ser ele a criá-las, fazia-o em nome de Deus, de onde emanava a justiça. Repita-se aqui o provérbio da época: “*Rey serás, si fecieres derecho, et si non fecieres derecho, non serás rey*”⁶⁸⁰.

Na prática, todavia, nenhuma lei existia por si só, senão apenas quando o rei impunha o seu cumprimento. Além do mais, apesar da origem divina da justiça e das leis, (assemelhando-se às próprias Escrituras), frequentemente o rei não as cumpria. Às vezes tentava até impedir que seus sucessores viessem a alterá-la. Cite-se o exemplo de Rescesvindo que, preocupado em salvaguardar as terras que havia distribuído a seus partidários, criou a norma de que todo rei, ao assumir o trono, deveria jurar manter tal titularidade em vigor. A imposição de um juramento significava que sua violação anatemizava a alma do violador; garantia a sanção celestial contra sua quebra. Outro exemplo foi o juramento⁶⁸¹ imposto pelo Concílio de Toledo IV: quem aspirasse ao trono deveria jurar defender a fé cristã do erro dos judeus⁶⁸². Mas, como já observado, esses juramentos exigidos aos reis

⁶⁷⁹ Vide *Fuero Juzgo*, Libro II, Titvlo I, VII “*Que ningun omne non deve blasfemar el príncipe, nil maldezir*”.

⁶⁸⁰ *Liber Iudiciorum* (*Fuero Juzgo*), Primeiro Título, II, (*De la election de los príncipes et de lo que ganen*).

⁶⁸¹ O juramento aqui não se confunde com o *sacramentum* ordálico, muito recorrente no direito visigodo, como meio de prova, que visa a atestar a existência de um fato passado. Embora também desafie a sanção divina, o juramento em questão verte sobre fatos futuros e mais se assemelha ao caso do *Liber* 12, 3,15 (*De los coniuorios con que deven seer coniuorados los judios quando se tornan cristianos, é facen su conocencia*). Sobre o *sacramentum* e os outros meios de prova ordálicos vide ALVARADO Planas, Javier, *El problema del germanismo en el derecho español, siglos V-XI*, Macial Pons, 1997.

⁶⁸² *Fuero Juzgo* (*Liber Iudiciorum*) Primer Titulo, II, (*De la election de los príncipes, et de lo que ganen*): “*deven (los príncipes) la fet defender del enganno de los iudios*”.

na coroação não tinham natureza contratual, e nada impedia sua violação posterior, pois, a partir de então, tinham mãos livres. Aqueles bispos que haviam empossado o rei não tinham ascendência sobre seu governo, pois o poder do rei advinha de Deus, não de seus eleitores. Diversas vezes nos concílios, os bispos impuseram normas de conduta aos reis, anatemizando seu descumprimento. Mas não tinham força para depô-lo e nem a intenção de fazê-lo. A lição de S. Isidoro “*rex eris, si recte facias: si non recte facias, non eris*”, trasladada para o *Liber Iudiciorum*⁶⁸³, conforme mencionado acima, nunca serviu de base para uma sublevação. O mau rei era considerado um castigo divino para um povo perverso. A unção real, posta em prática a partir de Sisenando, não compreendia nenhum poder de fiscalização ou controle por parte do bispo que dirigia a cerimônia. Servia mais para afastar qualquer concepção populista da monarquia, elevando o rei às alturas, enquanto “alteza real”.

Por fim, lembre-se de que também nenhuma dessas prerrogativas celestiais do monarca o protegia de ser assassinado. Essa perspectiva representada pela “doença goda”, quiçá, foi a forma mais eficaz de controle externo dos atos de governos; não por parte do povo, mas, pelo menos, por parte dos magnates que cobiçassem sua coroa.

⁶⁸³ Fuero Juzgo (*Liber Iudiciorum*), Primer Titulo, II, como já citado.

5 - CONCLUSÃO

Não é o escopo deste trabalho aprofundar-se sobre as causas do fim do reino visigodo, mas cumpre relatar os acontecimentos que o desencadearam. Em 710, morto o rei Witiza⁶⁸⁴ ainda jovem, abriu-se a habitual luta sucessória. Seus filhos junto com seus partidários tentaram impor Achila no trono, o qual, de fato, chegou a controlar Narbona, Saragoça e Tarragona. De outro lado, seus opositores elegeram Rodrigo. Achila então apela para a ajuda de Tarique, do outro lado das colunas de Hércules⁶⁸⁵. Note-se que os visigodos mantinham sob o seu domínio a parte Norte da Mauritânia, a Tingintânia⁶⁸⁶, sendo que *comes* local, Julião, há muito vinha resitando às investidas militares árabes⁶⁸⁷. Com a crise sucessória, entretanto, Julião, fiel a Witiza, pede apoio aos árabes para sua causa e se junta a Tarique. Atravessam, então, o estreito em 711 e desembarcam na Bética, com um exército⁶⁸⁸ composto por árabes, berberes e judeus, os quais tinham boas razões para não gostar dos godos. O embate se dá às margens do rio Guadalete, batalha em que Rodrigo falece. Diante de uma vitória acachapante, os árabes mudam de ideia quanto a apoiar qualquer sucessor, e, em poucos meses, Toledo cai em suas mãos⁶⁸⁹, juntamente com o *thesaurus* real⁶⁹⁰. Quase toda a Península vem ocupada

⁶⁸⁴ Conhecemos a vida de Witiza a partir da Crônica moçárabe de 754 (*Epitomi Isidori Pacensis episcopi*). Seu pai, Égica, o associou ao trono em 698 (ou 694 segundo outras fontes), mas, a partir de 703, governou só. A Crônica moçárabe o relata como um bom rei, mas as crônicas asturianas de 900 o responsabilizam pela decadência do reino. Pairem dúvidas se morreu de morte natural.

⁶⁸⁵ As colunas de Hércules eram como os romanos chamavam o estreito de Gibraltar.

⁶⁸⁶ A praça de Ceuta (*Septem*), porém, foi mantida sob domínio bizantino até a chegada dos árabes.

⁶⁸⁷ A expansão árabe em direção ao Ocidente teve como principal obstáculo Cartago, onde se travou feroz batalha. Tal exarcado bizantino acabou caindo em mãos muçulmanas em 698, apesar de ter contado, em sua defesa, até com ajuda franca e visigoda.

⁶⁸⁸ Fernando GARCIA de Cortázar e José Manuel GONZÁLEZ Vesga, em *Breve Historia de España*, Alianza Editorial, Madrid 1994, pág. 144, mencionam um exército de 7 mil homens junto com Tarique, mas esse número não é pacífico.

⁶⁸⁹ Na verdade, no ano seguinte à invasão de Tarique, desembarca um exército árabe e sírio de 18 mil homens sob o comando do governador árabe da África, Mussa ibn Nussayr, juntando-se a

em três anos⁶⁹¹, restando apenas poucos bastiões, como o de Teodomiro em Cartagena, por força de acordos de submissão aos muçulmanos⁶⁹². Apenas nas montanhas cantábricas ao Norte, os visigodos resisitiram de forma independente⁶⁹³.

Muitos historiadores se perguntam como um reino de quase 300 anos de duração desapareceu após uma batalha que não envolvia grandes contingentes militares⁶⁹⁴. Apesar de morto o rei, porque os godos não elegeram logo um novo monarca e porque não se reagruparam para novos combates? Afinal, mesmo tendo perdido quiçá uns 10 mil homens em batalha, o país ainda estava de pé, em toda sua extensão. As campanhas de Wamba na Gália em 673 demonstraram que o governo central tinha condições de arregimentar um exército de forma eficaz⁶⁹⁵, tendo sua frota inclusive repellido um desembarque árabe em Aljeciras no ano anterior. Ademais, o país tinha um sistema fiscal que, bem ou mal, funcionava, nos moldes daquele deixado pelos romanos. A rigor, para o reino visigodo, o século VII não foi tão conturbado quanto para os demais povos da Europa. Na Itália, após a exaustão provocada pelas guerras entre ostrogodos e bizantinos no século VI anterior, os lombardos tomam o Norte da Península e a fazem cair num longo período de escuridão. No reino franco, após uma fase próspera com Clóvis

Tarique na tomada de Toledo e do vale do Ebro (Fernando GARCIA de Cortázar e José Manuel GONZÁLEZ Vesga, *op. cit.* pág. 146.

⁶⁹⁰ Lembre-se que a presença do tesouro real definia a capital do reino, eis que dele advinha a disponibilidade para pagar o funcionalismo público e o exército. O tesouro de Toledo reunia peças obtidas desde o saque de Roma de 410, notadamente a mesa de Salomão, trazida por Tito das guerras judaicas do século I.

⁶⁹¹ Há muita discussão sobre a natureza da invasão árabe, se foi uma conquista armada ou uma capitulação negociada com os magnatas visigodos. Na verdade, tratou-se de ambos desfeixos. Sobre o assunto, vale ler a obra de Felipe MAÍLLO Salgado, *Acerca de la conquista árabe de Hispania*, Ediciones Trea, S.L., Gijón 2011.

⁶⁹² O *dux* visigodo Teodomiro firmou um tratado como os árabes em 713 que, mediante o pagamento de uma quantia anual, o permitiu manter suas possessões no sudeste da Península até pelo menos 739.

⁶⁹³ Em 722, os árabes são pela primeira vez derrotados por Pelayo em Covadonga, nas Astúrias, ocasião em que se inicia a Reconquista cristã da Península.

⁶⁹⁴ ARCE, Javier, em *Esperando a los Árabes (507-711)*, obra já mencionada, mesmo reconhecendo não ser possível avaliar o contingente das tropas godas, cita fontes árabes estimando o contingente vindo da África em 100 mil, e o reputa um exagero.

⁶⁹⁵ THOMPSON, E. A. *op. cit.* pp. 413-414.

e seus sucessores, os merovíngios não conseguiram reunir o País. No Império romano do Oriente, a derradeira vitória de Heráclio sobre os persas consumiu tantos recursos, que tornou mais fácil a conquista pelos árabes, logo em seguida, de Antioquia (637), Jerusalem (638), Alexandria (642) e Cartago⁶⁹⁶ (698-702). Em menos de uma geração, a cristandade perdia quatro de seus tradicionais patriarcados, sobrando apenas Roma e Constantinopla. O reino visigodo, por outro lado, se comparado com o resto do Mediterrâneo, conheceu um período de relativa tranquilidade.

Não obstante, teve o fim que sua existência sempre prenunciou, com a “doença goda” mais uma vez contribuindo decisivamente para seu desfecho. A monarquia eletiva nunca havia logrado alcançar uma estabilidade mínima, e a sucessão dinástica hereditária tampouco se firmou. Toda vez que falecia um monarca, o reino era assolado por conspirações e guerras civis entre os poderosos. Lembre-se aqui das palavras de Gregório de Tours a respeito: “*Esses visigodos tinham o abominável costume de degolar o rei que não lhes agradava, de espada na mão, substituindo-o por outro*”⁶⁹⁷. O reino visigodo se havia tornado um Estado protofeudal⁶⁹⁸, em que o governo central dividia o poder com os magnatas regionais, com seus exércitos de camponeses escravos. Toda vez que havia uma ameaça externa, o rei convocava os senhores do reino, que punham suas hostes ao seu serviço. Acrescente-se que, na chegada dos mouros, o bispo de Toledo, Sinderedo, fugiu para Roma. Nesse sentido, com o abandono por parte da Igreja, o reino se viu tolhido de seu principal instrumento de coesão e governabilidade. Desde Recaredo, a Igreja e seus concílios vinham representando o pilar da legitimidade do rei e vice-versa. Sem o bispo de Toledo e sem o rei, os concílios

⁶⁹⁶ A conquista árabe de Cartago, na verdade, se revelou bastante difícil, pois o Império bizantino contra-atacou, enviando uma força expedicionária chefiada por João, o Patrício e Tibério Apsímaro, que enfrentaram os 40 mil homens de Hassane Ibn Numane.

⁶⁹⁷ TOURS, Gregório de, *Historia Francorum*, 3, 30, *apud* ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno, *História do Direito Português*, 2011. pág. 109.

⁶⁹⁸ A respeito do Estado protofeudal visigodo, vide GARCIA Moreno, *op. cit.* pp. 333-340.

não se reuniam⁶⁹⁹ e a monarquia não funcionava⁷⁰⁰. Além do mais, a fusão das raças hispânicas, que se almejou após a conversão ao catolicismo, nunca se perfez para formar uma sociedade una.

Cumpre, entretanto, reconhecer que a principal razão da extinção do reino foi, de fato, a pujância dos árabes, tanto do ponto de vista cultural quanto militar. A dominação muçulmana não chegou a acarretar uma migração significativa de povos estrangeiros para a Península, tal qual havia ocorrido no século V com a horda vândala, sueva e alana, ou com os visigodos; tratou-se, de início, de mera ocupação militar, a que a população local logo se submeteu⁷⁰¹. Os invasores árabes apresentavam a vantagem de tolerar o culto da religião cristã pelos dominados. Sua política era de tolerância com relação às religiões do Livro Sagrado (muçulmanos, cristãos e judeus), desde que pagassem os devidos impostos (os muçulmanos estavam isentos). Os que resistissem deveriam enfrentar a guerra santa, a Jihad. Diante disso, muitos peninsulares se converteram simplesmente para não pagar impostos, embora seja notável a sobrevivência de uma Igreja cristã moçárabe⁷⁰² até a Reconquista. Por sinal, a mensagem de Maomé apresentava pontos coincidentes com a crença ariana goda de outrora. Da mesma forma que o subordinacionismo ariano reduzia a divindade de Cristo, Maomé o considerava apenas um profeta, sendo ele próprio o último profeta, o último selo. No fundo, o islamismo representa um subproduto da onda de heresias

⁶⁹⁹ O último concílio, o de Toledo XVIII, se reuniu em 702.

⁷⁰⁰ ARCE, Javier, *Esperando a los árabes. Los visigodos en Hispania (507-711)*, Marcial Pons, pág. 286.

⁷⁰¹ As fontes mais próximas desse período são os relatos de al-Razi (o mouro Rasis) e Ibn al-Qütiyya, este de origem goda, ambos do século X. Do lado cristão, vale citar a *Crônica Moçárabe de 754*, esta bem mais próxima dos acontecimentos, escrita por um bispo lusitano, supostamente de nome Isidoro.

⁷⁰² A população que permaneceu cristã nos domínios muçulmanos da Península Ibérica foi gradualmente se arabizando e adotando a língua árabe em vez do latim, embora tenha mantido sua religião e clero durante séculos. Após a Reconquista, ficou patente a distinção entre o rito da missa moçárabe e aquele então praticado pelos leoneses, portugueses e castelhanos, já com influência transpirenaica.

cristológicas que assolaram o Oriente nos anos anteriores⁷⁰³. Por isso, talvez não tenha sido assim tão complicado para muitos godos abandonar o credo niceno da igualdade das pessoas da Santíssima Trindade e aceitar uma teologia bem mais simples, proposta pela nova religião.

Quanto ao direito, o islâmico era de natureza confessional. Maomé tinha recebido seus ensinamentos diretamente das palavras de Deus e os transmitiu a seus seguidores próximos para que redigissem o Corão⁷⁰⁴. O Corão traduz assim o próprio pensamento divino, o que cerceia qualquer liberdade de interpretação. Note-se que o Corão é um livro completo, definindo não somente preceitos de fé, mas também dispondo sobre cada pormenor da vida humana, como política, filosofia, moral e, inclusive, direito. Nesse sentido, essa auto-suficiência do direito muçulmano não abre espaço para qualquer influência do direito civil romano, que os visigodos haviam trazido da Antiguidade e perpetuaram em sua legislação. De qualquer forma, a tolerância dos muçulmanos com as outras religiões do Livro se manifestava também com relação ao direito dos visigodos. Cada povo podia se regular conforme seu direito, desde que observadas as regras de caráter público pela população dominada. Inaugurou-se na Península Ibérica um período em que os muçulmanos seguiam seu direito confessional constante da Sharia⁷⁰⁵, os judeus o seu, da Torá e do Talmude, e os cristãos igualmente puderam seguir empregando o *Liber Iudiciorum*. Do ponto de vista da aplicação do direito, a legislação de caráter territorial que os visigodos haviam desenvolvido era substituída, na prática, pelo princípio da personalidade do direito, embora decorrente de um sistema confessional.

⁷⁰³ Maomé conhecia o cristianismo assim como as heresias que assolaram o Oriente nos séculos IV, V e VI. Na família de sua mulher Khadija, haveria um cristão nestoriano, um *hanif*, Waraqa ibn Naufal.

⁷⁰⁴ Maomé seria iletrado, conforme se extrai de passagem do Alcorão, capítulo 7, versículo 158-159, onde se lê que Maomé era um profeta iletrado, em árabe *al-nabbi-al-ummi*. Outros, entretanto, interpretam essa passagem no sentido de que Maomé seria o “profeta dos iletrados”.

⁷⁰⁵ Sharia é o nome que se dá ao direito islâmico, que se encontra no Corão e na Suna, obra esta que narra a vida e o caminho do profeta.

De fato, a dominação muçulmana não acarretou o desaparecimento do direito visigótico. A rigor, havia poucos exemplares do Código de Rescesvindo para a população hispânica; os que sobraram eram guardados com zelo pelo clero em seus mosteiros⁷⁰⁶. Isso não evitou que surgissem diversas reproduções alteradas do *Liber*, denominadas *Vulgatae*, e constitui árduo trabalho dos jushistoriadores escoimar os acréscimos assim feitos, para se chegar à redação original. Na falta de um poder estatal, contudo, o direito aplicado pela população hispano-romana começou a sofrer um processo de vulgarização, adaptando-se à nova realidade. Talvez, a legislação dos Códigos de Eurico, Alarico, Leovegildo e Rescesvindo tivesse se romanizado demasiadamente sob a influência da Igreja católica, e, dessarte, se afastado das práticas populares do próprio povo godo.

Com efeito, muito se discute sobre o renascimento, após 711, dos costumes germânicos e celtas anteriores à legislação do reino de Toledo. É certo que a legislação dos reinos da Reconquista surge permeada de influências germânicas, ora reproduzindo extratos literais do Código Visigótico, ora consagrando costumes até proibidos naquela legislação⁷⁰⁷. Na Catalunha, logo reconquistada pelos Carolíngios⁷⁰⁸, o *Liber* veio constituir a lei pessoal da população goda, segundo o princípio de personalidade do direito, que aquele império adotou em seus domínios. Mas, em princípio, o direito ibérico posterior à invasão árabe resulta, na sua maior parte, da adaptação de várias tradições jurídicas às necessidades práticas, a partir de elementos romano-vulgares, canônicos, germânicos e, em certa medida, celtas⁷⁰⁹. E esse direito, em seguida, ainda sofrerá influências d'além Pirineus, sobretudo a partir do século XI.

⁷⁰⁶ Algumas cópias do *Liber* foram levadas para o Norte por cristãos moçárabes que se refugiaram no reino lionês. Lá fundaram mosteiros como San Miguel de la Escalada, Peñalda de Santiago e outros, pérolas da arquitetura moçárabe.

⁷⁰⁷ ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.* pág. 220, cita exemplos de costumes germânicos vedados pelo *Liber*, como o caráter coletivo de tribunais, o duelo, o rapto prematrimonial consensual, a responsabilidade coletiva etc.

⁷⁰⁸ Os francos reconquistam a Catalunha em 801, logo no reinado de Carlos Magno. Aí criam a Marca Hispânica, onde a população local podia aplicar livremente o *Liber Iudiciorum*.

⁷⁰⁹ ALVARADO Planas, Javier, *op. cit.* pp. 261-262.

Seu legado, todavia, é indiscutível e vem a forjar o direito e as instituições que os países ibéricos irão em seguida exportar na sua epopeia pelos diversos cantos do mundo. Não nos esqueçamos, como dito no início deste trabalho, que a experiência histórica dos visigodos está na genealogia não só dos atuais Estados de Portugal e Espanha, mas dos Estados que se formaram a partir do desmembramento dos respectivos impérios coloniais na América Latina, sem propriamente uma ruptura cultural e jurídica de suas matrizes.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Jorge de, *Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale*, Portugália, Nova Série, vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, 2015.

_____, *O Domínio romano em Portugal*. 3ª edição, Mitra-Sintra, 1995.

ALBUQUERQUE, Ruy e ALBUQUERQUE, Martim. *História do Direito Português*. Pedro Ferreira Artes Gráficas Ltda, 12ª Edição, Sintra, 2005.

ALMEIDA, Fortunato. *História da Igreja em Portugal*. Imprensa Acadêmica, Lisboa, 1926.

ALVARADO, Javier Planas, *El Problema del Germanismo en el Derecho Español, Siglos V-XI*. Marcial Pons, Madrid 1997.

ARCE, Javier, *El Último Siglo de la España Romana, 284-409*. Alianza Editorial, 2009.

_____, *Bárbaros y Romanos, 400-507 AD*, Marcial Pons, 2007.

_____, *Esperando a los Árabes (507-711)*, Marcial Pons, 2011.

BARAHONA, Margarida Simões. *Prisciliano e as Tensões Religiosas do Século IV*. Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2002.

BATISTA, Nilo. *Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro – I*. Editora Revan, 2002.

BERNÁRDEZ Vilar, Xoán. *El início de nuestra Edad Media, La Gallaecia que se emancipó de Roma*. Editorial Touxosoutos, La Coruña, 2004.

CAETANO, Marcello. *História do Direito Português*. Editorial Verbo, Lisboa, 1981.

CAIO, Júlio César. *Guerre des Gaules (De Bello Gallico)*. Éditions Gallimard, Paris, 1981.

CALASSO, Francesco. *Medio Evo del Diritto*. Giuffré Ed., Milano, 1954

CASTELLANOS, Santiago. *Los Godos y la Cruz*. Alianza Editorial, Madrid, 2007.

CASTRESANA, Amelia. *Actos de Palabra y Derecho*. Ratio Legis Libreria Juridica, Salamanca, 2007.

CODA, Piero. *Dios Uno y Trino*. Secretariado Trinitário, Salamanca, Milano, 1993.

CORTESE, Ennio. *Le Grandi Linee Della Storia Giuridica Medievale*. Il Cigno GG Edizioni, Roma, Roma, 2000.

DÍAZ, Pablo C. *El reino Suevo (411-585)*. Ediciones Akal, Madrid, 2011.

_____. *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo. El cristianismo y los pueblos germánicos*. Editorial Trotta, Universidad de Granada, Madrid, 2003.

ECO, Umberto, *Idade Média, Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, vol. I, Encyclomedia Publishers, 2010, Milão. Publicações Dom Quixote.

ESCRIBANO, Maria Victoria Paño, *Historia del Cristianismo. El mundo Antiguo. El Cristianismo marginado*. Editorial Trotta Universidad de Granada, Madrid, 2003.

ESPINOSA Gomes da Silva, Nuno. *História do Direito Português*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011.

_____. *História do Casamento em Portugal*. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2013.

EUSEBIUS of CESAREA. *Ecclesiastical History*, vol I-II. Harvard University Press, London, 1926.

EUTROPE. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Librerie Garnier Frères, 367-378.

Fuero Juzgo o Libro de los Jueces, Real Academia Española, 1815.

GALLO, Max. *Clóvis, Roi des Francs*. Éditions Garnier, Paris, 2012.

GARCIA de Cortázar. *Atlas de Historia de España*. Editorial Planeta S.A., Barcelona, 2012.

_____ e GONZÁLEZ Vesga, José Manuel. *Breve História de España*. Alianza Editorial, Madrid, 1994.

GIBBON, Edward. *The decline and fall of the Roman Empire*, vols. I e II. The Modern Library, 1776-1788.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2013.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*, vol. I, Editora Bertrand, Lisboa, 2007.

HEYMANN, F. G. *Zeitschrift der Savigny Stiftung für Rechtsgeschichte*, (Germ. Abt), 1943.

HIDÁCIO. *Cronicon*. Editorial Touxosoutos, La Coruña, 2004.

HINOJOSA y Naveros, Eduardo de, *El Elemento Germanico en el Derecho Español*. Madrid 1915. Marcial Pons, 1993.

HOMO, Léon, *Les empereurs romains et le Christianisme*. Payot, Paris. 1931.

IGLESIA Ferreirós, Aquilino. *La Creación del Derecho, Antología de Textos*. Marcial Pons Ediciones, Madrid, 1996.

ISIDORO de SEVILHA. *Historia de los Godos, de los Vandalos y de los Suevos*, Estudio, edición crítica y traducción.

JÉDIN, Hubert. *Concílios Ecumênicos*. Editora Herder, São Paulo, 1961.

JERÔNIMO, “*Epistolario*”. II vols. Madrid.

JIMENEZ Sanchez, Juan Antonio, *El recurso a la tiranía como recurso a la dominación visigoda en la Tarraconense* (Hispania, Revista Española de Historia, 2012, vol. LXXII).

JOHNSON, Paul. *História do Crsitanismo*. Imago Editora, Rio de Janeiro, 2001.

JORDANES, *The origin and the deeds of the Goths (Getica)*, Wentworth Press, 2016.

KING, P.D. *Derecho y Sociedad en el reino visigodo*. Alianza editorial, Madrid, 1981.

KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. Madras Editora Ltda, São Paulo, 2008.

LORING, Maria Isabel; PEREZ, Dionisio; FUENTES, Pablo. *La Hispania Tardorromana y Visigoda, siglos V-VIII*. Editorial Sintesis, Madrid, 2007.

LORTZ, Joseph. *Historia de la Iglesia*, vol. I. Ediciones Cristandad, Madrid, 2008.

MAÍLLO Salgado, Felipe. *Acerca de la conquista árabe de Hispania*. Ediciones Trea, S.L., Gijón, 2011.

MARQUES, Oliveira, A. H. *Portugal. Das invasões germânicas à reconquista*. Editorial Presença, Lisboa, 1993.

MARTIN de Agar, José T. *Introducción al Derecho Canónico*. Editorial Tecnos, Madrid, 2001.

MERÊA, Paulo. *Estudos de direito visigótico*. Acta Universitatis Conimbrigensis, 1948.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *Direito Tributário Romano*. Editora da Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MENENDEZ Pelayo. *Historia de los Heterodoxos Españoles*, vol. I. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid 1956, 6ª Edición, 2007.

MOMMSEN, Theodor. *Histoire Romaine*. Editora Bouquins, Paris, 1985.

MORENO, Luis A. Garcia. *Historia de España Visigótica*. Ediciones Catedra, Madrid, 1989.

NAVASCUES, Patricio. *Pablo de Samosata y sus adversários*. Institutum Patristicum Augustinianum, Roma, 2004.

NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte. *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média*. Associação Acadêmica da Faculdade de Lisboa, Lisboa 1994.

_____, *Lei e Poder Régio, I, As Leis de Afonso II*. Associação Acadêmica da Faculdade de Lisboa, Lisboa, 2006.

NORWICH, John Julius. *Byzantium, The early centuries*. Penguin Books, London, 1988.

ORLANDIS, J., *La España Visigoda*. Madrid, Gredos, 1977.

_____, Y RAMOS LISSON, D. *Historia de los Concílios de la España Romana y Visigoda*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1986.

OROSIO, Paulo, *Historiarum adversus paganos, “Le storie contro i pagani”*, II vols. Verona, 1976.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz. *Curso de Direito Romano*. vol. I, Princípia Editora, Cascais, 2009.

_____. *As Origens do Direito Português. A Tese Germanista de Teófilo Braga*, Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1996.

RODRIGUEZ Gil, Magdalena, *Curso de História del Derecho Español*. Editora Iustel, Madrid, 2010.

SARDINHA, Carlos. *Alta-traição e lesa-majestade*. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011.

SCHIAVONE, Aldo. *Ius. La invención del derecho en Occidente*. Adriana Hidalgo Editora, Torino, 2005.

SCHULTZE, A. *Über Westgotisch-spanisches Eherecht*, Leipzig, 1944.

SERRANO, Rosa Sanz. *Historia de los Godos*. Editora La Esfera de los Libros, Madrid, 2009.

SOTOMAYOR, Manuel. *Historia del Cristianismo. El mundo antiguo. Controversias doctrinales en los siglos V y VI*. Editorial Trotta, Universidad de Granada, Madrid, 2003.

SOZOMENO, *Historia Eclesiástica*. GCS, 50, 1960 (eds. J. Bidez y G. C. Hanson).

TÁCITO. *Germania*. Librerie Garnier Frères, circa 81 DC.

TERTULIANO. *Apologético*. Editora Livraria Alcalá Ltda, Lisboa, 2012.

THOMPSON, E.A. *Los godos en España*. Alianza Editorial, Madrid, 2014.

_____. “Britonia”, em M. W. Barley e R. P. C. Hanson (eds.), *Christianity in Britain 300-700*, Leicester, University Press, 1968, pp. 201-205.

UREÑA y SMENJAUD, Rafael. *Legislación gótico-hispana: (Leges antiquiores – Liber Iudiciorum) Estudio crítico*. Ugoiti Editores SL, Pamplona, 2003.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

VERNADSKY, George, *A History of Russia*. Yale Press, 1943-69.

VINYALS, Ramon d'Abadal I de, *Dels visigots als Catalans*, I, Barcelona. 1969.

WILLIAMS, Rowan. *Arrio*. Ediciones Sigueme, Salamanca, 2010.

WOHLHAUPTER, E. *Das Germanische Element im altspanischen Recht und die Rezeption des römischen Rechtes in Spanien*. Zeitschrift der Savigny Stiftung. (Germ. Abt) 1948.

YOUNG, Simon. *Britonia: caminos novos*. Ed. Noia, 2002.

ZEUMER, Karl, *Leges Visigothorum, Monumenta Germaniae Historica*,
Hannoverae et Lipsiae, Imprensi Bibliopolii Hahniani, 1902.

APÊNDICE I: REIS VISIGODOS⁷¹⁰

Alarico I: 395-410

Ataulfo: 410-416

Sigerico: 416

Vália: 416-419

Teodorico I: 419-451

Turismundo: 451-453

Teodorico II: 453-466

Eurico: 466-484

Alarico II: 484-507

Gelaseico: 507-511

Amalarico: 511-531 (sob a tutela do rei ostrogodo Teodorico, 511-526)

Teudis: 531-548

Teudiselo: 548-549

Ágila I: 549-554

Atanagildo: 554-568

Liuva I: 568-573

Leovegildo: 573-586

Recaredo I: 586-601

Liuva II: 601-603

Witerico: 603-610

⁷¹⁰ Relação extraída de Javier ARCE, *Esperando a los árabes*, Marcial Pons, 2011.

Gundemaro: 610-612

Sisebuto: 612-621

Recaredo II: 621

Suintila: 621-631

Sisenando: 631-636

Chintila: 636-639

Tulga: 639-642

Chindasvindo: 642-653

Rescesvindo: 653-672

Wamba: 672-680

Ervigio: 680-687

Égica: 687-702

Witiza: 702-710

Rodrigo: 710-711

Achila II: 711-713

Ardo: 713-720

APÊNDICE II: REIS SUEVOS, 409-585⁷¹¹

Hermerico	406/409-438(+441)	
Rechila	438-448	
Requiário	448-456	
Aiulfo (?) ⁷¹²	456-457	
Framtamo	457	Maldras 457-460
Remismundo ⁷¹³		Frumario 460-464
Veremundo (?) ⁷¹⁴	c. 485	
Teodemundo (?)	?/?	
Carrarico ⁷¹⁵	antes de 550-antes de maio de 559	
Ariamiro	antes de maio de 559-depois de maio de 561	
Teodomiro	antes de maio de 561-antes de 570	
Miro	570-583	
Eborico	583-584	
Audeca	584-585	
Malarico (?) ⁷¹⁶	585	

⁷¹¹ Relação extraída da obra de Pablo C. Díaz, *El reino Suevo*, Akal, 2011.

⁷¹² Provavelmente, nunca foi proclamado rei.

⁷¹³ Remismundo frequentemente é identificado como Requimundo.

⁷¹⁴ A historicidade de Veremundo e Teodemundo é duvidosa.

⁷¹⁵ A historicidade de Carrarico também é duvidosa, pois sua única menção provém de Gregório de Tours.

⁷¹⁶ Presume-se que Malarico tenha sido nomeado rei nessa fase final do reino, em razão de sua referência em João de Biclaro, como “*tyrannidem assumens quasi regnare vult*” (a. 585, 6).